

Luís Felipe Zilli do Nascimento

**“O Bonde tá Formado”: Gangues, Ambiente Urbano e
Criminalidade Violenta**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Área de concentração: Sociologia Urbana
Linha de Pesquisa: Gestão Urbana e Criminalidade

Orientador: Prof. Dr. Cláudio Chaves Beato Filho

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH)

Belo Horizonte, Junho de 2011

301

N244b

2011

Nascimento, Luís Felipe Zilli

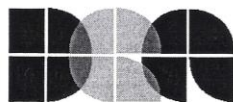
"O bonde tá formado" [manuscrito] : gangues, ambiente urbano e criminalidade violenta / Luís Felipe Zilli Nascimento. - 2011.

275 f.

Orientador: Cláudio Chaves Beato Filho.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Sociologia – Teses. 2. Segurança pública - Teses. 3. Criminalidade urbana - Teses. 4. Violência - Teses. 5. Gangues - Teses. I. Beato Filho, Cláudio Chaves. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas III. Título.



Departamento de Sociologia
e Antropologia - UFMG

Programa de Pós-Graduação em Sociologia

**ATA DE DEFESA DE TESE DE LUÍS FELIPE ZILLI DO
NASCIMENTO DO CURSO DE DOUTORADO EM SOCIOLOGIA DO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

Aos 28 (vinte e oito) dias do mês de junho de 2011 (dois mil e onze) reuniu-se a Banca Examinadora da Tese do Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, composta pelos professores doutores **Cláudio Chaves Beato Filho** (Orientador - SOA-UFMG), **Andréa Maria Silveira** (F. Medicina-UFMG), **Joana Domingues Vargas** (SOA-UFMG), **José Luiz Ratton** (UFPE), **Luís Flávio Saporì** (PUC-MG), **Michel Misse** (UFRJ), para a defesa de Tese de Doutorado intitulada "**O Bonde tá Formado: Gangues, Ambiente Urbano e Criminalidade Violenta**", do doutorando Luís Felipe Zilli do Nascimento. Após a apresentação, a banca reuniu-se, decidindo pela:

Aprovação (X)

Aprovação com recomendações ()

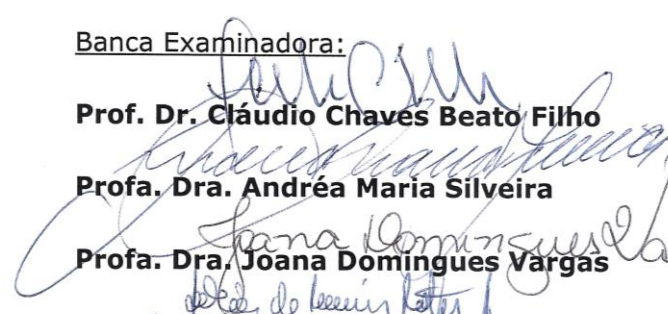
Reprovação ()

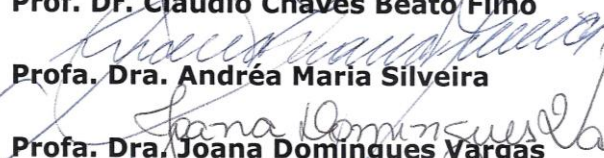
da tese.

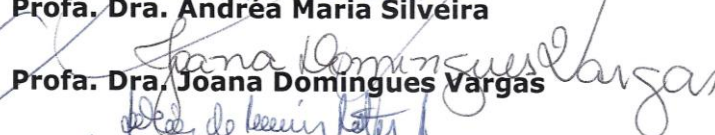
Para constar foi lavrada a presente ata, que vai datada e assinada pelos examinadores.

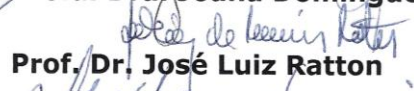
Belo Horizonte, 28 de junho de 2011.

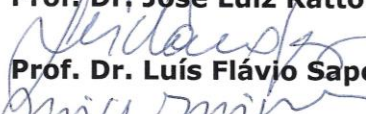
Banca Examinadora:


Prof. Dr. Cláudio Chaves Beato Filho


Profa. Dra. Andréa Maria Silveira


Profa. Dra. Joana Domingues Vargas


Prof. Dr. José Luiz Ratton


Prof. Dr. Luís Flávio Saporì


Prof. Dr. Michel Misse

Para Manuela, minha Zozô, que preencheu minha vida com um amor sem fim.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a elaboração desta tese de doutorado, e, de forma especial, a algumas pessoas que foram fundamentais para a sua realização:

A cada um dos adolescentes e jovens entrevistados, pela confiança, coragem, respeito e, principalmente, pela generosidade em compartilhar comigo suas histórias de vida.

Ao Professor Cláudio Chaves Beato Filho, pela orientação, confiança e pelo constante incentivo à ousadia.

Aos amigos do CRISP, que não fazem idéia de como me ajudaram nesta caminhada: Andréa Silveira, Karina Rabelo, Frederico Couto Marinho, Diogo Caminhas, Mateus Rennó, Danilo Brasil, Luciana Assis, Livia Lima, Livia Henriques, Simone Santos, Maria Helena Prates, Daniele Viana, José Nery, Simone Viana, Aline Mourão, Luíza Meira, Cíntia Santana e Gabriela Gomes. É um imenso prazer e um grande orgulho trabalhar ao lado de vocês.

Aos amigos do “Buraco do Tatu”: Bráulio Figueiredo Alves da Silva, Rodrigo Alisson Fernandes e Vinícius Assis Couto. Sem vocês, esta tese teria sido feita em metade do tempo. Mas o percurso não teria sido tão divertido. Aprendo todos os dias com vocês.

Ao “anjo da guarda” e amiga Joyce de Menezes, que não imagina a importância que tem para nossa caminhada dentro do CRISP.

À professora Joana Domingues Vargas, cuja dedicação, seriedade e companheirismo não cabem neste mundo. Sem sua imensa ajuda, este trabalho sequer existiria.

À Subsecretaria de Atendimento às Medidas Socioeducativas (SUASE), por ter franqueado pleno acesso e colaborado imensamente para a realização desta pesquisa. Em especial à Ana Celles, diretora do Centro Socioeducativo Santa Clara, cuja seriedade, competência e dedicação foram importantíssimos para a realização deste trabalho.

Aos amigos/irmãos de ontem, hoje e sempre: Absalão de Carvalho Neto e Luiz Gonzaga Guedes Neto. Vocês sempre me fazem lembrar o que é importante.

Aos meus pais, Milton e Naide, e à minha irmã Fernanda, por tudo, sempre.

O que as paredes pichadas têm pra me dizer
O que os muros sociais têm pra me contar
Por que aprendemos tão cedo a rezar
Por que tantas seitas têm aqui seu lugar
É só regar os lírios do gueto que o Beethoven
Negro vem pra se mostrar
Mas o leite suado é tão ingrato que as gangues
Vão ganhando cada dia mais espaço
Tudo, tudo, tudo, tudo, tudo, tudo, tudo, tudo igual
Brixton, Bronx ou Baixada

(O Rappa)

RESUMO

Tendo como pano de fundo o problema das altíssimas taxas de homicídios entre adolescentes e jovens moradores de favelas e bairros de periferia das grandes cidades brasileiras, este estudo propõe uma abordagem mais complexa e aprofundada do fenômeno da violência ligada às gangues ou, como se prefere definir aqui, aos “grupos de jovens que compartilham uma identidade comum, sistematicamente envolvidos com práticas violentas e/ou criminosas e conflitos territorializados”.

Ao longo das últimas décadas, o problema dos homicídios de jovens no Brasil se manifestou sempre por meio de um padrão socioespacial claramente definido: via de regra, as vítimas são jovens entre 15 e 24 anos, do sexo masculino, não brancos (pretos ou pardos), moradores de vilas, favelas e bairros pobres de periferia, com baixo status educacional e socioeconômico. Na maioria dos casos, as vítimas são mortas por disparos de armas de fogo, nas proximidades de suas residências e em via pública. Além disso, diversos estudos indicam que o perfil de vítimas e autores é o mesmo.

A existência de um padrão socioespacial tão evidente para os crimes de homicídio no Brasil deixa claro que o fenômeno possui um forte caráter estrutural. Portanto, suas causas devem ser buscadas na relação dialética e complexa que se estabelece entre dinâmicas de urbanização desordenada, segregação e exclusão socioespacial e a consolidação, em determinados territórios, de formas de socialização e de sociabilidade violenta.

Argumenta-se aqui que, em muitas comunidades caracterizadas por forte concentração de desvantagens (degradação urbanística/ambiental, presença precária do Estado e seus serviços, violência policial, segregação e exclusão socioespacial, baixa consolidação normativa, pouca ou nenhuma provisão democrática dos serviços de justiça e baixa legitimidade do poder público), tomam curso processos de socialização e de sociabilidade violenta, muitas vezes materializados na figura dos grupos de jovens armados e toda sua cultura machista e tradicionalista de domínio territorial e resolução privada e violenta de conflitos.

Nestes contextos, a associação de alguns jovens em gangues ou grupos delinquentes constituiria uma espécie de resposta associativa diferencial que confere a eles melhores condições de interagir e realizar transações (materiais e simbólicas) com o ambiente hostil que os cerca. Por meio desta abordagem mais complexa e abrangente, procura-se compreender o problema da violência entre grupos de jovens de periferia por meio da identificação e análise da estrutura que o define e garante sua existência, e não por meio da observação de suas muitas formas emergentes. Desta forma, o fenômeno da violência ligada à atuação de gangues no Brasil adquire maior comparabilidade com casos internacionais e se insere em um campo de estudos mais amplo, quebrando a tendência inercial e simplista de atribuir toda a violência entre jovens à consolidação do tráfico de drogas.

Palavras-chave: Violência - Criminalidade – Gangues - Favelas – Delinquência Juvenil – Sociabilidade Violenta

ABSTRACT

Having as a background the incredibly high homicide rates between teenagers and young people living in the slum and poor neighborhoods of Brazilian big cities, this study proposes a deeper and more complex approach to the case of the violence linked to gangs or, how we choose to define here, the “groups of young people that share a common identity, systematically involved with violent acts or actions and/or criminal and territorialized conflicts”.

In these last decades, the juvenile homicides problem in Brazil have been manifested always through a social/spatial pattern clearly defined: the victims are young people, ages between 15 and 24, male, not-white (black or multi-racial), living in slums and rundown neighborhoods, with low educational and economic status. In most cases, the victims are killed by fire arm weapons, closed to their houses and in public areas. Moreover, many studies indicate that the profile of the victims and the crime authors are the same.

The existence of a social/spatial pattern so evident to the homicide crimes in Brazil, makes clear that the situation has a strong structural issue. Therefore, the cause must be searched in the dialectic and complex relationship between chaotic urbanization dynamics, segregation, social/spatial exclusion and the consolidation in some territories, of violent socialization and sociability code.

Our argument is that, many communities are characterized by a strong concentration of disadvantages (environmental/urbane degradation, precarious presence of the government and its services, police violence, segregation and social/spatial exclusion, low normative consolidation, a little or none democratic provision of justice and public services and low legitimacy of the public authority), come to pass violent socialization and sociability process, many times characterized in the armed juvenile groups and its sexist and conservative culture of territorial domain and particular resolution of conflicts with violence.

In this context, the association of the young people in gangs and delinquent groups would be a differential associative response that confers to them better conditions of interactions and the possibility of accomplish transactions (material as well as symbolic) with the hostile environment that surrounds them. Through this more complete and extensive approach, we intend to comprehend the young people violence problem of the slum through identification and analysis of the structure that defines it and grants its existence and not through the observation of the numerous forms that appears. In this way, the case of the violence connected with the gang acting in Brazil, acquires a bigger comparability with international cases and works in a bigger study field, disconfirming the inertial and oversimplified tendency to attribute all violence between teenagers and juveniles to the drug trafficking consolidation.

Keywords: Violence- Criminality- Gangs- Slums- Youth delinquency-Violent Sociability

Sumário

Introdução	1
Capítulo I – Jovens e Violência Letal	12
1.1. Contexto Empírico dos Homicídios no Brasil	12
1.2. Jovens e Homicídios no Brasil	20
Capítulo II - As bases empíricas e teóricas das discussões sobre o fenômeno das Gangues	23
2.1. Contexto empírico do fenômeno das Gangues	26
2.1.1. A conformação urbana dos Estados Unidos e o surgimento das <i>Gangs</i>	28
2.1.2. Clickas no México	51
2.1.3. <i>Maras</i> e <i>Pandillas</i> na América Central	57
2.1.4. <i>Barras</i> , <i>Pandillas</i> , <i>Bandas</i> e <i>Sicários</i> na América do Sul	67
2.1.5. Gangues e Facções no Brasil	72
2.1.6. Breve Análise do Contexto Empírico	104
2.2. Contexto teórico das discussões sobre o fenômeno das Gangues	108
2.2.1. Ambiente Urbano, Gangues, Violência e Criminalidade	110
2.2.2. Gangues: Morfologias, Estruturas, Funções e Aspectos Simbólicos	130
Capítulo III – Dados e Metodologia	167
3.1. Dados	167
3.1.1. Dados sobre o fenômeno das Gangues na RMBH	167
3.1.2. Relatos Orais sobre o fenômeno das gangues na RMBH	168
3.2. Metodologia	170
Capítulo IV – Gangues, Violência e Criminalidade na Região Metropolitana de Belo Horizonte	174
4.1. Contexto Urbano e Criminal da RMBH	175
4.2. Gangues e Criminalidade Violenta na RMBH	181
4.3. Grupos de adolescentes e jovens que compartilham uma identidade comum, sistematicamente envolvidos com práticas violentas e/ou criminosas e conflitos territorializados	190
4.3.1. Contexto socioespacial ou ambiental	194
4.3.2. Aspectos subculturais e simbólicos	200
4.3.3. Dinâmicas de conflitos e territorialidade	218
4.3.4. Grupos de pares e seus impactos em processos de aprendizado social/associação diferencial	231
4.3.5. Processos de estruturação de atividades criminosas	240
Considerações Finais	252
Referências Bibliográficas	260

Índice de Gráficos, Tabelas e Mapas

Gráficos

Gráfico I – Taxa e Número de Homicídios no Brasil (Hom./100 mil Hab.) – 1979/2008.....	2
Gráfico II – Taxas de Homicídio entre pessoas do sexo masculino na América Latina (Hom./100 mil Hab.) – 2004	3
Gráfico III – Taxas de Homicídios no Brasil (Hom./100 mil Hab.) por Faixa Etária – 1980/2008	13
Gráfico IV – Número de Homicídios no Brasil por Raça/Cor – 2000/2008	13
Gráfico V – Número de Homicídios no Brasil por Local de Ocorrência – 1979/2008.....	14
Gráfico VI – Taxas de Homicídio por faixa etária nos estados brasileiros - 2008.....	20
Gráfico VIII – Taxas de Homicídio entre homens, por faixa etária e raça/cor – Rio de Janeiro - 2008	21
Gráfico VII – Taxas de Homicídio entre homens, por faixa etária e raça/cor – Minas Gerais - 2008	21
Gráfico X – Taxas de Homicídio entre homens, por faixa etária e raça/cor – Pernambuco - 2008	21
Gráfico IX – Taxas de Homicídio entre homens, por faixa etária e raça/cor – São Paulo - 2008	21
Gráfico XI – Proporção de Homens e Mulheres vítimas de homicídio nas regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Recife – 2008.....	22
Gráfico XII – Percentual da População Brasileira nos meios Urbano e Rural.....	74
Gráfico XIII – Homicídios no Rio de Janeiro e Dinâmica das Facções.....	87
Gráfico XIV – Homicídios na cidade de São Paulo – 1979/2008.....	92
Gráfico XV – Taxa de Homicídios na RMBH (Hom./100 mil Hab.) – 1980/2008	179
Gráfico XVII - Homicídios na RMBH, por meio utilizado (Hom./100 mil Hab.) – 1980/2008	180
Gráfico XVI – Taxas de Homicídios na RMBH, por Sexo (Hom./100 mil Hab.) – 1980/2008	180
Gráfico XIX – Número de Homicídios de Jovens (15 a 24 anos) na RMBH por Local do Óbito - 1980/2008.....	180
Gráfico XVIII – Taxa de Homicídios na RMBH por Faixa Etária (Hom./100 mil Hab.) – 1980/2008	180
Gráfico XX – Distância Média entre o local de moradia das vítimas de homicídio e o local onde elas foram assassinadas, em 16 favelas da RMBH – 2007/2009.....	188
Gráfico XXI – Perfil Médio da Trajetória Criminal dos Jovens Entrevistados.....	192

Tabelas

Tabela I – Perfil das Vítimas de Homicídio no Brasil (1979/2008) – Sexo, Raça/Cor e Idade	12
Tabela II – Perfil das Vítimas de Homicídio no Brasil (1979/2008) – Escolaridade, Meio Utilizado e Local de Óbito.....	12
Tabela III – Número de Vítimas nos Inquéritos de Homicídio em Belo Horizonte.....	18
Tabela IV – Número de Autores nos Inquéritos de Homicídio em Belo Horizonte	18
Tabela V – Percentual da população e número de habitantes em favelas, por país - 2003	27
Tabela VI – Estimativa de Gangues e membros de Gangues na América Central	65
Tabela VII – Percentual da População Brasileira nos meios Urbano e Rural	73
Tabela VIII – Evolução das taxas de homicídio em Regiões Metropolitanas.....	74
Tabela IX – Homicídios no Distrito Federal – 1999/2001	100
Tabela X – Esquema Geral da Teoria do Aprendizado Social	142
Tabela XI – Crescimento da População na RMBH – 1950/2010.....	175
Tabela XII – Média de Crescimento Decenal da População da RMBH – 1950/2010	175
Tabela XIII – Comparativo de Homicídios Belo Horizonte Rio de Janeiro – 2003/2007 ...	181
Tabela XIV – Distribuição de Gangues em 16 Favelas da RMBH	182
Tabela XV – Homicídios relacionados às Gangues do Conjunto Felicidade.....	187
Tabela XV – Homicídios relacionados às Gangues do Aglomerado da Serra	187
Tabela XVI – Perfil Médio dos Adolescentes e Jovens Entrevistados.....	191
Tabela XVII – Motivação dos Homicídios (Total de 45 Casos)	193
Tabela XVIII – Motivação dos Homicídios cometidos por um mesmo autor, por ordem de ocorrência	194

Mapas

Mapa I – Concentração dos Crimes de Homicídio na Reg. Met. de Belo Horizonte – 2009.	16
Mapa II – Concentração dos Crimes de Homicídio em São Paulo – 2000/2008	16
Mapa III – Distribuição dos Crimes de Homicídio na cidade do Rio de Janeiro por Área Integrada de Segurança Pública (AISP) - 2008	17
Mapa IV – Áreas de atuação dos Cartéis de Narcotraficantes no México	54
Mapa V – Evolução da Mancha de Ocupação Populacional de Belo Horizonte – 1918/2007	176
Mapa VI – Áreas de Vilas e Favelas em Belo Horizonte	177
Mapa VII – Concentração de Homicídios Tentados e Consumados na RMBH - 2008	178
Mapa VIII – Concentração de Homicídios Tentados e Consumados na RMBH - 2009	179
Mapa IX – Favelas com registros críticos de violência entre Gangues entre 2007 e 2009 ..	183
Mapa X – Território de Gangues no Aglomerado da Serra	184
Mapa XI – Território de Gangues no Conjunto Felicidade	184
Mapa XII – Território de Gangues no Morro Alto	185
Mapa XIII – Território de Gangues na Pedreira Prado Lopes	185

Introdução

Um milhão de assassinatos: esta foi a impressionante marca atingida pelo Brasil em janeiro de 2009, exatamente 30 anos após o Ministério da Saúde começar a contabilizar, de maneira sistematizada, o número de homicídios registrados no país. Em 1979, ano em que a contabilidade oficial das vítimas teve início, o Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM/DATASUS) registrou exatos 11.194 assassinatos. Em 2008, este número saltou para 48.610, o que representa um crescimento bruto de aproximadamente 334% durante o período. Significa também dizer que, na média, uma pessoa foi assassinada no Brasil a cada 15 minutos, durante os últimos 30 anos.

Ainda que se leve em consideração que houve um crescimento de aproximadamente 62% da população brasileira durante estes 30 anos¹, o aumento dos índices de homicídios durante este período ainda é desproporcionalmente alto: o país saltou de uma taxa de 9,5 homicídios para cada grupo de 100 mil habitantes em 1979, para uma taxa de 25,6 em 2008, consolidando um crescimento de quase 170% durante o período.

E cabe observar que esse aumento se deu a despeito de o Brasil registrar, desde 2003, uma tendência de estabilização e até de ligeira queda de suas taxas de homicídio, interrompendo uma trajetória que, naquela época, já era de 11 anos de crescimento ininterrupto deste indicador. Em 2003, o país registrou o maior número de assassinatos de sua história, com o Ministério da Saúde contabilizando exatas 51.043 vítimas, o que corresponde a aproximadamente 140 assassinatos por dia durante aquele ano. O gráfico a seguir ilustra o aumento das taxas de homicídios no Brasil, ao longo dos últimos 30 anos².

¹ De acordo com dados do IBGE, o Brasil tinha pouco mais de 116 milhões de habitantes em 1979, número que chegou a quase 190 milhões em 2008.

² Ainda que se esteja discutindo o expressivo aumento das taxas de homicídio no Brasil, acredito ser desnecessário tratar aqui dos problemas de consistência e confiabilidade dos registros do SIM/DATASUS. Parte-se do pressuposto de que, assim como acontece com qualquer dado oficial, sobretudo aqueles referentes a crimes, os registros do Ministério da Saúde obviamente possuem problemas de subnotificação. Basta observar, por exemplo, o contraste existente entre as projeções da expectativa de mortes, baseadas nos censos populacionais, e o número de óbitos (violentos ou não) efetivamente comunicados ao Sistema de Informações de Mortalidade (CANO & SANTOS, 2001; SOARES, 2008). O próprio MS já absorveu tal incongruência ao classificar como “aceitável” (o termo oficial é “regular”) os registros que chegam a 90% dos óbitos que seriam esperados para cada municipalidade. Entretanto, a questão da subnotificação dos homicídios em nada invalida o argumento aqui desenvolvido. Ao contrário, apenas reforça a pertinência e a gravidade da questão, uma vez que deixa claro que o problema dos homicídios no Brasil é ainda pior do que demonstram os dados oficiais.

Gráfico I – Taxa e Número de Homicídios no Brasil (Hom./100 mil Hab.) – 1979/2008



Fonte: SIM/DATASUS

Nas últimas décadas, o caráter endêmico e o crescimento vigoroso das taxas de homicídios no Brasil fizeram com que a questão deixasse de se circunscrever à esfera da segurança pública. Hoje, os assassinatos já representam um grave problema econômico para o país, acarretando perdas da ordem de R\$9 bilhões por ano, cifra calculada a partir das perdas imediatas de capital humano, somadas aos valores que as pessoas assassinadas ainda iriam obter ao longo da vida (CARVALHO *et al.*, 2007; CERQUEIRA *et al.*, 2007; RODRIGUES *et al.*, 2007).

De acordo com levantamentos realizados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), somente o atendimento às pessoas vítimas de projéteis de arma de fogo custa aproximadamente R\$140 milhões por ano para o sistema público de saúde. Além disso, os assassinatos já são hoje a maior causa de morte entre adolescentes e jovens no Brasil, superando qualquer outra causa externa ou mesmo doença (MELLO JORGE & GOTLIEB, 2000; MELLO JORGE *et al.*, 1997; MINAYO *et al.*, 2003; MINAYO, 1990; PAIM *et al.*, 1999; RODRIGUES *et al.*, 2007). Estima-se também que, especificamente entre homens jovens, o recrudescimento dos homicídios tenha contribuído para uma diminuição da esperança de vida ao nascer, praticamente anulando os ganhos alcançados nos últimos anos nesse indicador, pela redução da mortalidade infantil (PHEBO, 2005; RODRIGUES & GAMA, 2000).

Mesmo no contexto internacional, dados da Organização Mundial de Saúde (OMS) revelam que o Brasil está entre os países mais violentos do mundo. Na América Latina, por exemplo, o Brasil só tem taxas de homicídios menores do que El Salvador, Colômbia, Venezuela e Guatemala. Tais registros permitem afirmar que o Brasil é um dos países mais violentos de uma das regiões mais violentas do mundo.

Gráfico II – Taxas de Homicídio entre pessoas do sexo masculino na América Latina (Hom./100 mil Hab.) – 2004



Fonte: Organização Mundial de Saúde (OMS)

Diante da magnitude dos indicadores de homicídios no Brasil, e até mesmo em função da necessidade de enfrentar o problema de maneira mais adequada, muitos esforços têm sido engendrados no sentido de tentar compreender os contextos socioeconômicos, ambientais, urbanísticos e criminais envolvidos na conformação do problema da violência letal no país. Dentro deste quadro, avanços significativos têm sido obtidos nos últimos anos, principalmente no que diz respeito à identificação das principais características epidemiológicas do fenômeno. Mais do que nunca, conhece-se com considerável nível de detalhamento os padrões de distribuição espacial e temporal dos homicídios, bem como as características socioeconômicas dos segmentos populacionais mais afetados pelo recrudescimento deste tipo de violência.

Mas, se por um lado, já se sabe com boa precisão quais são os padrões estruturais assumidos pelos homicídios no Brasil, ainda não se avançou com a mesma intensidade na produção de conhecimento sobre suas origens. Tradicionalmente, a busca por uma compreensão mais aprofundada sobre as causas do aumento da violência letal no país sempre se deu por meio da associação dos homicídios a outras dinâmicas criminais (notadamente o tráfico de drogas). Como se o crescimento do número de assassinatos no país resultasse, exclusiva e necessariamente, do recrudescimento de determinadas dinâmicas criminais vigentes em alguns territórios de nossas grandes cidades.

Entretanto, as múltiplas facetas assumidas pelo fenômeno dos homicídios nas mais diversas regiões do país impõem hoje a adoção de modelos analíticos mais elaborados e que façam jus à complexidade do próprio fenômeno. Somente desta forma será possível compreender, de maneira mais aprofundada, a complexa trama de fatores históricos, sociais, políticos, econômicos, culturais e criminais que, em determinadas localidades, se articula no sentido de produzir indicadores tão altos de mortes violentas. É óbvio que a compreensão do contexto criminal vigente nestes territórios constitui elemento imprescindível para o entendimento do problema dos homicídios. Mas a análise de um fenômeno tão complexo não pode se restringir apenas a esta dimensão.

No Brasil, há de se problematizar, por exemplo, a correlação bastante íntima que geralmente se estabelece entre o aumento das taxas de homicídio e a disseminação do tráfico de drogas em vilas e favelas. Nas últimas décadas, esta explicação tem obtido grande legitimidade entre a opinião pública e *policymakers*, sustentando, de certa forma, boa parte do discurso da “guerra contra as drogas”. Dia após dia, veículos de comunicação se encarregam de divulgar os capítulos mais recentes de supostas “guerras do tráfico”, em curso em dezenas de vilas e favelas de todo o país, atribuindo a elas milhares de mortes violentas de adolescentes e jovens. Em muitos destes relatos midiáticos, identifica-se, com muita clareza, uma série de referências às espetaculares cenas de violência protagonizadas por facções criminosas no Rio de Janeiro, tomadas quase como uma espécie de “tipo ideal”, à qual todos os demais contextos acabam sendo comparados. A metáfora da guerra se estabelece no discurso público e a maioria destas mortes acaba sendo atribuída a uma suposta disputa travada entre grupos de traficantes pelo monopólio do comércio de drogas em comunidades carentes.

No entanto, a ênfase excessiva dedicada à questão do tráfico de drogas pode não apenas mascarar as muitas e complexas dimensões envolvidas na conformação de altos índices de homicídio, como também impedir a percepção de que o próprio modelo de tráfico ao qual se faz esta referência constante (fundamentado no domínio territorial ostensivamente armado e violento de algumas favelas) pode ser, ele próprio, uma das mais dramáticas consequências de processos de segregação e exclusão socioespacial, baixa consolidação normativa, concentração de desvantagens, presença precária do Estado, pouca ou nenhuma

provisão democrática dos serviços de justiça, violência institucional e pouca legitimidade do poder público existente em determinadas porções do território urbano³.

Fechando o ciclo de construção desta representação social, a versão segundo a qual a maioria dos homicídios é praticada por grupos armados em disputa de pontos de venda de drogas é corroborada pelas forças de segurança, sempre balizadas em sua limitadíssima capacidade de investigação e processamento de informações, sobretudo no que se refere aos assassinatos de jovens negros e pobres, registrados em regime de “atacado” em comunidades carentes (sejam como resultado de conflitos interpessoais, de confrontos grupais, ou mesmo pela ação violenta das forças policiais e grupos de extermínio que agem em favelas).

É óbvio que há de se reconhecer que a consolidação do tráfico de drogas em vilas e favelas das grandes cidades brasileiras contribuiu sensivelmente para o aumento dos homicídios no país. No entanto, há de se problematizar o fato de que, frequentemente, esta interpretação se fundamenta mais em uma visão superficial das espetaculares cenas de violência das favelas cariocas do que em uma análise profunda e consistente das características assumidas pelo fenômeno em outras cidades brasileiras. É como se boa parte da opinião pública “transplantasse” o problema da violência do Rio de Janeiro para o restante do país, sem qualquer crítica mais apurada sobre seus pressupostos, ou mesmo sem que se leve em consideração uma série de características tipicamente locais, observadas não apenas no próprio contexto carioca, como também em outras cidades brasileiras.

Primeiramente, há de se reconhecer a grande especificidade existente no modelo de tráfico de drogas instalado nos morros do Rio de Janeiro, sobretudo no que diz respeito à consolidação de um forte domínio territorial ostensivamente armado, exercido nestas localidades por grupos de jovens ligados à atividade criminosa. Esta característica fortemente territorializada e armada do comércio de drogas das favelas cariocas cria um contexto de grande tensão e violência entre os diversos grupos de traficantes, de modo que o

³ Justiça seja feita, há de se reconhecer que, especialmente no Brasil, esta associação direta e até mesmo intuitiva entre tráfico e homicídios não se deu por acaso. Não que a consolidação de um mercado de drogas ilícitas provoque, por si só, o aumento da violência letal entre os grupos envolvidos com a sua exploração. Prova disso é que, em diversos países europeus e em muitas cidades dos Estados Unidos, a venda de entorpecentes se mostra até mais intensa do que no Brasil, sem que os índices de homicídio tenham necessariamente aumentado em função disso (OUSEY & LEE, 2002; GRILLO, 2008). Especialmente no Brasil (e mais especificamente ainda no Rio de Janeiro), a intensa violência associada ao tráfico se deve ao modelo assumido pelo comércio de drogas em vilas e favelas, fortemente baseado no domínio territorial armado e ostensivo. Mas essa correlação possivelmente se deve mais às formas de organização e atuação assumidas pelos grupos ligados ao tráfico do que por qualquer característica inerente à atividade em si.

problema dos homicídios registrados naqueles territórios pode, de fato, ser associado de maneira mais sistemática à questão do tráfico.

No entanto, a forte peculiaridade assumida pela cena carioca faz com que seja problemático simplesmente “transplantar” este modelo explicativo para os assassinatos registrados em bairros de periferia e comunidades pobres de outras grandes cidades brasileiras. Até porque diversos estudos já começam a demonstrar que esta associação direta e quase exclusiva entre tráfico e homicídios, sem que se leve em conta uma série de especificidades locais de diversas ordens, se apoia em pressupostos que, cada vez menos, encontram sustentação empírica, sobretudo fora das favelas do Rio de Janeiro (ABRAMOVAY *et al.*, 1999; ADORNO, 2002; DOWDNEY, 2003; PAES MANSO, 2005)

O primeiro destes pressupostos é o de que os grupos envolvidos com o comércio varejista de drogas em algumas comunidades possuem estruturas organizacionais e hierárquicas rigidamente sedimentadas, constituindo, pela força das armas de fogo, verdadeiras instâncias de poder paralelo em alguns territórios. O segundo pressuposto é o de que, em função de sua grande organização e capacidade de articulação, tais grupos cultivam intensos vínculos logísticos e criminais com organizações externas ao seu território, chegando, inclusive, a se infiltrar sistematicamente no aparato estatal. Por fim, o terceiro pressuposto a sustentar a relação direta entre homicídios e tráfico de drogas é o de que os confrontos travados entre tais grupos se dão quase que exclusivamente em função do aumento de seu domínio territorial, atendendo, portanto, a uma lógica utilitarista, racional e mercadológica, sempre necessária para a melhor estruturação do comércio de drogas. Todas estas representações conferem aos grupos de jovens traficantes uma racionalidade e um grau de organização que, muitas vezes, não condizem com sua realidade, especialmente fora do Rio de Janeiro.

Mesmo na capital fluminense, alguns estudos já indicam que, ainda que grande parte dos enfrentamentos entre facções criminosas seja, de fato, motivada por questões mercadológicas (portanto, dotadas de boa dose de razão utilitária), muitos assassinatos registrados em áreas dominadas por estes grupos decorrem de conflitos e disputas interpessoais, bem como de vinganças tramadas em função de rivalidades locais históricas (RAMOS, 2009). Zaluar (1994) e Misse (1999), por exemplo, problematizam as representações de senso comum que enxergam, na violência dos grupos de narcotraficantes das favelas do Rio de Janeiro, exatamente o mesmo caráter racional/utilitário observado nas práticas criminosas das máfias da Itália ou nos cartéis de narcotraficantes da Colômbia. Para

estes autores, o tráfico de drogas é, de fato, um elemento gerador de violência entre os grupos. No entanto, à lógica econômica da venda de drogas, somam-se uma infinidade de questões históricas, simbólicas, culturais, políticas e institucionais que, definitivamente, não pertencem necessariamente à ordem do racional ou do utilitário.

Além disso, especialmente nos últimos anos, as facções criminosas que atuam nas favelas cariocas têm demonstrado que não possuem a articulação, o planejamento estratégico, ou a estrutura logística que se supunha que elas tinham para efetivamente constituírem “Estados Paralelos” dentro das comunidades que dominam (MISSE, 1999; SOARES, 2000; ZALUAR, 2004). A própria capacidade desses grupos para controlar e manter territórios pela força das armas vem se mostrando extremamente precária, sobretudo se for analisada à luz dos episódios ocorridos no Rio de Janeiro em novembro de 2010⁴ e do forte avanço de grupos paramilitares ou milícias sobre dezenas de favelas da zona Oeste da cidade, em territórios historicamente dominados por facções de narcotraficantes.

Nesse sentido, o passar dos anos e a realização de estudos mais aprofundados parecem estar se encarregando de revelar que boa parte das idéias que se tinha sobre o poderio das violentas e temidas facções de narcotraficantes do Rio de Janeiro talvez se tratasse mais de uma “Big Gang Theory”⁵ (FELSON, 2006) do que de um retrato fiel da realidade. Assim como diversos estudos vêm colocando em dúvida o real poder de articulação e de organização interna de grupos criminosos em atividade nos Estados Unidos, em El Salvador e na Colômbia (BING, 1991; RUBIO, 2007; RODGERS, 1999), talvez seja interessante que se comece a investigar de maneira mais cética e aprofundada os diversos grupos de jovens armados que, no Rio de Janeiro, se abrigam sob as temidas chancelas do *Comando Vermelho* (CV), do *Terceiro Comando Puro* (TCP) e dos *Amigos dos Amigos* (ADA).

⁴ Em novembro de 2010, em resposta a uma série de atentados supostamente praticados por integrantes da facção criminosa Comando Vermelho em diversos pontos do Rio de Janeiro, as forças de segurança do Estado, com o apoio da Polícia Federal e do Exército, tomaram, em apenas dois dias e sem uma única baixa entre policiais e militares, o Morro do Cruzeiro e o Complexo de Favelas do Alemão. As duas localidades representavam dois dos mais importantes territórios da facção e, durante muitos anos, foram tidas como fortalezas intransponíveis do tráfico de drogas no Rio de Janeiro.

⁵ A expressão “Big Gang Theory” é utilizada por Marcus Felson (2006) para designar um processo de representação coletiva, a partir do qual se atribui às gangues ou grupos de jovens delinquentes uma organização, estrutura ou poder de atuação muito maior e complexo do que eles efetivamente possuem. De acordo com Felson, essas representações são geralmente construídas pela imprensa e por agências policiais, na tentativa de produzir narrativas midiáticas mais dramáticas e também valorizar o trabalho de enfrentamento do problema junto aos governos e agências financiadoras. Essas representações, no entanto, não encontram respaldo empírico quando são submetidas a investigações mais criteriosas. Para Felson, seria muito mais plausível trabalhar com uma “Little Gang Theory”, segundo a qual grandes confederações criminosas como o Comando Vermelho, os Crips e os Bloods e a Mara Salvatrucha seriam, na verdade, franquias sob as quais se arregimentam diversos pequenos grupos independentes, unidos por laços funcionais e estruturais relativamente frouxos e com pouca interdependência sistêmica na condução de suas atividades cotidianas (FELSON, 2006).

Por fim, há de se observar que a própria configuração assumida pelo fenômeno dos homicídios no Brasil, com uma grande prevalência de jovens, negros ou pardos, pobres e moradores de vilas e favelas entre vítimas e autores, já deixa claro que o problema a ser compreendido possui características estruturais próprias, muito anteriores à questão das drogas. O recrudescimento do tráfico é uma decorrência do fenômeno a ser efetivamente compreendido e não o contrário.

Por isso, defende-se aqui o argumento de que, para compreender melhor o problema do envolvimento desproporcionalmente alto de jovens em dinâmicas de violência letal (tanto como vítimas, quanto como autores) e o aumento das taxas de homicídio no Brasil, mais do que analisar as nuances de uma prática criminal genericamente definida como o “tráfico de drogas”, torna-se necessário investigar uma série de dinâmicas de socialização e de sociabilidade violenta em curso em determinados ambientes urbanos. Pois a expressão mais concreta destes processos se dá justamente por meio do envolvimento destes jovens em grupos delinquentes, violência armada e conflitos territorializados, estes sim os maiores responsáveis pelo recrudescimento da violência letal e pela própria consolidação do tráfico de drogas.

Por meio desta abordagem mais ampla, insere-se o fenômeno brasileiro dentro de um campo de estudos que se dedica a compreender a infinidade de nuances políticas, históricas, culturais, criminais, sociais e conjunturais que marcam a disseminação de tais grupos ao redor do mundo (DOWDNEY, 2003; RAMIREZ, 2003; HAGEDORN, 2003). Quebra-se a tendência inercial de associar o problema dos homicídios exclusivamente ao tráfico de drogas, para buscar uma compreensão mais ampla, aprofundada e focalizada das estruturas, funcionalidades, formas assumidas pelo problema.

A questão de fundo que se coloca aqui, portanto, é a de tentar compreender, empiricamente, como se dá e quais são as principais características que marcam a associação de adolescentes e jovens que compartilham uma identidade comum, em grupos sistematicamente envolvidos com práticas violentas e/ou criminosas e conflitos territorializados. Em termos teóricos, trabalha-se com a hipótese de que a consolidação de tais grupos (e a consequente imposição de domínio territorial armado e violento em determinados territórios) constitui uma espécie de resposta associativa diferencial que alguns jovens oferecem a contextos de degradação urbanística/ambiental, presença precária do Estado, violência interpessoal e institucional, segregação e exclusão social das favelas e bairros de periferia das grandes cidades brasileiras. Argumenta-se, portanto, que o

entendimento do problema da violência entre jovens de periferia deve se dar por meio da compreensão da estrutura que o define e garante sua existência, e não por meio da análise de suas muitas formas de emergência.

Primeiramente, é importante ter em mente que o processo de urbanização vivenciado pelo Brasil nos últimos 50 anos, impulsionado por um modelo de desenvolvimento desigual e excludente, se refletiu no meio urbano por meio da consolidação de espaços segregados, onde vivem grandes parcelas da população excluída dos processos de integração econômica e social (CAIADO, 1998). Em termos urbanísticos, as vilas e favelas brasileiras são hoje o reflexo mais visível do processo perverso e segregador de desenvolvimento e urbanização vivenciado pelo país ao longo das últimas décadas. E, dentro de algumas destas localidades, a associação de adolescentes e jovens que compartilham uma identidade comum, sob a forma de grupos sistematicamente envolvidos em práticas violentas e/ou criminosas (ou organizações sociais perversas), acaba representando uma maneira bastante eficiente de realizar transações (sociais, simbólicas, financeiras e afetivas) com o ambiente hostil que os cerca. Se as favelas são a materialização urbanística do modelo de desenvolvimento excludente de marcou o Brasil nos últimos anos, talvez a consolidação de grupos de jovens delinquentes e seus conflitos territorializados seja seu correspondente social.

Neste sentido, argumenta-se aqui que tais grupos podem ser vistos como um tipo de organização social diferencial, cuja filiação garante aos membros uma série de vantagens competitivas em um ambiente de degradação urbanística/ambiental, ausência de provisão de serviços públicos, baixa consolidação legal/normativa, presença precária do Estado e pelas mais diversas dinâmicas decorrentes dos processos de exclusão social e sociabilidade violenta (MACHADO DA SILVA, 2004). Por isso, torna-se importantíssimo promover investigações mais aprofundadas sobre como tais grupos se estruturam, com quais atividades criminosas se envolvem, qual o perfil de seus membros, como estes jovens se relacionam entre si, com as comunidades locais e com outros grupos semelhantes. Percebendo como todas estas dimensões se relacionam com as especificidades ambientais locais, torna-se possível compreender melhor como estas organizações sociais diferenciais produzem taxas elevadíssimas de homicídios entre adolescentes e jovens moradores de vilas e favelas de nossas grandes cidades.

Na tentativa de contribuir para esta discussão, realiza-se aqui um estudo de caso sobre grupos de adolescentes e jovens que compartilham uma identidade comum, sistematicamente envolvidos em práticas violentas e/ou criminosas e conflitos

territorializados na Região Metropolitana de Belo Horizonte. O levantamento teve como base 40 entrevistas em profundidade realizadas entre julho de 2009 e agosto de 2010, com adolescentes e jovens membros de grupos armados ou gangues que atuam na RMBH. Todas estas entrevistas foram realizadas mediante assinatura de termos de consentimento livre e esclarecido, em centros de internação subordinados à Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDS), onde os informantes cumpriam medida socioeducativa de internação por atos infracionais análogos àqueles tipificados no Código Penal como crimes de homicídio, tentativa de homicídio, tráfico de drogas, porte ilegal de armas, formação de quadrilha, roubo e latrocínio. Além das entrevistas em profundidade, o estudo também fez uso dos seguintes dados:

- 1- Informações quantitativas e qualitativas produzidas pelas polícias Civil e Militar entre os anos de 2007 e 2009, por meio do “Grupo de Monitoramento de Gangues” (GMG). Trata-se de uma instância interinstitucional de inteligência policial que tem como objetivos principais a elaboração de diagnósticos e o desenvolvimento de estratégias de enfrentamento ao problema das gangues que atuam na região metropolitana de Belo Horizonte.
- 2- Relatórios de pesquisa sobre o problema da violência ligada à atuação de gangues em 11 favelas da RMBH, produzidos por pesquisadores do Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (CRISP/UFMG), entre os anos de 2005 e 2009, para subsidiar a implementação de Núcleos de Prevenção à Criminalidade (NPC) do Programa de Controle de Homicídios “Fica Vivo!”.
- 3- Dez relatórios de pesquisa elaborados a partir de mais de 400 horas/aula de estudos técnicos oferecidos pelo CRISP a policiais civis e militares que trabalham em áreas de vilas e favelas da RMBH.

Por fim, realizou-se também uma extensa revisão bibliográfica sobre o tema, abrangendo não apenas as teorias que tentam compreender a etiologia do problema das gangues, como também estudos que têm como objetivo determinar suas principais características estruturais e epidemiológicas.

Para uma melhor compreensão do esquema geral de organização deste trabalho, apresentamos, a seguir, a descrição dos conteúdos de cada um dos capítulos que o compõem. O primeiro capítulo traça um panorama da violência letal no Brasil, tendo como pano de fundo o envolvimento de adolescentes e jovens, tanto como vítimas, quanto como autores. O

segundo capítulo, por sua vez, apresenta uma compilação de dados e estudos sobre o problema dos grupos delinquentes de jovens envolvidos em práticas sistemáticas de violência no Brasil e em outros países, na tentativa de oferecer ao leitor uma visão geral do contexto empírico do problema aqui discutido. Além disso, esta seção traça o cenário teórico das discussões a respeito do envolvimento de adolescentes e jovens em gangues ou, como se prefere definir, grupos de jovens que compartilham uma identidade comum, sistematicamente envolvidos com práticas violentas e/ou criminosas e conflitos territorializados. Desde a década de 1920, existe uma longa tradição internacional (principalmente norte-americana) de estudos sociológicos sobre o tema. Somada à produção nacional mais recente, tais textos auxiliam na compreensão do problema e possibilitam a relação dialética deste estudo com outras produções sobre o tema.

O terceiro capítulo apresenta o processo metodológico de construção desta pesquisa, discutindo o modo de coleta de dados, bem como os fundamentos teóricos que o orientaram. O quarto capítulo, por sua vez, apresenta um panorama do problema dos homicídios na RMBH, consequência mais perversa da atuação dos grupos delinquentes de jovens que atuam em vilas e favelas da região metropolitana. Além disso, traça um perfil daquilo que as forças policiais sabem sobre a atuação destes grupos, também na tentativa de estabelecer um contexto empírico da violência das gangues nas vilas e favelas da RMBH.

Por fim, o quarto capítulo apresenta ainda análise das informações coletadas a partir das entrevistas com adolescentes e jovens envolvidos com grupos delinquentes, práticas violentas e/ou criminosas e conflitos territorializados. O material será interpretado em função dos contextos empíricos e teóricos apresentados em capítulos anteriores. Nesta seção, serão apresentadas e discutidas questões relacionadas ao ambiente de exclusão social em que estes jovens nasceram e foram criados, bem como as principais dinâmicas sociais, culturais, conflitivas e criminais vivenciadas por eles dentro dos grupos armados dos quais fazem parte (tipos de crimes com os quais se envolvem, conflitos e formas de relacionamento com outros grupos, relações com as comunidades locais, representações simbólicas, etc).

Capítulo I – Jovens e Violência Letal

“Não Matarás”
Êxodo 20:13

“E não mateis o ser humano”
Surat Al-Isra 17:33

1.1. Contexto Empírico dos Homicídios no Brasil

No Brasil, o maior indicador de que o problema do envolvimento de adolescentes e jovens com violência armada adquire contornos dramáticos pode ser encontrado nos registros de mortalidade do Ministério da Saúde. Desagregando os dados de homicídio dolosos registrados no país durante os últimos 30 anos, pode-se observar que o crescimento expressivo deste tipo de crime se deu por meio de um perfil bastante específico da população: em termos médios, a vítima de homicídio no Brasil mora em um grande centro urbano, é homem, negro ou pardo, tem entre 15 e 24 anos, baixa escolaridade, foi ferida por arma de fogo leve e assassinada em via pública. Tomando a variável “escolaridade” como proxy de “renda”, também é possível inferir que as vítimas são, em sua esmagadora maioria, oriundas de classes de baixo status socioeconômico. As tabelas a seguir mostram este perfil.

Tabela I – Perfil das Vítimas de Homicídio no Brasil (1979/2008) – Sexo, Raça/Cor e Idade

	Sexo		Raça/Cor			Idade						
	Masc	Fem	BR	NBR	Out./ Ign.	0-14	15-24	25-29	30-39	40-64	65+	Ign
Vítima de Homicídio	92%	8%	32%	50%	18%	1,9%	35,4%	17,4%	22,3%	17,9%	2,1%	2,9%

Fonte: SIM/DATASUS / PNAD

Tabela II – Perfil das Vítimas de Homicídio no Brasil (1979/2008) – Escolaridade, Meio Utilizado e Local de Óbito

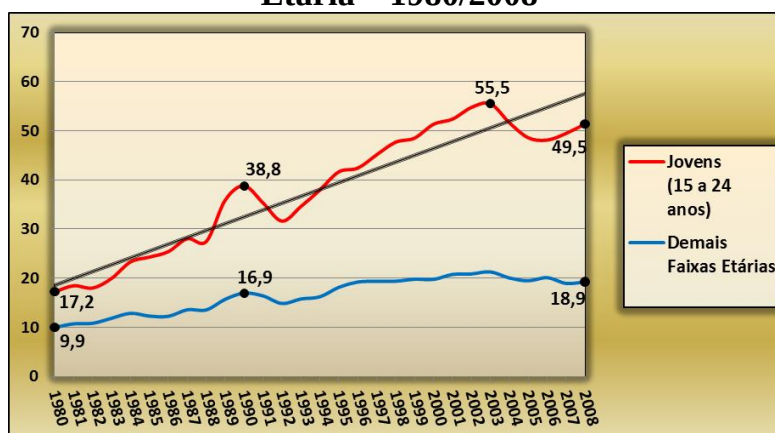
	Meio Utilizado			Local do Óbito				Escolaridade			
	Arma de Fogo	Arma Branca	Outros Ign.	Hosp. / Est. Saúde	Domicílio	Via Pública	Outros Ign.	S/I	Fund.	Méd.	Sup.
Vítima de Homicídio	47,9%	15,1%	37%	34,4%	11,7%	37,8%	16,2%	11,9%	73,8%	11,2%	3,1%

Fonte: SIM/DATASUS

Separando as vítimas por faixas etárias, os registros do Ministério da Saúde demonstram que as taxas de homicídio tiveram um crescimento vigoroso na faixa dos adolescentes e jovens de 15 e 24 anos de idade. Basta observar que, enquanto a taxa de

homicídios específica entre jovens cresceu quase 188% entre 1980 e 2008, a taxa de homicídios para as demais idades teve um aumento de 91%. O que estes números demonstram é que, nos últimos 30 anos, as taxas de homicídio no Brasil cresceram a reboque do aumento desproporcionalmente alto do número de assassinatos de adolescentes e jovens. O gráfico a seguir ilustra esta tendência.

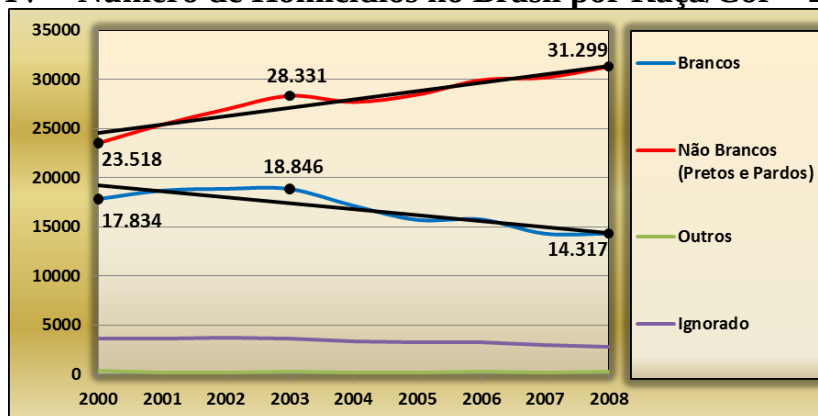
Gráfico III – Taxas de Homicídios no Brasil (Hom./100 mil Hab.) por Faixa Etária – 1980/2008



Fonte: SIM/DATASUS

Outra informação bastante reveladora contida nos registros do DATASUS diz respeito à cor ou raça das vítimas de homicídio no Brasil. Desde o ano 2000, quando a contagem oficial das vítimas de homicídio passou a incorporar a variável “cor/raça” de maneira mais consistente, sabe-se que os não brancos (pretos ou pardos) representam a maioria das vítimas de homicídio no país. Entretanto, os dados demonstram que existe uma tendência inversa entre as categorias: enquanto o número de vítimas classificadas como “brancas” vem diminuindo nos últimos anos, o número de mortos classificados como “não brancos” vem aumentando, como demonstra o gráfico a seguir.

Gráfico IV – Número de Homicídios no Brasil por Raça/Cor – 2000/2008



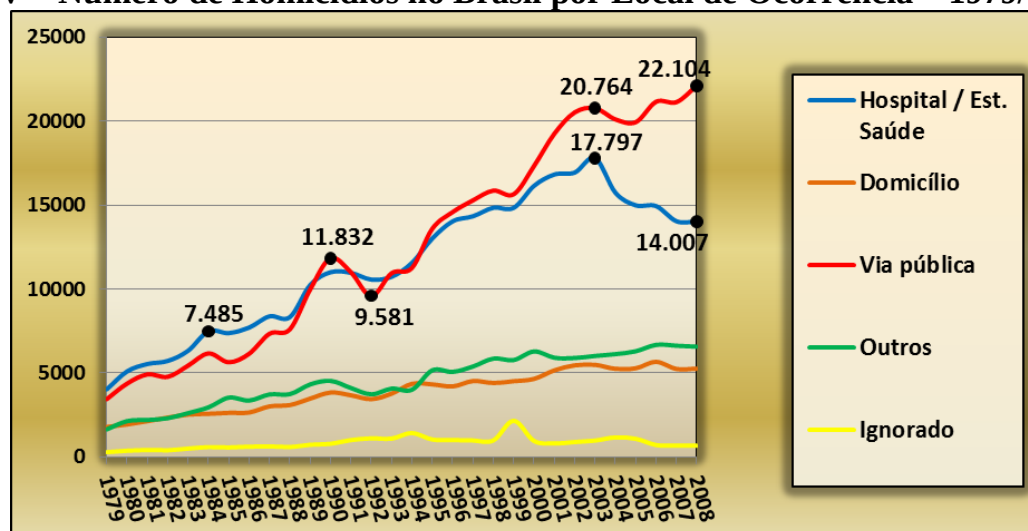
Fonte: SIM/DATASUS

Especificamente no que diz respeito à dinâmica dos homicídios, uma variável em especial traz informações muito importantes para serem analisadas: o local onde a morte se consumou. Os registros do DATASUS demonstram que, ao longo dos últimos 30 anos, houve uma mudança bastante significativa na forma como os assassinatos se dão no Brasil. No final dos anos 70 até o início dos anos 90, o perfil médio das mortes no país era o seguinte: as vítimas eram agredidas em uma determinada localidade (quase sempre por armas de fogo), eram socorridas e vinham a falecer dentro de unidades de saúde (hospitais ou outros estabelecimentos de atendimento ambulatorial).

Já a partir dos anos 90, este ciclo perde uma de suas etapas, o que demonstra que houve um aumento da letalidade da dinâmica criminal: agora, grande parte das vítimas é agredida por arma de fogo, mas, em função da gravidade dos ferimentos, não chega nem a ser socorrida. A maioria das mortes se consuma em via pública, o que permite inferir que os homicídios hoje se dão de maneira mais violenta, se não por meio de armas de maior calibre, definitivamente com maior número de tiros.

Um levantamento realizado em 2.405 laudos de necropsia emitidos pelo IML de São Paulo durante o ano de 2001, por exemplo, demonstrou que, em 69% dos homicídios por arma de fogo, a vítima foi atingida na cabeça por mais de dois projéteis. Em segundo lugar, o local anatômico mais atingido foi a região dorsal (costas), com 44% das vítimas sendo feridas nesta região, também com mais de dois projéteis (GAWRYSZEWSKI *et al.*, 2005). O que os registros da saúde e as pesquisas indicam é que, nos últimos anos, grande parte dos assassinatos no Brasil adquiriu características de execução, consumada em via pública, conforme mostra o gráfico a seguir.

Gráfico V – Número de Homicídios no Brasil por Local de Ocorrência – 1979/2008



Fonte: SIM/DATASUS

Além de atingir um segmento bastante específico dentro do conjunto da população (adolescentes ou jovens do sexo masculino, não brancos, pouca instrução formal, e baixo status socioeconômico), os homicídios no Brasil também demonstraram, ao longo dos últimos 20 anos, ter um padrão de distribuição espacial bastante específico. Nesse sentido, diversos estudos vêm demonstrando que, mesmo dentro das grandes cidades, os assassinatos se encontram extremamente concentrados em áreas de alta vulnerabilidade social, pouca ou nenhuma provisão de serviços públicos e intensa deterioração urbanística (BEATO FILHO, *et al.*, 2001; PAIM *et al.*, 1999; RIVERO, 2010; CANO, 1998; CRUZ, 1996; CRUZ & CARVALHO, 1998; YI *et al.*, 2000; SZWARCOWALD & CASTILHO, 1998).

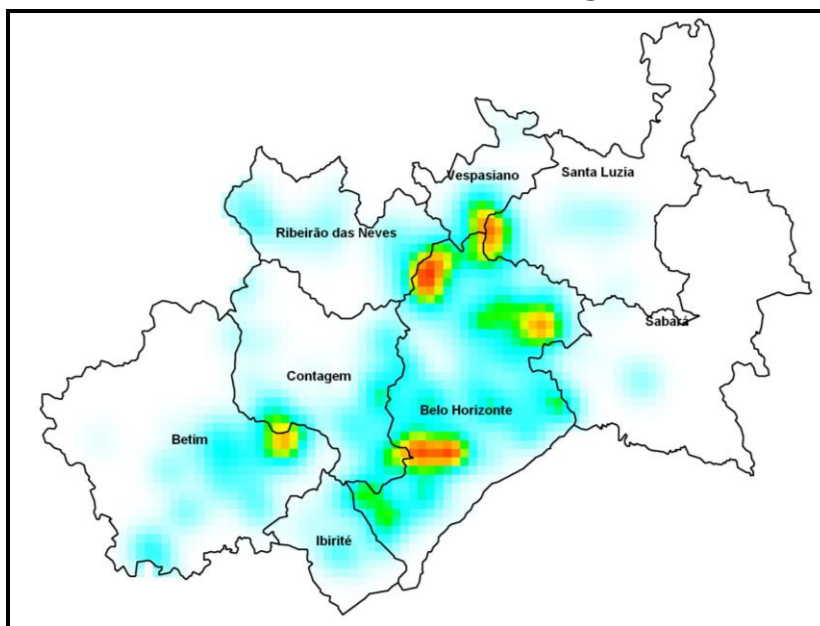
Na Região Metropolitana de Belo Horizonte, por exemplo, dados da Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDS) demonstram que, ao longo dos últimos dez anos, cerca de 20% de todos os homicídios se concentraram em apenas 6% do território das cidades. Este perfil de concentração dos homicídios também pode ser observado em outras regiões metropolitanas do país, como São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e Salvador (GOERTZEL & KAHN, 2009; RATTON, 2006; BEATO FILHO *et al.*, 2001; MUSUMECI *et al.*, 2006).

Portanto, o que todos os dados apresentados até aqui sugerem é que existe uma dinâmica de violência bastante delineada atuando como principal vetor do aumento dos homicídios no país nos últimos anos: o acirramento dos confrontos entre adolescentes e jovens, moradores de vilas e favelas, associados em grupos delinquentes ou gangues, sistematicamente envolvidos em conflitos territorializados. As características assumidas pela violência nestes locais não deixam dúvidas de que os crimes possuem um caráter grupal e são associados a conflitos resolvidos de maneira violenta dentro dos próprios ambientes. E como a disseminação das armas de fogo tende a igualar a força entre os adversários, os grupos passam a adotar o “efeito surpresa” como principal procedimento de execução de seus alvos. Isso explica, por exemplo, a grande quantidade de tiros na região lombar e craniana das vítimas, quase sempre apanhadas de surpresa pelas costas e, depois de feridas, executadas com tiros na cabeça (DONOHUE & LEVITT, 1998; PAES MANSO, 2005).

A própria concentração destes crimes em áreas de vilas e favelas revela o perfil extremamente territorializado dos conflitos travados entre estes grupos de jovens. Os mapas a seguir, por exemplo, ilustram o perfil de grande concentração espacial dos homicídios registrados na RMBH e nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro⁶.

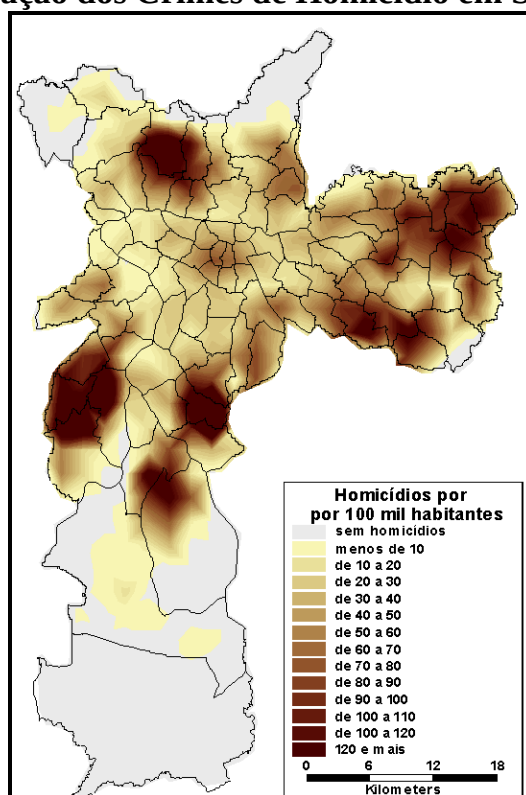
⁶ Os mapas da Região Metropolitana de Belo Horizonte e da cidade de São Paulo utilizaram o método de Interpolação de Kernel, função que calcula a concentração de eventos por metro quadrado de área. No caso a seguir, calcula-se a concentração de “homicídios consumados”.

Mapa I – Concentração dos Crimes de Homicídio na Reg. Met. de Belo Horizonte – 2009



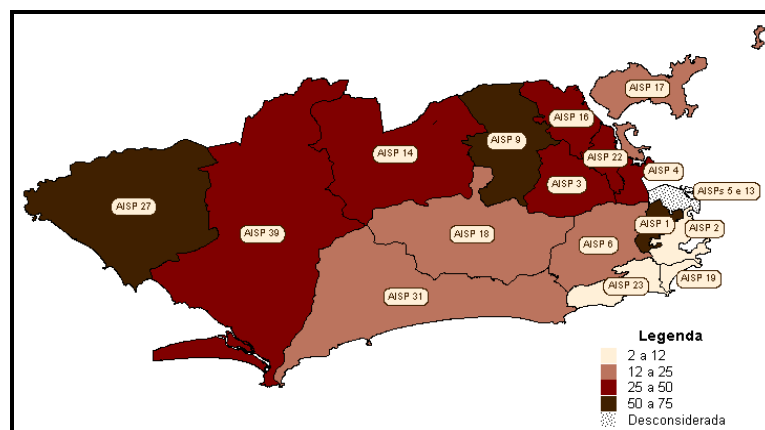
Fonte: Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDS) – Elaboração CRISP/UFGM, 2010

Mapa II – Concentração dos Crimes de Homicídio em São Paulo – 2000/2008



Fonte: Sistema de Estatísticas Vitais / Fundação SEADE

Mapa III – Distribuição dos Crimes de Homicídio na cidade do Rio de Janeiro por Área Integrada de Segurança Pública (AISP) - 2008



Fonte: Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro (ISP) / Elaboração CESEC

Além da altíssima concentração em áreas de vilas e favelas, os homicídios também apresentam um caráter extremamente endógeno no que diz respeito ao ambiente em que se dá a interação entre vítimas e autores. De acordo com diversos estudos, na imensa maioria dos assassinatos, a distância média entre as residências da vítima, do autor e o local onde o crime ocorreu não ultrapassa 1,5 quilômetro. Sendo que, em boa parte das ocorrências, este triângulo territorial não chega a ter nenhum de seus lados maior do que 500 metros (PEIXOTO, 2003, BEATO, 2010, SSP-SP, 2010). Em geral, autor e vítima moram na mesma vizinhança e, ao que tudo indica, matam e morrem em função de conflitos estabelecidos e resolvidos de forma violenta e privada, no próprio território.

O que os diversos tipos de registros de homicídio demonstram, portanto, é que, ao contrário do que reza o senso comum, não houve uma “explosão” dos homicídios nas grandes cidades brasileiras. A grande concentração socioespacial deste tipo de crime impõe a necessidade de reconhecer que a escalada das mortes no país se assemelha mais a uma “implosão”, uma vez que se deu de maneira focalizada, em áreas pontuais das cidades e vitimizando um perfil bastante específico da população brasileira (BEATO FILHO, 2003; ZALUAR, 2004; SOARES *et al.*, 2007; BEATO FILHO & MARINHO, 2007).

O padrão de concentração espacial dos assassinatos é tão claro que permite afirmar que nem toda área marcada por fortes indicadores de exclusão social e degradação ambiental/urbanística é palco de altos índices de homicídio; mas, definitivamente, toda área com altos índices de homicídio é marcada por forte exclusão social e degradação ambiental/urbanística. Além disso, a distribuição geográfica das mortes condiz perfeitamente com a noção de que parte significativa dos crimes de homicídio decorre dos embates protagonizados por grupos de jovens envolvidos em conflitos territorializados.

A despeito da grande variedade e da considerável precisão dos dados sobre as vítimas de homicídio, os registros sobre os autores deste tipo de crime são extremamente escassos. Mesmo quando se encontram disponíveis, as poucas informações existentes vêm de arquivos das polícias civis e tribunais de justiça, possivelmente dizendo mais sobre seus sistemas de produção jurídica do que sobre o fenômeno propriamente dito. De qualquer forma, um levantamento feito junto às polícias civis de 24 estados pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) demonstrou que, entre os 14.090 inquéritos de homicídios dolosos relatados entre os anos de 2004 e 2005, adolescentes e jovens de 12 a 24 anos respondiam pela autoria de 51% deste volume, ou exatos 7.169 casos (SENASP, 2006).

Por fim, algumas pesquisas também começam a indicar que pode estar havendo, especialmente nos últimos anos, uma mudança na dinâmica de parte significativa dos homicídios. Por um lado, sabe-se que a imensa maioria das ocorrências de homicídio conta com apenas uma vítima. Ainda que causem natural comoção pública, dentro do conjunto dos registros, os casos envolvendo duas ou mais pessoas assassinadas em um único episódio são bastante raros. Por outro lado, alguns levantamentos começam a demonstrar que parte significativa dos crimes conta com múltiplos autores.

Em Porto Alegre, por exemplo, uma pesquisa realizada junto a uma amostra de familiares de vítimas de homicídio demonstrou que 73,3% dos crimes contaram com a participação de mais de um autor (BARATA *et al.*, 2008). Em São Paulo, levantamento feito a partir de todos os registros de homicídio registrados na cidade em 1998 revelou que 40,7% dos casos tiveram múltiplos agressores (AGUINSKY & GROSSI, 2006). Em Belo Horizonte, pesquisa realizada junto a uma amostra aleatória de 50 inquéritos de homicídios instaurados entre 2000 e 2010 constatou que 54% dos crimes foram praticados por mais de um autor (VARGAS & ZILLI, 2010). As tabelas a seguir ilustram essa distribuição.

Tabela III – Número de Vítimas nos Inquéritos de Homicídio em Belo Horizonte

		Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Acumulado
Válidos	Uma Vítima	43	86,0	86,0	86,0
	Mais de uma Vítima	7	14,0	14,0	100,0
	Total	50	100,0	100,0	

Fonte: Divisão de Crimes contra a Vida (DCcV) / Polícia Civil de Minas Gerais

Tabela IV – Número de Autores nos Inquéritos de Homicídio em Belo Horizonte

		Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Acumulado
Válidos	Mais de um Autor	27	54,0	57,4	57,4
	Um Autor	20	40,0	42,6	100,0
	Total	47	94,0	100,0	
Não Válidos	NA	3	6,0		
Total		50	100,0		

Fonte: Divisão de Crimes contra a Vida (DCcV) / Polícia Civil de Minas Gerais

Ainda que seja necessário fazer diversas ressalvas aos poucos dados existentes sobre autores de homicídio, as informações levantadas por estas pesquisas também reforçam a hipótese de que parte expressiva dos assassinatos registrados nas grandes cidades brasileiras é praticada por grupos de jovens armados. Pois, conforme dito anteriormente, somente essa característica grupal explicaria o aumento dos assassinatos consumados em via pública, com grande parte das vítimas sendo alvejada com tiros na cabeça e nas costas, por pessoas com as quais interagiam dentro de uma mesma comunidade (GAWRYSZEWSKI *et al.*, 2005).

Portanto, de modo geral, o que todos os dados tratados até aqui indicam é que o forte aumento das taxas de homicídio registrado no Brasil ao longo dos últimos 30 anos se deu por meio de vetores bastante específicos e claramente identificáveis. Em termos espaciais, os homicídios brasileiros se concentraram em grandes centros urbanos e, dentro destes, de maneira muito forte em vilas, favelas e locais marcados por forte exclusão social e degradação ambiental/urbanística. Nestas localidades, a imensa maioria dos crimes foi consumada com diversos disparos, feitos por armas de fogo leves, vitimando majoritariamente adolescentes e jovens entre 15 e 24 anos, não brancos, pobres e com baixo grau de instrução formal. Além disso, existem indicativos de que os autores destes crimes tinham exatamente o mesmo perfil das vítimas.

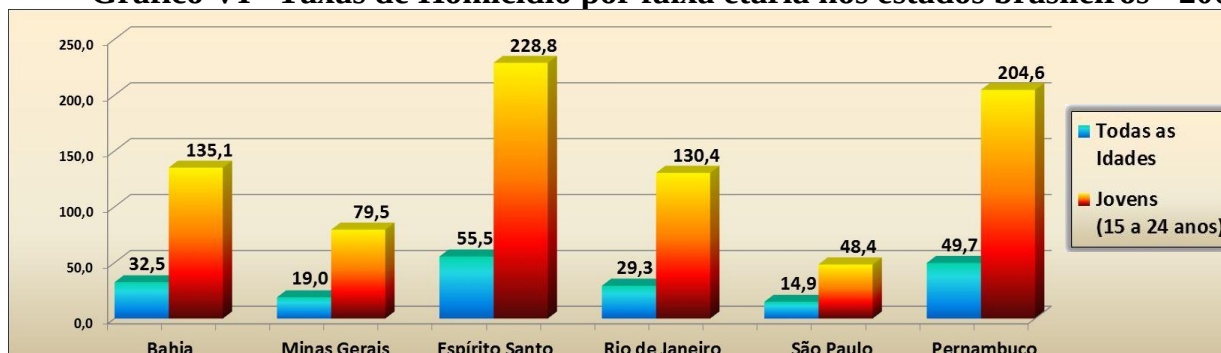
Como argumenta Soares (2008), os homicídios no Brasil possuem características de fenômenos “estruturais”. Em outras palavras, seguem tendência de mudanças graduais no decorrer de períodos mais longos; mantêm um padrão estável de relações com variáveis externas com que apresenta correlações; e tendem a ter *composição interna* (por idade, gênero, etc) estável. Desta forma, talvez seja mais pertinente pensar que o problema das altas taxas de homicídio no Brasil precisa ser compreendido não a partir de seus parâmetros gerais, mas sim em função das características assumidas por seu padrão mais recorrente, que é a mortalidade violenta de adolescentes e jovens.

Sobretudo porque todas as características apresentadas até aqui (socioeconômicas e espaciais) se mostram ainda mais intensas e demarcadas quando são levados em consideração somente os homicídios cujas vítimas tinham entre 15 e 24 anos. Mais uma vez, torna-se clara a necessidade de compreender, de maneira mais aprofundada, o problema do envolvimento de adolescentes e jovens em grupos delinquentes ou gangues e suas dinâmicas de conflitos territorializados.

1.2. Jovens e Homicídios no Brasil

Um forte indicador de que o problema dos assassinatos de adolescentes e jovens possui um caráter estrutural pode ser observado no fato de que, em quase todos os estados brasileiros, as taxas de homicídio de jovens mantêm uma proporção praticamente fixa com as taxas gerais. Em termos médios, a taxa de homicídios de adolescentes e jovens em todos estados da federação é quase sempre quatro vezes maior do que suas taxas gerais. O gráfico a seguir ilustra esta relação de proporções.

Gráfico VI –Taxas de Homicídio por faixa etária nos estados brasileiros - 2008

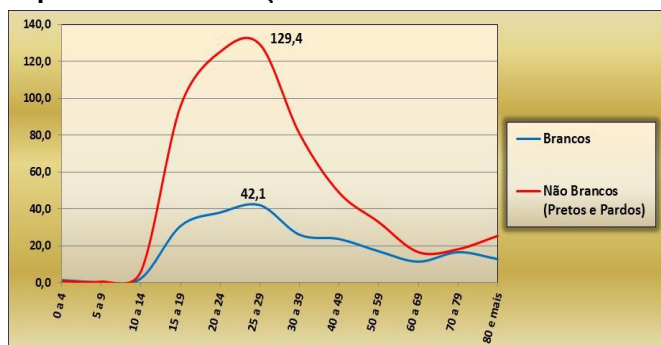


Fonte: SIM/DATASUS

Entretanto, os dados que indicam a expressiva concentração de homicídios entre adolescentes e jovens precisam ser interpretados com cuidado, uma vez que, mesmo dentro desta faixa etária, os assassinatos não se distribuem de maneira equânime. Registros do DATASUS indicam que, especialmente entre homens de 15 a 24 anos, a desproporção entre as taxas de vitimização de brancos e não brancos (pretos ou pardos) atinge seu maior patamar. Ao longo de todas as idades, os homens classificados como não brancos são sempre mais vitimados por homicídios do que aqueles classificados como brancos. Entretanto, essa diferença começa a se tornar maior a partir dos 15 anos, atingindo seu pico entre os 24 e 28 anos e começando a diminuir novamente a partir dos 30 anos.

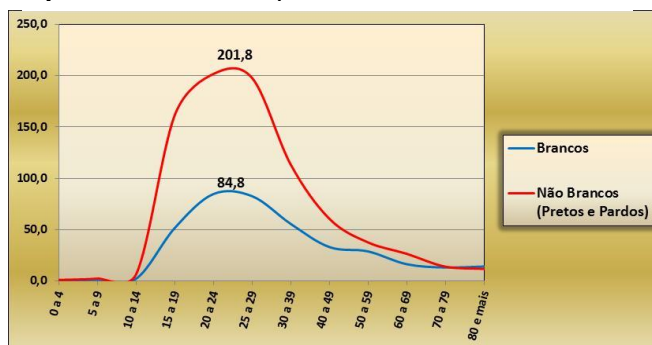
Se a variável “raça/cor” puder ser tomada como “proxy” para classe social, escolaridade e local de moradia, os dados mostram mais uma vez que, em praticamente todos os estados brasileiros, existe uma extrema concentração de violência letal entre jovens, pobres, negros, moradores de vilas e favelas das grandes cidades. Este padrão pode ser observado nos gráficos a seguir.

Gráfico VII – Taxas de Homicídio entre homens, por faixa etária e raça/cor – Minas Gerais - 2008



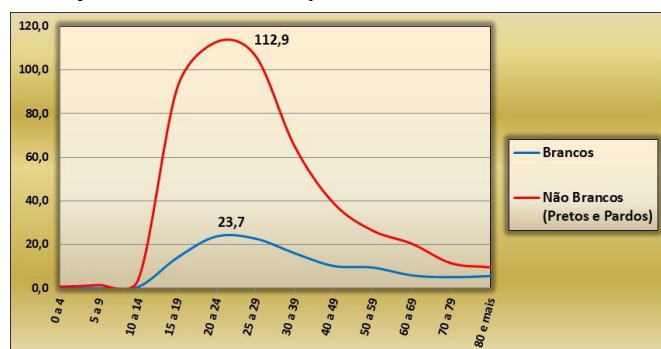
Fonte: SIM/DATASUS – IBGE/Censo 2000

Gráfico VIII – Taxas de Homicídio entre homens, por faixa etária e raça/cor – Rio de Janeiro - 2008



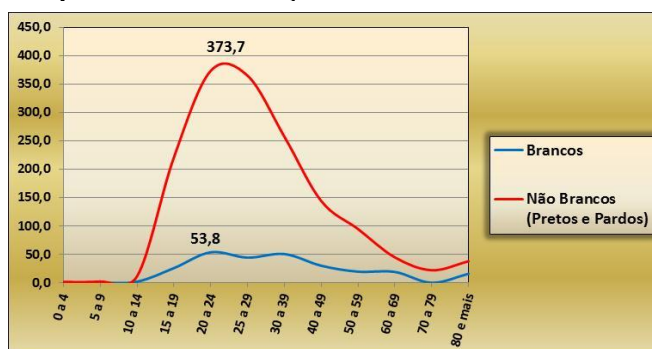
Fonte: SIM/DATASUS – IBGE/Censo 2000

Gráfico IX – Taxas de Homicídio entre homens, por faixa etária e raça/cor – São Paulo - 2008



Fonte: SIM/DATASUS – IBGE/Censo 2000

Gráfico X – Taxas de Homicídio entre homens, por faixa etária e raça/cor – Pernambuco - 2008



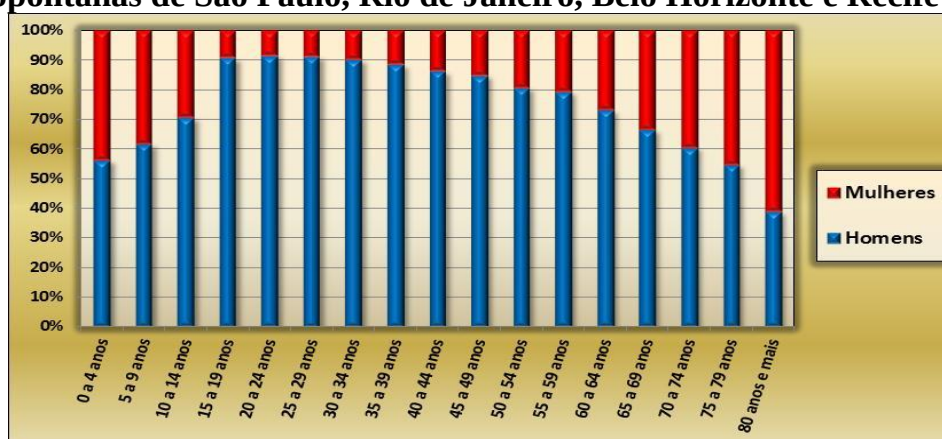
Fonte: SIM/DATASUS – IBGE/Censo 2000

Obviamente, não se trata aqui de dizer que os homicídios de jovens no Brasil são motivados por questões étnicas. Ao contrário disso, reforça-se a hipótese, já defendida em diversos estudos, de que a super-representação de adolescentes e jovens não brancos entre as vítimas de homicídio só pode ser explicada em função da super-representação deste estrato entre a população de baixo status socioeconômico, moradora de vilas e favelas, estes sim fatores tidos como determinantes para o risco de vitimização por homicídio. Em pesquisa realizada com dados de homicídios da Região Metropolitana de São Paulo, por exemplo, Kilsztajn e outros autores (2004) reforçam a idéia de que a variável “raça/cor”, por si só, se mostra incapaz de explicar as variações entre taxas de homicídio de diferentes parcelas da população. De acordo com o estudo, as variáveis que demonstraram maior poder preditivo sobre as taxas de homicídio são ligadas ao status socioeconômico das vítimas, como renda, anos de estudo, local de moradia, etc (KILSZTAJN *et al.*, 2004).

Outro indicador que se mostra mais acentuado quando se analisam apenas os homicídios cujas vítimas tinham entre 15 e 24 anos é a proporção entre homens e mulheres. A despeito de todos os dados indicarem que os homens se envolvem mais com homicídios

do que mulheres (tanto como autores, quanto como vítimas), a proporção entre os sexos não se mostra constante na medida em que a composição etária varia. Entre os 15 e os 34 anos, 90% das vítimas de homicídio são homens. Na medida em que a idade avança, esta proporção de homens e mulheres se aproxima do equilíbrio.

Gráfico XI – Proporção de Homens e Mulheres vítimas de homicídio nas regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Recife – 2008



Fonte: SIM/DATASUS

Diante de todos os dados apresentados até aqui, resta a seguintes pergunta: como compreender os altíssimos índices de homicídios entre adolescentes e jovens do sexo masculino, negros e pardos, pobres e moradores de vilas e favelas das grandes cidades brasileiras? Torna-se claro que esta “implosão” da violência, que afeta um segmento bastante específico da população e se restringe quase que exclusivamente a determinados territórios, só poderá ser melhor compreendida a partir do momento em que se entenda como diversas dinâmicas sociais, culturais, grupais e interpessoais protagonizadas por estes atores se articulam entre si e também com o próprio ambiente das favelas.

E é nesse contexto que a compreensão do problema do envolvimento de jovens em grupos delinquentes ou gangues ganha extrema relevância. Como foi dito anteriormente, argumenta-se aqui que, em territórios marcados por forte degradação urbanística/ambiental, presença precária do Estado, violência, segregação e exclusão social, o surgimento destes grupos constitui uma espécie de resposta associativa diferencial que, dentro da lógica de uma sociabilidade violenta, possibilita a adolescentes e jovens melhores condições de interação e transação com o ambiente hostil dentro do qual se encontram inseridos.

Capítulo II - As bases empíricas e teóricas das discussões sobre o fenômeno das Gangues

Como foi dito anteriormente, o envolvimento de adolescentes e jovens com violência armada, homicídios e conflitos territorializados é um problema observado em diversos países. No entanto, nas favelas e bairros de periferia de nossas grandes cidades, esta questão atinge patamares que colocam o Brasil entre os países mais violentos do mundo, comparado apenas àqueles que já viveram ou vivem guerras civis. Ao contrário de países como El Salvador, Honduras, Colômbia ou Nicarágua, não existem aqui movimentos guerrilheiros ou criminais com pretensões políticas, ou mesmo que exerçam rigoroso controle armado de faixas territoriais muito extensas. Mas nem por isso nossas taxas de homicídios são menores do que as desses países. Isso deixa claro que existe hoje no Brasil uma dinâmica de violência bastante peculiar e, possivelmente, ainda pouco compreendida, a despeito de ter características e “público-alvo” muito bem definidos.

Nos últimos anos, este “hiato cognitivo” vem sendo gradativamente preenchido por diversos estudos que tentam compreender melhor o problema dos grupos de jovens que compartilham uma identidade comum, sistematicamente envolvidos com práticas violentas e/ou criminosas e conflitos territorializados no Brasil. No entanto, grande parte destas investigações ainda se dedica a abordar exclusivamente o fenômeno da violência ligada à atuação das facções de narcotraficantes no Rio de Janeiro (AMORIM, 1993; ZALUAR, 2003; ADORNO, 1999; MISSE, 1997, 1999; RAMOS, 2009; BILL & ATHAYDE, 2006; NETTO, 2002; LEEDS, 1998; SOUZA, 2007).

E mesmo quando são realizados estudos em outros contextos, a referência ao fenômeno carioca é sempre muito forte. Poucos são estudos que se propõem abertamente a romper com a idéia de que a consolidação do tráfico de drogas é o eixo central da explicação da violência entre jovens em vilas e favelas, para focalizar os muitos outros elementos relacionados aos processos de sociabilidade violenta presentes em territórios marcados por forte exclusão social (PAES MANSO, 2005; MACHADO DA SILVA, 2004; BEATO FILHO, 2010; ABRAMOVAY *et al.*, 1999).

É claro que a busca de estruturas e características comuns entre os fenômenos observados nas diversas regiões do país se faz necessária, até mesmo para que se estabeleça uma perspectiva comparativa e se melhore a compreensão que se tem sobre o problema. Entretanto, há de se perceber também como determinados contextos históricos, conjunturais,

ambientais, urbanísticos, sociais e culturais contribuem para que se desenvolvam formas particulares de manifestação deste fenômeno, nas mais diversas regiões do Brasil.

Na América Latina, nos Estados Unidos e na Europa, o problema do envolvimento de jovens em grupos armados e conflitos territorializados já constitui objeto de investigação há muitas décadas. Para que se tenha uma idéia da importância acadêmica do tema no exterior, basta observar que, ainda no século XVIII, alguns textos já traziam descrições detalhadas dos conflitos protagonizados por gangues em regiões pobres e degradadas da cidade de Nova York (ASBURY, 2002). Obviamente, há de se levar em consideração o fato de que, especialmente nos Estados Unidos, a temática se articulou de maneira bastante íntima com questões étnicas e migratórias, característica esta que fez com que o problema deixasse de se circunscrever simplesmente à esfera da segurança pública e ganhasse também status de questão sociopolítica (HAGEDORN, 2008; FLOWERS, 2002; BING, 1991).

Na América Central, o fenômeno das gangues também constitui um objeto de estudo há muitas décadas. Em El Salvador e na Nicarágua, por exemplo, a compreensão deste problema sempre se mostrou vinculada à questão das guerras civis já vivenciadas por estes países. Além disso, o problema das gangues na América Central também guarda relação muito próxima com questões migratórias e ciclos de extradição mantidos entre países daquela região e os Estados Unidos (RUBIO, 2007; SAVENIJE *et al.*, 2007).

Na América do Sul, o fenômeno dos grupos de jovens envolvidos em práticas violentas e/ou criminosas e conflitos territorializados nunca adquiriu contornos políticos muito claros. Com exceção da Colômbia, onde as gangues de bairros pauperizados de cidades como Medellín e Bogotá muitas vezes constituíam o braço armado da guerrilha promovida pelos cartéis de narcotraficantes, o problema sempre se mostrou mais vinculado a questões criminais do que políticas. Talvez por isso boa parte dos estudos se dedique a compreender a lógica dos crimes cometidos por tais grupos (como tráfico de drogas, homicídios, etc) do que as características assumidas pelo fenômeno (RODGERS, 1999).

No que se refere às fontes de dados utilizadas por estes estudos, observa-se que existe uma longa tradição de pesquisas qualitativas sobre o envolvimento de jovens em grupos delinquentes, violência armada e conflitos territorializados. Enquadram-se nesta categoria estudos baseados em observações participantes, entrevistas em profundidade e outros tipos de pesquisas etnográficas que, nos últimos anos, vêm produzindo informações bastante aprofundadas sobre o tema (BURSIK & GRASMICK, 1995). No entanto é justamente esta abordagem mais qualitativa do problema que faz com que cada um destes estudos assumam

feições únicas, dificultando o estabelecimento de uma perspectiva comparada, apesar das tentativas de identificação de estruturas comuns (RODGERS, 1999).

Certamente, essa predominância histórica dos estudos qualitativos pode ser atribuída à dificuldade de obtenção de dados oficiais sobre o tema, uma vez que, com raríssimas exceções, os registros das agências policiais e governamentais se dão mais em função dos crimes cometidos do que propriamente dos autores ou seus grupos. De fato, existem hoje pouquíssimos sistemas de informação dedicados a organizar e disponibilizar dados sobre jovens envolvidos em grupos delinquentes. A maioria deles é alimentada por unidades policiais ou governamentais de âmbito local, o que faz com que os dados sejam pouco abrangentes. Além disso, o pouco consenso existente a respeito da própria definição do termo “gangles” faz com que os dados coletados obedeçam a lógicas diferentes, o que prejudica sensivelmente sua comparabilidade⁷ (HUGHES, 2005).

Em termos analíticos, pode-se dizer que os estudos sobre grupos de jovens envolvidos em práticas violentas e/ou criminosas e conflitos territorializados dividem seus esforços em três frentes de trabalho complementares. Na primeira, de cunho mais tipológico, busca-se identificar as principais características estruturais e criminais do fenômeno genericamente definido como “gangles” (ESBENSEN *et al.*, 2001; BALL & CURRY, 1995). Já na segunda frente de trabalho, observa-se que existe uma grande preocupação em compreender estes grupos enquanto estruturas sociais diferenciais formadas a partir de contextos históricos, urbanísticos, ambientais, sociais e culturais fortemente marcados por segregação, violência e exclusão social. Ainda que a questão a ser compreendida seja o próprio processo de associação de jovens em grupos delinquentes e suas práticas de violência, esta abordagem procura articular tal compreensão a dimensões sociais e ambientais (SAVENIJE *et al.*, 2007; RUBIO, 2007; HAGEDORN, 1999; PORETTI, 2009).

Por fim, a terceira frente de trabalho deixa um pouco de lado a compreensão das características do fenômeno em si, para mensurar os impactos criminais, políticos e sociais que estes grupos projetam sobre determinados territórios, cidades ou mesmo países (MAXSON *et al.* 1985; OUSEY, 2002; CHAIKEN & CHAIKEN, 1990; LEVITT &

⁷ Desde o início dos anos 1980, vem havendo um esforço por parte do Governo dos Estados Unidos no sentido de fomentar a produção padronizada e mais abrangente de dados sobre o fenômeno das gangles naquele país. Por meio do Departamento de Justiça, vêm sendo feitos investimentos em basicamente três frentes de produção de informação: (1) surveys realizados por agências policiais e governamentais; (2) padronização e análise dos dados policiais e judiciários; (3) surveys de auto-reportagem sobre participação em gangles.

VENKATESH, 2000)⁸. A seguir, discutem-se os contextos empírico e teórico dos grupos de jovens envolvidos com práticas violentas e/ou criminosas e conflitos territorializados, na tentativa de delinear as principais bases cognitivas desta discussão e possibilitar o diálogo entre este estudo e as demais produções acadêmicas.

2.1. Contexto empírico do fenômeno das Gangues

É muito difícil compreender qualquer fenômeno de violência ou de criminalidade sem que se leve em consideração o ambiente dentro do qual ele se desenvolve. Como qualquer outra dinâmica ou prática social em curso no tempo e no espaço, os atos de violência e de crime sempre são, de forma mais ou menos profunda, afetadas pelos contextos ambiental, cultural, histórico, tecnológico, institucional, legal e econômico que as envolvem. Por isso, qualquer tentativa de compreender problemas de crime e violência que não leve em conta pelo menos algumas destas dimensões estará inevitavelmente abordando a questão de maneira precária.

Dentro desta lógica, há de se levar em consideração que qualquer mudança mais intensa em algum destes contextos (ou mesmo na relação que se estabelece entre eles) inevitavelmente acarretará alterações (em maior ou menor grau) nos padrões de criminalidade e de violência. De maneira geral, esta é a premissa que orienta um sem número de estudos já realizados sobre como processos de urbanização provocaram e ainda provocam mudanças nos padrões de criminalidade em diversos países. No Brasil, por exemplo, diversos autores já demonstraram que o processo de urbanização vivenciado pelo país ao longo dos últimos 50 anos se fez acompanhar por um intenso recrudescimento da criminalidade violenta, sobretudo dos homicídios (SOARES, 2008; ADORNO, 1999, BARATA, 2000; CANO, 2000; BEATO FILHO, 2010). De maneira mais ou menos intensa, o mesmo cenário pode ser verificado nas grandes cidades dos Estados Unidos, bem como nas metrópoles da América Central e da América do Sul (HAGEDORN, 1999).

De maneira bastante simplista, pode-se dizer que o fio condutor lógico de praticamente todos estes estudos é o pressuposto de que os processos de crescimento urbano, quase sempre capitaneados por ocupações irregulares, provisão precária e desigual de bens e

⁸ Obviamente, não está sendo dito aqui que existem três escolas de pensamento sociológico claramente delimitadas e dedicadas a compreender o envolvimento de jovens em grupos ilegais e conflitos territorializados. Ao agrupar, de maneira bastante esquemática, os estudos e pesquisas sobre gangues em três “frentes de trabalho”, procura-se apenas demarcar os recursos de análise e enfoques mais frequentemente utilizados para se compreender o problema.

serviços públicos, segregação espacial e exclusão social alteraram profundamente padrões de sociabilidade, práticas, rotinas, modos de vida e as próprias formas de uso, ocupação e apropriação dos espaços públicos e privados, criando ambientes potencialmente “criminógenos” em função de sua baixa consolidação normativa, seus baixos níveis de controle social informal e da presença precária do Estado. Diante disso é que se defende a idéia de que, assim como qualquer outra dinâmica social, padrões de crime e de violência também são profundamente impactados processos de urbanização desordenada.

Em 1950, o planeta tinha 2,5 bilhões de habitantes. 50 anos depois, já em 2000, esse número saltou para 6 bilhões. Este aumento populacional se deu basicamente por meio da ampliação ou do adensamento de tecidos urbanos já existentes, locais estes que concentraram 60% do processo de crescimento, especialmente nos países em desenvolvimento. O exemplo de São Paulo é emblemático: em 1973, apenas 1,2% da população paulistana vivia em vilas ou favelas. Em 1993, este percentual saltou para impressionantes 19,8%. Como base em dados da Organização das Nações Unidas (ver tabela a seguir), alguns autores chegam a afirmar que os países pobres e em desenvolvimento não passaram por um processo de “urbanização”, mas sim de “favelização” (DAVIS, 2006).

Tabela V – Percentual da população e número de habitantes em favelas, por país - 2003

País	Percentual da população urbana que vive em favelas	Número de pessoas que vivem em favelas (em milhões)
Etiópia	99,4	10,2
Tanzânia	92,1	11,0
Sudão	85,7	10,1
Bangladesh	84,7	30,4
Nigéria	79,2	41,6
Paquistão	73,6	35,6
Peru	68,1	13,0
Índia	55,5	158,4
Brasil	36,6	51,7
México	19,6	14,7
Estados Unidos	5,8	12,8

Fonte: UN-HABITAT (2003)

Como foi demonstrado anteriormente, existe no Brasil um padrão bastante claro de distribuição dos homicídios nas grandes cidades. Invariavelmente, as “manchas” de concentração de homicídios coexistem com áreas de favelas e todo tipo de território marcado por forte exclusão social. Entretanto, este não é um fenômeno tipicamente brasileiro. Este mesmo padrão de concentração socioespacial da violência letal pode ser

observado em qualquer país que mantenha registros criminais georreferenciados minimamente precisos (HAGEDORN, 2008; BEATO FILHO, 2010).

A despeito da relação que se estabelece entre espaços urbanos degradados, exclusão social e violência (que será discutida na próxima seção) existe outra constante que marca a concentração de homicídios e criminalidade violenta nas favelas das grandes cidades: a presença de grupos de jovens, envolvidos com criminalidade violenta e conflitos territorializados⁹. Seja em função de conflitos interpessoais, de rivalidades territoriais, desentendimentos familiares ou manutenção e expansão de territórios para exploração de atividades criminosas, as gangues sempre foram intimamente relacionadas a práticas de violência, sobretudo de homicídios (HAGEDORN, 2008, CURRY & DECKER, 2003; TONRY & MOORE, 1998).

2.1.1. A conformação urbana dos Estados Unidos e o surgimento das *Gangs*

Em pesquisa bibliográfica desenvolvida para o *National Gang Center* (órgão subordinado ao Departamento de Justiça dos Estados Unidos) Howell e Moore (2010) argumentam que não é possível realizar uma historiografia das gangues norte-americanas sem levar em consideração questões relacionadas aos processos de urbanização e de migração vivenciados pelos EUA a partir do século XVIII. Esta fala é baseada no pressuposto de que o surgimento das gangues é, em vários sentidos, tributário dos processos de deterioração urbanística/ambiental de áreas específicas no interior das grandes cidades, bem como do “desequilíbrio social” provocado pelas intensas ondas migratórias que passaram a atingir o país a partir daquela época. A associação dos jovens em gangues seria, portanto, uma espécie de resposta ou mecanismo de defesa frente às adversidades de um ambiente instável e hostil.

⁹ Há de se estabelecer aqui uma correspondência entre processos distintos, porém complementares. Da mesma forma que os termos “urbanização desordenada”, “favelização” e muitos outros são terminologias utilizadas para designar uma série de disfuncionalidades sociais, urbanísticas, econômicas e políticas decorrentes do acelerado processo de crescimento e adensamento das malhas urbanas ao redor do mundo, o termo “gangues” também é utilizado para se referir, de maneira bastante genérica, ao problema da associação de adolescentes e jovens em grupos envolvidos com práticas de violência, criminalidade e conflitos territorializados. Em termos gerais, pode-se dizer que a falta de consenso a respeito de uma definição para o termo “gangues” decorre, como se discutirá mais adiante, das diversas formas, estruturas, funções e trajetórias assumidas pelo fenômeno ao redor do mundo. Para os fins do presente estudo, assimilam-se estas diferenças, partindo-se do pressuposto de que as muitas formas de manifestação do fenômeno são decorrentes de diferentes arranjos históricos, culturais, institucionais, sociais e políticos existentes nos mais diversos países. Entretanto, tais diferenças não prejudicam o entendimento de que o fenômeno fundamental a ser compreendido é justamente o processo de associação de jovens em grupos delinquentes, seu envolvimento com práticas de violência, criminalidade e conflitos territorializados, bem como suas relações com o ambiente urbano (das quais decorrem todas as diferentes formas de manifestação elencadas anteriormente).

Nesse contexto, os autores também argumentam que o entendimento mais apurado do fenômeno das gangues precisa levar em consideração os processos históricos, políticos, sociais e culturais particularmente vivenciados pelas diferentes regiões dos Estados Unidos ao longo de sua história. Para reforçar seu ponto de vista, Howell e Moore observam que, não por acaso, as gangues baseadas nas principais cidades das regiões Sul e Oeste do país se formaram a partir das ondas de imigrantes latinos (principalmente mexicanos) e dos descendentes de afro-americanos libertados do regime escravocrata. Por outro lado, os grupos delinquentes sediados no meio-oeste e nordeste dos EUA têm sua história ligada aos movimentos migratórios que trouxeram para suas cidades grandes levas de europeus (principalmente, italianos e irlandeses) e também famílias desalojadas dos estados do Sul (HOWELL & MOORE, 2010).

2.1.1.1. Contexto Histórico

Nos Estados Unidos, a relação entre os processos desordenados de urbanização e a violência ligada aos grupos de jovens delinquentes ou gangues começou a chamar a atenção da opinião pública norte-americana já em meados do século XVIII. Entretanto, os registros recuperados daquela época indicam que tais grupos só começaram a se envolver em dinâmicas sistemáticas de violência a partir do início do século XIX, quando grandes ondas de imigrantes estrangeiros começaram a chegar aos Estados Unidos, disputando com os nativos as poucas oportunidades de emprego restantes nos maiores centros urbanos do país (HOWELL & MOORE, 2010).

No meio-oeste e no nordeste dos EUA, o fenômeno das gangues teve seu impulso inicial na transição do século XVII para XVIII, a partir da chegada ao país da primeira grande onda de imigrantes, composta principalmente por britânicos, alemães e escandinavos. De acordo com registros históricos, este movimento se manteve intenso até meados de 1860. O segundo grande fluxo migratório, por sua vez, se deu durante o auge do processo de industrialização dos Estados Unidos (na transição do século XIX para o XX), por meio da chegada em massa de irlandeses, poloneses e italianos às principais cidades do país. Discriminados e hostilizados pelos norte-americanos nativos, os recém-chegados se reuniam em determinadas regiões das cidades e acabavam formando grupos armados para autoproteção e acolhimento daqueles que desembarcavam diariamente nos portos da costa leste. O mesmo processo associativo se verificou entre os nativos, formando assim o embrião das primeiras gangues americanas (ADAMSON, 2000).

Já nos estados do Sul e do Oeste dos EUA, o fenômeno das gangues se mostrou intimamente ligado aos fluxos migratórios recebidos de países como o México, Honduras, Porto Rico e Guatemala, já final do século XIX. Soma-se a essa dinâmica o fim do regime escravocrata nos estados do sul do país e a consequente migração de grandes contingentes de afro-americanos para as principais cidades destas regiões (VIGIL, 1988). De qualquer forma, o processo de formação das primeiras gangues nas maiores cidades do sul e da costa oeste dos Estados Unidos obedeceu basicamente mesma lógica observada no meio-oeste e no nordeste: buscando mitigar a hostilidade do ambiente instável e competitivo de um país que se industrializava, os grupos recém-instalados se agrupavam em regiões específicas das grandes cidades e formavam grupos para autoproteção e acolhimento daqueles que chegavam (MILLER, 2001).

2.1.1.2. Nova York

Este processo é retratado com bastante precisão, por exemplo, no clássico livro-reportagem “As Gangues de Nova York” (1928). Nele, o jornalista Herbert Asbury descreve como o intenso processo de industrialização vivenciado por Nova York na transição entre o período colonial e republicano dos Estados Unidos reconfigurou a estrutura urbanística da cidade, fracionando seu território em prósperas áreas residenciais localizadas na periferia da ilha de Manhattan e na parte continental da cidade, em contraposição às decadentes regiões de moradias populares, indústrias e comércios localizados na parte central da ilha e do continente.

O escritor demonstra ainda como este abrupto processo de reordenação da malha urbana nova-iorquina se viu indissociavelmente marcado pelo surgimento de espaços de segregação e forte exclusão social, para onde confluíam grandes ondas de imigrantes estrangeiros, americanos e negros recém-libertados do regime de escravidão até então vigente nos estados do sul do país. Nestes locais de presença restrita do Estado, parca provisão de serviços públicos e precária normatização urbanística/legal/institucional, passaram a atuar uma infinidade de gangues e outros grupos delinquentes que consolidavam seus domínios territoriais nas áreas mais deterioradas da cidade.

Para fundamentar seu trabalho, Asbury resgata uma série de documentos, informações, imagens e ilustrações do século XIX, para retratar a rápida decadência de uma área residencial conhecida como “Five Points” (ou, como ele próprio descreve, “os Cinco Pontos do velho e sangrento Sexto Distrito, que abrangia mais ou menos o território limitado pela

Broadway, a Canal Street, a Bowery Park e a Park Row”). Segundo o jornalista, o processo de industrialização de Nova York fez com que o eixo de ocupação residencial da cidade mudasse em direção à periferia de Manhattan, deixando as regiões centrais da cidade e da ilha à mercê das fábricas, prédios públicos, cortiços e habitações precárias onde viviam os imigrantes recém-chegados à cidade e os trabalhadores das indústrias. Asbury descreve este processo:

“Nos primeiros dez ou quinze anos de sua história, o Cinco Pontos era bastante decente e relativamente pacífico. Na maior parte desse período, para preservar a ordem bastava um único guarda-noturno. (...) Em todo caso, não demorou muito para que um regimento inteiro fosse incapaz de lidar com os turbulentos cidadãos da Paradise Square e tirar os gângsteres e outros criminosos de seus antros e esconderijos. A reputação do distrito começou a mudar para pior por volta de 1820. Muitos dos velhos cortiços começaram a desmoronar ou afundar no pântano mal drenado, tornando-se inseguros para a ocupação. Além disso, os odores e vapores da malária que emanavam das terras pantanosas tornavam toda a área perigosa para a saúde. As famílias respeitáveis abandonaram as monstruosidades revestidas de sarrafos, mudando-se para outras partes da ilha de Manhattan, e suas moradias foram tomadas, em sua maior parte, por escravos negros libertos e irlandeses de classe baixa, que acorreram em bandos para Nova York na primeira grande onda de imigração que veio depois da revolução e do estabelecimento da República.” (ASBURY, 2002)

Outros autores também retrataram o processo de deterioração socioambiental que tomou conta da região central de Nova York durante o processo de industrialização dos Estados Unidos. Em seu livro intitulado *American Notes*, resultado de sua viagem pelos EUA em 1842, o escritor Charles Dickens também descreve, de maneira bastante estilizada, a decadência da região dos Five Points.

“Vamos adiante, mergulhemos no Cinco Pontos. Este é o lugar, essas vielas estreitas divergindo para a esquerda e para a direita e exalando sujeira e imundície. (...) A promiscuidade envelheceu prematuramente as próprias casas. Veja como as vigas podres estão despencando e como as janelas remendadas e quebradas parecem carrancudas e sombrias. (...) Abra a porta de uma dessas choças apinhadas, cheias de negros adormecidos. (...) Onde não deitam cães, enfiam-se homens, mulheres e meninos para dormir, obrigando ratos a se mudarem em busca de melhores alojamentos. Aqui também existem becos e vielas pavimentadas com lama até a altura do joelho, câmaras subterrâneas em que eles dançam e jogam (...) Horrendos cortiços que tomam seus nomes do roubo e do assassinato. Tudo o que é nauseabundo, decadente e podre está aqui.” (DICKENS, 2010)

A despeito dos exageros de estilo contidos na narrativa, o que os relatos descrevem é um processo de intensa mudança urbanística e populacional da cidade de Nova York, fortemente marcado pela conformação de espaços de segregação, heterogeneidade populacional e exclusão social em meio à malha territorial do município. Mais importante do que os aspectos urbanísticos, no entanto, são os impactos que esses processos de reconfiguração socioespacial projetaram sobre as dinâmicas de sociabilidade e associativismo mantidas pelos moradores nestas regiões.

Ao longo de seu texto, Asbury descreve como a região de “Five Points” se viu intensamente impactada pela implantação das indústrias pesadas, pelo êxodo das famílias de antigos moradores e a desvalorização imobiliária, pela gradativa retirada dos serviços públicos existentes na região e pelo intenso fluxo de imigrantes estrangeiros atraídos pelas novas oportunidades de trabalho. Todo este cenário de deterioração urbanística, heterogeneidade populacional e presença precária do Estado teria contribuído para que a região de “Five Points” se tornasse um ambiente extremamente violento e hostil, incentivando, por sua vez, o desenvolvimento de novas formas de sociabilidade e estruturas associativas entre os novos moradores (ASBURY, 2002).

É nesse contexto que o autor descreve o surgimento e a consolidação das primeiras grandes gangues de Nova York. De acordo com Asbury, tais grupos podiam ser vistos como organizações sociais que garantiam aos seus membros melhores condições de realizar transações (materiais, políticas, sociais e simbólicas) dentro do violentíssimo ambiente de “Five Points”. É nesse sentido que, originalmente, observou-se na região o surgimento de gangues formadas a partir de questões étnicas ou nacionalistas. Os famosos “Dead Rabbits”, por exemplo, eram formados basicamente por imigrantes irlandeses que se estabeleceram na região central de Nova York, enfrentando outras gangues formadas por imigrantes americanos advindos de estados do Sul, italianos, ingleses e judeus.

“Por muitos anos, os Bowery Boys e os Dead Rabbits mantiveram uma hostilidade rancorosa; raramente passava uma semana sem que eles chegassem às vias de fato. (...) Os maiores conflitos de gangues do início do século XIX ocorreram entre esses grupos. (...) Nessas primeiras lutas, os Bowery Boys eram apoiados pelas outras gangues da Bowery, enquanto os Plug Uglies, os Shirt Tails e os Chichesters se arregimentavam sob o flagrante emblema dos Dead Rabbits. Às vezes, as batalhas reinavam por dois ou três dias sem cessar, e nas ruas da área da gangue eram erguidas barricadas com carroças e pedras de calçamento. Os gângsteres atiravam uns nos outros com mosquetes e pistolas ou se envolviam num corpo-a-corpo com facas, pedaços de tijolos, porretes, dentes e punhos.” (ASBURY, 2002)

Asbury desenvolve sua narrativa demonstrando como as gangues dividiram o território de “Five Points” em áreas de influência, constituindo, à sombra da presença precária do Estado, “pequenas cidades” na região central de Nova York. Dentro das zonas controladas pelas gangues, desenvolviam-se violentas relações de clientelismo político, extorsões a comerciantes, cerceamento de liberdades individuais, conflitos territorializados entre grupos delinquentes e toda sorte de práticas criminosas. O domínio territorial ostensivo das gangues sobre o “Five Points” só foi quebrado no final do século XIX, quando o Governo de Nova York realizou uma longa série de ações militares e policiais na região (ASBURY, 2002).

Durante as primeiras décadas do século XX, consolidou-se na opinião pública norte-americana a impressão de que Nova York havia solucionado o problema das gangues. No entanto, estudos realizados a partir da década de 1950 indicaram que, após um longo período de diminuição dos registros de violência ligada a grupos de jovens delinquentes, o problema voltava a se manifestar com intensidade nos bairros pobres e segregados da cidade. Desta vez, no entanto, a dinâmica de violência entre os grupos se mostrava sensivelmente diferente. Se na época dos “Five Points” o estabelecimento de lealdades e os enfrentamentos entre as gangues seguiam predominantemente a lógica da manutenção de poder territorial, os conflitos registrados entre as décadas de 1950 e 1970 se davam majoritariamente em função de disputas étnicas entre gangues de afro-americanos e latinos (GANNON, 1967; LOBO *et al.*, 2002; CURETON, 2009).

A partir dos anos 1980, o recrudescimento da violência entre os grupos de Nova York desencadeou uma dura resposta por parte das forças de segurança, o que fez com que o número de prisões de membros de gangue aumentasse drasticamente. No entanto, o endurecimento da repressão sobre as gangues sediadas em Nova York fez com que algumas delas formassem coligações, tendo como base a convivência prisional¹⁰. Em 2008, o Departamento de Justiça dos EUA estimava que, nos estados da região leste¹¹, existiam aproximadamente 2.900 gangues em atividade, com 73.650 membros criminalmente ativos, a maioria afro-americanos e latinos¹² (FBI, 2008).

¹⁰ Em Nova York, existem casos de gangues formadas dentro de prisões e que, posteriormente, se consolidaram extra-muros. O exemplo mais notável é o de um grupo de presidiários dominicanos que, dentro de unidades prisionais de NY, formaram a gangue conhecida como “Trinitarios”. Durante a década de 1990, a iniciativa visava apenas a proteção dos imigrantes dentro das prisões. Entretanto, a partir dos anos 2000, a gangue ganhou as ruas de Nova York, atuando de forma violenta em vários bairros da cidade (FBI, 2009).

¹¹ Nova York, Pensilvânia, Nova Jersey, Virgínia, Virgínia Ocidental, Delaware e Maryland.

¹² O FBI utiliza a definição de “gangues” adotada pela “National Alliance of Gang Investigators Associations” (NAGIA): “A gang is a group or association of three or more persons with a common identifying sign, symbol, or name who individually or collectively engage in criminal activity that creates an atmosphere of fear and intimidation.”

2.1.1.3. Chicago

Outra narrativa bastante detalhada sobre o início do fenômeno das gangues nos Estados Unidos foi publicado em 1927, por Frederic Thrasher. Em seu estudo sobre os grupos de jovens delinquentes da cidade de Chicago, o autor também ressalta a forte relação entre os processos de urbanização desordenada, deterioração urbanística/ambiental e presença precária do Estado e o surgimento de dinâmicas de criminalidade violenta e conflitos territorializados, protagonizados por grupos de jovens delinquentes (THRASHER, 1927).

De maneira geral, o que Thrasher demonstra é que o processo de consolidação das gangues na cidade de Chicago seguiu um padrão bastante semelhante ao observado em Nova York, com grupos de jovens imigrantes estrangeiros e americanos nativos formando grupos delinquentes em áreas deterioradas pela industrialização da cidade e pela rápida mudança de valorização do mercado imobiliário em direção aos bairros periféricos da cidade.

“The gang is one manifestation of the disorganization incident to the cultural conflict among diverse nations and races gathered in one place and themselves in contact with a civilization foreign and largely inimical to them. (...) The central tripartite empire of the gang occupies what is often called “the poverty belt” – a region characterized by deteriorating neighborhoods, shifting populations, and the mobility and disorganization of the slum. Abandoned by those seeking homes in the better residential districts, encroached upon by business and industry, this zone is a distinctly interstitial phase of the city’s growth. (...) Gangland is a phenomenon of human ecology. As better residential districts recede before the encroachments of business and industry, the gang develops as one manifestation of the economic, moral, and cultural frontier which marks the interstice.” (THRASHER, 1927)

Thrasher argumenta que os processos de rápida deterioração urbanística/ambiental e de mudança da composição populacional da região central de Chicago provocaram um intenso rearranjo das dinâmicas de sociabilidade e de associativismo destas comunidades locais. Entre estas mudanças, o autor ressalta o aumento dos episódios de violência interpessoal e grupal (principalmente dos conflitos baseados em disputas territoriais), o surgimento de comunidades com baixa consolidação normativa e presença precária do Estado. Thrasher compara os territórios ocupados por gangues a “feudos”, onde se desenvolvem formas violentas de sociabilidade, marcadas por episódios frequentes de violência criminosa e enfrentamento entre os grupos.

Segundo o autor, a peculiar coexistência entre “realidades sociais pré-modernas” e “enclaves de prosperidade” dentro da malha urbana de Chicago só se fazia possível em função de um modelo socioeconômico seletivo e urbanisticamente segregador, vivenciado pelas maiores cidades norte-americanas a partir do início do século XX. E, como consequência natural do surgimento e da consolidação destes “territórios de exceção” (ou zonas intersticiais) dentro da cidade, constituíam-se também formas diferenciais de associação e de sociabilidade, cujo maior expoente eram as gangues juvenis.

“The broad expanse of gangland with its intricate tribal and intertribal relationships is medieval and feudal in its organization rather than modern and urban. The hang-out of the gang is its castle and the center of a feudal estate which it guards most jealously. Gang leaders hold sway like barons of old, watchful of invaders and ready to swoop down upon the lands of rivals. (...) The feudal warfare of youthful gangs is carried on more or less continuously. Their disorder and violence, escaping the ordinary controls of the police and other social agencies of the community, are so pronounced as to give the impression that they are almost beyond the pale of civil society. In some respects these regions of conflict are like a frontier; in other, like a “no man’s land”, lawless, godless, wild.” (THRASHER, 1927)

De acordo com os levantamentos de Thrasher, as primeiras gangues de Chicago eram formadas por imigrantes europeus que chegaram à cidade em busca de oportunidades de trabalho, ainda no final do século XIX, e enfrentaram um ambiente extremamente hostil por parte dos nativos que ocuparam as primeiras vagas no recém-criado parque industrial da cidade. Já no início do século XX, existem registros de que, além de praticar atividades criminosas, as gangues também passaram a participar ativamente da política local, baseadas no domínio que exerciam sobre alguns territórios e também no bom trânsito que alguns grupos, principalmente os italianos, conseguiram junto às forças públicas locais (ADAMSON, 2000).

Na transição entre as décadas de 1920 e 1930, o perfil das gangues de Chicago começa a sofrer mudanças. Já melhor estabelecida profissionalmente, a primeira geração de imigrantes europeus começa a deixar as áreas pobres do centro da cidade e a se mudar para os abastados bairros de periferia. Chicago passa a receber uma intensa onda de imigrantes afro-americanos, vindos do sul do país em busca de melhores condições de trabalho. Juntam-se a eles grandes levas de imigrantes latinos, com os dois grupos passando a compor a população predominante na região central e industrial da cidade (HOWELL & MOORE, 2010).

Durante as décadas seguintes, Chicago observou um grande acirramento da violência entre os grupos de delinquentes estabelecidos nas áreas mais pobres e deterioradas da cidade. Durante a década de 1950, por exemplo, surgiram os embriões daquelas que, hoje, são três das maiores e mais violentas gangues dos Estados Unidos: os “Conservatives Vice Lords”, os “Black Gangsters Disciples” e os “Latin Kings”. A partir das décadas de 1960 e 1970, as gangues de afro-americanos passaram a ser imensa maioria em Chicago, controlando grandes áreas da região central da cidade.

Juntamente com o domínio territorial violento dos bairros pobres, os grupos passaram a controlar também parte significativa do comércio varejista de drogas ilícitas da cidade. Enquanto em cidades do sul dos Estados Unidos, os movimentos de luta por direitos civis de afro-americanos se davam por meio de manifestações que pregavam a não-violência e a unidade entre os negros, em Chicago as gangues incorporaram a mesma luta por meio de grandes manifestações de violência (DIAMOND, 2001). Atualmente, as forças de segurança dos Estados Unidos estimam que existam 5.800 gangues em atividade na região central do país¹³, com aproximadamente 222.400 membros criminalmente ativos (FBI, 2008).

2.1.1.4. Los Angeles

Diferentemente do que ocorreu nas grandes cidades do nordeste e do meio-oeste dos Estados Unidos, as metrópoles da região Sul e do Oeste do país só passaram a conviver com o problema das gangues no início do século XX. Segundo Vigil (1988), o fenômeno se manifestou de maneira mais intensa na cidade de Los Angeles, ainda na década de 1920, irradiando-se para municípios da costa oeste e cidades do sul durante as décadas seguintes. Ainda segundo o autor, as primeiras gangues de Los Angeles eram formadas por jovens filhos de imigrantes mexicanos e latinos que acorreram aos Estados Unidos em busca de empregos e melhores condições de vida. Dentro dos *barrios*, o pertencimento aos grupos garantia aos jovens melhores condições de adaptação social às condições de marginalização às quais eram submetidos (VIGIL, 1988).

A despeito de se tratarem de grupos com a mesma origem, a consolidação social das comunidades de imigrantes mexicanos em Los Angeles não se deu de maneira pacífica. Por toda a cidade, grupos de jovens de diferentes regiões se enfrentavam violentamente pelo controle de determinados territórios. Isso quando não estavam em confronto com as forças

¹³ A região central dos EUA engloba os estados de Illinois, Indiana, Ohio, Wisconsin, Michigan, Kentucky, Missouri, Kansas, Nebraska, Dakota do Sul, Dakota do Norte, Minnesota e Iowa.

de segurança. Além disso, pesquisadores que estudaram o processo de consolidação das gangues de latinos nas grandes cidades do sul e na costa oeste dos Estados Unidos afirmam que, já no início do século XX, tais grupos eram mais coesos e estruturados do que seus correspondentes de outros pontos do país. Isso se devia ao forte processo de manutenção das raízes culturais e étnicas por parte das colônias de imigrantes (principalmente os mexicanos) instaladas nas metrópoles norte-americanas. Essa característica, em especial, conferia aos confrontos entre gangues latinas um caráter de manutenção e reforço de sua identidade, em pleno território estrangeiro.

“Each day, conflict with rival gangs provides an arena for the demonstration of street-learned skills, values, and loyalties. A territorial-based rationale for conflict became institutionalized that is distinguished by defense of the barrio and fighting for one’s ‘homeboys,’ for the honor of both. ‘Mi barrio’ (my neighborhood) became synonymous with ‘my gang’. The interchangeability of these terms is important in the gang subculture; a boy is a member of a gang, of a neighborhood, and of a barrio. They fought other gangs and they sprayed their graffiti all over the place. Latino gangs became cultural institutions in Latino communities on the East Los Angeles streets and in several other southwestern cities.” (HOWELL & MOORE, 2010)

Após o *boom* inicial das gangues de latinos durante as décadas de 1920 e 1930, o segundo período de maior crescimento dos grupos de jovens delinquentes em Los Angeles se deu entre os anos 1950 e 1970, quando a cidade recebeu parte significativa dos 16 milhões de mexicanos que se instalaram nos Estados Unidos durante este período (VIGIL, 1988). Já na década de 1990, estimava-se que o número de imigrantes e de mexicanos/americanos nativos em Los Angeles passava dos três milhões (pouco mais de um terço da população do município). Ao mesmo tempo em que este forte aporte migratório fez com que a cidade passasse a ser considerada a “capital latina” dos EUA, o rápido e desordenado crescimento de sua malha urbana, com a formação de “zonas de habitação mista” onde viviam americanos nativos, imigrantes recém-chegados de diversos países da América Latina e os descendentes de várias gerações de imigrantes mexicanos, contribuiu sensivelmente para a consolidação de diversas gangues de latinos que controlavam grandes territórios em Los Angeles (HOWELL & MOORE, 2010).

Paralelamente ao fortalecimento das gangues latinas, Los Angeles também assistiu ao surgimento de diversos grupos formados por afro-americanos. Segundo Alonso (2004), o processo de consolidação das primeiras gangues de negros da cidade se deu em dois períodos distintos, intimamente relacionados aos fluxos migratórios de afro-americanos

vindos dos estados do sul do país: o primeiro deles após o final da Segunda Guerra Mundial, e o segundo durante a década de 1970. Em ambos os períodos, a formação das gangues de afro-americanos se deu em função do acirramento de dinâmicas de intimidação racial, segregação residencial e extrema marginalização da população negra de Los Angeles. Durante as décadas de 1940 e 1950, episódios sistemáticos de agressões a jovens negros nas escolas da cidade, bem como a organização de grupos de brancos para espancamentos de afrodescendentes em locais públicos fomentaram o processo de formação das *black gangs*, inicialmente criadas como estratégia de defesa e de contra-ataque contra agressões raciais (ALONSO, 2004).

Já nos anos 1970, quando se fechava um grande ciclo de luta pelos direitos civis do afro-americanos nos Estados Unidos, Los Angeles assistiu ao surgimento daquelas que, anos mais tarde, viriam a se tornar duas das maiores e mais violentas gangues do país: os *Crips* e os *Bloods*. Identificando-se, respectivamente, com as cores azul e vermelho, Crips e Bloods dão início a um período de grande violência entre as próprias gangues de negros, que passam a disputar territórios entre si e também com as gangues de latinos. Além do recrudesimento da violência entre membros de gangues, as décadas de 1980 e 1990 marcam a consolidação de uma série de valores, estilos e comportamentos associados a uma *gangsta culture*¹⁴ entre jovens de Los Angeles e sua rápida difusão para outras grandes cidades dos EUA (ALONSO, 2004).

Além dos episódios de grande violência, as décadas de 1980 e 1990 também marcaram o intenso envolvimento das gangues de Los Angeles com o mercado varejista de drogas. A adesão a esta modalidade criminosa, por sua vez, provocou o aumento da violência entre os grupos e o consequente aumento da repressão policial sobre eles. Este endurecimento, no entanto, projetou sobre as gangues de Los Angeles efeitos semelhantes àqueles observados em grupos de outras regiões do país: o encarceramento de grandes contingentes de delinquentes juvenis não apenas fez com que os grupos fortalecessem seus vínculos internos, como também com que formassem novas alianças criminais nas prisões (HOWELL & MOORE, 2010).

¹⁴ Diversos autores se debruçaram sobre alguns aspectos associados à “cultura das gangues” norte-americanas. Entre eles, estariam não apenas a adesão a uma determinada estética das gangues, como também o uso de determinado linguajar, a valorização de uma série de *expertises* necessárias à sobrevivência nas ruas, o reforço da identidade masculina por meio da conquista de várias mulheres, a prática de violência como instrumento de demarcação de território, subjugação dos rivais e obtenção de *status* e respeito entre os demais membros da gangue, entre outros. Anderson (1994), por exemplo, se referia a todo este manancial simbólico e comportamental como “o código das ruas” (Code of the Streets).

Atualmente, levantamentos do FBI indicam que as cidades dos estados da Califórnia e de Nevada abriguem aproximadamente 6.900 gangues, com cerca de 237 mil membros criminalmente ativos. Ainda segundo agências de segurança da região, os grupos mais problemáticos são justamente aqueles ligados a afro-americanos e latinos: Crips, Bloods, MS-13, Sureños, Norteños e 18th Street (FBI, 2008).

2.1.1.5. Gangues Transnacionais

Em relatório de pesquisa preparado para subsidiar processos de tomada de decisão do Congresso dos Estados Unidos, Celinda Franco (2008a) aponta quatro características básicas necessárias a uma gangue para que ela possa ser considerada transnacional: (1) ser criminalmente ativa e operacional em mais de um país; (2) ter suas atividades criminosas planejadas por lideranças de um país e realizadas por membros de outro país; (3) serem originárias de um país e passarem a atuar em outro; (4) desenvolverem atividades criminais complexas e que transcendam fronteiras nacionais. Ainda segundo Franco, uma gangue deveria preencher, simultaneamente, pelo menos dois desses requisitos para ser considerada transnacional. Nos Estados Unidos, apenas dois grupos possuem estas características: a 18th Street Gang (também conhecida M-18, Calle 18 ou Barrio 18) e a Mara Savatrucha (ou MS-13).

Os primeiros registros sobre a atuação da M-18 datam do final da década de 1960 nos bairros pobres da cidade de Los Angeles. Segundo Franco (2008a), o grupo teria sido formado por jovens descendentes de mexicanos que não conseguiam ser aceitos como membros da então tradicional gangue local chamada *Clanton Street* (o grupo só aceitava em suas fileiras membros que conseguissem comprovar ascendência 100% mexicana, sem qualquer outra nacionalidade na família). Rejeitados e constantemente vitimados pela gangue já estabelecida, os jovens latinos que chegavam aos bairros pobres de Los Angeles criaram seu próprio grupo, formando o embrião daquela que viria a ser, dos anos 1980 em diante, uma das maiores gangues dos Estados Unidos, formada não apenas por mexicanos, como também por descendentes de outros povos latinos (FRANCO, 2008a).

Justamente em função de não selecionar seus membros por sua origem, a M-18 cresceu muito mais rapidamente do que seus rivais locais, suplantando-os em força e intensidade de práticas criminais (especialmente a partir da década de 1980, quando o grupo passou a aceitar em suas fileiras descendentes de asiáticos, afro-americanos, americanos nativos e outros). Atualmente, estima-se que a M-18 tenha aproximadamente 20 mil

membros, divididos em diversos grupos espalhados por bairros pobres das maiores cidades norte-americanas, bem como em países da América Central e México. No entanto, o maior foco de atuação do grupo continua sendo a cidade de Los Angeles, onde a gangue possui forte envolvimento com crimes como homicídios, roubos de veículos e tráfico de drogas (FRANCO, 2008b).

A Mara Salvatrucha, por sua vez, se formou no final da década de 1970 e início de 1980, também nos bairros pobres da cidade de Los Angeles. Segundo Franco (2008), a palavra *Mara* é um correspondente para *gangue* em espanhol, enquanto *Salvatrucha* seria uma palavra criada para “fundir” a referência Salvadorenha do grupo (*Salva*) ao nome de um tipo de formiga existente em El Salvador, bastante conhecida por sua ferocidade (*Trucha*). Originalmente, a MS-13 era formada exclusivamente por jovens imigrantes de El Salvador, que chegavam aos Estados Unidos fugindo da guerra civil que tomava conta de seu país. Frente à ameaça representada pela 18th Street Gang, os salvadorenhos recém-chegados formaram seu próprio grupo e logo começaram uma violenta rivalidade com os mexicanos. Ao final dos anos 1980, estimava-se que aproximadamente 300 mil imigrantes de El Salvador haviam se estabelecido em Los Angeles (FRANCO, 2008a).

“MS-13’s early membership is reported to have included former guerrillas and Salvadoran government soldiers whose combat experience during the Salvadoran civil war contributed to the gang’s notoriety as one of the more brutal and violent Los Angeles street gangs. Moreover, the gang developed a widely reported reputation of employing unusual methods of violence, including using machetes in gang attacks. Despite the gang’s reputation, sources in law enforcement indicate that little evidence exists to substantiate that the MS-13 gang is more violent than other street gangs.” (FRANCO, 2008a)

Frente ao crescimento expressivo da M-18 durante os anos 1980, a Mara Sanvatrucha também passou a aceitar em suas fileiras imigrantes de outros países da América Latina, bem como alguns poucos afro-americanos e brancos. Como muitos dos integrantes da MS-13 possuíam histórico de participação nas guerras de guerrilha travadas em El Salvador e Guatemala, o grupo rapidamente se tornou um dos mais violentos dos EUA. Atualmente, estima-se que, sob a *grife* da Mara Salvatrucha, existam aproximadamente 30 mil jovens criminalmente ativos em diversas cidades norte-americanas e também em países da América Central, característica que evidencia o caráter transnacional do grupo (VALDEZ, 2000).

O processo de internacionalização das gangues latinas de Los Angeles teve início na década de 1990, concomitantemente ao recrudescimento da violência praticada pelos grupos de jovens delinquentes nos EUA. Frente ao vertiginoso aumento da participação de jovens

latinos em casos de homicídios e outros crimes violentos (como autores e vítimas), o Governo dos Estados Unidos colocou em curso uma política de deportação dos imigrantes, com um foco bastante específico sobre os jovens membros de gangues. Sob a vigência de um programa intitulado IIRIRA (Illegal Immigration Reform and Immigrant Responsibility Act), jovens imigrantes latinos (legais ou ilegais) que se viam condenados por crimes cuja sentença excedesse um ano eram automaticamente deportados após cumprir sua sentença em solo americano.

Segundo dados do Departamento de Justiça, em apenas três anos de vigência desta política (1994 a 1997), mais de 150 mil latinos foram forçados a voltar para os países de origem de sua família, muitas vezes sem sequer falar espanhol. Para que se tenha uma idéia do impacto desta política, basta observar que, apenas em maio de 2006, 2.179 “criminal aliens” foram deportados dos EUA, como resultado de uma operação ironicamente chamada de “Return to Sender”, sendo que, deste contingente, cerca de 370 foram fichados como membros da Mara Salvatrucha (WOLA, 2006).

Não existem dados oficiais consistentes sobre o número de membros de gangues deportados dos Estados Unidos desde 1994. Entretanto, sabe-se que o estigma de pertencer a uma gangue, assim como os contatos estabelecidos dentro dos grupos, continuou a acompanhar estes jovens, mesmo em países como El Salvador, Honduras e Guatemala. Por isso, muitos deles reproduziram, na América Central, os mais diversos aspectos da cultura de gangues e das práticas criminais desenvolvidas e vivenciadas em Los Angeles durante os anos 1980. O que se observa, portanto, é o importante impacto que o endurecimento da política de deportação norte-americana exerceu sobre o processo de transnacionalização das gangues de Los Angeles (FRANCO, 2008b).

“Beginning in the mid-1990s, the U.S. adopted a new, more aggressive approach to deportation, identifying and deporting not only undocumented and legal non-citizen convicts as they completed federal prison sentences, but reaching out to identify and deport undocumented and non-citizen felons as they completed sentences in state and local prisons. The increasing deportation of gang-involved Central Americans from the United States fed an already-existing gang problem in Central American countries, which have many fewer resources than does the U.S. to address the societal threats that gangs pose. After arriving in the country to which they have been deported, with few networks and sometimes little or no working knowledge of Spanish, many gang members are likely to join forces and establish or join up with gangs in their home country, in prisons and in the streets.” (MCGUIRE, 2007)

O estabelecimento de “franquias” da Mara Salvatrucha e da M-18 em países como El Salvador, Honduras, Guatemala e México possibilitou a estes grupos o desenvolvimento de novas expertises, bem como sua participação em esquemas mais complexos de tráfico internacional de drogas e de armas. Por um lado, os recém-deportados trouxeram para a América Central diversos aspectos da cultura de gangues e das práticas criminais aprendidas nos Estados Unidos; por outro, os integrantes sediados nos EUA passaram a contar com contatos na América Central, o que garantia vantagens competitivas e participação na rede de tráfico de drogas e de armas que passa pelos países da América Central (FRANCO, 2008b).

2.1.1.6. *Street Gangs* e *Prision Gangs*

Em termos analíticos, grande parte dos estudos sobre as gangues norte-americanas costumam classificar os grupos em função de sua principal base de atuação. Desta forma, podem ser classificadas como “Gangues de Rua” (*Street Gangs*) ou “Gangues Prisionais” (*Prision Gangs*). Ainda que, na prática, tal segmentação tenha se tornado menos rígida nas últimas décadas, com grupos atuando tanto nas ruas quanto no sistema prisional, a classificação ainda é utilizada, principalmente para que se tenha uma noção mais clara da origem associativa e do processo de estruturação criminal seguido pelos grupos (HOWELL & MOORE, 2010).

Entre as chamadas *Street Gangs*, dez grupos podem ser destacados por seu grande número de integrantes e pela vasta capilaridade de atuação em diversos estados dos EUA. Três destes grupos são compostos majoritariamente por norte-americanos descendentes de latinos ou imigrantes do México e da América Central: ***Mara Salvatrucha*** (MS-13) a ***18th Street*** (M-18) e a ***Almighty Latin Kings*** (ALK). Outros cinco são formados basicamente por afro-americanos: ***Black P. Stone Nation***, ***Gangster Disciples***, ***Bloods***, ***Crips*** e ***Vice Lords Nation***. Por fim, duas são formadas por americanos descendentes de asiáticos ou por imigrantes asiáticos: ***Asian Boyz*** e ***Tiny Rascal Gangsters***.

De acordo com registros do Departamento de Justiça dos Estados Unidos, as três gangues de latinos possuem características bastante semelhantes: cada uma delas tem entre 30 e 35 mil integrantes reunidos em grupos menores espalhados por quase todo território nacional; possuem envolvimento com tráfico de drogas (atacado e varejo) e crimes como roubo de carros, homicídios, prostituição, imigração ilegal e contrabando de armas. Como foi dito anteriormente, o rótulo de *Street Gang* precisa ser visto com reservas, uma vez que a

MS-13, a *M-18* e a *ALK* não apenas mantêm contatos sistemáticos com grupos criminosos que atuam no México e na América Central, como também atuam dentro de prisões estaduais e federais nos Estados Unidos (FBI, 2008).

As maiores e mais conhecidas gangues de afro-americanos em atividade nos EUA são os *Bloods* e os *Crips*. Surgidas em Los Angeles durante a década de 1970, cada uma delas possui hoje cerca de 30 mil integrantes, organizados em grupos com estruturas mais ou menos complexas e distribuídos em praticamente todo o território norte-americano. A despeito de se diferenciarem pelas roupas (*Bloods* usam vestimentas vermelhas, enquanto os *Crips* usam trajes azuis), os grupos adotaram lógicas de atuação e organização bastante semelhante: possuem envolvimento com tráfico de drogas (principalmente cocaína, maconha e heroína), roubo de carros, homicídios, extorsão e prostituição. Além disso, *Crips* e *Bloods* geralmente adotam uma atuação extremamente territorializada, sendo que, em cidades como Los Angeles e Chicago, praticamente todas as comunidades de afrodescendentes são divididas entre territórios controlados por estas gangues (BING, 1991).

Outras duas gangues de afrodescendentes chamam a atenção por sua organização rígida e envolvimento em crimes mais sofisticados como lavagem de dinheiro e contrabando de armas: a *Gangsters Disciples* (aproximadamente 35 mil integrantes) e a *Vice Lord Nation* (cerca de 30 mil membros). Segundo registros do FBI, ambas surgiram em Chicago durante a década de 1960 e se estruturaram a partir de uma rede de células autônomas, coordenadas por um conselho central. A partir desta estrutura, os grupos controlam parte significativa do contrabando de armas e do comércio varejista de heroína e cocaína nas maiores cidades do meio-oeste dos Estados Unidos (FBI, 2008).

Por fim, outra gangue de afrodescendentes que merece destaque nos EUA é a *Black P. Stone Nation*. Diferentemente das demais gangues formadas por negros, ela não é um grupo fechado, mas sim uma espécie de coligação mantida por sete grupos menores, mas rigidamente estruturados ao redor de uma liderança única. Atualmente, a aliança possui cerca de 7 mil integrantes e atua quase que exclusivamente na região metropolitana de Chicago e em outras cidades menores do meio-oeste. O grupo atua prioritariamente na distribuição varejista de cocaína, maconha e meta-anfetamina. Seus integrantes também têm envolvimento com diversos homicídios, o que faz com que a *Black P. Stone Nation* seja considerada uma das gangues mais violentas dos Estados Unidos (FBI, 2008).

Ainda entre as *Street Gangs*, destacam-se duas gangues formadas por asiáticos ou descendentes: *Asian Boyz* (aproximadamente 1,8 mil integrantes) e *Tiny Rascal Gangsters*

(8 mil membros). A primeira foi criada ainda durante a década de 1970, em comunidades de imigrantes formadas em cidades da região sul do estado da Califórnia; a segunda, por sua vez, é uma espécie de associação de diversos pequenos grupos de jovens asiáticos que, ainda nos anos 1980, também no estado da Califórnia, decidiram adotar um nome e uma simbologia comum. Enquanto a *Asian Boyz* é composta majoritariamente por vietnamitas e cambojanos, a *Tiny Rascal Gangsters* é formada por jovens americanos descendentes de asiáticos. Em função do estabelecimento de contatos com grupos delinquentes asiáticos, ambas as gangues possuem envolvimento com a produção, o transporte e a venda de heroína na costa oeste dos Estados Unidos (FBI, 2008).

Entre as chamadas *Prision Gangs*, cinco grupos se destacam por terem formado grandes facções criminosas dentro do sistema prisional norte-americano: as latinas *Sureños*, *Norteños* e *Barrio Azteca*, a *Aryan Brotherhood*, e a afro-americana *Black Guerrilla Family*. Todas atuam dentro de unidades prisionais federais e estaduais, formando grupos de influência, financiamento e autoproteção em praticamente todos os estados norte-americanos. Do mesmo modo como algumas *Street Gangs*, quando presas, formam grupos próprios ou aderem a gangues já existentes no sistema prisional, praticamente todas as *Prision Gangs* também atuam extramuros, tanto em associação com grupos territorializados, como por conta própria (HOWELL & MOORE, 2010).

Criminosos de origem latina formam as mais tradicionais *Prision Gangs* dos Estados Unidos. Tanto os *Sureños* e *Norteños* quanto a *Barrio Azteca* podem ser consideradas herdeiras dos tradicionais grupos *Mexican Mafia* e *Nuestra Familia*, fundados dentro das unidades prisionais da Califórnia ainda na década de 1960. Todos estes grupos, por sua vez, foram formados por criminosos independentes ou membros de gangues de latinos que, uma vez dentro das prisões, eram violentamente abusados e agredidos por detentos brancos e afro-americanos. Frente ao ambiente hostil da detenção, os latinos optaram por deixar de lado suas próprias desavenças (muitas vezes trazidas das ruas para dentro das prisões) e formaram suas próprias gangues, para fins de autoproteção e retaliação aos inimigos. Nos anos 1980, no entanto, tem início um grande fluxo de libertação destes detentos, em função do cumprimento de suas penas. Nas ruas, os laços de solidariedade e de lealdade firmados dentro das prisões são mantidos e as *Prision Gangs* passam a atuar também em comunidades latinas localizadas em bairros pobres das grandes cidades norte-americanas (WOLA, 2006).

Com o estabelecimento de vínculos extramuros, os *Sureños*, os *Norteños* e a *Barrio Azteca* passam a atuar de maneira mais sistemática na distribuição de drogas dentro do

sistema prisional dos EUA, bem como em algumas regiões das maiores cidades da costa oeste e meio-oeste. Nos anos 1990 e 2000, os contatos destes grupos com cartéis de narcotraficantes mexicanos se fortalecem, o que faz com que também passem a se envolver com contrabando de armas e esquemas de imigração ilegal para os EUA (FBI, 2008).

Fundada em 1966 na prisão estadual San Quentin, na Califórnia, a *Black Guerrilla Family* é uma das maiores e mais organizadas Prison Gang de afro-americanos em atividade nos EUA. Segundo levantamentos do Departamento de Justiça dos Estados Unidos, o grupo é formado por criminosos negros oriundos de várias regiões do país (muitos deles membros de *Black Street Gangs*) que, uma vez dentro do sistema prisional, se reúnem em uma única gangue para autoproteção e retaliação de grupos de brancos e latinos. A *Black Guerrilla Family* possui hoje um estatuto formal que normatiza o comportamento de seus membros dentro do sistema prisional. O documento foi elaborado ainda nos anos 1990, pela liderança central do grupo, estabelecida em presídios federais da Califórnia. A principal fonte de financiamento do grupo é o tráfico de drogas dentro e fora das prisões (FBI, 2008; HOWELL & MOORE, 2010).

Outra *Prision Gang* a ser destacada nos Estados Unidos é a *Aryan Brotherhood*. Como o próprio nome já confirma, trata-se de uma gangue formada majoritariamente por brancos caucasianos, nascida nas unidades prisionais estaduais e federais da costa oeste dos EUA. Apesar de manter uma forte rivalidade com grupos latinos dentro das prisões, a AB tem como sua principal fonte de financiamento a distribuição de grandes carregamentos de drogas ilícitas trazidas por narcotraficantes mexicanos para solo norte-americano. Além disso, existem vários casos de membros da *Aryan Brotherhood* condenados por praticarem execuções sob encomenda e manutenção de esquemas de imigração ilegal (WOLA, 2006; FBI, 2008; HOWELL & MOORE, 2010).

Ao longo dos últimos 15 anos, o Departamento de Justiça dos Estados Unidos vem coletando e sistematizando registros de unidades policiais de todo o país, na tentativa de traçar um perfil médio dos membros de gangue em atuação nos EUA. Ainda que tais dados padeçam do inevitável viés de seletividade inerente a qualquer Sistema de Justiça Criminal, eles constituem um bom indicador de que, tanto nas prisões quanto nas ruas das grandes cidades dos Estados Unidos, o problema das gangues e grupos de jovens delinquentes possui relação íntima com a questão étnica e migratória.

De maneira geral, o que os dados demonstram é que a esmagadora maioria dos membros de gangue criminalmente ativos no país são adolescentes e jovens do sexo

masculino, na faixa dos 15 a 24 anos. 50% deles se declararam de origem latina, 35% afrodescendentes, 9% brancos/caucasianos, 5% de origem asiática e 1% se declararam de outra etnia/raça. Em termos criminais, os registros demonstram que o problema das gangues afeta com maior intensidade as cidades com população acima de 250 mil habitantes. Em Los Angeles e Chicago, por exemplo, mais de 50% dos homicídios são atribuídos a membros de gangue, motivados por questões pessoais ou problemas do grupo (OJJDP, 2001). Além disso, os dados policiais demonstram que, nos últimos anos, as gangues vêm aumentando sua participação no mercado varejista de drogas ilícitas, bem como em esquemas de contrabando de armas e de imigração irregular pela fronteira com o México (OJJDP, 2008).

2.1.1.7. Características Estruturais e Criminais

Segundo Jankowski (1997; 2003), o fenômeno de formação das gangues norte-americanas se relaciona de maneira bastante íntima com três fatores estruturais observados durante as últimas décadas nos Estados Unidos. O primeiro deles diz respeito aos intensos fluxos migratórios recebidos pelo país a partir do século XVIII. Conforme foi discutido anteriormente, a formação de comunidades estrangeiras alocadas em regiões deterioradas das grandes cidades dos EUA contribuiu sensivelmente para a formação de grupos de jovens, organizados em função de enfrentar o ambiente hostil apresentado a eles nestas comunidades. Além disso, os processos migratórios também fizeram com que os Estados Unidos recebessem jovens que eram membros de grupos delinquentes em seus países de origem e que levaram suas *expertises* para as novas comunidades.

Outro fator estrutural intimamente relacionado à formação das gangues nos EUA diz respeito à estruturação de atividades criminosas no país durante o século XX. Até a década de 1950, grupos de mafiosos italianos dominavam o comércio de drogas nas principais cidades norte-americanas. No entanto, o surgimento e a consolidação de gangues de afro-americanos e de latinos e seu consequente domínio territorial de determinadas áreas fez com que os italianos perdessem o monopólio sobre a atividade. A entrada para o mercado das drogas (principalmente a partir dos contatos que as gangues de latinos possuíam com os países produtores na América do Sul) fez recrudescer a violência ligada às gangues, fortalecendo a identidade e o poder de atração dos grupos (JANKOWSKI, 1997; 2003).

Por fim, o terceiro fator estrutural apontado por Jankowski como fomentador do fenômeno das gangues nos EUA diz respeito à resposta política oferecida pelo governo norte-americano ao problema. Frente ao aumento dos níveis de violência entre os grupos e

seu crescente envolvimento com dinâmicas criminais mais estruturadas, os governos estaduais e federal intensificaram as iniciativas de investigação, prisão e condenação dos membros de gangue, bem como os processos de deportação de todos aqueles condenados por crimes mais graves. Esse processo, no entanto, não apenas contribuiu para “inchar” sistema prisional dos EUA, como também para a formação de gangues dentro das prisões. Enquanto alguns destes grupos se formaram dentro do cárcere e restringiram sua atuação às penitenciárias, outros se formaram como “filiais” das gangues existentes nas ruas, ou estabeleceram relações criminais com elas.

“Dessa maneira, os jovens das gangues de rua ingressaram num meio social estruturado tanto pelo Estado quanto pelas gangues de presídio. (...) Na Califórnia, essa situação incentivou alguns membros das gangues de rua a ingressarem nas gangues de presídio ou a fazer alianças formais com estas. Entre as gangues de origem mexicana da Califórnia, por exemplo, esse processo resultou na iniciativa das gangues de presídio de dividir o Estado em duas partes: os que moram ao sul de Bakersfield são identificados como *sureños* (e se vestem de vermelho) e os que vivem ao norte são identificados como *norteños* (e se vestem de azul). Assim, embora no passado o vínculo de um preso com uma das gangues não se transferisse para fora dos muros da penitenciária, hoje em dia a política governamental de intensificação das prisões tem gerado a consequência imprevista de unificar as várias gangues de rua em torno das duas principais gangues de presídio de origem mexicana, *La Familia* e a Máfia mexicana, tomando-as mais organizadas e com mais recursos para se manter.” (JANKOWSKI, 1997)

Assim como Jankowski, outros autores também associam o início do problema das gangues nos Estados Unidos aos processos de rápida reconfiguração urbanística, industrialização e, principalmente, mudanças na composição populacional decorrentes dos fortes fluxos migratórios recebidos pelos EUA a partir do século XIX. Rubel (1965), Moore (1985) e Vigil (1988), por exemplo, também atribuem boa parte da origem do problema das gangues norte-americanas às ondas de imigrantes latinos que se estabeleceram em cidades do sul do país, após a revolução mexicana de 1813. As condições precárias de habitação e a baixa empregabilidade dos imigrantes explicariam parcialmente sua associação em gangues, na tentativa de responder a um cenário hostil.

Outros autores chamam a atenção para grandes ondas de crescimento das gangues em território americano, justamente durante os períodos de forte intensificação dos fluxos migratórios e de reconfiguração socioespacial dos ambientes urbanos. Curry e Decker (2003), por exemplo, identificam quatro grandes ciclos de crescimento das gangues e da violência relacionada à sua atuação: o primeiro deles, entre o meio e o final do século XIX;

o segundo, já entre as décadas de 1920 e 1930, durante a grande depressão e o subsequente processo de reconfiguração socioespacial das cidades norte-americanas, com intensas ondas migratórias vindas do interior do país. A terceira grande onda de crescimento de gangues registrada nos EUA teria se dado na década de 1960, em meio à explosão de diversos movimentos de luta pelos direitos civis e o consequente acirramento das rivalidades entre imigrantes, afro-americanos e a população branca; a última, já nos anos 1990, tomou curso após o fim da Guerra-Fria e a entrada dos Estados Unidos em um período de forte crescimento econômico, mudanças no mercado imobiliário e adensamento das grandes cidades (CURRY & DECKER, 2003).

O que se observou nos Estados Unidos, portanto, é que o surgimento, a consolidação e a proliferação de organizações sociais genericamente definidas gangues se deu em ciclos específicos, sempre associados a períodos de rearranjos sociais, ambientais e estruturais das grandes cidades. Ao longo da história norte-americana, a associação de adolescentes e jovens em grupos delinquentes envolvidos em conflitos territorializados sempre se mostrou fortemente influenciada por processos de rápida reconfiguração urbanística e de recrudescimento das dinâmicas de exclusão socioespacial (HOWELL, 1998).

Além disso, as próprias dinâmicas de violência mantidas entre estes grupos sofreram alterações profundas ao longo do último século, principalmente a partir dos anos 1970 e 1980, em função do maior acesso dos jovens a veículos automotores e armas de fogo. Conflitos que antes envolviam armas brancas e lutas corporais passaram, gradativamente, a contar com maior participação de armas de fogo, cada vez mais letais (KLEIN *et al.*, 1991; KLEIN, 1996). Além disso, alguns estudos indicam que, especialmente a partir dos anos 1980, algumas gangues norte-americanas passaram a se envolver com atividades criminosas mais complexas, sobretudo com o tráfico de drogas ilícitas.

Essa maior estruturação das atividades criminais por parte das gangues contribuiu para que algumas delas rompessem tradicionais laços de territorialidade e se tornassem verdadeiras *franquias* espalhadas por várias cidades dos Estados Unidos, com fortes vínculos com grupos criminosos que atuam dentro do sistema prisional norte-americano. De acordo com o último survey nacional sobre gangues realizado em 2008 nos EUA, existem atualmente 27.900 gangues, com 774.000 membros criminalmente ativos no país¹⁵.

¹⁵ Desde 1996, o *National Youth Gang Survey* (NYGS) é realizado anualmente pelo Departamento de Justiça dos Estados Unidos, a partir de dados produzidos por unidades policiais municipais, estaduais e federais, bem como por seus respectivos sistemas de inteligência e registros criminais.

Outra questão a ser observada diz respeito à forma de estruturação das gangues norte-americanas. Dados policiais agregados podem levar à conclusão de que grupos como *Crips*, *Bloods*, *MS-13* e *M-18* são grandes organizações criminosas, com estruturas internas sofisticadas e hierarquias rigidamente definidas. Contribuem para esta impressão os registros mantidos pelo Departamento de Justiça dos EUA, que atribuem a algumas destas gangues a filiação de mais de 30 mil jovens, espalhados por todo o território nacional. Apesar disso, o real poder de articulação e a abrangência de atuação destes grupos precisam ser avaliadas com cautela, até mesmo em função da forma como estas gangues foram organizadas.

Até o final da década de 1950, a imensa maioria das gangues norte-americanas adotava nomes que faziam referência aos seus bairros de origem ou vizinhanças. Somente a partir dos anos 1960, quando alguns destes grupos começaram a ganhar destaque midiático por sua atuação violenta nas maiores cidades dos EUA, é que as diversas gangues de bairro passaram a adotar variantes do mesmo nome, como que para selar uma aliança com os grupos já famosos. O exemplo mais recorrente é o da gangue *Conservative Vice Lords*, de Chicago, que se tornou bastante famosa entre os jovens americanos durante a década de 1960 e inspirou a criação de diversos grupos territorializados, em vários pontos do país: *War Lords*, *California Lords*, *Fifth Avenue Lords* e *Maniac Lords* (HOWELL & MOORE, 2010).

No estado da Califórnia, o mesmo processo pôde ser observado com as famosas *Crips* e *Bloods*, durante os anos 1980. Criada em uma comunidade pobre de afro-americanos da região sul de Los Angeles, os *Crips* rapidamente ganharam destaque por sua atuação violenta e seu envolvimento com tráfico de drogas, contrabando de armas e muitos homicídios. Em função de seus sucessivos abusos contra a comunidade local, o grupo acabou motivando a criação dos *Bloods* que, em princípio nada mais eram do que uma gangue fundada por jovens que decidiram não se sujeitar à violência dos *Crips*. Em poucos anos, o conflito entre os grupos ganhou um grande destaque na mídia nacional, o que inspirou várias gangues regionais espalhadas por todo o país a adotarem nomes que eram variantes das originais *Crips* e *Bloods* de Los Angeles. Novamente, constituía-se uma proposta de aliança confederada, por meio da adoção de uma suposta identidade comum. Desta forma nasceram os *Hoover Crips*, *East Side 40th Street Gangster Crips*, *Hacienda Village Bloods*, *42nd Street Piru Bloods* (HOWELL, & MOORE, 2010).

Em termos práticos, além de projetar uma imagem de maior poder entre as gangues locais, a adoção de nomes, símbolos e cores comuns garante aos jovens membros de gangues uma ampliação considerável de seu espaço de circulação dentro da cidade. Se antes

de adotar o nome de uma gangue famosa, os jovens que integravam os grupos de bairro se viam obrigados a permanecer dentro da “zona de segurança” criada por eles em suas vizinhanças, a adesão a uma proposta de “confederação” de gangues sob o signo dos *Crips*, dos *Bloods*, dos *Vice Lords*, da *MS-13* ou da *M-18* garante a eles uma série de vantagens competitivas dentro do espaço hostil das “*Ganglands*” das maiores cidades norte-americanas. Prova disso pode ser observada em um survey realizado em 1994 nos Estados Unidos, que demonstrou que nada menos do que 1.100 gangues espalhadas por 115 cidades de todo o país adotam *Crips* ou *Bloods* em seus nomes (USDJ, 1994).

Esta tendência de adoção de nomes comuns, no entanto, não significa necessariamente que tais grupos se articulem de maneira complexa e sofisticada, ou mesmo que mantenham uma estrutura hierárquica rigidamente definida entre si. Estudos indicam que, a despeito de compartilharem signos e nomenclatura, a maior parte dos milhares de grupos que compõem as maiores gangues norte-americanas continua a ter uma característica de atuação territorial localizada. As próprias rivalidades e conflitos mantidos entre as gangues em cidades como Los Angeles, Chicago, Washington e Nova York parecem obedecer mais a uma lógica de vizinhança do que propriamente à de um empreendimento criminal nacional ou transnacional (HOWELL & MOORE, 2010; BING, 1991).

Obviamente, levantamentos já verificaram a existência de algumas poucas gangues cuja estrutura interna sofisticada, o envolvimento em modalidades criminosas extremamente complexas e a participação sistemática de setores do Estado em seus empreendimentos ilegais as credenciam à categoria de “grupos criminosos organizados¹⁶” (JOHNSON *et al.*, 1990; LEVITT & VENKATESH, 2000). No entanto, a maioria dos grupos conhecidos ainda demonstra ter uma estrutura interna bastante fluida, com hierarquia maleável, envolvimento pouco elaborado (ou mesmo ocasional) com atividades criminais mais complexas, relações pouco consolidadas com outros grupos pertencentes à mesma “franquia” e atuação extremamente territorializada. Poucos são aqueles que estendem sua violência ou seus empreendimentos criminosos para fora de suas vizinhanças de origem (HOWELL & DECKER, 1999; MAXSON, 1995).

¹⁶ Ainda hoje, não existe no Brasil um conceito sociológico, jurídico ou político que seja consensualmente aceito como definição para o termo “crime organizado”. Entretanto, dois elementos comuns à maioria das definições propostas podem ser elencados: “crime organizado” seria todo e qualquer empreendimento criminal que contasse com a existência de (1) estruturas funcional, hierárquica e organizacional claramente definidas entre seus participantes; (2) envolvimento sistemático de representantes ou setores do poder público constituído, em etapas ou na totalidade da condução do empreendimento criminoso. Para os efeitos deste estudo, é justamente a existência destas duas características básicas, a despeito das diversas variantes que se formam ao redor delas, que caracterizam um empreendimento criminoso como “crime organizado”.

2.1.2. Clickas no México

No México, a forma como o fenômeno das gangues se manifesta nos dias de hoje guarda relação bastante estreita com questões migratórias, principalmente com o fluxo de milhares de famílias mexicanas que, nas últimas décadas, oscilaram entre sua terra natal e a região sul dos Estados Unidos. Impossível não notar a semelhança estética e comportamental que existe entre as *clickas* (como são chamadas as gangues no México) e as *cholo latino gangs* norte-americanas, especialmente os grupos delinquentes de Los Angeles. No entanto, o problema das gangues no México tem sua origem muito antes de a *gangsta culture* dos Estados Unidos se disseminar por parte da América Latina (MARTÍNEZ, 1997).

Além disso, a forma como as atuais *clickas* vêm se estruturando e atuando nos últimos dez anos se mostra fortemente influenciada por questões geopolíticas e criminais, sobretudo em função da violenta atuação dos cartéis de narcotraficantes mexicanos e do aumento da participação destes grupos na vasta rede de distribuição e comercialização de drogas ilícitas que abastece os Estados Unidos (VILLARREAL, 2002).

2.1.2.1. Contexto Histórico

Contrariando a feição urbana que geralmente marca o fenômeno, as gangues mexicanas parecem ter sua origem ligada às culturas de mandonismo e patrimonialismo político que marcaram a história do país. Em estudo sobre as estruturas de poder no México, Villarreal (2002) dá a entender que as primeiras gangues juvenis mexicanas datam do final do século XIX, como uma espécie de braço armado a serviço de caciques políticos e grandes fazendeiros na zona rural do país. Como boa parte das relações clientelistas entre comunidades campesinas e lideranças políticas era fundamentada no monopólio do uso da força por parte das oligarquias locais, a incorporação dos grupos de jovens delinquentes à estrutura de mando acabava por atender a dois propósitos complementares: por um lado, conferia tons “comunitários” à estrutura de domínio armado imposta à população; por outro, garantia certo ordenamento e controle da violência local, o que aumentava a legitimidade dos caciques políticos.

A hipótese de que o fenômeno das gangues mexicanas teve origem rural é corroborada por amplo levantamento bibliográfico realizado por Rodgers (1999), que indica que, já no final dos anos 1960, alguns estudos já denunciavam a atuação de grupos de jovens delinquentes na zona rural do México, organizados em pequenas milícias locais, envolvidas com saques, arruaças e enfrentamentos com outros grupos semelhantes. Na transição dos

anos 1970 para 1980, com a intensificação do processo de industrialização e urbanização do México, o fenômeno parece “migrar” das cidades do interior para os bairros de periferia da região metropolitana do país.

Em seu estudo sobre delinquência juvenil na Cidade do México, Carles Feixa (1995) descreve como, logo no início dos anos 1980, grupos de jovens moradores de favelas, chamados de *chavos bandas*, passam a se envolver sistematicamente em episódios de vandalismo e confrontos territorializados. Estes primeiros enfrentamentos, no entanto, não tinham o nível de violência que viriam a adquirir nas décadas seguintes. Inspirados no movimento *punk* britânico, muitos destes jovens se reuniam em grupos, formados a partir de seus bairros de origem, para ouvir música, promover depredações, consumir drogas e praticar crimes de menor potencial ofensivo (FEIXA, 1995; KLEIN, 1995). Ainda segundo Feixa, o processo de associação destes jovens em *chavos bandas* durante a transição dos anos 1970 para 1980 constituía uma espécie de reação aos processos de marginalização econômica, falta de oportunidades de emprego e exclusão social.

Já no início dos anos 1990, parece haver um ponto de inflexão na trajetória seguida pelo fenômeno das gangues no México, precisamente a partir de 1992, quando os fluxos migratórios entre México e Estados Unidos se intensificam e o país se torna signatário do *North American Free Trade Agreement* (NAFTA). De acordo com Martínez (1997), a intensificação do intercâmbio econômico e cultural entre os dois países consolida e dissemina entre grupos de jovens mexicanos muitos dos valores, estilos e práticas das violentas *cholo latino gangs* de Los Angeles. Em um primeiro momento, este fenômeno é observado com muita força nas cidades localizadas ao norte do México, na fronteira com os Estados Unidos. Em poucos anos, este estilo das gangues norte-americanas se espalha pelo restante do país, contando com a adesão de milhares de jovens moradores de favelas e bairros de periferia (MARTÍNEZ, 1997).

Fortemente influenciada por jovens mexicanos recém-deportados dos Estados Unidos, as *clickas*, como passam a se autodenominar as gangues mexicanas a partir dos anos 1990, passaram a adotar não apenas o estilo das gangues norte-americanas (as roupas, o gosto musical, a linguagem que mistura gírias espanholas com anglicismos) como também seu perfil de violência. Nas favelas da região metropolitana da Cidade do México, os enfrentamentos entre as diversas *clickas* se tornam mais letais. O caráter estritamente territorial destes grupos e sua ação bastante difusa dificulta seu enfrentamento por parte do Estado. Em Ciudad Netzahualcóyotl, uma das maiores favelas da região metropolitana da

Cidade do México, estima-se que existam aproximadamente 85 pequenas *clickas*, cujos conflitos já deixaram um saldo de centenas de jovens mortos nos últimos anos (MARTÍNEZ, 1997).

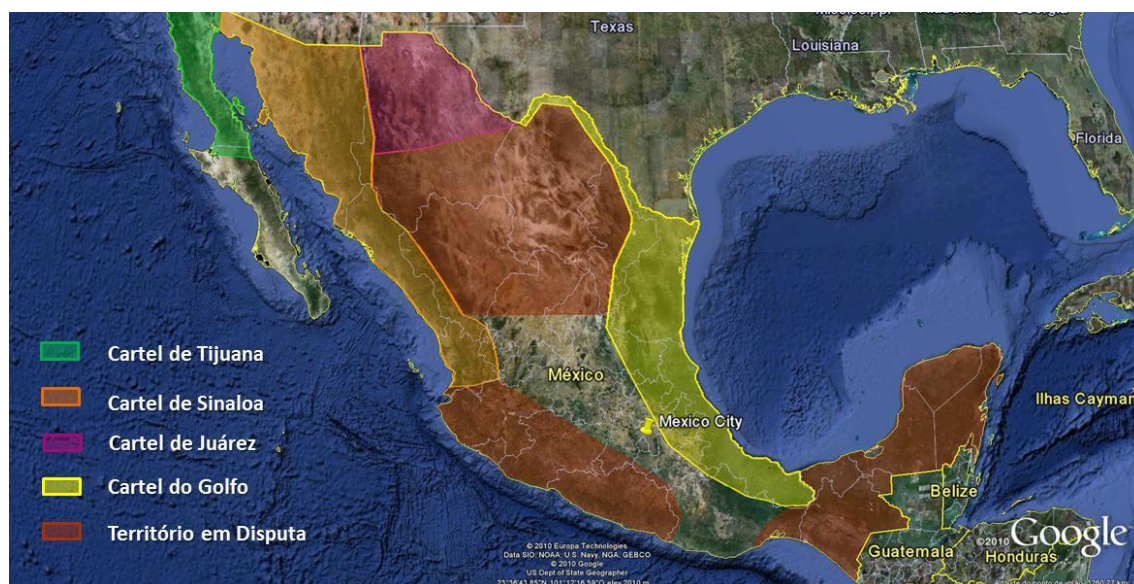
De qualquer forma, torna-se interessante observar que, a despeito de ter se consolidado em favelas e bairros pobres dos grandes centros urbanos, o fenômeno das gangues mexicanas continuou a reproduzir, em suas comunidades, estruturas de dominação e características de atuação historicamente observadas por grupos milicianos que agiam na zona rural do país. Por meio do estabelecimento de relações de clientelismo e mandonismo com as comunidades locais, tais grupos acabam por mimetizar as funções assumidas por seus predecessores rurais, quando trabalhavam a serviço de antigos “caciques políticos”.

2.1.2.2. Contexto Criminal

Na América Latina, o final dos anos 1990 foi marcado por uma ampla reconfiguração das estruturas de poder, das formas de organização e da própria logística dos esquemas de narcotráfico. Após anos de ações conjugadas dos governos colombiano e norte-americano, os tradicionais cartéis de Medellín e Cali perdem parte expressiva de sua influência dentro da rede de transporte e distribuição das drogas, principalmente junto ao mercado consumidor dos Estados Unidos. Apesar de ainda controlarem a maior parte da produção das drogas, os narcotraficantes colombianos perderam, já no final dos anos 1990, praticamente todos os seus esquemas de transporte direto e distribuição de entorpecentes a partir do estado da Flórida (COOK, 2007).

Frente ao enfraquecimento dos cartéis colombianos, a função de transporte e distribuição dos entorpecentes produzidos na América do Sul é gradativamente assumida por grupos centro-americanos e, principalmente, mexicanos. A tradicional rota de desembarque das drogas na Flórida é parcialmente substituída pelas fronteiras da Califórnia e do Texas, o que fortalece a estruturação de atividades criminosas na fronteira norte do México. O governo mexicano afirma que, nos últimos dez anos, quatro grandes cartéis de narcotraficantes se formaram em território nacional: Juarez, Golfo, Tijuana e Sinaloa (este último, formado a partir de uma espécie de “fusão” entre três cartéis distintos). Juntos, estes grupos movimentariam, anualmente, um montante que pode chegar a quase US\$25 bilhões em drogas transportadas para solo norte-americano (COOK, 2007). O mapa a seguir ilustra, de maneira aproximada, a área de atuação de cada um dos cartéis no México.

Mapa IV – Áreas de atuação dos Cartéis de Narcotraficantes no México



Fonte: Cook, 2007 / Elaboração própria

Mas há de se observar que o espaço deixado pelos cartéis colombianos no final da década de 1990 não foi ocupado de maneira compartilhada e pacífica. Desde o início dos anos 2000, os cartéis do México travam entre si uma intensa guerra pelo controle das rotas de transporte de drogas. A violência dos enfrentamentos começou a chamar a atenção do governo mexicano que, em parceria com os Estados Unidos, endureceu suas ações contra os principais grupos. Em 2002, a prisão das lideranças das organizações de Tijuana e do Golfo desestabilizou o fino equilíbrio de forças existente entre os cartéis e acirrou os combates entre as facções, deixando um saldo de centenas de mortos em cidades como Nuevo Laredo, Juárez, Culiacán e Cidade do México (COOK, 2007).

Ainda na primeira metade dos anos 2000, o país assistiu a um rearranjo de forças provocado por alianças entre os cartéis. De um lado, colocaram-se os grupos de Sinaloa e Juárez, para enfrentar a coligação formada pelas organizações do Golfo e de Tijuana. No entanto, ao invés de reduzir os danos da guerra entre os cartéis, a formação de “federações” aumentou a intensidade de seus enfrentamentos. Estima-se que, entre 2006 e 2008, aproximadamente 28 mil pessoas foram mortas pelos grupos, a maioria jovens envolvidos nos confrontos. Entre os crimes atribuídos aos cartéis nos últimos cinco anos, constam centenas de sequestros, dezenas de assassinatos de policiais, integrantes do poder judiciário e membros das forças de segurança do México, bem como atentados a bomba e ataques armados a prédios públicos e a órgãos de imprensa (COOK, 2007).

Outra questão a ser observada no que diz respeito à atuação dos cartéis de narcotraficantes no México é o seu alto poder de corrupção das forças públicas. Nos últimos anos, o governo mexicano se viu obrigado a desativar diversas unidades policiais localizadas em cidades fronteiriças com os Estados Unidos, após uma grande investigação da Agencia Federal de Investigación (AFI) comprovar que departamentos inteiros estavam envolvidos com facilitação ao tráfico, contrabando e descaminho de armamentos e até mesmo em execuções encomendadas pelos cartéis. Em 2006, agentes da própria AFI foram presos por envolvimento em diversos sequestros de criminosos ligados aos grupos de Sinaloa, posteriormente entregues aos seus inimigos do Golfo¹⁷ (INCB, 2007).

2.1.2.3. As *Clickas* como braço armado dos Cartéis de Narcotraficantes

Assim como os intensos processos de urbanização e industrialização ocorridos no final dos anos 1970, o rápido fortalecimento dos cartéis de narcotraficantes a partir do final dos anos 1990 demarcou outro *turning point* na trajetória de conformação do problema das gangues no México. Com o objetivo de consolidar seu domínio territorial nas maiores cidades do país, os *narcos* começaram a estreitar seus contatos com as *clickas*, sedimentando uma relação que até então se limitava a transações comerciais ocasionais. Essa aproximação com os cartéis fez com que as gangues passassem a vender, em suas comunidades locais, parte dos carregamentos de drogas que as organizações traziam da América do Sul.

Desde o ano 2000, o governo mexicano vem realizando prisões de centenas de membros de *clickas*, envolvidos com crimes ordenados pelos cartéis. Os registros indicam que, nos últimos seis anos, foram detidos 134 membros de gangue que atuavam em suas comunidades sob as ordens do Cartel do Golfo, 107 subordinados ao Cartel de Tijuana, 66 sob o mando do Cartel de Juárez e outros 121 trabalhando para a aliança de cartéis de Sinaloa. (COOK, 2007). A cooptação das *clickas* locais por parte dos grandes narcotraficantes atende a dois interesses que se complementam: aproveitar a capilaridade destas gangues para consolidar o domínio territorial armado de partes expressivas do território urbano do México e ampliar o poderio de seu braço armado para o enfrentamento

¹⁷ Soma-se a este contexto a série de transformações sociopolíticas vivenciadas pelo México a partir de 2000. Após quase 70 anos sob o governo do Partido Revolucionário Institucional (PRI), os mexicanos elegeram um representante do Partido da Ação Nacional (PAN) para a Presidência da República. Em termos políticos/institucionais, a derrota do PRI trouxe à luz o gradativo processo de enfraquecimento político de tradicionais oligarquias locais, bem como o clamor público por mudanças profundas nas estruturas do Estado. Entretanto, tais mudanças não vêm sendo processadas de maneira homogênea. Muitos territórios mexicanos, especialmente as áreas rurais, ainda continuam sob o controle de “caciques” historicamente ligados ao Partido Revolucionário. Esse cenário de fragmentação política dificulta a implementação de uma série de mudanças políticas, legais, institucionais e estruturais necessárias ao enfrentamento dos cartéis de narcotraficantes.

dos cartéis rivais¹⁸. Pelos serviços prestados, a contrapartida oferecida pelos *narcos* é bastante óbvia: dinheiro, drogas e armamento. Segundo estudo realizado por Manwaring (2007), os cartéis já teriam estabelecido alianças mesmo fora de seu território nacional. Em cidades da Califórnia e do Texas, os mexicanos *Sureños* e *Norteños*, bem como os salvadorenhos da *Mara Salvatrucha* atuam como distribuidores regionais de parte das drogas introduzidas nos EUA pelos *narcos*.

Internamente, o fortalecimento das *clickas* locais com os recursos dos cartéis de narcotraficantes projetou efeitos perversos sobre a vida de grandes parcelas da população mexicana, especialmente os moradores de favelas e bairros de periferia das grandes cidades. Dentro das regiões onde atuam, as gangues exercem um violento controle territorial armado, prejudicando o estabelecimento de relações de associativismo e o exercício de liberdades individuais básicas. Os altíssimos índices de vitimização letal provocados pelos confrontos com grupos rivais fortaleceram e disseminaram a cultura da resolução privada e violenta de conflitos, subvertendo a legitimidade da intervenção estatal e reproduzindo, em nível local, relações políticas clientelistas e patrimonialistas.

Em termos urbanísticos, a atuação violenta das *clickas* fomenta a deterioração ambiental de grandes porções do território das cidades, em função da desvalorização imobiliária e do abandono residencial que promovem. Além disso, os frequentes confrontos entre as gangues e as muitas modalidades criminosas com as quais se envolvem também contribuem para a fuga de investimentos, depreciando a potencial geração de empregos para as comunidades locais.

“In addition to outrageous violence and bloodshed, this environment is also creating small and large criminal-run ‘free-enclaves’ in the cities and states of the Mexican nation-state. Moreover, the spillover transcends the supposedly sovereign borders of Mexico and its neighbors. This situation is similar in many ways to the medieval era, with feudal barons asserting total control over their fiefdoms. Violence and the fruits of violence arbitrary political control seem to be devolving to these small, private nonstate actors. This is a serious challenge to existing law and order in Mexico, to the effective sovereignty of that country, and to the security and sovereignty of the other nationstates within and between which the gang phenomenon operates.” (MANWARING, 2007)

¹⁸ Apenas na cidade de Nuevo Laredo (localizada em território de atuação do Cartel do Golfo), estima-se que existam 24 gangues em atuação; já na cidade de Juárez (território de atuação do Cartel de Juárez), são 320 pequenos grupos exercendo domínio armado de determinadas partes da cidade. O governo mexicano trabalha com a informação de que grande parte destes grupos possui ligações sistemáticas com os cartéis de narcotraficantes (MANWARING, 2007).

2.1.3. *Maras e Pandillas* na América Central

Talvez mais do que em qualquer outra parte do mundo, o fenômeno das *maras* e *pandillas* na América Central¹⁹ só pode ser adequadamente compreendido se for analisado à luz dos contextos político, econômico, geográfico, cultural, social e criminal em curso na região durante as últimas décadas. Sobretudo em El Salvador, Honduras e Guatemala, o processo de estruturação de grupos de jovens delinquentes e seu envolvimento com violência armada e conflitos territorializados foram profundamente afetados pelas guerras civis, fluxos migratórios, políticas repressivas e degradação urbanística que marcaram a história recente destes países. Portanto, para traçar um perfil mais detalhado das gangues em atividade América Central, torna-se fundamental discutir aqui como esta confluência de fatores influenciou, ao longo das últimas décadas, suas formas específicas de estruturação e organização, bem como suas práticas criminais.

2.1.3.1. Contextos político, socioeconômico e criminal

Com exceção de Costa Rica e Panamá, que são considerados países de desenvolvimento humano médio, todos os demais países da América Central são tidos como territórios com baixos índices de desenvolvimento humano. Em termos socioeconômicos, praticamente toda a região é marcada por processos desordenados de urbanização, condições precárias de habitação (com altíssimos percentuais de seus 40 milhões de habitantes vivendo em favelas ou habitações subnormais), baixa escolaridade média da população, altos níveis de desemprego e criminalidade violenta, fragilidade dos arranjos políticos/institucionais e extrema dependência econômica da exportação de commodities (UNODC, 2007).

Todas estas características fizeram com que, nas últimas décadas, os países da América Central se tornassem territórios extremamente vulneráveis à proliferação de uma vasta gama de atividades criminais, entre elas as *maras* e *pandillas*²⁰. A primeira destas vulnerabilidades (e talvez a mais importante) é a própria localização geográfica dos países que compõem a região. A América Central forma uma espécie de “corredor” que liga o

¹⁹ Região composta por Panamá, Nicarágua, Guatemala, Belize, Honduras, Costa Rica e El Salvador.

²⁰ Em espanhol, os termos *mara* e *pandilla* são expressões utilizadas para se referir às gangues ou grupos estruturados de jovens delinquentes. Apesar de serem frequentemente empregados como sinônimos, os termos se referem a tipos de formações sociais distintas: as *maras* seriam uma espécie de conjunto ou confederação composta por diversas *pandillas*. As *pandillas*, por sua vez, seriam as gangues de rua, ou grupos de jovens delinquentes envolvidos em conflitos territorializados (OEA, 2007). Um exemplo da aplicação destes conceitos pode ser observado em grandes grupos transnacionais como a *Mara Salvatrucha* (MS-13) e *Barrio 18* (M-18), que constituem hoje duas grandes confederações, compostas por *pandillas* menores, com atuação territorializada.

maior centro produtor (América do Sul) e o maior centro consumidor de drogas ilícitas do mundo (Estados Unidos). Estudos realizados pela Organização das Nações Unidas (ONU) estimam que aproximadamente 450 toneladas de cocaína passem anualmente pela América Central rumo ao México e aos Estados Unidos, movimentando localmente um montante de US\$50 bilhões²¹. Para que se tenha uma idéia do impacto que o tráfico de drogas projeta sobre a região, basta observar que a soma dos Produtos Internos Brutos (PIBs) dos sete países que compõem a América Central não chega a US\$90 bilhões (UNODC, 2010).

Ainda segundo levantamentos da ONU, este intenso fluxo de drogas provocou consequências políticas perversas na região. Durante as últimas décadas, os recursos do narcotráfico financiaram, ora de maneira sistemática, ora em ações pontuais, a maioria dos movimentos guerrilheiros e alguns golpes de Estado. Além disso, parte significativa dos altos níveis de corrupção verificados nos sistemas político e judiciário de países como Guatemala, Honduras, Nicarágua e El Salvador são atribuídos à atuação de grupos envolvidos com o transporte de drogas para os EUA, bem como contrabando de armas, pessoas e recursos naturais. O próprio sistema financeiro destes países se mostra extremamente vulnerável à lavagem de dinheiro das drogas (UNODC, 2007).

Outra característica que aumenta a vulnerabilidade dos países da América Central ao surgimento e à consolidação de diversas modalidades de atividades criminosas é o reestabelecimento extremamente recente e, em alguns casos, ainda bastante incipiente, de estruturas políticas democráticas. Quase todos os países da região passaram por longos períodos de regimes políticos ditatoriais, instaurados por grupos oligárquicos ou pelas forças armadas. Em função disso, boa parte da estrutura estatal ainda se mostra mais adequada à manutenção do poder político do que à promoção do desenvolvimento econômico e social de seus países.

Se em democracias em desenvolvimento os Governos já possuem uma capacidade bastante restrita de prover serviços públicos (principalmente aqueles ligados à administração da Justiça Criminal), o cenário sempre se mostrou consideravelmente pior em países pobres e submetidos a ditaduras. Em alguns países da América Central, por exemplo, a transição recente do autoritarismo para a democracia tem se processado de maneira bastante lenta, prejudicando a prestação eficiente de serviços e a própria consolidação destes Estados. O que se observa é que, de um lado, os aparatos estatais tentam se remodelar para trabalhar com o público de maneira mais transparente e eficiente; de outro, a própria população destes

²¹ Segundo registros do Departamento de Justiça dos Estados Unidos, cerca de 88% da cocaína apreendida nos EUA passaram por algum país da América Central (UNODC, 2010).

países têm reaprendido a se relacionar com as práticas políticas, legais e sociais que sustentam Estados democráticos. Cabe ainda observar que, durante esta etapa de reestabelecimento das democracias na América Central, a corrupção instalada no aparato governamental herdado das ditaduras tem se mostrado um dos principais dificultadores da reabertura política (UNODC, 2007).

2.1.3.2. As Guerras Civis

Além dos aspectos socioeconômicos e políticos já elencados, o histórico recente de conflitos armados também faz com que alguns países da América Central sejam territórios extremamente vulneráveis ao surgimento e à consolidação de diversas formas de atividades criminosas, principalmente as gangues. A Guatemala talvez seja o maior exemplo dos impactos políticos e sociais perversos acarretados por longos períodos de guerra civil. O país viveu 36 anos em um conflito (de 1960 a 1996) que deixou um saldo oficial de 200 mil mortos. El Salvador esteve em guerra entre 1980 e 1992, registrando 75 mil mortes; já a Nicarágua viveu 19 anos em guerra civil (entre 1972 e 1991), contabilizando um saldo de 60 mil mortes (UNODC, 2007).

Em termos políticos, Estados que vivenciaram períodos de guerra civil sofrem abalos profundos em sua capacidade de atuação, bem como perda de boa parte de sua legitimidade junto à sua população. A própria noção de Estado democrático só existe se for fundamentada sobre o pressuposto da legitimidade política e institucional. Estados que tiveram que enfrentar guerras civis invariavelmente perdem parte considerável de sua legitimidade, uma vez que se estruturam para rechaçar, de maneira violenta, seus opositores. Além disso, o próprio processo de enfrentamento de inimigos internos limita a capacidade de provisão de serviços públicos por parte do Estado, assim como diminui a transparência de sua atuação e dilui seu poder de fiscalização sobre práticas de corrupção incrustadas em seu próprio aparato. Ao longo das últimas décadas, a soma de todos estes fatores comprometeu sensivelmente a sustentação política e a legitimidade popular de diversos governos na América Central.

“Many authoritarian states, especially if facing international sanctions, turn a blind eye to corruption in the civil service (including abuses of power in the security services) so long as it does not interfere with the counter-insurgency. These civil servants may continue with their activities well after the coming of democracy, and impart their culture of corruption to their successors.” (UNODC, 2007)

Outro efeito político perverso engendrado pelo cenário de guerras civis/governos ditatoriais na América Central foi o processo de militarização das forças de segurança pública (também observado no Brasil durante as décadas de ditadura militar). Em geral, as forças policiais estruturadas durante a vigência de regimes ditatoriais possuem diretrizes de atuação que vão de encontro a todos os preceitos de policiamento e de segurança pública empregados em sociedades efetivamente democráticas. Via de regra, forças de segurança forjadas sob o signo do autoritarismo se mostram refratárias a noções como transparência, *accountability*, descentralização administrativa, uso moderado e proporcional da força, emprego de tecnologias não letais e outras fundamentais ao exercício das atividades de segurança pública em sociedades democráticas (BEATO FILHO *et al.*, 2008).

Nas últimas décadas, as guerras civis ocorridas em El Salvador, Guatemala e Nicarágua, bem como a implantação de regimes ditatoriais na região, fizeram com que os aparatos de segurança pública existentes na maioria dos países da América Central se moldassem muito mais ao enfrentamento de inimigos internos do que à provisão de segurança pública para seus cidadãos. Mesmo após a redemocratização destes países, as forças policiais continuaram sendo popularmente associadas a práticas de violência, tortura, arbitrariedades e corrupção. Essa relação de desconfiança entre sociedade e seus aparatos de segurança pública corrói a legitimidade estatal e cria grandes dificuldades para o enfrentamento dos altos índices de criminalidade (especialmente a violência das gangues) observados em toda a América Central (UNODC, 2007).

Em termos sociais, o histórico recente de guerras civis e regimes ditatoriais projetou impactos deletérios sobre os processos de formação de identidades coletivas das populações da América Central, contribuindo para a consolidação de formas violentas de sociabilidade, das quais as gangues talvez constituam o maior e mais perigoso expoente. Em termos psicossociais o impacto da violência política pode se mostrar bastante semelhante ao da violência criminal. Em comunidades repetidamente expostas a práticas de brutalidade do aparato estatal, tal violência pode se “normalizar”, tornando-se uma maneira socialmente legitimada de se resolver conflitos internos, especialmente em locais onde o próprio Estado é visto como corrupto e incapaz de se fazer presente enquanto entidade de mediação destas disputas (UNDOC, 2007).

Além disso, a própria dinâmica das guerras civis em países como a Guatemala, El Salvador e Nicarágua contribuiu não apenas para a disseminação das armas de fogo entre a população civil, como também para a capacitação de milhares de cidadãos em táticas e

técnicas de guerrilha, formação de milícias locais e a organização de estruturas de resistência e enfrentamento ao Estado. Entre estas *expertises* adquiridas por parcelas significativas da população, certamente constavam o estabelecimento de contatos com narcotraficantes sediados em países da América do Sul, para a manutenção de uma rota razoavelmente segura para o transporte de drogas ilícitas, com fins de financiamento dos movimentos guerrilheiros.

Com o fim das guerras civis, um imenso contingente de jovens ex-combatentes e milicianos, que cresceram em meio aos enfrentamentos e tinham como única habilidade as técnicas aprendidas dentro dos grupos guerrilheiros, se viu alijado de qualquer possibilidade de reinserção social. Na ausência de políticas públicas que possibilitassem a adaptação destes jovens ao novo contexto democrático, suas habilidades rapidamente foram absorvidas por grupos criminosos instalados em comunidades pobres das maiores cidades da América Central. Além disso, muitos dos ex-combatentes, ao retornarem para suas comunidades de origem, formaram suas próprias gangues ou milícias, utilizando seu conhecimento de guerrilha para estabelecer o domínio territorial armado de determinadas regiões de suas cidades (WOLA, 2006).

2.1.3.3. Fluxos Migratórios

Para que se tenha uma compreensão mais aprofundada de como fatores históricos, socioeconômicos, culturais e políticos criaram um contexto propício ao surgimento e proliferação das gangues nas maiores cidades da América Central, há de se levar em consideração a questão dos intensos fluxos migratórios que se estabeleceram entre diversos países da região e os Estados Unidos, entre as décadas de 1960 e 1990. Os quase 30 anos de intensa migração de latinos para os EUA e a deportação em massa de muitos deles a partir do final dos anos 1990 provocaram grandes desequilíbrios sociais, econômicos, culturais e urbanísticos em países como Guatemala, Nicarágua, Costa Rica e El Salvador. Todo este processo criou, nas grandes cidades da região, um ambiente extremamente fértil para a proliferação de grupos de jovens que compartilham uma identidade comum, sistematicamente envolvidos em práticas violentas e/ou criminosas e conflitos territorializados.

Já a partir dos anos 1960, o cenário da instabilidade política, guerras civis e regimes ditatoriais na América Central submeteram os países da região a profundos intercâmbios e rearranjos econômicos, demográficos, culturais. Durante as muitas décadas de conflitos

armados, milhões de famílias se viram internamente desalojadas, tendo que deixar suas cidades de origem para se estabelecer em outros centros urbanos, ou tiveram que deixar suas terras natais em busca de refúgio em outros países da América Central ou nos Estados Unidos. Nicaraguenses encontraram abrigo em Honduras e na Costa Rica; salvadorenhos fugiram para Costa Rica e México; famílias guatemaltecas foram para o México; e milhões de centro-americanos emigraram para os Estados Unidos. Para que se tenha uma idéia dos impactos econômicos, demográficos e urbanísticos provocados pela instabilidade política da América Central, basta observar que, durante as décadas de 1980 e 1990, período em que El Salvador se encontrava em guerra civil, nada menos do que 20% da população nativa (cerca de 1 milhão de pessoas) deixou o país para se refugiar nos Estados Unidos. Atualmente, as remessas legais de dinheiro de salvadorenhos residentes nos EUA são a maior transação econômica externa do país, representando aproximadamente 16% do PIB de El Salvador (UNODC, 2007).

Tanto nos Estados Unidos quanto na própria América Central, os quase 40 anos de intensos fluxos migratórios projetaram grandes impactos demográficos, sociais, culturais e urbanísticos. Em seus novos locais de moradia, os imigrantes passaram a disputar os já escassos espaços de moradia, recursos públicos e empregos com as populações nativas. Discriminados, segregados e hostilizados em seus novos países, as populações desalojadas da América Central passaram a formar comunidades próprias dentro das grandes cidades, como forma de se resguardar do ambiente inóspito que os cercava. Na linha de frente destes conflitos, os jovens recém-chegados se organizaram em grupos de defesa e autoproteção, passando a disputar territórios, recursos econômicos e influência local com outros grupos já estabelecidos. Estavam lançadas as sementes das gangues que, nas décadas seguintes, viriam a se tornar graves problemas de segurança pública (RUBIO, 2007; STROCKA, 2006).

A partir da segunda metade da década de 1990, com o fim das guerras civis e a gradual retomada democrática na América Central, dois processos políticos distintos (porém relacionados) incrementaram o processo de formação e proliferação das gangues na América Central. Por um lado, os Estados Unidos colocaram em curso uma intensa política de deportação dos imigrantes latinos condenados por crimes cometidos em solo americano. Como foi discutido anteriormente, o principal objetivo desta medida era justamente desarticular gangues latinas que atuavam nos EUA.

No entanto, o retorno dos jovens condenados a seus países de origem também se mostrou extremamente problemático. Os *mareros* (membros de gangues latinas) de Los

Angeles, Nova York, Chicago, Washington e outras cidades norte-americanas retornam a seus países e encontram um cenário político, social e urbanístico extremamente propício para uma nova estruturação de atividades criminosas: bairros empobrecidos e degradados pelos anos de guerra civil; um arranjo político/institucional ainda bastante incipiente; enfraquecimento das forças de segurança pública devido ao desmantelamento dos corpos policiais das ditaduras; altíssima disponibilidade de armas de fogo nas mãos da população civil e um grande contingente de jovens treinados em práticas de guerrilha; governos politicamente fracos e ainda com pouca legitimidade junto à população.

Forjados na violência dos conflitos entre gangues dos Estados Unidos, os criminosos deportados foram rapidamente absorvidos por grupos delinquentes locais, difundindo entre eles os valores, os símbolos, os nomes e as práticas da “*gangsta culture*” norte-americana. Em poucos anos, uma infinidade de pequenas *Pandillas* locais passaram a adotar os nomes da *Mara Salvatrucha* e da *18th Street*, replicando, na América Central, sua estética, seus símbolos, códigos, formas de organização e modalidades de atuação criminosa (RUBIO, 2007).

“The results (of deportation policies) were disastrous for El Salvador. The deportees, also called ‘returnees’, many of whom had never lived in El Salvador, arrived with their outlandish tattoos, their ‘Spanglish’ language, and their arrogant attitudes. They quickly introduced the California gang culture, illegal drugs with their related ‘crack dens’ and ‘crack babies’, extortions, car-theft rings, burglaries, and ‘contract killings’.” (MANWARING, 2007)

2.1.3.4. O endurecimento da repressão e o fortalecimento das *Maras* e *Pandillas*

Conforme discutido até aqui, o processo de surgimento, consolidação e proliferação de gangues juvenis na América Central se deve à existência de um contexto político, social, econômico, cultural e urbanístico bastante específico, observado nos países da região, principalmente entre as décadas de 1960 e 2000. Contraditoriamente, entre os fatores que mais contribuíram para a disseminação e o fortalecimento das gangues na América Central podem ser elencadas as medidas repressivas adotadas pelos governos locais, na tentativa de controlar a violência ligada aos grupos delinquentes.

Frente ao crescimento alarmante dos homicídios relacionados à atuação de *Maras* e *Pandillas*, os governos de El Salvador, Honduras e Guatemala aprovaram, em 2003, a instauração de um arcabouço legal transnacional denominado *Mano Dura* (Mão Firme). A lei autorizava as forças policiais a realizarem prisões, em função da simples suspeita de

pertencimento a gangues. Além disso, penalizava com maior severidade qualquer delito cometido em função da atividade de gangues ou por seus membros. Logo em seu primeiro ano de vigência, a lei *Mano Dura* justificou a prisão de 19.275 pessoas apenas em El Salvador, por simples suspeita de pertencimento a gangues ou participação em atividades de gangues (o número é quase duas vezes a estimativa do número de membros de gangues em El Salvador). A arbitrariedade da lei era tanta, que algumas detenções chegaram a ser justificadas pelos cortes de cabelo, tipos de roupas, tatuagens, modo de falar e até mesmo pela região na qual os suspeitos moravam. Não por acaso, 91% de todas estas pessoas detidas no primeiro ano da *Mano Dura* em El Salvador foram colocadas em liberdade pela Justiça pouco tempo depois (WOLA, 2006).

A despeito das arbitrariedades, entre os detidos estavam jovens que efetivamente integravam gangues que atuavam em bairros pobres de cidades como San Salvador, Tegucigalpa e Guatemala. A política de detenção em massa de *mareros*, no entanto, surtiu efeito contrário ao que se esperava, demonstrando de maneira clara que a lei se sustentava em uma compreensão extremamente restrita do problema. Nas ruas, a existência de um “inimigo externo” claramente identificável (a polícia impulsionada pela lei *Mano Dura*) fez com que os grupos deixassem de lado suas rivalidades territoriais e passassem a se estruturar de maneira mais complexa.

A “carta branca” dada pelo Governo às forças policiais previa, inclusive, a participação do Exército no combate às gangues, deixando pouco clara a fronteira entre ação policial e militar. Em pouco tempo, a intervenção baseada na *Mano Dura* se converteu na prática de uma série de ações extralegais por parte dos policiais e militares, o que, por outro lado, também motivou o recrudescimento da violência das gangues. Além disso, o ressurgimento das ações militares em áreas civis e a resposta armada por parte das *Maras* trouxeram de volta o fantasma dos regimes ditatoriais e das guerras civis, abalando a já precária legitimidade dos governos constituídos.

Dentro das prisões, agora superlotadas pelos membros de gangue, os grupos também se estruturaram, solidificando contatos com outros condenados (entre eles narcotraficantes e contrabandistas de armas) e complexificando suas práticas criminais. Em poucos anos, praticamente todo o sistema prisional dos países signatários das *leis antimara* estava dominado pelas gangues, que não apenas continuaram a controlar suas atividades criminosas de dentro do cárcere, como também impuseram a divisão dos presídios em áreas de influência (WOLA, 2006).

“The root causes of gang activity in Central American countries and Mexico are also similar. They include gang members growing up in marginal areas with minimal access to basic social services; high levels of youth unemployment, compounded by insufficient access to educational and other public benefits; overwhelmed, ineffective, and often corrupt police and justice systems; easy access to weapons; dysfunctional families; and high levels of intra-familial and intra-community violence.” (MANWARING, 2007)

2.1.3.5. Características Estruturais e Criminais

Segundo levantamentos realizados pelo Escritório das Nações Unidas para Drogas e Crime, existem atualmente quase 70 mil membros de gangues criminalmente ativos na América Central, divididos em 920 grupos oficialmente reconhecidos pelas forças de segurança (UNODC, 2007). Obviamente, tais números precisam ser interpretados com bastante cautela, uma vez que são baseados em registros oficiais, mantidos por corporações policiais. Em cada país, diversos fatores e variáveis são levados em consideração para que grupos e indivíduos sejam classificados, respectivamente, como “gangues” e “membros de gangues”.

Geralmente, para que um grupo seja rotulado como “gangue”, as polícias costumam levar em consideração sua maior ou menor coesão, seu envolvimento sistemático com crimes ou atos delinquentes, a adoção de um nome comum, a existência de certa hierarquia entre seus membros, a vinculação a um território, etc. A tabela a seguir ilustra a contabilidade das gangues que atuam na América Central, feita pela ONU a partir de registros disponibilizados pelas polícias locais (UNODC, 2007).

Tabela VI – Estimativa de Gangues e membros de Gangues na América Central

País	Nº de Gangues	Total de Membros	Número Médio de Membros por Gangue
Panamá	94	1.385	15
Nicarágua	268	4.500	17
Guatemala	434	14.000	32
Belize	2	100	50
Honduras	112	36.000	321
Costa Rica	6	2.660	443
El Salvador	4	10.500	2.625
Total	920	69.145	75

Fonte: United Nations Office on Drugs and Crime (2007)

A despeito dos problemas de precisão, confiabilidade e comparabilidade dos dados, os registros organizados pela ONU oferecem indícios interessantes de como o fenômeno das gangues se desenvolveu na América Central. De maneira geral, observa-se que todos os países da região são afetados pela existência de grupos de jovens, fortemente envolvidos com violência armada, crimes e conflitos territorializados. Além disso, o grande número de gangues, com relativamente poucos membros, indica que o fenômeno se manifesta de maneira extremamente difusa, com centenas de pequenos grupos atuando em favelas e bairros pobres das maiores cidades centro-americanas.

As exceções representadas El Salvador, Costa Rica e Honduras precisam ser vistas com ressalvas, uma vez que é pouco plausível que as gangues apontadas pelos registros tenham, de fato, o número de integrantes descrito na tabela. É difícil acreditar que, em El Salvador, uma única gangue tenha quase três mil integrantes efetivamente mobilizados e estruturados a partir de uma liderança claramente identificada e atuando de maneira coordenada. Mais plausível é pensar que a contabilidade feita pelas agências policiais locais tenha levado em consideração apenas as grandes *maras* às quais se encontram filiadas as centenas de pequenas *pandillas* existentes nestes países.

De qualquer forma, os dados demonstram que, assim como ocorre nos Estados Unidos, o fenômeno das gangues é um dos mais graves problemas de segurança pública da América Central. O histórico recente de guerras civis, governos ditatoriais, baixa legitimidade política/institucional, depressão econômica, urbanização rápida e desordenada criaram um cenário extremamente propício para a estruturação de *maras* e *pandillas*, bem como do domínio territorial armado que estes grupos impõem em favelas e bairros de periferia das maiores cidades da região.

Apesar de não existirem dados que indiquem com precisão o nível de participação das gangues nos crimes registrados nos países da América Central, estima-se que elas tenham participação determinante no crescimento recente das taxas de homicídio de países como El Salvador, Nicarágua e Guatemala, maiores até do que aquelas registradas em épocas de guerra civil. Em El Salvador, por exemplo, dados da polícia nacional indicam que a taxa média de assassinatos durante os anos 1990 foi 40% superior àquela registrada durante a década de 1980, período em que o país vivia um grande conflito armado interno. O mesmo acontece na Guatemala, onde a polícia nacional estima que cerca de 60% de todos os homicídios registrados no país sejam decorrentes de conflitos entre gangues (RODGERS, 2006).

2.1.4. *Barras, Pandillas, Bandas e Sicários na América do Sul*

Praticamente todos os maiores centros urbanos da América do Sul enfrentam problemas ligados à existência de grupos de jovens envolvidos com criminalidade violenta e conflitos territorializados. Da Argentina à Colômbia, passando por Chile, Peru e Equador, o fenômeno assume sempre um perfil bastante parecido: são adolescentes e jovens do sexo masculino, moradores de favelas e bairros pobres de periferia, associados em grupos mais ou menos coesos, envolvidos em maior ou menor grau com diversas modalidades criminosas, invariavelmente inseridos em dinâmicas de violência armada e conflitos territorializados com outros grupos semelhantes.

Entretanto, assim como ocorre nos Estados Unidos, no México e na América Central, as semelhanças estruturais existentes entre as gangues de diversos países da América do Sul não escondem suas muitas peculiaridades, fruto de processos históricos, culturais, econômicos, políticos e urbanísticos vivenciados por cada país, de maneira particular, ao longo das últimas décadas. O que diversos estudos indicam é que todos estes processos exercem forte influência sobre a forma como as gangues locais se organizam, bem como sobre os tipos e a intensidade dos crimes praticados, o nível de coesão entre os membros, suas estruturas hierárquicas e a natureza de seus conflitos com outros grupos.

2.1.4.1. *Barras na Argentina*

Na Argentina, por exemplo, estudo conduzido por DeFleur (1967) indica que as *barras* (como são chamadas as gangues no país) começaram a ser um problema recorrente de segurança pública a partir dos anos 1960, quando os processos de urbanização e industrialização do país se intensificaram. Segundo a autora, o surgimento dos primeiros grupos de jovens sistematicamente envolvidos com delinquência na Argentina coincide com o forte processo de favelização das periferias urbanas, principalmente em cidades como Buenos Aires e Córdoba. DeFleur argumenta que, em contextos de extrema pobreza, exclusão social, violência policial e organização comunitária precária, o pertencimento às *barras* constituía para os jovens uma maneira rápida de obter status, sensação de pertencimento, conforto material e proteção contra a violência.

Ainda nos anos 1960, as primeiras *barras* eram descritas como grupos de adolescentes e jovens envolvidos em diversas modalidades de crimes contra o patrimônio. Esporadicamente, os grupos travavam confrontos com jovens de outra vizinhança, em função de rivalidades pontuais e localizadas, sem necessariamente qualquer relação com

empreendimentos criminais. Com uma forte vinculação ao seu território de origem, os jovens membros das *barras* comercializavam os bens roubados dentro de seu próprio bairro de origem, o que conferia a eles certo suporte comunitário local (DeFLEUR, 1967).

Mais recentemente, pesquisa realizada por Auyero (1992) corroborou os achados anteriores, demonstrando, no entanto, que as *barras* atuais são expressivamente mais violentas e estruturadas do que seus predecessores da década de 1960. Muitos grupos possuem envolvimento com tráfico de drogas e conflitos armados com gangues rivais e forças policiais. Além disso, o caráter territorial parece ter se intensificado, com várias *barras* passando a adotar os nomes de suas vizinhanças (AUYERO, 1992).

2.1.4.2. *Pandillas e Bandas no Peru*

Já na cidade de Lima, capital do Peru, um elemento a ser destacado nas *pandillas* ou *bandas* é sua estrutura interna fortemente hierarquizada. Segundo estudo conduzido por Villalobos (1993 apud RODGERS, 1999), as gangues são um problema de segurança pública enfrentado pelas maiores cidades peruanas desde a década de 1970. Já naquela época, os grupos possuíam lideranças claramente identificadas, sendo que o posto geralmente recaía sobre o integrante que, pela força bruta ou pelos crimes cometidos, conquistava ascendência sobre os demais membros.

Ainda segundo Villalobos, o fenômeno das *pandillas* ou *bandas* peruanas preservou suas principais características estruturais ao longo das últimas décadas. Os grupos continuam sendo compostos por adolescentes e jovens do sexo masculino, moradores de bairros de periferia ou favelas das grandes cidades, sistematicamente envolvidos com diversas modalidades criminosas (principalmente roubos e tráfico de drogas), conflitos territorializados com outros grupos rivais e com estrutura hierárquica claramente definida. A única diferença significativa observada nos últimos anos foi a amplitude do problema: nos anos 1970, a grande maioria das *pandillas* de Lima se estabelecia em favelas da região norte da cidade. A partir dos anos 1990, o fenômeno se consolida em praticamente toda a região metropolitana, acompanhando o processo de urbanização desordenada e de ocupação imobiliária irregular da região (VILLALOBOS, 1993 apud RODGERS, 1999).

2.1.4.3. *Pandillas, Naciones e Bandas no Equador*

No Equador, o problema das gangues parece afetar com mais intensidade a região metropolitana da cidade de Guayaquil, na região Oeste do país. A região é hoje o maior centro urbano do Equador, tendo vivido, nas últimas décadas, um dos mais intensos

processos de crescimento da malha urbana da América do Sul. De acordo com pesquisa realizada por Loor e outros (2003), Guayaquil possui três grandes áreas residenciais marcadas por fortes processos de exclusão social, ocupações irregulares, pobreza e altíssimos índices de criminalidade violenta. Nas áreas de El Guasmo, Isla Trinitaria e Bastión Popular, quase metade dos 900 mil moradores tem entre 15 e 24 anos e compõem o substrato a partir do qual as *pandillas*, *naciones* ou *bandas* formam seus quadros.

Ainda segundo o estudo de Loor e outros, o fenômeno das gangues na cidade de Guayaquil teve sua origem ainda nos anos 1970, quando a malha urbana viveu seu primeiro grande ciclo de expansão. Durante o processo de ocupação irregular dos bairros que se formavam na periferia da cidade, muitas comunidades formaram milícias locais, com o objetivo de defender a posse das terras e enfrentar a violência de comunidades vizinhas. Em pouco tempo, os primeiros grupos de “autodefesa comunitária” se tornaram *pandillas juvenis*, forjadas pela história de violência e rivalidade entre vizinhanças. Já no início dos anos 1980, muitos destes grupos de jovens começaram a se envolver de maneira sistemática com atividades ilícitas (tráfico de drogas, roubo de carros), introduzindo o uso das armas de fogo nos conflitos com outras *pandillas*. Com o aumento da letalidade dos conflitos, colocou-se em movimento a engrenagem de ação-retaliação que invariavelmente marca longos ciclos de enfrentamentos entre as gangues, tornando o fenômeno mais complexo.

O final dos anos 1980 e princípio de 1990 marca o começo de um processo de reestruturação do problema das gangues no Equador. Frente ao aumento da violência entre os grupos, o Governo cria, em nível nacional, o Grupo Especial Antipandilla (GEA), impondo toques de recolher em determinadas áreas das regiões metropolitanas de Quito e Guayaquil. Com carta branca para atuar nas áreas reconhecidamente dominadas por gangues, a unidade policial passa a prender centenas de adolescentes e jovens, por simples suspeitas de pertencimento às *pandillas*. A arbitrariedade do processo, no entanto, surtiu efeito contrário ao que era esperado pelo Governo equatoriano. A exemplo das *maras* na América Central, as centenas de pequenas *pandillas* que atuavam de maneira localizada em bairros de periferia e favelas de Quito e Guayaquil começaram a estabelecer alianças entre si, formando confederações de gangues que passaram a ser chamadas de *naciones* e a atuar simultaneamente em várias localidades (LOOR *et al.* 2003).

Já na segunda metade dos anos 1990, algumas destas *naciones* passaram a se estruturar de maneira mais complexa, intensificando seu envolvimento em atividades criminosas mais elaboradas como tráfico de drogas, assaltos a banco, sequestros e roubo de carros. Para

diferenciar estas gangues dos demais grupos que continuaram a ter uma atuação mais territorializada, a polícia equatoriana passou a utilizar o termo *bandas*. Geralmente, tais grupos são compostos por jovens adultos, com estrutura hierárquica mais claramente identificável e com vínculos dentro do sistema prisional equatoriano (LOOR *et al.*, 2003).

2.1.4.4. *Pandillas e Sicários na Colômbia*

Desde a década de 1940, a Colômbia vem se notabilizando por cultivar uma história de grande instabilidade política. Contribuíram para essa leitura a guerra civil entre liberais/comunistas e conservadores que sitiou o país de 1948 a 1964; o domínio armado de largas faixas do território nacional por movimentos guerrilheiros de esquerda a partir de 1964; o surgimento e a consolidação dos cartéis de narcotraficantes a partir dos anos 1980; e a guerra entre grupos paramilitares de direita e movimentos guerrilheiros de esquerda iniciada a partir da década de 1990.

Em meio a este cenário sociopolítico extremamente complexo, há de se observar também os graves problemas de segurança pública vivenciados pelas maiores cidades colombianas em sua história recente. Além dos episódios de violência protagonizados pelos movimentos guerrilheiros em seu enfrentamento ao Exército da Colômbia, o país já registrava, na transição dos anos 1960 para 1970, a atuação de gangues juvenis em favelas e bairros de periferia de cidades como Bogotá, Cali e Medellín. De acordo com estudos feitos por Ramirez (2003), as *pandillas* formadas por adolescentes e jovens naquela época já tinham expressiva participação em diversos episódios de criminalidade violenta registrados nas regiões metropolitanas da Colômbia. Especificamente entre os grupos, no entanto, os confrontos se davam mais em função de disputas territoriais e simbólicas do que criminais (RAMIREZ, 2003).

A partir da década de 1980, o fortalecimento dos cartéis de narcotraficantes inundou a Colômbia com uma grande onda de violência, desestabilizando o Governo Federal que, há anos, já enfrentava grandes dificuldades em função do combate às FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia) e outros movimentos guerrilheiros ligados à esquerda colombiana. Nos bairros de periferia e favelas de cidades como Medellín e Bogotá, centenas de pequenas *pandillas* passaram a ser cooptadas pelos *narcos* que, em troca de suporte local, abasteciam as gangues com armas e drogas. Por um lado, a relação simbiótica dava aos *narcos* apoio logístico, territorial e militar dentro das grandes cidades (muitos membros dos cartéis de Medellín e Bogotá saíram das fileiras das pequenas gangues territoriais); por

outro, dava às pandillas melhores condições competitivas frente a grupos rivais e maior poder simbólico e financeiro a seus membros. Para que se tenha uma idéia da força dessa relação entre pandillas e narcotraficantes, basta observar que, em meados dos anos 1990, registros do Governo da Colômbia davam conta de 400 grupos armados em atividade somente na cidade de Medellín, mobilizando um efetivo de aproximadamente 10 mil jovens (RAMIREZ, 2003).

Com seus grupos financiados pelos cartéis, alguns membros de *pandillas* passaram a trabalhar sistematicamente para os narcotraficantes, em serviços de pistolagem e atentados a prédios públicos. Em meados dos anos 1990, quando a guerra aos cartéis se intensificou, os *sicários*, como eram chamados estes assassinos de aluguel, chegaram até mesmo a se envolver em atentados suicidas, com cinturões de dinamites amarrados ao próprio corpo. Em troca, os narcotraficantes garantiam o sustento vitalício e a proteção de seus familiares de primeiro grau (HRW, 1994).

Durante a segunda metade da década de 1990 e início dos anos 2000, o Governo da Colômbia conseguiu importantes vitórias contra os cartéis de Medellín, Bogotá e Cáli, os três maiores do país. A desmobilização dos grupos, no entanto, provocou uma nova onda de violência nas maiores cidades do país. Diante da derrocada dos *narcos* (que, por meio da violência, mantinham as rivalidades entre pandillas sob controle), milhares de jovens retornaram às suas comunidades de origem, dando início a uma nova rodada de conflitos territoriais. Entre 1995 e 2000, esse rearranjo de forças entre as *pandillas* levou cidades como Medellín a registrarem uma taxa de aproximadamente 400 homicídios por cada grupo de 100 mil habitantes. Com o passar dos anos, as gangues redesenharam suas áreas de influência e a violência entre elas diminuiu de forma gradativa (HRW, 1994).

Ainda assim, o contexto dentro do qual as *pandillas* colombianas atuam se mostra extremamente problemático. Apesar de terem atuação restrita a determinados territórios, quase todos em periferias e favelas de grandes cidades, muitos dos grupos possuem ligações bastante estreitas com movimentos guerrilheiros, com narcotraficantes e até mesmo com grupos paramilitares ligados a alas políticas conservadoras (RAMIREZ, 2003). Assim como ocorre com as *maras* na América Central, a associação de adolescentes e jovens em grupos delinquentes armados e seu envolvimento com dinâmicas de conflitos territorializados na Colômbia se dá dentro de um contexto muito recente de guerras civis. Isso confere contornos complexos à questão e dificulta sensivelmente o seu enfrentamento por parte do poder público.

2.1.5. Gangues e Facções no Brasil

No Brasil, é virtualmente impossível falar sobre a associação de jovens que compartilham uma identidade comum em grupos sistematicamente envolvidos com práticas violentas e/ou criminosas e conflitos territorializados sem mencionar o fenômeno observado no Rio de Janeiro e suas três violentas facções de narcotraficantes. Comparado ao que se vê nas muitas favelas e bairros de periferia de outras capitais brasileiras, o problema dos morros cariocas é, de longe, o que produz cenas mais espetaculares de violência armada. No entanto, como já foi demonstrado anteriormente, existem cidades brasileiras que possuem índices de homicídios superiores aos do Rio de Janeiro. Recife, Vitória e Maceió são exemplos de municípios mais violentos do que a capital fluminense. Belo Horizonte e Salvador, por exemplo, possuem taxas de homicídios bastante próximas às do Rio.

Apesar de menos alardeada e talvez menos ostensiva, a violência entre jovens nestas cidades segue o mesmíssimo padrão de distribuição socioespacial e é tão (ou mais) letal do que o fenômeno observado nas favelas cariocas. Conforme foi discutido em seção anterior, em todas as capitais brasileiras, o problema invariavelmente envolve adolescentes e jovens, moradores de favelas ou bairros de periferia, que se associam em grupos delinquentes que mantêm entre si uma série de conflitos territorializados. Seus maiores ou menores níveis de coesão interna, suas diferentes estruturas hierárquicas, suas noções mais ou menos restritas de territorialidade, ou seus diferentes níveis de envolvimento com dinâmicas criminais como tráfico de drogas e assaltos não devem fazer crer que se está lidando com problemas de naturezas distintas. A existência de um padrão tão claramente identificável de distribuição socioespacial dos homicídios de jovens indica que, em sua origem e essência, o fenômeno em questão é basicamente o mesmo.

Trata-se aqui, portanto, de tentar reconhecer, nos grupos de jovens envolvidos com práticas violentas e/ou criminosas e dinâmicas de conflitos territorializados, um conjunto de “planos organizacionais” que talvez possa ser encontrado, com outras ênfases e outros arranjos, em diferentes favelas e bairros de periferia de todo o Brasil (ALVITO, 2004). Via de regra, o caso da violência entre jovens nos morros do Rio de Janeiro é tratado como uma realidade *sui generis*. Talvez o primeiro passo a ser dado para torná-lo comparável ao fenômeno observado em outras capitais brasileiras seja justamente identificar quais contextos históricos, políticos, urbanísticos, sociais, culturais e criminais fizeram com que o problema carioca assumisse características tão específicas, a despeito de possuir uma genealogia comum aos outros fenômenos de gangues.

No mais, torna-se claro que existem diversas dinâmicas históricas, urbanísticas, socioeconômicas e culturais que, ao longo das últimas décadas, de maneira mais ou menos intensa, fomentaram processos de exclusão socioespacial nas maiores cidades brasileiras. Entre os resultados mais visíveis destes processos, está a formação de espaços segregados e, dentro deles, a concentração desproporcionalmente alta de homicídios, resultantes de processos de sociabilidade violenta e da associação de adolescentes e jovens em gangues envolvidas em conflitos territorializados. Justamente por isso, torna-se importante compreender como estes contextos criaram condições propícias para a manifestação de formas de sociabilidade e práticas de violência observadas em todo o país.

2.1.5.1. Contexto Urbanístico e Político

Em termos demográficos, os anos 1950 marcaram o início de um intenso processo de urbanização no Brasil. Até a década anterior, quase 70% da população brasileira vivia em zonas rurais. Em 2010, esse percentual caiu para apenas 15%. Enquanto hoje o número de habitantes brasileiros em meio rural é praticamente o mesmo que havia em 1940 (cerca de 29 milhões de pessoas), o contingente urbano saltou de aproximadamente 12 milhões para pouco mais de 160 milhões, um crescimento bruto de quase 1.150% em 70 anos.

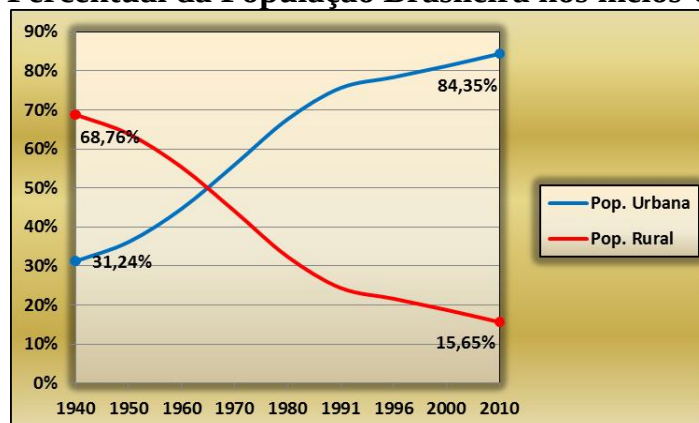
O que mais chama a atenção é o forte ritmo de crescimento e urbanização do Brasil. Apenas para efeito de comparação, basta observar que, enquanto Londres levou 150 anos para passar de um para oito milhões de habitantes, São Paulo passou de dois para 11 milhões em apenas 50 anos. A tabela e o gráfico a seguir ilustram o processo de crescimento e urbanização do Brasil.

Tabela VII – Percentual da População Brasileira nos meios Urbano e Rural

População Brasileira				
	Urbana	Rural	% Pop. Urbana	% Pop. Rural
1940	12.880.182	28.356.133	31,24%	68,76%
1950	18.782.891	33.161.506	36,16%	63,84%
1960	31.303.034	38.767.423	44,67%	55,33%
1970	52.084.984	41.054.053	55,92%	44,08%
1980	80.436.409	38.566.297	67,59%	32,41%
1991	110.990.990	35.834.485	75,59%	24,41%
1996	123.076.831	33.993.332	78,36%	21,64%
2000	137.927.866	31.871.304	81,23%	18,77%
2010	160.879.708	29.852.986	84,35%	15,65%

Fonte: IBGE/Censos Populacionais

Gráfico XII – Percentual da População Brasileira nos meios Urbano e Rural



Fonte: IBGE/Censos Populacionais

Existe uma vasta produção acadêmica que demonstra uma correlação positiva entre processos de urbanização e o aumento das taxas de homicídio. Cano e Santos (2001), por exemplo, utilizaram dados do SIM/Datasus para demonstrar que a variável “urbanização” explica parte considerável da variabilidade das taxas de homicídio em nível interestadual e intermunicipal. Levantamento bibliográfico realizado por Soares (2008) também reforça a hipótese de correlação positiva entre processos de urbanização e o aumento das taxas de homicídios, observando, no entanto, que esta tendência se mostra muito mais forte em países em desenvolvimento (onde os recursos que amparam os processos de urbanização são escassos) e onde a urbanização se deu de maneira mais acelerada. Beato e outros (2001) também endossam essa correlação, chamando a atenção para a grande concentração de homicídios nas favelas brasileiras, o que denota aspectos perversos dos processos de urbanização acelerada e as iniquidades socioespaciais produzidas por estas dinâmicas.

Tabela VIII – Evolução das taxas de homicídio em Regiões Metropolitanas

Região Metropolitana	Média 1980-1984	Média 1985-1989	Média 1990-1994	Média 1995-1999	Média 2000-2002	Variação %
Vitória	18,0	26,3	49,5	77,0	73,8	311,0
Salvador	4,2	8,5	17,3	23,4	16,9	300,2
Petrolina/Juazeiro	13,1	20,6	32,7	42,7	50,7	285,9
Porto Alegre	7,2	11,9	21,8	23,1	26,8	274,5
Campinas	11,5	12,5	18,3	32,4	37,9	230,7
Belo Horizonte	11,0	9,8	12,1	18,3	32,4	193,1
Recife	25,8	34,9	44,2	59,8	72,5	181,4
Florianópolis	4,7	5,7	5,6	7,9	13,1	178,7
Baixada Santista	18,1	22,1	24,5	45,3	50,2	178,0
Curitiba	9,2	10,9	15,4	21,2	25,6	177,9
Foz do Rio Itajaí	5,5	5,1	8,1	11,0	14,8	168,8
Rio de Janeiro	20,2	23,1	40,7	57,2	52,4	159,9
Goiânia	10,8	13,5	20,5	19,7	27,0	150,9
Brasil (Média RMs)	17,8	22,7	29,8	39,3	40,7	128,8

Fonte: Cerqueira *et al.*, 2005

Ainda que seja frequentemente utilizada para expressar uma dualidade que, na prática, nem sempre se coloca de maneira tão esquemática, a metáfora da “cidade partida” talvez reflita bem algumas das vicissitudes do modelo de urbanização vivenciado pelo Brasil ao longo das últimas décadas. O intenso processo de crescimento e adensamento da malha urbana brasileira trouxe consigo a modernização de diversos aspectos da vida cotidiana sem, no entanto, deixar de reproduzir boa parte da feição arcaica, clientelista e patrimonialista da sociedade brasileira dos séculos anteriores. O modelo de crescimento e ocupação periférica do território urbano se fez acompanhar de marcos regulatórios excludentes, pautados por interesses privados ligados ao mercado imobiliário, o que empurrou parcelas significativas da população para a ocupação ilegal de terrenos sem qualquer infraestrutura. Ao longo das últimas décadas, a alocação das populações pobres nas grandes cidades brasileiras se deu em áreas desprezadas pelo mercado imobiliário, ou em territórios cuja ocupação era vetada pela legislação e, por isso, não atendidos pelo poder público (FERNANDES, 2007).

Em termos empíricos, o crescimento desordenado de favelas e demais territórios frutos de ocupações irregulares talvez constitua o melhor indicador do caráter excludente e seletivo que pautou boa parte do processo de urbanização no Brasil. Obviamente, não se trata aqui de defender uma vertente urbanística funcionalista e impositiva, em detrimento de formas orgânicas e espontâneas de ocupação dos territórios das cidades. Trata-se, tão somente, de identificar como determinados processos de segregação social e espacial, embutidos no modelo brasileiro de desenvolvimento e urbanização, se relacionam com práticas de criminalidade e violência. Até porque existe uma longa tradição de estudos sociológicos que versam sobre tal correlação (PAES MANSO, 2005; MACHADO DA SILVA, 2004; BEATO FILHO, 2010; ABRAMOVAY *et al.*, 1999; ADORNO, 2002, BARATA *et al.*, 2008; MISSE, 1999; ZALUAR, 2004). Nas palavras de Ermínia Maricato:

“A relação entre habitat e violência é dada pela segregação territorial. Regiões inteiras são ocupadas ilegalmente. Ilegalidade urbanística convive com a ilegalidade na resolução de conflitos: não há lei, não há julgamentos formais, não há Estado. À dificuldade de acesso aos serviços de infraestrutura urbana (transporte precário, saneamento deficiente, drenagem inexistente, difícil acesso aos serviços de saúde, educação, cultura, creches, maior exposição à ocorrência de enchentes e desabamentos) somam-se menores oportunidades de emprego, maior exposição à violência (marginal ou policial), difícil acesso à justiça oficial, difícil acesso ao lazer, discriminação racial. A exclusão é um todo: social, econômica, ambiental, jurídica e cultural.” (MARICATO, 2003)

A todos estes processos de segregação socioespacial inerentes ao modelo de urbanização vivenciado pelo Brasil nas últimas décadas, soma-se o conturbado contexto político de alternância entre regimes ditatoriais e democráticos, que marcaram a história recente do país. O próprio processo de redemocratização ocorrido a partir dos anos 1980 apresenta características que contribuíram para a conformação e a manutenção de territórios de exclusão social nas grandes cidades brasileiras.

Teresa Caldeira (2000), por exemplo, ressalta o caráter disjuntivo do processo de redemocratização do Brasil, sustentado na reconquista de direitos políticos, mas que se dá em detrimento dos direitos sociais e civis, estes últimos sistematicamente violados pelo próprio Estado e seus representantes. Esta linha de argumentação explica parcialmente porque o processo de retomada democrática do Estado brasileiro acabou preservando boa parte das estruturas de privilégios cultivadas há décadas por oligarquias políticas tradicionais, por meio do estabelecimento de relações de clientelismo eleitoral e promoção de ações populistas, entre elas o fomento à ocupação precária e irregular de grandes faixas dos territórios urbanos (CALDEIRA, 2000).

Michel Misse (2008), por sua vez, reforça os argumentos de Caldeira, observando os impactos perversos que este processo de consolidação precária da democracia brasileira projetou sobre o fenômeno da violência urbana, principalmente nas favelas do país. Segundo ele, a forma como se deu a retomada democrática a partir dos anos 1980 não se mostrou capaz de preencher lacunas históricas deixadas pelo processo civilizador brasileiro, cuja expressão atual se mostra ainda muito contaminada por formas tradicionalistas e extrajudiciais de resolução de conflitos. Nas palavras de Misse.

“O problema é que, no Brasil, o Estado nunca conseguiu ter completamente o monopólio do uso legítimo da violência, nem foi capaz de oferecer igualmente a todos os cidadãos acesso judicial à resolução de conflitos. O que significa que o Estado brasileiro não deteve, em nenhum momento completamente, a capacidade de ter o monopólio do uso da força em todo território, nem o de ser capaz de transferir para si a administração plena da Justiça. Ao dizer isso, eu estou afirmando que sempre restaram espaços e, portanto, sempre restou uma incompletude no processo de modernização do país, que atingiu tanto o Estado quanto a sociedade, e que é, em parte, responsável pelos efeitos de violência que nós estamos assistindo hoje. Pois não é possível, não é imaginável que um país que tenha a capacidade de processar razoavelmente os conflitos e os crimes no âmbito da Justiça, assista à demanda, cada vez maior, hoje presente tanto na mídia quanto em expressivos segmentos da população, para soluções de força privadas ou para soluções de força ilegais (justiçamentos, tortura, fazer a justiça com as próprias mãos).” (MISSE, 2008)

O processo de retomada democrática não se mostrou capaz de sanar uma conhecida inversão dos processos de conquista da cidadania na história recente do Brasil. Enquanto em democracias consolidadas o caminho “clássico” levou da conquista dos direitos civis para a ampliação dos direitos políticos e, finalmente, aos direitos sociais, no Brasil o processo se deu de maneira inversa, com os direitos sociais sendo priorizados durante a ditadura Vargas, os direitos políticos retomados a partir dos anos 1980 e os direitos civis ganhando predominância na agenda do Estado brasileiro a partir do início dos anos 1990 com a promulgação da Constituição de 1988 (CARVALHO, 2005).

Nesse sentido, torna-se claro que nem mesmo os inegáveis avanços democráticos conquistados nas últimas décadas impediram que prevalecesse em diversos setores do Estado brasileiro a noção de controle socioespacial das classes populares, com práticas políticas e simbólicas que reforçam dinâmicas de segregação urbana e exclusão social em vilas, favelas e bairros de periferia. Em todos os âmbitos da vida comunitária, são justamente estas localidades que sentem com mais intensidade todo o despreparo da estrutura estatal para operar com o (relativamente) recente reestabelecimento do contexto democrático. Especificamente na área da segurança pública, continuam vigentes (com muito mais intensidade em territórios segregados e socialmente excluídos) os velhos arranjos institucionais das forças policiais, os amparos legais e toda a estrutura pública forjada na época da ditadura, não para prover segurança cidadã, mas para combater inimigos.

Seria incoerente pensar que todas estas dinâmicas de exclusão e segregação socioespacial que marcaram o processo de urbanização vivenciado pelo Brasil nas últimas décadas não projetariam efeitos deletérios nas muitas formas de sociabilidade desenvolvidas em favelas e bairros de periferia. Em muitas destas localidades, os anos de atuação estatal ineficiente e violenta acabaram por minar a legitimidade do poder público, o que muitas vezes justifica o apelo frequente à resolução violenta de conflitos e até mesmo a apropriação privada dos meios de produção de justiça.

Ao longo das últimas décadas, diante deste contexto de exclusão social, segregação espacial, violência institucional, pouca legitimidade do poder público e baixa consolidação normativa, muitas favelas e bairros de periferia das grandes cidades brasileiras acabaram assistindo, dentro de seus territórios, ao surgimento daquilo que Savenije e outros (2007) chamaram de “organizações sociais perversas”. Exemplos deste tipo de grupo são vendedores de drogas, quadrilhas criminosas ou gangues juvenis. As organizações sociais perversas são entendidas como grupos cuja atividade principal busca o benefício (financeiro,

simbólico ou político) de seus próprios membros, frequentemente prejudicando a comunidade ou a sociedade em geral. A presença dessas organizações tende a dividir a comunidade em esferas de influência e poderes. Tais grupos derivam seu poder de sua disposição para utilizar a violência, das constantes ameaças que fazem aos demais membros da comunidade e das armas de fogo que possuem (SAVENIJE *et al.*, 2007).

Ao longo dos últimos anos, diversos estudos têm se dedicado a tentar compreender como se dá o processo de estruturação destes grupos e quais lógicas normatizam sua atuação em favelas e bairros de periferia das grandes cidades. Beato e Zilli (2010), por exemplo, argumentam que, em um primeiro momento, a lógica que orienta a formação destes grupos é a da obtenção de vantagens competitivas em um ambiente caracterizado pela extrema escassez de recursos (financeiros, simbólicos e políticos). Nesse sentido, a atuação destas organizações seria orientada por uma lógica mais comunitária do que econômica/racional.

No Brasil, algumas localidades registram a existência de grupos com atuação multi-territorializada, envolvimento em dinâmicas criminais complexas, estabelecimento de vínculos entre integrantes dentro e fora do sistema prisional, assim como potencial de corrupção e cooptação de representantes ou setores do poder público. Este seria o caso, por exemplo, das facções de narcotraficantes que atuam nas favelas do Rio de Janeiro e de algumas “bancas” de jovens moradores de bairros de periferia de São Paulo, supostamente filiados à facção criminosa *Primeiro Comando da Capital (PCC)*. Ao contrário dos grupos com atuação estritamente territorializada e envolvimento em dinâmicas criminais menos sofisticadas, a lógica que orientaria a ação destes grupos seria muito mais econômica/racional, tendendo à supressão dos conflitos comunitários locais para melhor viabilidade do empreendimento criminoso (BEATO FILHO & ZILLI, 2010).

De qualquer maneira, o que se observa é que, assim como ocorre nos Estados Unidos e no restante da América Latina, o problema da associação de jovens em grupos delinquentes envolvidos com violência armada e conflitos territorializados assume diferentes matizes. Reforça-se, portanto, a necessidade de trabalhar analiticamente o impacto que processos de urbanização, segregação socioespacial e exclusão social exercem sobre a formação destes grupos em favelas e bairros de periferia das grandes cidades brasileiras. É a partir desta abordagem que se pretende analisar o contexto empírico do problema das gangues no Brasil. Obviamente, não há aqui a intenção de confeccionar uma historiografia do fenômeno no país. Trata-se apenas de identificar os contextos gerais que favorecem a manifestação do problema, sublinhando características específicas decorrentes de arranjos locais próprios.

2.1.5.2. Rio de Janeiro

Exaustivamente estudado desde o início dos anos 1980, o problema das facções de narcotraficantes do Rio de Janeiro é, de longe, o caso mais emblemático de envolvimento de jovens com violência armada e conflitos territorializados no Brasil. No entanto, ao contrário do que as representações midiáticas muitas vezes dão a entender, o problema crônico da violência nas favelas cariocas não começou com o surgimento e a consolidação dos comandos criminosos e do tráfico de drogas. Muito antes de o atual modelo de venda varejista e territorializada de drogas se estruturar no Rio de Janeiro, os morros cariocas já eram palco de episódios recorrentes de violência interpessoal, grupal e institucional, esta última em função da ação sempre violenta das forças policiais.

A própria maneira como se deu processo de formação e crescimento das favelas do Rio de Janeiro contribuiu sensivelmente para que elas se tornassem territórios extremamente vulneráveis à manifestação de diversas formas de violência, principalmente os tipos decorrentes da estruturação de atividades criminosas. Michel Misse (1999; 2008), por exemplo, observa como, entre o final do século XIX e meados do século XX, o processo de transição da mão-de-obra escrava para o trabalho livre contribuiu de maneira perversa para a reconfiguração socioespacial da capital fluminense. A chegada em massa de imigrantes estrangeiros para preencher os postos de trabalho deixados vagos com a abolição da escravatura e os fortes processos de migração que levaram milhares de famílias do interior do Brasil para o Rio de Janeiro fomentaram um rápido processo de ocupação irregular dos morros cariocas, bem como a ampliação territorial das favelas já existentes e a ocupação precária da periferia da cidade.

Este processo de consolidação de áreas de segregação socioespacial dentro do território da capital fluminense ainda contou com a contribuição de uma série de políticas públicas de cunho higienista que, entre os anos 1940 e 1950, providenciaram a remoção de milhares de famílias moradoras de morros e cortiços para áreas públicas e zonas de preservação ambiental ainda não ocupadas. Em princípio, estas áreas, conhecidas como “Parques Proletários”, deveriam servir de moradia provisória, enquanto o governo providenciava locais para instalação definitiva das famílias. No entanto, eles acabaram se tornando moradia definitiva, criando novas favelas e abrindo espaço para que mais famílias de imigrantes ocupassem o espaço aberto nos antigos morros pela política de remoção. Segundo Marcelo Baumann Burgos.

“O Código de Obras da cidade, de 1937, registra com precisão a situação marginal das favelas: por serem consideradas uma ‘aberração’, não podem constar no mapa oficial da cidade; por isso, o código propõe sua eliminação, pelo que também tornava proibida a construção de novas moradias, assim como a melhoria das existentes. E para solucionar o problema sugere a construção de habitações proletárias ‘para serem vendidas a pessoas reconhecidamente pobres’. Da orientação do Código de Obras surgirá a experiência dos parques proletários, efetivada no início dos anos 40.” (BURGOS, 2004)

Da experiência frustrada dos “Parques Proletários”, nasceram diversas favelas que, décadas mais tarde, viriam a se notabilizar como importantes centros de atuação de facções de narcotraficantes. Talvez os melhores exemplos dessa dinâmica sejam as favelas de Vigário Geral e Parada de Lucas, na região norte da cidade, ambas nascidas a partir de “Parques Proletários” criados na década de 1940 (ARAÚJO & SALES, 2008).

Reforçando o processo de segregação socioespacial de grandes porções do território urbano do Rio de Janeiro, o imaginário carioca começa a ser ocupado por narrativas de violência e crimes nos morros cariocas, registradas por jornais de grande consumo popular. Nas favelas, o contexto de exclusão social, racismo, violência sistemática por parte da polícia, presença precária do Estado e falta de provisão de serviços básicos fomenta a manifestação de episódios de violência interpessoal e grupal, marcados por um caráter fortemente tradicionalista e baseados na apropriação privada dos meios de produção de justiça e resolução de conflitos. Este é o ambiente que, nos morros cariocas, emoldurou a formação dos primeiros grupos de jovens delinquentes, envolvidos com assaltos, homicídios e tráfico de drogas ainda nos anos 1950 e 1960. Nas palavras de Paulo Lins:

“Sempre morreu gente na favela e não saía na imprensa. Às vezes ia lá, o rabecão pegava e era coisa normal. Só que se dava só no espaço da favela, não chegava aqui, não atravessava o túnel. A violência não atravessava o túnel. A imprensa, a mídia descobriu a violência quando ela saiu da favela, quando ela pegou, começou seqüestro, essas coisas, o comando vermelho, o tráfico de drogas, a bala perdida... Só depois.” (Paulo Lins, escritor, em entrevista para o documentário “Notícias de uma Guerra Particular”, produzido por João Moreira Salles e Kátia Lund, em 1999)

Até meados dos anos 1970, o caráter difuso e pouco estruturado da violência nos morros cariocas ainda despertava relativamente pouco interesse acadêmico. Tanto que os primeiros programas de pesquisa sobre o tema começam a se estruturar de maneira mais sistemática a partir dos anos 1980, quando mídia e especialistas detectam, em algumas favelas da cidade, os sintomas iniciais de uma grande mudança no padrão de estruturação

dos até então fragmentados grupos de jovens delinquentes. Eram os primeiros sinais atuação de uma organização criminosa criada em 1979 no interior do presídio da Ilha Grande e que se auto intitulava *Falange Vermelha*.

Originalmente, o grupo se formou a partir da colaboração estabelecida entre presos comuns sumariamente condenados pela Lei de Segurança Nacional (LSN) e presos políticos mantidos dentro do presídio de segurança máxima da Ilha Grande, no Rio de Janeiro. Por determinação da direção da unidade, todos aqueles que se enquadrassem nestas duas categorias eram mantidos dentro da Galeria B e suas fichas eram identificadas com uma tarjeta vermelha, de modo a diferenciá-los dos demais grupos de presos que já haviam se organizado dentro da unidade.

A brutalidade do regime carcerário vigente na Ilha Grande durante os anos 1960 e 1970 fez com que os presos se organizassem em grupos de influência, com o objetivo de se protegerem dos abusos determinados pela direção da unidade e da violência entre os próprios presos. Em pouco tempo, o nível de violência dentro do presídio passou a ameaçar a própria segurança da unidade, que determinou a divisão dos internos em galerias distintas, a partir do grupo ao qual pertenciam, ou da região da cidade na qual costumavam cometer crimes.

Na Galeria A, eram mantidos os presos da *Falange Jacaré*, majoritariamente composta por criminosos que atuavam na zona norte do Rio de Janeiro. Já a Galeria B era destinada aos presos políticos e todos aqueles enquadrados dentro da LSN (a partir de 1979, o grupo passaria a se identificar como *Falange Vermelha*). A Galeria C, por sua vez, tinha suas celas divididas pelos presos ligados à *Falange Zona Sul* e à *Falange Coréia*. Até o final dos anos 1970, o presídio da Ilha Grande era dominado pela *Falange Jacaré* que, além de ser o maior grupo da unidade, contava com a subserviência das demais gangues prisionais, com exceção dos internos na Galeria B, que eram mantidos isolados dentro do cárcere por determinação do regime militar.

“O ambiente era paranoico, dominado por desconfianças e medo, não apenas da violência dos guardas, mas também da ação das quadrilhas formadas por presos para roubar, estuprar e matar seus companheiros. Os presos ainda formavam uma massa amorfa, dividida. Matava-se com frequência, por rivalidades internas, por diferenças trazidas da rua ou por encomenda da própria polícia, que explorava de forma escravagista o trabalho obrigatório e gratuito. O maior inimigo da massa da Ilha Grande era, na ocasião, ela mesma, que estava dividida e dominada pelo terror.” (AMORIM, 2006)

Teoricamente, o isolamento imposto aos detentos da Galeria B tinha dois objetivos: o primeiro era isolar os presos considerados mais perigosos ou “subversivos”, para dificultar sua comunicação com quadrilhas ou movimentos de resistência política que lhes ofereciam suporte extramuros; o segundo era justamente diluir a possível liderança exercida pelos presos políticos, misturando-os com criminosos comuns de alta periculosidade. No entanto, o aumento da repressão não apenas incentivou o desenvolvimento de formas mais sofisticadas de comunicação entre os internos e suas organizações fora do presídio, como também aumentou a coesão interna entre presos políticos e criminosos comuns. Como viria a dizer um importante líder do Comando Vermelho décadas mais tarde: “A intenção era que os 50 dominassem os cinco. Mas aconteceu o contrário, os cinco dominaram os 50”.

Durante toda a segunda metade da década de 1970, o intercâmbio de idéias, ideologias, experiências, contatos e práticas entre presos políticos e presos comuns formou o embrião da organização que, a partir da década seguinte, viria a ser conhecida como *Comando Vermelho*. Dos presos políticos²², os criminosos comuns absorveram o discurso de resistência ao Estado, união entre os detentos e um discurso de mobilização que se sustentava em três pressupostos: Paz, Justiça e Liberdade. Paz dentro das cadeias, com o fim das disputas entre presos e a clareza de que o inimigo a ser enfrentado era o Estado; justiça social e ocupação dos espaços deixados vagos pelo Estado e Liberdade para fugir das prisões e fortalecer a cooperação entre criminosos soltos e presos (AMORIM, 2006).

Em 1979, a primeira providência adotada pela recém-fundada *Falange Vermelha* dentro da Ilha Grande foi tentar colocar um fim à matança e aos abusos cometidos entre os próprios presos. Inicialmente, a estratégia do grupo era atuar através do convencimento dos demais detentos, por meio de reuniões, intercâmbio de livros doutrinários utilizados pelos presos políticos e ameaça de morte a todos aqueles que descumprissem as novas regras, expressas no seguinte estatuto:

- 1- Morte para quem assaltar ou estuprar companheiros;
- 2- Incompatibilidades trazidas da rua devem ser resolvidas na rua, porque a rivalidade entre quadrilhas não pode perturbar a vida na cadeia;
- 3- Violência apenas para tentar fugir;
- 4- Luta permanente contra a repressão e os abusos.

²² Durante a década de 1970, o presídio da Ilha Grande abrigou presos políticos filiados a diversas organizações de resistência à ditadura como, por exemplo, o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), a VAR-Palmares, a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e a Aliança Libertadora Nacional (ALN)

O surgimento de um novo grupo dentro da Ilha Grande abalou as configurações de poder estabelecidas há muitos anos dentro da unidade. De imediato, estabeleceu-se uma sangrenta rivalidade entre detentos pertencentes à *Falange Vermelha* e todos os demais que passaram a engrossar as fileiras da *Falange Jacaré*. Além de matarem uns aos outros, os envolvidos nesta disputa denunciavam à direção do presídio qualquer ação de fuga do grupo adversário. Uma destas denúncias foi o estopim do confronto que, em 1979, levou a Falange Vermelha a massacrar as principais lideranças dos *Jacarés*.

A chacina aconteceu em 17 de setembro daquele ano, poucos dias após integrantes da *Falange Jacaré* terem denunciado um plano de fuga de lideranças do grupo rival. Na madrugada daquele dia, que viria a ser conhecido como “a noite de São Bartolomeu”²³, dezenas de integrantes da *Falange Vermelha* invadiram a Galeria C, armados de chuços, barras de ferro, facões, machados e até mesmo armas de fogo. Em poucos minutos, as sete principais lideranças da *Falange Jacaré* foram esquartejadas, com os demais presos, muitos gravemente feridos, jurando lealdade aos *Vermelhos* (AMORIM, 2006).

Já no início da década de 1980, com a libertação ou a fuga de muitos criminosos ligados à *Falange Vermelha*, o nome do grupo começa a ganhar força dentro e fora do sistema prisional do Rio de Janeiro. Nas favelas da cidade, uma infinidade de pequenas gangues locais coloca fim a seus conflitos territorializados, engrossa o discurso politizado das lideranças prisionais, forma alianças entre grupos de diferentes favelas e coloca suas armas e esquemas criminosos à mercê do *Comando Vermelho*. Dentro das cadeias, a ideologia de *Paz, Justiça e Liberdade* seduz grande parte da massa carcerária, passando a normatizar os conflitos e a estreitar os laços entre grupos criminosos, intra e extramuros.

Com a adesão de diversos pequenos grupos de jovens delinquentes que já atuavam nas favelas da região metropolitana Rio de Janeiro, o *Comando Vermelho* se fortalece, normatizando os conflitos territorializados e proporcionando aos seus filiados melhores condições logísticas para a estruturação de atividades criminosas mais sofisticadas. Durante os anos 1980 e início de 1990, o Rio de Janeiro vive uma escalada de assaltos a banco, extorsões mediante sequestros e vê o tráfico varejista de drogas se estruturar de maneira nunca antes vista no país. Coincidência ou não, a estruturação do *Comando Vermelho* ocorre justamente na época em que os cartéis de narcotraficantes da América do Sul se fortalecem,

²³ O episódio que ficou conhecido como “A Noite de São Bartolomeu” no presídio da Ilha Grande é alusão a um massacre de protestantes franceses, ocorrido em 1572, sob o reinado de Carlos IX. Na época, a comparação entre o extermínio religioso e a chacina de presos da *Falange Jacaré* foi feita pelo diretor da unidade, em relatório enviado ao Governo do Estado.

passando a inundar os grandes centros urbanos da região com toneladas cocaína barata e de boa qualidade.

“Houve uma transformação muito grande depois que democratizou a cocaína. Porque aí, você ficar roubando o seu vizinho, roubando um bujão de gás, roubando um ônibus... Você nunca iria ter dinheiro, a pessoa nunca iria prosperar. E tinha que ter uma união pra todo mundo ganhar dinheiro porque não podia ter essa guerra. Essa guerra de negro matando negro, nordestino matando nordestino, entendeu? Porque o inimigo seria a classe média, seria o governo, seriam os empresários... Enfim, quem não era favelado.” (Paulo Lins, escritor, em entrevista para o documentário “Notícias de uma Guerra Particular”, produzido por João Moreira Salles e Kátia Lund, em 1999)

A década de 1980 marca a consolidação do *Comando Vermelho* enquanto uma das maiores facções criminosas do país. Impulsionado pelo aumento da oferta de cocaína no Brasil, o grupo passa a controlar o comércio varejista de drogas em diversas favelas do Rio de Janeiro, cooptando gangues locais que já lidavam com a atividade, ou tomando à força os territórios de criminosos que resistiam ao seu domínio. Juntamente com as drogas, chegam aos morros cariocas armas de fogo mais sofisticadas e de maior poder de letalidade, aumentando vertiginosamente o número de mortos decorrentes dos confrontos entre os grupos filiados ao *Comando Vermelho* e criminosos independentes (LEEDS, 1998).

Mas a ação do CV dentro e fora dos presídios não ficou muito tempo sem opositores à altura. Não se sabe exatamente em que ano, mas, já nos últimos anos da década de 1980, diversas gangues que atuavam em favelas ainda não dominadas pelo *Comando Vermelho* juntaram forças com presidiários que não aceitavam o jugo da facção e fundaram o *Terceiro Comando (TC)*. Não se sabe ao certo se a iniciativa de fundar outro grupo partiu de criminosos que estavam dentro dos presídios cariocas, ou se foi um movimento das ruas. No entanto, o *TC* cresceu rapidamente, cooptando diversas gangues não alinhadas ao CV e adotando basicamente a mesma estratégia do rival: forte domínio armado de favelas, sustentado no controle local do comércio varejista de drogas. Em 1994, alguns poucos grupos que ainda permaneceram “independentes” em favelas da zona Oeste do Rio se uniram e fundaram a facção *Amigo dos Amigos (ADA)* (BARCELLOS, 2003).

Ao longo das décadas de 1990 e 2000, os grupos travaram um sem número de enfrentamentos armados pelo controle das favelas cariocas. Consolidou-se nos morros do Rio de Janeiro um modelo de gangue fundamentado no controle territorial ostensivamente armado e financiado pelo comércio varejista de drogas. Até 2010, informações da Polícia

Civil do Rio de Janeiro davam conta de que, juntas, as três facções controlavam 121 das 250 maiores favelas da cidade. 55 estavam sob o controle do *Comando Vermelho*, 35 sob domínio do *Terceiro Comando* e 31 sob o jugo da *Amigo dos Amigos*. Outras 105 estavam sob o controle de milícias (O Globo, 06/11/2010).

Em termos analíticos, pode-se dizer que a forma assumida pelo fenômeno das facções no Rio de Janeiro é tributária de contextos históricos, urbanísticos, políticos, sociais e criminais bastante específicos, talvez não existentes em nenhuma outra região do Brasil. Nem por isso, no entanto, deve-se deixá-lo ao problema observado em favelas e bairros de periferia de outras grandes cidades, onde também atuam diversos tipos de grupos de jovens, sistematicamente envolvidos com práticas violentas e/ou criminosas e conflitos territorializados. É inegável que uma série de características estruturais, organizacionais e criminais conferem às facções cariocas uma feição única no Brasil. Mas também não há como deixar de constatar que, em sua essência, *CV*, *ADA* e *TCP* são grupos formados por jovens, moradores de favelas e bairros de periferia, nascidos e criados em contextos de forte exclusão social, racismo, segregação espacial e violência institucional e cujo pertencimento às facções lhes garante melhores condições competitivas para transacionar bens simbólicos, pessoais, sociais e materiais em ambientes extremamente hostis.

E, por fim, as facções nada mais são do que grandes confederações criminosas com atuação urbana e prisional, formadas por grupos delinquentes menores e de caráter estritamente territorializado. Assim como ocorre com as grandes gangues norte-americanas *Crips* e *Bloods*, e as centro-americanas *Mara Salvatrucha* e *Barrio 18*, as brasileiras *Comando Vermelho*, *Terceiro Comando Puro* e *Amigo dos Amigos* nada mais são do que três grandes *franquias*, às quais aderem centenas de gangues de jovens, com atuação estritamente territorializada. É óbvio que o simples fato de pertencer a uma destas *bandeiras* acarreta uma série de implicações a estes grupos menores, entre elas a obrigação de, em algumas situações específicas, abdicar de sua atuação territorialmente restrita para se envolver em conflitos de outros grupos filiados à mesma facção. Mas, em um cenário em que toda a lógica de rivalidades, manutenção de territórios e afirmação da força do grupo passa necessariamente por uma ação especular às demais gangues, o pertencimento às facções talvez constitua para estes grupos menores uma estratégia de maximização de seu poder transacional. Não por acaso, a reação que vários pequenos grupos de diferentes favelas ofereceram ao crescimento do *Comando Vermelho* nos anos 1980 se deu exatamente por meio da criação de outra facção, o *Terceiro Comando*.

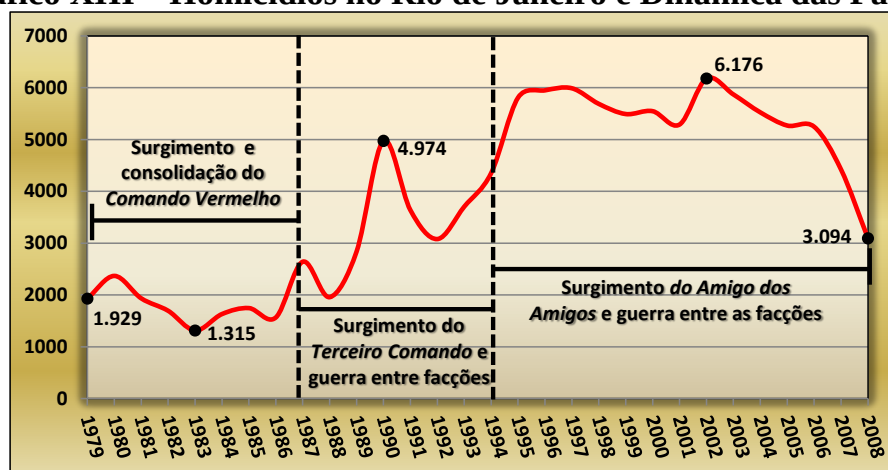
No que diz respeito à forma ou à estrutura assumida pelo fenômeno das gangues no Rio de Janeiro, cabe aqui enumerar algumas peculiaridades históricas, urbanísticas, políticas e sociais que certamente contribuíram para que os muitos grupos delinquentes já existentes nas favelas da cidade se agremiassem sob a forma das facções. Em primeiro lugar, cabe discutir a especificidade do contexto político e prisional que emoldurou o surgimento do arcabouço ideológico que fundamentava as primeiras ações do Comando Vermelho. A existência de um contexto prisional institucionalmente violento e corrupto deu aos internos do presídio da Ilha Grande um inimigo claramente identificável contra o qual lutar. A brutalidade imposta pelo próprio sistema prisional aos detentos fez com que eles deixassem de lado as rivalidades individuais que os segregavam, para se fundir em torno de uma única causa: o fim dos abusos praticados por parte do Estado. Este movimento ganhou ainda mais força a partir do momento em que os internos passaram a dividir suas celas com presos políticos, que trouxeram para dentro das prisões toda a sua prática de resistência ao Estado, associada a uma ideologia antigovernista.

Já no início dos anos 1980, o fato de pertencer ao *Comando Vermelho* já constituía, dentro do sistema prisional carioca, uma espécie de salvo-conduto para os internos, não apenas entre os demais criminosos e possíveis rivais, mas principalmente junto às direções das unidades, que passaram a evitar os abusos com receio da ameaça de rebeliões em massa. Mais uma vez, prevaleceu a lógica da associação diferencial, para garantir a autoproteção em meio a um ambiente hostil e proporcionar melhores vantagens competitivas. E a mesma lógica passou a valer para as gangues que atuavam de maneira isolada, mantendo rivalidades localizadas em favelas do Rio de Janeiro.

Sobrepondo alguns períodos-chave da história das facções à evolução dos números de homicídios no Rio de Janeiro, surgem coincidências interessantes. A primeira delas é que, justamente na primeira metade dos anos 1980, época em que o Comando Vermelho surge e se consolida em diversas favelas, registra-se uma tendência de queda do número de assassinatos na cidade. Já no final dos anos 1980, período em que surge o *Terceiro Comando* e as facções dão início a um intenso ciclo de enfrentamentos, os homicídios registram uma forte tendência de crescimento. Esse movimento só é interrompido no início dos anos 1990, quando CV e TC percebem que a violência vinha prejudicando o negócio do tráfico e os grupos começam a negociar tréguas pontuais em determinadas áreas da cidade (BARCELLOS, 2003).

Por fim, já na primeira metade da década de 1990, o número de homicídios no Rio de Janeiro volta a crescer exponencialmente, exatamente no período em que o *Terceiro Comando* se fortalece e os últimos traficantes independentes da cidade fundam a facção *Amigo dos Amigos*. O gráfico a seguir ilustra a sobreposição entre a tendência dos homicídios no Rio de Janeiro e a dinâmica das facções. Ainda que não exista como assegurar a existência de correlação entre estes dois elementos, a comparação oferece indícios de que, na primeira metade dos anos 1980, o surgimento do *Comando Vermelho* pode ter provocado uma tendência de “normatização dos homicídios”, quebrada logo em seguida pela fundação de novas facções e a abertura de um longo ciclo de enfrentamentos.

Gráfico XIII – Homicídios no Rio de Janeiro e Dinâmica das Facções



Fonte: SIM/Datasus / Barcellos, 2003 – Elaboração Própria

Soma-se a este contexto a emergência de processo muitas vezes chamado de “democratização da cocaína”, com grandes carregamentos da droga passando a chegar ao Brasil (principalmente ao Rio de Janeiro, cidade portuária a partir da qual os entorpecentes eram enviados para a Europa) e potencializando a atuação dos grupos locais vinculados às facções. Seria incoerente ignorar o grande impacto que a popularização da cocaína exerceu sobre o processo de estruturação de atividades criminosas nas favelas cariocas.

Em primeiro lugar, a entrada definitiva dos grupos para o mercado das drogas os obrigou a sofisticar suas estruturas internas. O intrincado processo de recebimento, preparação, distribuição e venda da cocaína fez com que as facções cariocas passassem a trabalhar com princípios básicos de divisão de tarefas e desenvolvimento de expertises. Além disso, a necessidade de manter um negócio ilegal em um território relativamente

amplo trouxe para dentro das favelas uma quantidade nunca antes vista de armas de fogo, cada vez mais potentes e sofisticadas.

Associada à lógica da proteção mútua entre as gangues confederadas, a própria necessidade de expansão do negócio das drogas fez com que os grupos transcendessem sua gênese territorializada e passassem a se corresponder de maneira mais frequente e sistematizada. E assim como a lógica das alianças ampliou simbolicamente o território de atuação de cada gangue, os princípios e os motivos para rivalidades também se acirraram para além dos territórios inicialmente demarcados.

Cabe mencionar também que a própria forma de organização e o modo de atuação assumido pelo *Comando Vermelho* fomentaram dinâmicas criminais e sociais que acabaram por dar origem às demais “franquias”. Acuadas pela grande força e brutalidade inicialmente demonstradas pelo CV dentro e fora das prisões, torna-se claro que muitas gangues e grupos de presos não ligados à facção atenderam ao princípio da associação diferencial para aumento das vantagens competitivas frente a um ambiente hostil ou a um inimigo tão forte que ameace à existência de todos.

Assim como, no ambiente restrito de uma favela ou um bairro, a formação de uma gangue quase que invariavelmente provoca o surgimento de outra, o rápido fortalecimento do *Comando Vermelho* acabou provocando a formação de outras facções. Para fazer frente ao CV, tais grupos passaram a atuar sob a mesma lógica do inimigo, estabelecendo domínio armado sobre determinados territórios e negociando drogas dentro deles. Neste processo, a tendência natural é que os tradicionais mecanismos de rivalidade e vinganças privadas entre gangues territorializadas se dissipem, para dar lugar a um círculo vicioso de enfrentamentos armados e tomada de territórios para expansão do negócio da venda de drogas.

Ainda que não seja o eixo fundamental que estrutura a formação e a própria existência das gangues, a entrada dos grupos cariocas para o negócio das drogas provocou uma maior estruturação de suas atividades, deslocando a lógica de seus conflitos do campo das rivalidades interpessoais e privadas para as disputas por territórios interessantes ao comércio ilegal que as sustentam financeiramente. Ainda que de maneira matizada e por vezes misturada a questões privadas e pessoais, nos últimos anos, a lógica que passou a orientar a atuação dos grupos do Rio de Janeiro parece ter se deslocado das vendetas de âmbito comunitário para os enfrentamentos de cunho racional/econômico, diferentemente do que geralmente se observa em outras regiões do Brasil.

Por fim, o longo histórico de presença precária e ineficiente do Estado, somado às práticas sistemáticas de violência e corrupção policial, criaram nas favelas cariocas um cenário extremamente propício para o fortalecimento simbólico das facções. No vácuo da atuação estatal, algumas gangues estabelecem vínculos com suas comunidades, não apenas porque eram compostas por jovens das próprias localidades, mas também porque promoviam práticas assistencialistas. Em muitas favelas do Rio de Janeiro, as gangues chegam até mesmo a negociar com determinados candidatos o direito de exclusividade de acesso à população, para realização de campanhas políticas. Somada a uma considerável dose de idealização por parte de alguns setores da mídia (que via nas gangues a materialização da figura do “bandido social”), essa relação neoclientelista forçada comprometeu dinâmicas de associativismo popular, retroalimentando o contexto que fortalece a atuação das facções no Rio de Janeiro.

2.1.5.3. São Paulo

Assim como é virtualmente impossível compreender o fenômeno da violência armada entre grupos de jovens no Rio de Janeiro sem que se discuta o fenômeno das facções de narcotraficantes, nos últimos anos tem sido cada vez mais difícil desvincular a questão da violência entre grupos de jovens nas periferias de São Paulo da consolidação da facção criminosa *Primeiro Comando da Capital* (PCC). Criado em agosto de 1993, o *Partido do Crime* era uma facção criminosa que, até meados de 2002, atuava quase que exclusivamente dentro do sistema prisional paulista. Em termos ideais, a lógica que fundamentava sua criação era a mesma do *Comando Vermelho*, ainda no final dos anos 1970: normatizar a convivência entre os presos, colocar um fim nas rivalidades e na violência entre os detentos e criar instâncias organizadas de resistência aos abusos praticados pelo Estado dentro do sistema prisional (AMORIM, 2006).

A partir de 2002, no entanto, as forças de segurança de São Paulo começam a receber as primeiras informações de que, após cumprir suas sentenças, criminosos ligados ao PCC estariam retornando às suas comunidades de origem e difundindo, entre as gangues que atuam em favelas e bairros de periferia da cidade, os códigos de conduta do *Partido*. Por um lado, esta aproximação entre o PCC e as gangues de rua aumentou a capilaridade, a complexidade organizacional e o poder de atuação da facção criminosa; por outro lado, esta junção vem exercendo forte influência sobre a atuação das gangues territoriais, promovendo o intercâmbio entre muitas delas e normatizando seus ciclos de violência, aos moldes do que

fez o *Comando Vermelho* quando começou sua atuação nas favelas cariocas. Em função do aumento da influência do *PCC* sobre as gangues da periferia paulistana, existem estudos que atribuem parte da redução dos homicídios de São Paulo à atuação da facção (FERREIRA *et al.*, 2009; TELLES & HIRATA, 2010).

Este gradativo processo de estruturação das gangues paulistas, no entanto, não deve ser analisado fora de seus contextos histórico, urbanístico e criminal. Caso contrário, corre-se o risco de deixar de lado longos e importantes processos de segregação socioespacial e acumulação social da violência que, ao longo das últimas décadas, fomentaram a formação de grupos de jovens sistematicamente envolvidos com práticas violentas e/ou criminosas e conflitos territorializados nas favelas e bairros de periferia de São Paulo. Além disso, o próprio surgimento e a consolidação do *PCC* se mostram intrinsecamente vinculados à necessidade de pacificar, dentro das prisões, as muitas rivalidades e inimizades trazidas das ruas pelos detentos, muitas vezes em função de sua participação em gangues de bairro.

Diante desse contexto, o fortalecimento do *PCC* dentro e fora do sistema prisional paulista precisa ser visto não como o elemento fundante da violência em São Paulo, mas como a mais recente etapa de um longo processo de estruturação de atividades criminosas e acumulação social da violência, cujo embrião, há até pouco tempo, residia nas gangues de bairro e toda sua complexa cartilha de dinâmicas criminais desarticuladas, rivalidades comunitárias e violência territorializada. Talvez o *PCC* represente uma instância de supressão provisória dos intermináveis mecanismos de ação e retaliação existentes entre grupos de jovens delinquentes, com o objetivo de reestruturar esta mesma violência em um novo patamar e com um grau muito maior de organização e complexidade.

Por isso, argumenta-se aqui que, para compreender a fundo o problema da violência entre grupos delinquentes ou gangues em São Paulo, torna-se necessário abordar o fenômeno de maneira mais contextualizada, levando em consideração os cenários históricos, urbanísticos, sociais e criminais que favoreceram sua estruturação ao longo das últimas décadas. Compreendendo as condições estruturais que contribuíram para a conformação das gangues e o consequente acionamento de grandes engrenagens de violência nas favelas e bairros de periferia de São Paulo, torna-se possível compreender também como se deu o processo de associação de vários destes grupos a um novo patamar de estruturação de atividades criminosas, materializado na figura do *PCC*.

De maneira geral, o processo de associação de adolescentes e jovens em gangues envolvidas com violência armada e conflitos territorializados na periferia de São Paulo se

encontra intimamente relacionado ao modelo de urbanização segregador e excludente vivenciado pela cidade ao longo das últimas décadas. O modelo de desenvolvimento econômico e industrial adotado pela cidade durante a transição do século XIX para o XX contribuiu para que ela se organizasse de uma maneira urbanisticamente segregada, a partir de dois vetores fundamentais: na região central, um espaço de investimento dos recursos urbanos para as elites, com boa infraestrutura de habitação e de serviços (públicos e privados); nas periferias, as fábricas e indústrias que conferem lastro às atividades do centro financeiro e os bairros com infraestrutura precária que servem de moradia para as classes populares (CALDEIRA, 2000; FEFFERMANN, 2006).

Em São Paulo, torna-se fundamental compreender os processos históricos, sociais, políticos, urbanísticos e econômicos que fomentaram a oposição entre uma região central abastada (com ampla provisão de serviços e altíssimos indicadores de desenvolvimento humano) e uma periferia pauperizada (com graves problemas de infraestrutura, péssima provisão de serviços e baixo desenvolvimento humano), uma vez que as dinâmicas de violência existentes na cidade acabam mimetizando esta polarização. Como foi demonstrado anteriormente, os homicídios registrados em São Paulo não se distribuem de maneira uniforme. A violência letal se concentra de maneira intensa nas favelas e bairros pobres da periferia da cidade, o que sugere uma relação íntima entre processos de segregação socioespacial e violência (ROLNIK, 1999).

Ao longo de sua história recente, a cidade de São Paulo experimentou três grandes ondas de crescimento. A primeira delas, a partir de 1929, quando a crise do café levou milhares de famílias a deixarem o interior do estado e migrar para a capital. Essa dinâmica altera profundamente a composição populacional paulistana, com grandes contingentes de italianos, japoneses e espanhóis passando a ocupar porções significativas do território da cidade, consolidando a formação de bairros tipicamente estrangeiros, processo iniciado ainda no século XIX, com a chegada de imigrantes que não se dispuseram a trabalhar nas fazendas de café do interior do estado.

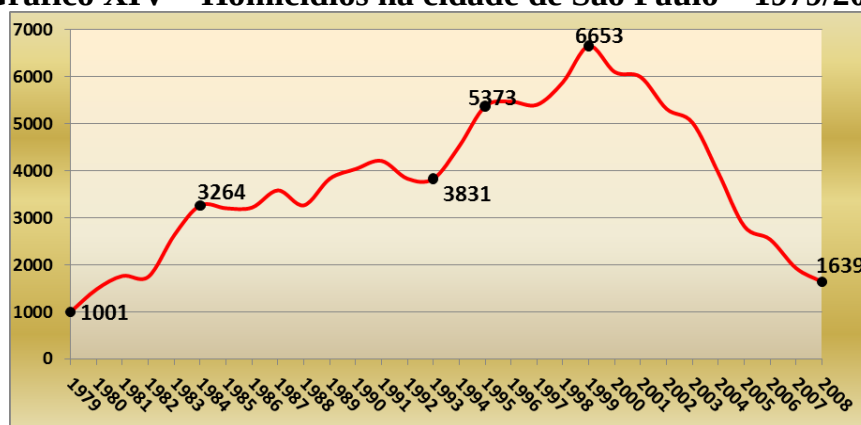
A segunda grande onda de crescimento recente da capital paulista se deu a partir dos anos 1950, impulsionada por um forte processo de industrialização da cidade. Foi nesse período que São Paulo consolidou sua configuração urbanística atual, com a região central abrigando o centro financeiro, enquanto as indústrias e as populações de baixa renda se concentravam na periferia. Por fim, já nos anos 1970 e 1980, as políticas de habitação promovidas pela Companhia Metropolitana de Habitação (Cohab-SP) acabam de definir

a feição de São Paulo, que passa a viver um processo de expansão horizontal das periferias, por meio da construção de centenas de conjuntos habitacionais para populações de baixa renda. No entanto, este processo de construção de moradias populares transcorreu sem que as regiões fossem previamente dotadas da infraestrutura necessária, o que contribuiu para a formação de imensos bolsões de pobreza e exclusão socioespacial nas bordas de São Paulo, especialmente nas zonas sul e leste da cidade (FEFFERMANN, 2006).

Em seu estudo sobre a relação entre exclusão socioespacial e violência, Rolnik (1999) demonstra que, no final dos anos 1990, o mapa da distribuição espacial dos homicídios na região metropolitana de São Paulo podia ser quase que integralmente sobreposto ao mapa que demarcava as áreas com os piores indicadores de desenvolvimento humano. Foi justamente no final dos anos 1980 que, especificamente na capital, favelas e bairros de periferia como Jardim Ângela, Capão Redondo, Sapopemba, Jardim São Luiz e Grajaú se tornaram conhecidos como sendo algumas das regiões mais violentas do Brasil.

Assim como no restante do Brasil, o problema dos homicídios em São Paulo atinge um perfil bastante específico: adolescentes e jovens do sexo masculino, pobres, não brancos e moradores de favelas e bairros de periferia. Além disso, durante as últimas décadas, o fenômeno viveu quatro períodos com tendências bastante claras: um forte crescimento na primeira metade da década de 1980; uma tendência de relativa estabilização entre 1985 e 1993; uma forte tendência de aumento até 1999, quando atingiu seu maior índice; e uma tendência de forte queda desde então. O gráfico a seguir ilustra estes momentos.

Gráfico XIV – Homicídios na cidade de São Paulo – 1979/2008



Fonte: SIM/DATASUS

Em São Paulo, boa parte do caráter endêmico do problema dos homicídios é tributária de dinâmicas associativas mantidas entre jovens de periferia, seus processos de sociabilidade violenta e conflitos territorializados. Entretanto, o caráter difuso destes grupos e a

intermitência de suas manifestações de violência (nem sempre relacionadas a dinâmicas criminais claramente identificáveis) fazem com que seja muito difícil compreender o fenômeno paulistano por meio da construção de uma “grande narrativa”, tal como se faz para o caso dos comandos de narcotraficantes no Rio de Janeiro.

Enquanto na capital fluminense o problema da violência entre gangues de diferentes favelas foi precocemente “normatizado”, ainda no início dos anos 1980, pelo surgimento do *Comando Vermelho* e seu discurso de união entre os grupos para o combate a um inimigo comum (o Estado), em São Paulo, somente a partir da segunda metade dos anos 2000 este processo de “supressão” os ciclos de violência territorializada com fins a uma maior “racionalidade criminal” deu os primeiros indícios de que estaria sendo colocado em curso, mediante o crescimento da influência do *PCC* (TELLES & HIRATA, 2010).

Até então, o problema endêmico dos homicídios em São Paulo sempre demonstrou ter vinculação com o modelo “tradicional” de consolidação de gangues, com grupos formados prioritariamente por jovens moradores de favelas e bairros de periferia, envolvidos em ciclos de violência quase que estritamente territorializados. Em seu estudo sobre jovens paulistanos envolvidos com diversos homicídios, Paes Manso (2005) argumenta que, em localidades marcadas por forte exclusão social, baixa consolidação normativa e presença precária (quando não violenta) do Estado, existe um apelo frequente à violência, enquanto elemento legítimo de resolução dos conflitos.

Em função disso, a violência acabaria adquirindo aspectos de problema privado, interessando apenas aos envolvidos no conflito, sem que se faça necessária o intermédio das autoridades públicas. Nas favelas e bairros marcados por forte exclusão social e violência institucional, este apelo constante à resolução privada e violenta dos conflitos fomenta a associação entre adolescentes e jovens em gangues ou grupos delinquentes, em busca de melhores condições de atuação neste ambiente. Nas últimas décadas, esta parece ser a tônica do fenômeno da violência armada entre jovens nas favelas e bairros de periferia da cidade de São Paulo. Em contextos violentos e de baixa consolidação normativa, estes atores se unem para enfrentar inimigos comuns, em um ciclo de ação e retaliação que, depois de iniciado, se torna extremamente difícil de ser interrompido. Nas palavras de Paes Manso.

“Para enfrentar de forma privada a violência do cotidiano nas periferias, há uma busca pela união dos iguais: rapazes com os mesmos inimigos e problemas, que se aliam a pessoas de confiança, que nasceram no mesmo bairro, para enfrentar rivais que se unem em outros grupos e que também moram nas redondezas. Esses grupos são chamados de ‘bancas’, ‘famílias’ ou ‘gângues’, e muitos se formam a partir do assassinato de amigos comuns ou de parentes. O processo costuma ser sempre o mesmo: uma pessoa morre assassinada por um morador do bairro e amigos e parentes do morto se unem para a vingança. Quando a engrenagem começa a girar, formam-se grupos rivais que passam a se atacar eventualmente, por conta de novas agressões ou problemas pendentes. A formação dos grupos ocorre na base da lealdade e da solidariedade dos colegas de bairro, numa espécie de ‘um por todos e todos por um’. São relacionamentos em que também não costuma haver hierarquia nem ‘autoridades’; todos devem se respeitar mutuamente, para atacar e se defender das ameaças externas. Esses grupos se unem para enfrentar os perigos de viverem em local violento e para aplicar vinganças, o que se reflete nos homicídios locais. (...) Com o respeito imposto pela força, os integrantes dessas ‘bancas’ podem iniciar atividades como tráfico de drogas, segurança paga, pedágios, sem nunca perder de vista a rivalidade com os inimigos. Os conflitos pessoais de cada membro acabam virando problema de todo o grupo (‘todos por um’), o que proporciona maior sensação de segurança ao indivíduo, mesmo vivendo tão perto dos rivais e da violência. Todos no meio sabem que, se forem assassinados, sua morte será vingada, e o inimigo precisa estar disposto a assumir os riscos, caso queira comprar a briga.” (PAES MANSO, 2005)

Neste cenário de violência difusa, em que um sem número de pequenas gângues se enfrenta diariamente por questões diversas e rivalidades e inimizades nascidas dentro de determinados territórios acabam sendo transpostas para dentro do sistema prisional, entende-se a lógica que sustenta o surgimento e o rápido crescimento de uma organização como o *Primeiro Comando da Capital*. Ainda que pelo uso da força (efetivo ou potencial), o PCC traz consigo a promessa de acabar com os estupros, os roubos e outras práticas de violência entre os internos (guerra de rua, se resolve na rua), bem como certa normatização da violência das ruas, por meio da cooptação das mais diversas gângues.

Em outras palavras, o que sustenta a existência de uma organização como o PCC é a eterna promessa de que, em ambientes estruturalmente violentos, é possível conferir certa ordem ao caos. Por isso, a exemplo do que tem sido feito no Rio de Janeiro por diversos estudos, torna-se importante compreender um pouco melhor a influência que a estruturação da facção pode exercer sobre as dinâmicas de violência vigentes nas favelas e bairros de periferia de São Paulo.

Apesar de ter sido fundado em 1993, o PCC só se tornou efetivamente conhecido em 18 de fevereiro de 2001, quando São Paulo enfrentou a maior rebelião prisional da história

do país. Em um horário previamente acertado, cerca de 30 mil internos de 29 penitenciárias do estado aderiram simultaneamente ao motim que, após 27 horas de duração, deixou um saldo de 17 mortos e a certeza de que a estruturação de atividades criminosas havia atingido um novo patamar em São Paulo. Após anos de negações e desmentidos por parte do Governo paulista, uma megarrebelião trazia a público a confirmação de que, de fato, existia uma organização criminosa atuando no interior do sistema prisional do estado.

Desde 1997, a existência do *Primeiro Comando da Capital* já vinha sendo sistematicamente especulada. Em 25 de maio daquele ano, o jornal *Folha de S. Paulo* trouxe em suas páginas o estatuto do grupo, reproduzido a seguir, conforme divulgado pelo jornal.

“Estatuto do PCC:

- 1- Lealdade, respeito e solidariedade acima de tudo ao Partido;
- 2- A luta pela liberdade, justiça e paz;
- 3- A união da luta contra as injustiças e a opressão dentro da prisão;
- 4- A contribuição daqueles que estão em liberdade com os irmãos que estão dentro da prisão, através de advogados, dinheiro, ajuda aos familiares e ação de resgate;
- 5- O respeito e a solidariedade a todos os membros do Partido, para que não haja conflitos internos, porque aquele que causar conflito interno dentro do Partido, tentando dividir a irmandade, será excluído e repudiado do partido;
- 6- Jamais usar o Partido para resolver conflitos pessoais, contra pessoas de fora. Porque o ideal do Partido está acima de conflitos pessoais. Mas o partido estará sempre leal e solidário a todos os seus integrantes para que não venham a sofrer nenhuma desigualdade ou injustiça em conflitos externos;
- 7- Aquele que estiver em liberdade “bem estruturado”, mas que esquecer de contribuir com os irmãos que estão na cadeia, serão condenados à morte sem perdão;
- 8- Os integrantes do Partido têm que dar bom exemplo, a serem seguidos. E por isso o Partido não admite que haja: assalto, estupro e extorsão dentro do sistema;
- 9- O Partido não admite mentiras, traição, inveja, cobiça, calúnia, egoísmo, interesse pessoal, mas sim: a verdade, a fidelidade, a hombridade, a solidariedade e o interesse comum ao bem de todos, porque somos um por todos e todos por um;
- 10- Todo integrante tem que respeitar a ordem e disciplina do Partido. Cada um vai receber de acordo com aquilo que fez por merecer. A opinião de todos será ouvida e respeitada, mas a decisão final será dos fundadores do Partido;
- 11- O Primeiro Comando da Capital (PCC), fundado no ano de 1993, numa luta descomunal e incansável contra a opressão e as injustiças, do Campo de Concentração “anexo” à Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté, tem como lema absoluto a Liberdade, a Justiça e a Paz;
- 12- O Partido não admite rivalidades internas, disputas de poder na liderança do comando, pois cada integrante do comando sabe a função que lhe compete de acordo com a sua capacidade para exercê-la;
- 13- Temos que permanecer unidos e organizados para evitarmos que ocorra novamente um massacre, semelhante ou pior ao ocorrido na Casa

de Detenção em 02 de outubro de 1992, onde 111 presos foram covardemente assassinados, massacre esse que jamais será esquecido na consciência da sociedade brasileira. Porque nós do Comando vamos sacudir o sistema e fazer essas autoridades mudar a prática carcerária, desumana, cheia de injustiça, opressão, tortura e massacres nas prisões;

14- Partindo do Comando Central da Capital do QG do Estado, as diretrizes de ações organizadas e simultâneas em todos os estabelecimentos penais do estado, numa guerra sem trégua, sem fronteira, até a vitória final;

15- O importante de tudo é que ninguém nos deterá nessa luta porque a semente do Comando se espalhou por todos os sistemas penitenciários do Estado e conseguimos nos estruturar também no lado de fora. Nos consolidamos a nível estadual e a média e longo prazo nos consolidaremos a nível nacional. Em coligação com o Comando Vermelho – CV e PCC – iremos revolucionar o país dentro das prisões e o nosso braço armado será o “terror dos poderosos”, opressores e tiranos que usam o Anexo de Taubaté e o Bangu Um do Rio de Janeiro como instrumento de vingança da sociedade, na fabricação de monstros.

Conhecemos a nossa força e a força de nossos inimigos. Poderosos, mas estamos preparados, unidos e um povo unido jamais será vencido.

LIBERDADE! JUSTIÇA E PAZ!!!

O Quartel General do PCC, Primeiro Comando da Capital, em coligação com o Comando Vermelho CV.

UNIDOS VENCEREMOS.” (FOLHA DE S. PAULO, 25/05/1997)

Fortemente pressionado pela opinião pública após a megarrebelião de fevereiro 2001, o Governo de São Paulo começou a desenvolver uma série de ações para tentar dismantlar o PCC. Suas possíveis lideranças foram identificadas e isoladas dentro do sistema prisional, advogados ligados à facção foram presos e esquemas criminosos mantidos pelo grupo fora das penitenciárias foram atacados. A resposta do PCC, no entanto, veio quatro anos mais tarde. Em 12 de maio de 2006, criminosos filiados ao grupo colocaram em andamento uma grande onda de ataques terroristas em todo o estado de São Paulo. Durante aproximadamente uma semana, dezenas de presídios e penitenciárias entraram em rebelião, prédios públicos foram metralhados e incendiados, dezenas de policiais, bombeiros e guardas municipais foram mortos e vários ônibus foram incendiados. Em apenas sete dias, São Paulo registrou 492 homicídios, tendo entre as vítimas 42 agentes das forças de segurança e 126 supostos criminosos mortos na retaliação promovida pela polícia. Segundo investigações realizadas pela polícia paulista, os criminosos teriam promovido a onda de ataques para desencorajar o Governo a transferir lideranças do PCC para presídios federais de segurança máxima, nos quais eles seriam mantidos em *Regime Disciplinar Diferenciado*, o RDD (FOLHA DE S. PAULO, 21/05/2006).

Segundo informações da Polícia Civil de São Paulo, a facção criminosa conhecida como PCC foi fundada em 31 de agosto de 1993, no anexo da Casa de Custódia de Taubaté,

unidade situada a 130 quilômetros da capital. Para disputar as partidas de futebol que eram realizadas no pátio do presídio, oito presos recém-transferidos de São Paulo formaram um time e o chamaram de *Comando da Capital*. O que era apenas um time de futebol rapidamente se converteu em uma instância de liderança entre os demais internos, que aderiram ao grupo como forma de resistir aos abusos praticados pela segurança do presídio (AMORIM, 2006).

Nota-se, neste ponto, que a história de criação do PCC possui diversas semelhanças com a do *Comando Vermelho*. Ambos os grupos nasceram da união de presos submetidos a torturas, violências, péssimas condições carcerárias e corrupção por parte de agentes prisionais. Nos dois casos, a existência de um inimigo “externo” que ameaçava a sobrevivência de todos fez com que os detentos superassem tradicionais inimizades surgidas nas ruas ou nos próprios presídios, para se estruturar em um grupo de resistência, inicialmente baseado na manutenção de uma ordem interna mínima. Assim como fizeram os fundadores do CV há 20 anos no Rio de Janeiro, os criadores do PCC conquistaram rápida adesão da massa carcerária paulista durante os anos 1990 (AMORIM, 2006).

Em 2001, quando se tornou publicamente conhecida por meio da promoção da megarrebelião em São Paulo, o PCC já possuía uma estrutura de comando rigidamente definida, com ramificações fora do sistema prisional. Já no final da década de 1990, o grupo passou a cobrar uma *contribuição mensal* entre seus *filiados*, para fortalecer o caixa único da organização. O dinheiro arrecadado junto a detentos e criminosos que estão nas ruas passou a ser utilizado para custear uma rede de advogados, bem como ações criminosas em diversas cidades do estado. Segundo informações obtidas pela polícia paulista, a facção vem, desde 2004, investindo na consolidação de uma base territorial extramuros, difundindo suas diretrizes entre pequenas gangues de jovens moradores de favelas e bairros de periferia de São Paulo, principalmente aquelas envolvidas com tráfico de drogas (AMORIM, 2006).

Assim como ocorreu no Rio de Janeiro durante a década de 1980, quando o *Comando Vermelho* conseguiu estender sua atuação para além do sistema prisional e se transformou em uma grande “franquia” sob a qual se congregam centenas de pequenas gangues territorializadas, o processo de estruturação do PCC e o estreitamento de seus vínculos com grupos delinquentes que atuam nas favelas e bairros de periferia de São Paulo pode caracterizar um novo estágio de estruturação das atividades criminosas na cidade. Além disso, a possível adesão de gangues de bairro ao PCC também pode acarretar mudanças

significativas nas formas de sociabilidade e nos processos de resolução de conflitos vigentes nestas comunidades. Como destacam Telles e Hirata.

“O patrão da ‘biqueira’, o ponto de venda de drogas, explicava: não podia mais acontecer o que ocorria antes, a morte como desfecho de desafetos, desavenças e disputas entre grupos rivais. Agora, ele dizia, a morte acontecia apenas em assuntos muito graves. E assim mesmo depois de passar pelo ‘debate’ (uma espécie de tribunal em que as partes envolvidas são chamadas a dar sua palavra e apresentar suas razões, sempre com a presença dos patrões da ‘biqueira’, com a intermediação dos homens do PCC que conduzem os trabalhos e encaminham a deliberação final). O debate pode se prolongar por vários dias, com data e hora marcadas, e, conforme os casos e a extensão do problema, outras pessoas das relações próximas dos envolvidos são igualmente chamadas para dar sua palavra, assim como patrões de biqueiras vizinhas e, sempre, outras figuras do PCC, dentro e fora das prisões, em comunicação através de seus celulares. O resultado pode ser um acordo entre as partes envolvidas, alguma forma de punição, um ‘corretivo’ (uma surra que às vezes, mas nem sempre, é especialmente atroz), expulsão do bairro, proibição de vender drogas na região ou, então, a morte.” (TELLES E HIRATA, 2010)

Obviamente, não há de se falar em “pacificação” dos territórios conflagrados por guerras de gangues, uma vez que a lógica da apropriação dos meios de violência para resolução privada dos conflitos continua vigente. A possível vinculação das gangues territoriais ao *PCC* apenas suprimiria momentaneamente esta dinâmica, alocando-a, quando necessário, a serviço de uma lógica mais racional/econômica, em detrimento de seu caráter tradicionalmente comunitário. De qualquer forma, este movimento de adesão das gangues de rua ao *PCC* pode efetivamente representar uma mudança dos padrões de estruturação das atividades criminosas em São Paulo.

2.1.5.4. Brasília

Em termos urbanísticos e sociais, o Distrito Federal (DF) talvez represente hoje o melhor exemplo que se tem no Brasil de um modelo desenvolvimento “centro-periferia”. Ao centro, as construções luxuosas, a ocupação planejada e o traçado amplo das ruas de Brasília emolduram o coração do poder político do país; nas periferias do DF, a ocupação desordenada e irregular do espaço urbano, as condições precárias de habitação e os baixíssimos indicadores de desenvolvimento humano determinam a existência das “cidades-satélites”. Essa configuração faz com que Brasília expresse, com mais vigor do que outras cidades brasileiras, a segregação espacial de sua população segundo extratos e renda.

Em toda grande metrópole, a forma como o espaço urbano é organizado e ocupado é resultante de uma complexa teia de relações entre processos históricos, culturais, econômicos, políticos e jurídicos/institucionais. Em termos criminológicos, torna-se fundamental compreender um pouco melhor essas questões, uma vez que será a partir delas que se desenvolverá toda a intrincada trama de relações sociais que resulta em dinâmicas de criminalidade. Em outras palavras, pode-se dizer que a forma como as cidades se estruturam determina, em certo sentido, o tipo e a intensidade da criminalidade que elas experimentam.

No caso do Distrito Federal, pode-se dizer que a profunda assimetria socioespacial existente entre a Região Administrativa Central (composta pelo Plano Piloto, os Lagos Sul e Norte e Cruzeiro) e as cidades-satélites²⁴ fomentou o surgimento de uma espécie de “sociabilidade fraturada”. Segundo Abramovay e outros:

“Constata-se especial assimetria entre o Plano Piloto e as cidades de periferia, já que no primeiro o poder político se mescla com o poder econômico, definindo formas peculiares de acesso a bens materiais e não-materiais.(...) Isso faz com que as relações sociais tornem-se segmentadas a partir dos locais de moradia, impedindo que existam locais comuns de encontro das classes sociais que, em geral, não têm contato entre si e não se misturam no seu dia-a-dia. (...) Existe uma dissociação física entre os grupos sociais em cidades diferenciadas, enclaves com uma forte concentração da população com menos recursos nas cidades da periferia – cidades de rico e cidades de pobre. (...) É importante não perder de vista que a diferenciação e a separação social são fenômenos característicos de todas as grandes cidades. O grande problema do DF é a segregação que se expressa na impossibilidade de ver e conhecer o outro, aquele que não é igual, acarretando uma espécie de ‘redoma’ e uma ‘cidade protegida’, onde os indivíduos não se cruzam.” (ABRAMOVAY *et al.*, 1999)

No Distrito Federal, o modelo de segregação socioespacial se replica, de maneira muito clara, na morfologia e na intensidade da violência que afeta cada uma de suas regiões administrativas. Cerca de 90% dos assassinatos registrados no DF, por exemplo, ocorrem em pontos bastante específicos das cidades-satélites. Enquanto a Região Administrativa Central, composta pelo Plano Piloto e as demais áreas “nobres” de Brasília, possui uma taxa de 12 homicídios para cada grupo de 100 mil habitantes, na Região Satélite II, formada por cidades como Planaltina, Ceilândia e Samambaia, essa taxa sobe para 42 homicídios para cada grupo de 100 mil habitantes. Na discrepância deste indicador geral, materializam-se as principais diferenças urbanísticas, socioeconômicas e criminais existentes entre localidades

²⁴ Entendem-se como “cidades-satélites” as seguintes 15 regiões administrativas que, juntamente com a Região Central, compõem o restante da malha urbana do Distrito Federal: Núcleo Bandeirante, Taguatinga, Gama, Sobradinho, Guará, Candangolândia, São Sebastião, Brazlândia, Paranoá, Planaltina, Ceilândia, Samambaia, Santa Maria, Recanto das Emas e Riacho Fundo.

como Cruzeiro (localizado na “cauda do Plano Piloto” e com taxa de 6,26 homicídios) e Paranoá (uma miserável cidade-satélite na região leste do Distrito Federal, com taxa de 54, 6 homicídios para cada grupo de 100 mil habitantes). A tabela a seguir ilustra essas diferenças.

Tabela IX – Homicídios no Distrito Federal – 1999/2001

Regiões Administrativas	População		Homicídios (Média 1999-2001)		Taxa de Homicídios (por 100 mil habitantes)
	Total	%	Total	%	
Região Central	319.947	15,60	39	5,74	12,19
Lago Sul	28.137	1,37	3	0,44	10,66
Lago Norte	29.505	1,44	6	0,88	20,34
Cruzeiro	63.883	3,11	4	0,59	6,26
Plano Piloto	198.422	9,67	26	3,83	13,10
Região Satélite I	734.757	35,82	192	28,28	26,13
Núcleo Bandeirante	36.472	1,78	7	1,03	19,19
Taguatinga	243.575	11,88	59	8,69	24,22
Gama	130.580	6,37	40	5,89	30,63
Sobradinho	128.789	6,28	37	5,45	28,73
Guará	115.385	5,63	31	4,57	26,87
Candangolândia	15.634	0,76	3	0,44	19,19
São Sebastião	64.322	3,14	15	2,21	23,32
Região Satélite II	996.442	48,58	421	62,00	42,25
Brazlândia	52.698	2,57	23	3,39	43,64
Paranoá	54.902	2,68	30	4,42	54,64
Planaltina	147.114	7,17	63	9,28	42,82
Ceilândia	344.039	16,77	150	22,09	43,60
Samambaia	164.319	8,01	73	10,75	44,43
Santa Maria	98.679	4,81	35	5,15	35,47
Recanto das Emas	93.287	4,55	41	6,04	43,95
Riacho Fundo	41.404	2,02	6	0,88	14,49
Reg. Adm. Ignorada			27	3,98	
Distrito Federal	2.051.146	100,00	679	100,00	33,10

Fonte: ZACKSESKI, 2007

Em termos qualitativos, diversos estudos já demonstraram que, no Distrito Federal, os problemas de violência e criminalidade também guardam relação íntima com a atuação de grupos de jovens delinquentes envolvidos com violência armada e conflitos territorializados. Pesquisas conduzidas por Abramovay e outros (1999) e Waiselfisz (1998), no entanto, chamam a atenção para os impactos que o modelo de segregação socioespacial de Brasília projeta sobre o fenômeno das gangues, a ponto de o problema no Plano Piloto assumir uma série de características bastante distintas do que se observa nas cidades-satélites.

Especificamente no Plano Piloto, o problema das gangues parece se misturar com a história da segunda geração de jovens moradores da cidade, ainda no início da década de 1980. À época, o pouco lastro cultural e identitário de uma cidade artificialmente criada há pouco mais de 20 anos se refletia na conformação de uma juventude até certo ponto niilista e carente de referenciais comunitários. Em seu traçado original, Brasília é uma cidade que não facilita a convivência rotineira entre as pessoas, com poucos espaços públicos projetados para facilitar a convivência entre os moradores. Nesse contexto bastante específico do Plano Piloto, a adesão de milhares de jovens de classe média-alta a gangues juvenis constituiu uma resposta coletiva (até certo ponto previsível) a um contexto de vazio identitário e escassez de recursos simbólicos.

“Em Brasília, a adesão dos jovens às gangues parece expressar um modo de se contrapor ao vazio de referentes que recorta o cotidiano da cidade. Elas formam verdadeiras organizações que se identificam com líderes e com territórios nos quais a circulação é apenas permitida entre os “enturmados”. O vazio, a falta de opções, as indefinições dos limites, a ausência de canal de participação política, a descrença na autoridade e na lei, têm, certamente, efeito na vivência dos jovens e parecem, muitas vezes, impulsioná-los para a prática coletiva da violência. Esses grupos juvenis articulados em torno de atos ilícitos dos mais variados tipos são habitualmente conhecidos no espaço público como desestabilizadores dessa esfera. São vistos como problemas sociais, como uma ameaça.” (WASELFISZ, 1998)

Não por acaso, a pichação de locais públicos acabou se tornando a forma mais frequente de expressão das gangues de Brasília, que sempre construíram suas histórias de violência e conflitos territorializados a partir da sobreposição das marcas e assinaturas que imprimiam nos muros da cidade. Estudo desenvolvido por Abramovay e outros (1999) demonstra como, para as gangues de Brasília, a pichação se constituiu em um importante elemento de demarcação de território e produção de sentido no espaço urbano impessoalizado da capital federal. Por meio da grafiteagem, um grupo não apenas consolida

no espaço seu nome, símbolos e valores, como também invade e agride o território de outras gangues, firmando sua identidade por oposição aos demais.

No início dos anos 1980, esse jogo especular ainda se restringia aos muros da cidade, com pichadores e diferentes gangues travando suas batalhas no campo simbólico da sobreposição das tintas. Geralmente, a vitória cabia a quem conseguisse deixar sua marca em um local mais alto, mais visível ou fortemente vigiado. Os enfrentamentos físicos eram eventos pontuais e, na imensa maioria dos casos, não produziam vítimas fatais. Entretanto, já na transição para a década de 1990, os confrontos entre gangues de pichadores começaram a ganhar contornos mais violentos em Brasília. Os grupos do Plano Piloto começam a fazer uso mais frequente de armas de fogo e o número de homicídios entre eles se torna mais expressivo (ABRAMOVAY, 1999). Soma-se a este cenário o acirramento dos conflitos entre gangues juvenis do Plano Piloto e os grupos das cidades-satélites, claramente uma expressão violenta das dinâmicas de sociabilidade segregada que marcam a história do Distrito Federal.

Segundo pesquisa realizada por Andrade (2007), a rivalidade entre os grupos do centro e da periferia fica mais intensa em meados da década de 1990, quando pichadores ligados a gangues das cidades-satélites começam a frequentar sistematicamente o Plano Piloto para deixar suas marcas nas áreas de gangues locais e vice-versa. Dentro da complexa rede de códigos de conduta e valores simbólicos estabelecidos pelas gangues, a simples presença de membros de outros grupos em seu território constitui ofensa grave. Ter suas assinaturas e desenhos riscados ou deturpados por outros pichadores constitui motivo suficiente para o início de um intenso ciclo de enfrentamentos.

Especificamente nas cidades-satélites, o fenômeno das gangues parece adquirir contornos significativamente mais violentos do que no Plano Piloto. Diversas pesquisas realizadas junto a jovens moradores de cidades-satélites de Brasília corroboram a hipótese de que os grupos de jovens delinquentes em atividade na periferia do Distrito Federal possuem estruturas e formas de atuação bastante semelhantes às gangues de favelas e bairros de periferia de outras grandes cidades. Abramovay e outros (1999), por exemplo, apontam o início dos anos 1990 como uma espécie de “turning point” na trajetória dos grupos de jovens delinquentes das regiões-satélites. Segundo eles, foi nesta época que aconteceu uma espécie de “upgrade” na estruturação das atividades criminosas das gangues da periferia do DF, que gradativamente passaram a se envolver sistematicamente com tráfico de drogas e homicídios, em detrimento da atividade relativamente lúdica da pichação.

Waiselfisz (1998) e Andrade (2007), por sua vez, destacam a forte relação entre dinâmicas de exclusão socioespacial e a formação de grupos de jovens sistematicamente envolvidos com práticas violentas e/ou criminosas e conflitos territorializados na periferia do Distrito Federal. Em contextos fortemente marcados por exclusão social, violência institucional e baixa consolidação normativa, muitos jovens moradores de cidades como Planaltina, Ceilândia e Samambaia se organizam em grupos que, por sua vez, oferecem a eles uma série de referenciais simbólicos, sensação de pertencimento, meios de ascensão financeira e, principalmente, proteção contra gangues de outras localidades.

Esse contexto, no entanto, produziu na periferia do Distrito Federal um fenômeno de violência bastante difuso, com diversos pequenos grupos delinquentes envolvidos em ciclos sazonais de enfrentamentos armados, por questões não necessariamente ligadas ao tráfico de drogas, como muitas vezes a mídia faz parecer. Nas cidades-satélites, as famosas “guerras” entre as gangues envolvem, muitas vezes ao mesmo tempo, questões pessoais, simbólicas, territoriais e comunitárias, que se misturam a problemas efetivamente criminais, tornando o fenômeno extremamente complexo e multifacetado. Nas palavras de Andrade (2007):

“As razões para os embates entre gangues/galeras, segundo os informantes, são inúmeras: pode ser por um simples “olhar que o outro não gosta”, um esbarrão, uma rivalidade entre as turmas, atritos antigos, uma vingança, um desafio, uma provocação, um deboche, não gostar da outra galera, não gostar de “noiado” (viciado em merla), não gostar de pichador, de pessoas que “se amostram”, que querem “botar banca”, por invasão de território e mulheres. As brigas se dão também por causa de um boné, de uma chinela, de armas, drogas e “bocas de fumo”. Pichar em cima de outra pichação ou a defesa de uma assinatura pode levar a conflitos extremos: ‘Mesmo nome não pode ter. Aí os dois têm que rachar, pra ver quem fica com o nome. Quem for mais doido, quem ganhar a briga, fica com o nome’. A revolta, o gostar de buscar encrenca e de trocar tiros, o querer ser ‘machão’ e ‘valentão’ são também razões apontadas para a existência da eterna briga entre gangue/galeras.” (ANDRADE, 2007)

Além disso, cabe observar que, especialmente no Distrito Federal, a existência de uma delimitação física e normativa separando a opulência da região central e a exclusão social da periferia adiciona mais um elemento de potencial conflito para as gangues juvenis. Enquanto em outros grandes centros urbanos as dinâmicas de exclusão socioespacial se apresentam de maneira mais matizada, muitas vezes se processando de maneira gradativa e sem uma delimitação muito clara entre as diferentes regiões, a manutenção de imensos espaços de separação entre o núcleo urbano de Brasília e as cidades-satélites compõe mais um elemento de incentivo à rivalidade entre gangues do centro e da periferia (WASELFISZ, 1998).

2.1.6. Breve Análise do Contexto Empírico

Logo no primeiro parágrafo de seu livro intitulado “*World of Gangs: Armed Young Men and Gansta Culture*”, sociólogo norte-americano John M. Hagedorn faz a seguinte afirmação:

“Violence by gangs and other groups of armed young men is a worldwide phenomenon. Gangs today play a significant role in all kind of violence, from ethnic riots to drug market conflicts, even to working for local tyrants in enforcing ‘law and order’. While there have always been gangs, today’s urbanizing world is producing them faster than ever and in myriad forms and shapes. High levels of violence by ‘nonstate actors’ like gangs or terrorists have been an unsettling aspect of globalization”. (HAGEDORN, 2008)

De maneira geral, o que os dados apresentados até aqui indicam é que, a despeito de todas as diferenças históricas, culturais, geográficas, econômicas, políticas, sociais e urbanísticas, o problema dos grupos de jovens delinquentes envolvidos em práticas violentas e/ou criminosas conflitos territorializados possui abrangência mundial. Diante da imensa complexidade adquirida pelo fenômeno nas últimas décadas, a obsessão sociológica por encontrar uma definição única que dê conta de abarcar todas as nuances do problema das gangues perde cada vez mais sua razão de ser. Até mesmo porque para que se dê o encaixe minimamente adequado entre teoria e empiria, a tendência é que sejam sublinhados aspectos cada vez mais gerais do fenômeno e, portanto, menos delimitadores do problema. O afrouxamento excessivo deste “laço teórico” esvazia sua principal razão de ser, que é justamente reduzir a complexidade empírica a um arranjo intelectualmente mais apreensível.

Por isso, argumenta-se aqui que a busca por uma definição *stricto sensu* do que venham a ser as gangues é inevitavelmente fadada ao fracasso. Mais interessante seria sublinhar seus aspectos estruturais comuns a partir de uma análise empírica ampla e, com isso, perceber como, a partir destas fundações gerais, desenvolvem-se manifestações peculiares do fenômeno, em função de diferentes contextos históricos, culturais, políticos, econômicos, criminais e socioambientais. Obviamente, não se trata de desconsiderar a produção teórica sobre o tema, mas possivelmente de propor uma inversão do processo de entendimento do fenômeno, partindo de uma base empírica para a formulação indutiva de um arcabouço teórico (STRAUSS, 1987).

Os dados apresentados até aqui, por exemplo, permitem a realização deste exercício, por meio da identificação de cinco eixos analíticos fundamentais em torno dos quais se estrutura o fenômeno das gangues ou dos grupos de jovens delinquentes envolvidos em

práticas violentas e/ou criminosas e conflitos territorializados: (1) Caráter grupal; (2) caráter territorial; (3) fenômeno jovem; (4) envolvimento com práticas violentas e/ou criminosas; (5) relações de conflito com outros grupos semelhantes.

Em princípio, pode parecer redundante ressaltar o caráter grupal das gangues, posto que ele constitui uma espécie de eixo fundante do fenômeno. Entretanto, mesmo esta questão precisa ser problematizada. Os dados de pesquisas apresentados até aqui demonstram, por exemplo, que mesmo inseridos em um contexto comum, a maioria dos grupos apresenta tamanhos diferentes, múltiplos níveis de coesão interna e diversos níveis de frequência com que seus membros se reúnem. Essas variações precisam ser levadas em consideração, uma vez que impactam profundamente muitos outros aspectos do fenômeno.

Pelas mesmas razões, o caráter territorial das gangues também se torna um elemento a ser problematizado, sem que se confundam, no entanto, as dimensões de “espaço” e de “território”. O espaço, entendido enquanto processo e produto das relações sociais, que se realiza enquanto uma instância social (SANTOS & SILVEIRA, 2001), assume papel fundamental para a compreensão do próprio processo de conformação das gangues. A partir da dimensão do espaço, compreender-se que os grupos de jovens delinquentes são produtos de relações sociais estabelecidas no tempo e no espaço e, justamente por isso, adaptados a estes contextos.

A noção de território, por sua vez, se apresenta como o recorte ou fração do espaço qualificado por seu sujeito. O território só se constitui enquanto fração do espaço usado e significado pelos homens, isto é, o espaço vivido pelo homem (SANTOS & SILVEIRA, 2001). O território é o espaço da dominação, da significação, do pertencimento, da constituição da identidade coletiva e individual. Por isso o próprio processo de formação das gangues muitas vezes se confunde com o processo simbólico de demarcação de um território. Da relação que os grupos de jovens delinquentes estabelecem com a dimensão do espaço surgem os territórios, materialização prática e simbólica do poder e da identidade dos grupos. Os diferentes processos de consolidação simbólica do território projetam efeitos profundos sobre a estrutura e a organização das gangues, bem como sobre suas relações de parceria ou inimizade com as comunidades locais e com outros grupos semelhantes.

Tanto que o primeiro aspecto a ser redefinido quando um pequeno grupo territorializado se filia a uma grande confederação de gangues (como os *Crips* e os *Bloods* nos Estados Unidos, o *CV* e o *PCC* no Brasil, a *MS-13* e a *Barrio 18* na América Central) é a transposição de uma noção estrita de território para uma representação mais ampla que, por

vezes, abrange toda uma cidade ou muitos bairros. Ainda que, na prática, a imensa maioria das atividades cotidianas dos grupos continue a se dar dentro de espaços bastante restritos, a adesão a uma grande “franquia” amplia o referencial simbólico de pertencimento e lealdade das gangues, reformulando suas próprias noções de territorialidade.

É possível que se encontre nesta dimensão da territorialidade a explicação para os mecanismos de solidariedade que se estabelecem entre grupos jovens delinquentes filiados a uma mesma “confederação de gangues”, mesmo quando separados por grandes distâncias geográficas dentro de uma grande cidade. E talvez também resida na noção do território a explicação para os intermináveis ciclos de ação e retaliação que grupos rivais estabelecem entre si, simplesmente por conta da demarcação de suas áreas de atuação.

A importância da dimensão do território para compreensão do fenômeno das gangues também pode ser vista dentro do sistema carcerário, quando jovens delinquentes oriundos de diversas regiões da cidade e membros de diferentes gangues são acautelados em um mesmo ambiente. Confrontados por um inimigo comum (o próprio sistema prisional) os jovens tendem a se agrupar dentro das prisões, primeiramente em função de sua origem territorial e grupal. É neste contexto que ocorre a divisão das unidades prisionais em esferas de influência. Primeiro para que os grupos possam confrontar seus rivais imediatos de maneira mais efetiva, segundo para que os grupos possam se colocar em melhor posição de negociação frente ao grande inimigo comum.

No entanto, se este inimigo comum se mostra mais violento que o rival imediato, colocando em risco a própria existência de todos os grupos, estes tendem a suprimir suas rixas internas (fazendo valer a lógica segundo a qual “guerra do mundão se resolve no mundão”), formando um único coletivo que tende a normatizar os processos de resolução de conflitos entre os presos e a redefinir simbolicamente as dimensões de território dentro das carceragens. Replica-se, dentro do espaço das prisões, a mesma lógica que estrutura a dimensão de territorialidade das gangues de rua. Não foi por acaso que grupos como o *Comando Vermelho* e o *PCC* foram formados dentro das prisões, a partir da replicação da lógica de demarcação do território, imposta por um grande e violento inimigo comum que colocava em risco a existência de todos.

Outro aspecto aparentemente redundante é a associação entre gangues e juventude. Historicamente, o caráter iminentemente contestador e contra-cultural dos grupos de jovens delinquentes fez com que a própria definição de gangues se associasse, ainda que intuitivamente, à juventude urbana. No entanto, a simples variação da composição etária

entre as gangues se mostra capaz de imprimir características bastante diferentes aos grupos. Não por coincidência, moradores de favelas do Rio de Janeiro muitas vezes associam o recrudescimento dos confrontos entre as facções à emergência, durante os anos 1990 e 2000, de uma “nova geração” de traficantes. No fundo, a hipótese é que a menor média de idade dos novos membros de gangues (em comparação aos de gerações anteriores) reduziu seus laços sociais e afetivos com suas comunidades de origem e outras instituições como família e trabalho, conferindo a eles um caráter mais intempestivo e violento (ZALUAR, 2004).

A questão do envolvimento dos grupos com atividades delinquentes e criminalidade talvez constitua o aspecto mais polêmico e, ao mesmo tempo, central da própria definição do fenômeno das gangues. Não se trata aqui apenas de constatar que os grupos se envolvem com diversos tipos de práticas delinquentes ou criminosas, com diferentes graus de intensidade, periodicidade e complexidade (ainda que apenas estes aspectos já constituam elemento para muitas discussões). O envolvimento com crimes e práticas delinquentes é, por si só, o elemento que reserva para as gangues uma categoria classificatória específica, muitas vezes distinta das demais formas associativas. É justamente esta ruptura clara e declarada com o aparato simbólico e normativo mais amplo que faz com que tais grupos sejam identificados (por seus próprios integrantes e pelos demais moradores das localidades onde atuam) como instituições à parte do restante de suas comunidades.

Por fim, a dimensão do conflito entre as gangues também precisa ser compreendida de maneira mais complexa, por meio de uma abordagem que ultrapasse a simples reconstrução de suas causas e origens. Compreender se os enfrentamentos entre gangues se dão em função de disputas de territórios para venda de drogas (como se observa em muitas localidades do Rio de Janeiro), por questões étnicas (tipicamente no caso das comunidades de afrodescendentes e hispânicos dos Estados Unidos), por questões políticas (como já foi o caso de algumas regiões em El Salvador e Nicarágua), ou simplesmente por questões simbólicas e identitárias (como se observa em algumas regiões de Brasília), constitui apenas a “ponta do iceberg” da questão.

Não por coincidência, os dados apresentados até aqui demonstram que absolutamente todas as gangues analisadas mantêm relações de conflitos ou enfrentamentos com outros grupos de natureza semelhante. A despeito das múltiplas motivações envolvidas, a questão do conflito parece ser um eixo fundante da própria identidade das gangues. Um jogo de violência especular a partir do qual os grupos forjam suas histórias, constroem seus mitos de origem e definem, por oposição, quem são. Para os jovens membros de gangue, a eleição de

um grupo oponente acaba se tornando uma forma de clarificar, simbólica e praticamente, quem eles “não são”. A partir desta delimitação, sempre conflituosa e recheada de lances de violência, estabelece-se com mais certeza a identidade do próprio grupo.

Diante da complexidade do fenômeno da associação de jovens em grupos envolvidos com práticas violentas e/ou criminosas e conflitos territorializados, colocam-se algumas questões. Como este problema vem sendo abordado e compreendido em termos teóricos? Quais são os pontos convergentes e dissonantes na produção acadêmica sobre o tema? Como os eixos estruturantes elencados aqui ser compreendidos à luz da teoria sociológica? Estas questões serão exploradas na próxima seção.

2.2. Contexto teórico das discussões sobre o fenômeno das Gangues

Por mais sofisticado e bem elaborado que seja, qualquer esforço de teorização sobre um objeto complexo implica, necessariamente, em valorizar a observação de determinados aspectos em detrimento de outros, o que invariavelmente acarreta em reduzir a complexidade deste objeto, na tentativa de circunscrevê-lo a arranjos cognitivos mais palatáveis. No que diz respeito aos esforços de compreensão teórica do fenômeno das gangues (ou grupos de jovens envolvidos em práticas violentas e/ou criminosas e conflitos territorializados), a questão torna-se mais problemática ainda.

Em primeiro lugar, porque é extremamente difícil inscrever o fenômeno em apenas uma área conceitual. Como foi demonstrado anteriormente, o problema das gangues perpassa diversas áreas temáticas, muitas vezes de maneira simultânea e convergente. Uma abordagem minimamente complexa do problema das gangues implica necessariamente em falar sobre processos de urbanização, noções de território e territorialidade, dinâmicas de pobreza e exclusão social, processos associativos, juventude, violência e criminalidade, estruturação de atividades criminosas, entre outros temas correlatos. Nesse sentido, o fenômeno das gangues possui todas as propriedades daquilo que Morin (2005) define como um “sistema complexo”. Ou seja, torna-se bastante difícil, se não impossível, restringir sua descrição a um número limitado de parâmetros ou variáveis características, sem que haja uma perda de suas propriedades essencialmente globais e funcionais.

Em primeiro lugar, porque, onde quer que se manifeste, o fenômeno das gangues demonstra ter características fundamentalmente não deterministas. Mesmo quando se conhece com razoável precisão as funções desempenhadas pelos elementos que constituem uma gangue, é extremamente difícil antecipar, com precisão, o comportamento que o grupo

irá manifestar frente a determinadas situações ou contextos variados. De certo modo, a dificuldade para se determinar o sentido dos processos sociocognitivos colocados em curso pelas gangues deriva justamente de sua estruturação em rede, característica essa que confere aos fluxos de informação uma característica multidirecional (sem contar o impacto que elementos externos ou ruídos internos projetam sobre a atuação do grupo).

Outra característica que dificulta a apreensão teórica do fenômeno das gangues por uma abordagem unidirecional é a grande dinamicidade de sua estrutura. Mesmo sendo um recurso bastante utilizado pelas ciências sociais, o estudo das gangues por meio da decomposição de suas partes estáveis e funcionais se mostra uma prática bastante problemática. Os dados de pesquisas apresentados aqui anteriormente deixaram claro que, frente a mudanças contextuais/ambientais, os grupos se reestruturam e passam a atuar de formas que, em princípio, não eram passíveis de serem deduzidas a partir da análise de suas antigas funcionalidades. Em alguns casos, a interação das gangues com seu ambiente, assim como seus mecanismos internos de aprendizado e a auto-organização fazem com que seja problemático analisar tais sistemas como se fossem estruturalmente estáveis. Dependendo do contexto, os grupos podem modificar suas formas de conduta, alterando mecanismos cooperativos ou competitivos, o que, por sua vez, pode acarretar profundas modificações estruturais e funcionais (MORIN, 2005).

Outra característica que dificulta aproximações teóricas simplistas do fenômeno das gangues é a distribuição difusa e fragmentada de suas representações e informações. Algumas funções (criminais, simbólicas, sociais e grupais) exercidas pelas gangues não podem ter sua localização estrutural precisamente determinada. Além disso, as próprias relações estabelecidas internamente entre os membros do grupo e destes com o meio social externo acarretam propriedades emergentes não tão diretamente dedutíveis através da simples compreensão das funções exercidas pelos componentes individuais do grupo. No caso específico do fenômeno das gangues, vale o dito popular de que o todo definitivamente é maior do que a soma das partes (MORIN, 2005).

De maneira bastante esquemática, pode-se dizer que as pesquisas sobre gangues tentam dar conta da complexidade do problema a partir de duas frentes de trabalho complementares. Na primeira delas inserem-se os estudos que procuram compreender os contextos (históricos, ambientais, sociais, políticos, econômicos, culturais e criminais) dentro dos quais o fenômeno se desenvolve. Podem ser elencadas aqui pesquisas que questionam como determinados contextos urbanos favorecem o surgimento de gangues e

outras atividades criminosas. São estudos sobre as relações que se estabelecem entre processos de urbanização e crime, desorganização social e perda de capacidade de autorregulação das comunidades, exclusão social e crime, etc. Já na segunda frente de trabalho, inserem-se os estudos que procuram analisar aspectos inerentes ao fenômeno em si. São pesquisas que abordam questões morfológicas, subculturais, estruturais, funcionais, relacionais e criminais do problema, tentando delimitar melhor o próprio campo de estudos.

É a partir deste recorte temático que este estudo pretende fazer um breve mapeamento e discutir a produção teórica a respeito do fenômeno das gangues, ou grupos de jovens envolvidos em práticas violentas e/ou criminosas e conflitos territorializados.

2.2.1. Ambiente Urbano, Gangues, Violência e Criminalidade

Existe uma longa linhagem de estudos sociológicos que correlacionam as configurações assumidas pelo espaço urbano à manifestação de diferentes padrões de sociabilidade, práticas de violência e padrões de criminalidade. O eixo condutor deste extenso programa de pesquisa (que remonta a estudos feitos já no final do século XIX) é a premissa de que a forma como o espaço urbano se estrutura e é ocupado projeta impactos significativos nos modos de organização social e comunitária, influenciando, entre outros aspectos, os níveis e a complexidade das práticas de violência e criminalidade observadas em suas mais diversas regiões. Existiria, portanto, uma relação bastante íntima entre as configurações assumidas pelos espaços urbanos e a manifestação de diferentes padrões de sociabilidade, violência e criminalidade ao longo de seus territórios.

Em termos conceituais, essa abordagem ecológica do fenômeno da criminalidade oferece um ferramental interessante para que se possa compreender, de maneira mais complexa e aprofundada, as dinâmicas sociais que perpassam a relação entre as diferentes formas de estruturação e ocupação do espaço urbano e a estruturação de diversas modalidades de dinâmicas de criminalidade e violência, entre elas a formação de gangues ou grupos de jovens envolvidos com conflitos territorializados armados.

Os primeiros estudos a correlacionar a heterogeneidade do ambiente urbano à manifestação de diferentes padrões de violência e criminalidade foram realizados ainda no século XIX, em países como França, Inglaterra e Estados Unidos. Na época, as pesquisas tiveram como ponto de partida a constatação de que as ocorrências de crimes não se distribuíam de maneira uniforme nas grandes cidades. Áreas urbanas concentravam mais

crimes do que áreas rurais e, mesmo dentro das grandes cidades, algumas localidades específicas mantinham padrões desproporcionalmente altos de criminalidade violenta.

Nestes levantamentos iniciais, os pesquisadores correlacionavam a concentração de crimes a fatores socioambientais diversos como pobreza, degradação ambiental, clima, composição populacional e época do ano. No entanto, tais estudos ainda não especificavam com clareza como e por meio de quais dinâmicas tais elementos se relacionavam com maiores ou menores taxas de criminalidade e violência. Neste momento embrionário das pesquisas sobre a epidemiologia do crime, tratava-se quase que exclusivamente de tentar identificar padrões de distribuição espacial e correlaciona-los a determinadas variáveis sociais e estruturais (GUERRY, 1833; QUETELET, 1984; BOOTH, 1891; MAYHEW, 1861; FERRI, 1896; FLETCHER, 1848).

2.2.1.1. Ecologia Social

Apesar do caráter pioneiro das pesquisas realizadas durante século XIX, pode-se dizer que somente nas primeiras décadas do século XX as relações entre espaço urbano e dinâmicas de violência e criminalidade passaram a ser sistematicamente estudadas por meio de abordagens eminentemente ecológicas. A partir da década de 1920, diversos trabalhos ligados ao movimento intelectual da *Escola de Chicago* passaram a fazer uso de algumas premissas da biologia para tentar identificar os processos e estruturas por meio dos quais determinadas configurações urbanas se relacionavam a diferentes níveis e padrões de violência e criminalidade. Nesse sentido, o trabalho Robert Park e Ernest Burgess (1925) talvez possa ser considerado o marco inicial daquilo que viria a se consolidar como uma longa tradição de estudos ecológicos do crime.

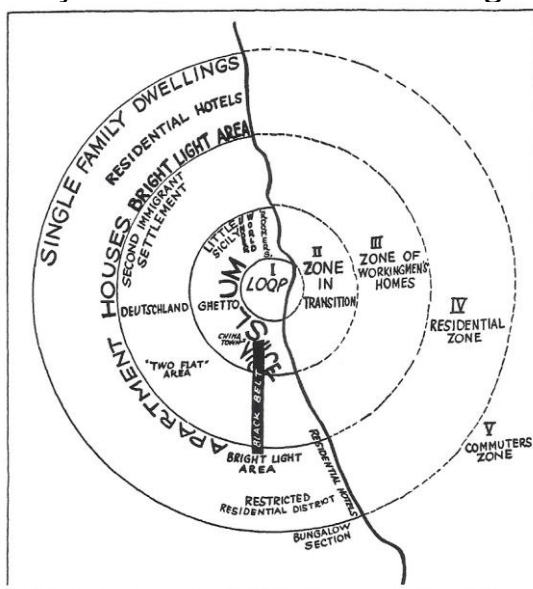
Não que “The City” (nome do livro de Park e Burgess) tenha tido como principal objetivo compreender como determinadas configurações urbanas fomentam ou inibem a manifestação de variados padrões de violência. A ambição dos autores era consideravelmente maior e não se restringia somente a questões criminais. Na verdade, seria possível dizer que havia na obra de ambos a intensão de fundar um grande programa de pesquisa, fundamentado na perspectiva da ecologia social, ou seja, da adaptação sociológica de determinadas premissas e conceitos da biologia para a compreensão das dinâmicas urbanas. Para tanto, o estudo de Park e Burgess operacionalizou sociologicamente conceitos de inspiração darwinista como “cooperação” e “competição”, no sentido de tentar

compreender, dentro da sociedade norte-americana, como comunidades humanas se relacionavam entre si e com o meio que as cercava (PARK & BURGESS, 1925).

Após extenso trabalho de coleta e análise de dados, Park e Burgess desenvolveram um esquema analítico geral que representava o modelo de desenvolvimento das grandes cidades dos Estados Unidos. Segundo eles, uma confluência de processos históricos, econômicos, políticos, urbanísticos e culturais teria feito com que a maioria das grandes cidades norte-americanas se desenvolvesse a partir de um modelo “centro-periferia”, espreado em zonas concêntricas, iniciadas em um centro industrial degradado e empobrecido e chegando até uma periferia de alto padrão socioeconômico e residencial.

Park e Burgess argumentam que, de modo geral, as cidades norte-americanas se estruturam da seguinte forma: em suas regiões mais centrais, forma-se uma área de comércio, indústrias, e bancos; ao redor deste centro econômico, forma-se uma espécie de “zona de transição”, com áreas residenciais degradadas, ocupadas famílias de baixa renda, e ainda algumas indústrias e estabelecimentos comerciais. Já na terceira região, rumo à periferia, formam-se áreas residenciais de padrão socioeconômico médio, ocupadas por classes trabalhadoras da indústria e do comércio; mais à margem, constituem-se geralmente zonas residenciais de padrão médio-alto e, por fim, uma última periferia de alto status socioeconômico (PARK & BURGESS, 1925).

Figura I – Representação Gráfica do Modelo Ecológico de Park e Burgess



Fonte: Park & Burgess, 1925

A despeito de seu caráter esquemático e razoavelmente estereotipado, o modelo proposto por Park e Burgess acabou servindo de inspiração para o desenvolvimento de uma série de estudos fundamentados em pressupostos da ecologia social. O pressuposto de que diferentes tipos de configuração urbanística fomentam o desenvolvimento de diferentes dinâmicas de sociabilidade, de organização e estruturação das comunidades abriu um campo bastante rico de pesquisas, especialmente para estudos interessados em compreender as relações entre configurações urbanas e dinâmicas de criminalidade. No “laboratório a céu aberto” da Chicago dos anos 1920, onde o aumento das taxas de criminalidade se apresentou quase como uma decorrência natural dos processos de urbanização, a abordagem ecológica rapidamente chamou a atenção de muitos outros pesquisadores.

Especificamente no que diz respeito ao estudo da violência das gangues, a importância de compreender o esquema analítico proposto por Park e Burgess reside na hipótese de que, assim como qualquer outra forma de sociabilidade ou estruturação de atividade criminosa, o surgimento de grupos de jovens delinquentes e a consolidação de conflitos territorializados guardariam estreita relação com processos de conformação do espaço urbano. Aceita esta premissa, passou-se ao desafio de tentar identificar quais eram e como atuavam as dinâmicas urbanísticas e sociais responsáveis pelo recrudescimento da violência e da criminalidade.

2.2.1.2. Desorganização Social

Cruzando dados de um grande *survey* realizado na cidade de Chicago no início da década de 1940 e registros de ocorrências de crimes, os sociólogos Clifford Shaw e Henry McKay (1942) identificaram a existência de três padrões socioeconômicos em vizinhanças historicamente marcadas por altas taxas de criminalidade violenta: (1) praticamente todas as regiões violentas eram bairros pobres e deteriorados localizados na região central da cidade; (2) as comunidades violentas eram regiões habitadas por populações de origens variadas, principalmente imigrantes, o que as caracterizava como áreas de grande heterogeneidade étnica; (3) os bairros com grande incidência de criminalidade violenta eram regiões que mantinham altos níveis de rotatividade residencial, com baixo poder de fixação da população local por longos períodos.

A partir destas constatações, a hipótese desenvolvida por Shaw e McKay é a de que a grande heterogeneidade étnica e as altas taxas de rotatividade residencial observada nas vizinhanças pobres de Chicago prejudicavam sensivelmente o desenvolvimento de diversas dimensões de associativismo e pertencimento comunitário. Em vizinhanças formadas por

moradores de várias nacionalidades e procedências e cuja maior ambição era deixar a comunidade tão logo tivessem melhores condições financeiras, tornava-se extremamente difícil estabelecer um conjunto de valores e representações simbólicas comuns, bem como desenvolver um apreço mínimo pela localidade. Dentro destas localidades, a própria heterogeneidade populacional atuava como um mecanismo que dificultava a comunicação e a interação entre os moradores, tornando mais difícil a resolução coletiva de problemas, a mobilização conjunta para obtenção de recursos externos e a consequente melhoria física e estrutural das comunidades (KORNHAUSER, 1978).

Ainda segundo a análise de Shaw e McKay, o fato de as comunidades pobres de Chicago serem compostas por grandes contingentes de imigrantes prejudicava a consolidação de um padrão normativo comportamental, uma vez que cada grupo trazia consigo os códigos de conduta próprios de suas moradias anteriores. Além disso, a alta rotatividade residencial destas comunidades tornava difícil o estabelecimento de laços sociais fortes e duradouros, dificultando o estabelecimento de estruturas de controle informal (SHAW & MCKAY, 1942; KASARDA & JANOWITZ, 1974).

Neste contexto, formava-se nessas comunidades um cenário de grande “desorganização social”, onde os moradores tinham dificuldade de conceber valores comuns e se mostravam pouco aptos a formar um corpo social suficientemente coeso para controlar de forma eficaz o comportamento de seus membros. Consequentemente, essas comunidades também se mostravam pouco capazes de controlar o surgimento de altas taxas de criminalidade em seus bairros, até mesmo porque, na visão dos autores, o peso social de se cometer um crime nestas condições de pouca consolidação normativa era consideravelmente mais baixo (SHAW & MCKAY, 1942).

Ou seja, a teoria clássica da “Desorganização Social” não propõe a idéia de que a privação econômica gere altas taxas de criminalidade violenta. Ela sustenta a hipótese de que os processos de urbanização desordenada e a consequente degradação física de largas faixas do território urbano geram contextos de desorganização social (concentração de desvantagens econômicas e estruturais, altas taxas de rotatividade residencial e heterogeneidade étnica). Esta desorganização, por sua vez, prejudica a integração e a coesão existentes entre os membros de uma comunidade, o que acarreta o baixo poder de manter controle social efetivo sobre o comportamento dos indivíduos e, consequentemente, sobre o surgimento do crime (SHAW & MCKAY, 1942). Robert J. Bursik (1988) resume bem os principais postulados da teoria.

“In its purest formulation, social disorganization refers to the inability of local communities to realize the common values of their residents or solve commonly experienced problems. Population turnover and heterogeneity are assumed to increase the likelihood of disorganization for the following reasons:

1- Institutions pertaining to internal control are difficult to establish when many residents are “uninterested in communities they hope to leave at the first opportunity.

2- The development of primary relationships that result in informal structures of social control is less likely when local networks are in a continual state of flux.

3- Heterogeneity impedes communication and thus obstructs the quest to solve common problems and reach common goals”.
(BURSIK, 1988)

Outro aspecto a ser observado com atenção na teoria da “Desorganização Social” é seu caráter nitidamente estrutural. Cruzando registros de crimes violentos com dados habitacionais das áreas pobres de Chicago, Shaw e McKay constataram que, a despeito das altíssimas taxas de rotatividade residencial, as comunidades mantinham as mesmas taxas de criminalidade ao longo de muitos anos. Esse dado permitiu a eles inferir que as causas dos altos índices de criminalidade não deveriam ser investigadas a partir das características individuais dos moradores das regiões pobres, mas sim a partir das características estruturais existentes naquelas comunidades há várias décadas (SHAW & MCKAY, 1942).

A despeito do enorme impacto que teve sobre o estudo das relações entre o espaço urbano e o surgimento de dinâmicas de criminalidade, a teoria da “Desorganização Social” sofreu críticas bastante severas durante a segunda metade do século XX. Robert Bursik (1988), por exemplo, chama a atenção para o fato de que a teoria original não fornece variáveis suficientemente detalhadas para que se possa medir o grau de desorganização social de uma comunidade. Além disso, Bursik também argumenta que ela não explicaria como determinadas variáveis comunitárias estruturais interagem entre si, no sentido de influenciar práticas individuais ou coletivas. A teoria original deixaria, portanto, uma série de lacunas teóricas e metodológicas a serem esclarecidas.

2.2.1.3. Abordagem Sistêmica da Desorganização Social

Diante dos problemas apontados, diversos autores se propuseram a dar maior precisão à tese original da “Desorganização Social”, depurando os mecanismos através dos quais a concentração de desvantagens (tanto econômicas quanto sociais) em determinadas comunidades se relacionava ao recrudescimento dos indicadores de violência e

criminalidade. Bursik e Grasmick (1993), por exemplo, argumentam que a teoria de Shaw e McKay não especificava através de quais processos ou meios a desorganização social criaria um ambiente propício para o surgimento de altas taxas de delinquência.

Com base neste questionamento, eles propõem a idéia de que a desorganização social provocaria o enfraquecimento de instâncias formais e informais de controle social (como família, igrejas, escolas, associações comunitárias e outras instituições), o que, por sua vez, diminuiria o custo social associado ao cometimento de crimes. Colocado desta maneira, observa-se que o modelo proposto por Shaw e McKay nada mais seria do que uma teoria do “controle social” elaborada em nível comunitário. Nas palavras de Bursik (1988):

“The causal linkage between social disorganization and neighborhood delinquency rates was not clearly explicated by Shaw and McKay. (...) Given the intimate theoretical connection between processes of rapid ecological change and the social disorganization framework, a control theoretic approach offers perhaps the best general basis for understanding the process. That is, the dynamics of social disorganization lead to variations across neighborhoods in the strength of the commitment of the residents to group standards. Thus, weak structures of formal and informal control decrease the costs associated with deviation within the group, making high rates of crime and delinquency more likely. Framed in this manner, the Shaw and McKay model of social disorganization is basically a group-level analog of the control theory and is grounded in very similar processes of internal and external sources of control”. (BURSIK, 1988)

Em termos sistêmicos, Bursik e Grasmick (1993) argumentam que, em qualquer comunidade, o controle social do comportamento dos indivíduos se dá em dois níveis distintos, porém complementares: o primeiro nível de controle seria exercido dentro dos grupos primários de socialização (amigos, família, redes de afinidades); o segundo nível de controle, por sua vez, seria exercido dentro de instituições formais consolidadas dentro das vizinhanças (associações comunitárias, escolas, igrejas e até mesmo a polícia).

Em territórios marcados por forte concentração de desvantagens, a desestruturação de instituições como a família, a igreja, as escolas e as associações de bairro acarretaria o enfraquecimento dos mecanismos que exercem o controle social em três esferas específicas: (1) na esfera privada, (2) na esfera paroquial e (3) na esfera pública. A esfera privada refere-se às relações primárias e pessoais que se estabelecem entre amigos, parentes e vizinhos. Em comunidades que apresentam altas taxas de rotatividade residencial, tais relações encontram-se enfraquecidas, assim como o controle social que deveria ser exercido por elas. A esfera paroquial, por sua vez, refere-se às relações que moradores de uma determinada comunidade

estabelecem com as associações e instituições locais. Em comunidades onde parte significativa dos moradores veio recentemente de outras regiões, observa-se um baixíssimo grau de associativismo e, conseqüentemente, o enfraquecimento dos mecanismos de controle social. Finalmente, a esfera pública diz respeito à capacidade que uma comunidade tem de atrair recursos e serviços públicos e privados externos, por meio da mobilização coletiva (BURSIK & GRASMICK, 1993).

“It is through these relational networks that the regulatory capacities of a neighborhood become actualized. (...) Most research has focused on two basic types of systemic control. The first, which has been called the private level of control, focuses on the networks that integrate residents into the intimate informal primary groups of a neighborhood. It is through these associations that information is transmitted concerning expectations of appropriate behavior. If those expectations are violated, these networks are utilized to impose various informal sanctions on the offending member. (...)

The second or parochial level of control represents interpersonal networks in which communication among members of the system does not have the same degree of intimacy as at the private level. For example, a resident may informally keep an eye in the public activities of local children or may alert fellow neighbors to the presence of outsiders who might be considered threatening. Therefore, this dimension of systemic control in part represents the supervisory capacities of a local community. In addition, it also represents residential participation in local institutions, such as churches, voluntary organizations, and schools”. (BURSIK & GRASMICK, 1993)

Já no final da década de 1980, diversos estudos retomaram a idéia de desorganização social, na tentativa de dar maior consistência teórica à proposição original de Shaw e McKay. Sampson e Groves (1989), por exemplo, não apenas se apropriaram da idéia de que a concentração de altas taxas de criminalidade em determinadas regiões poderia ser explicada pelos seus baixos níveis de coesão social, como também adicionaram duas novas variáveis a este modelo: (1) baixa capacidade de controle e supervisão do comportamento mútuo por parte dos moradores, e (2) pouca ou nenhuma predisposição, por parte dos membros destas comunidades, para agir em prol do bem comum.

Se em sua proposição original a “Desorganização Social” de uma comunidade seria caracterizada por basicamente três fatores (baixo status socioeconômico, heterogeneidade étnica e alto nível de rotatividade residencial), no trabalho de Sampson e Groves (1989) é proposta a idéia de que outras duas características deveriam ser tomadas como elementos que fomentam o surgimento de altas taxas de criminalidade: a desestruturação familiar (que reduziria a capacidade de supervisão das crianças e dos grupos juvenis) e o processo de

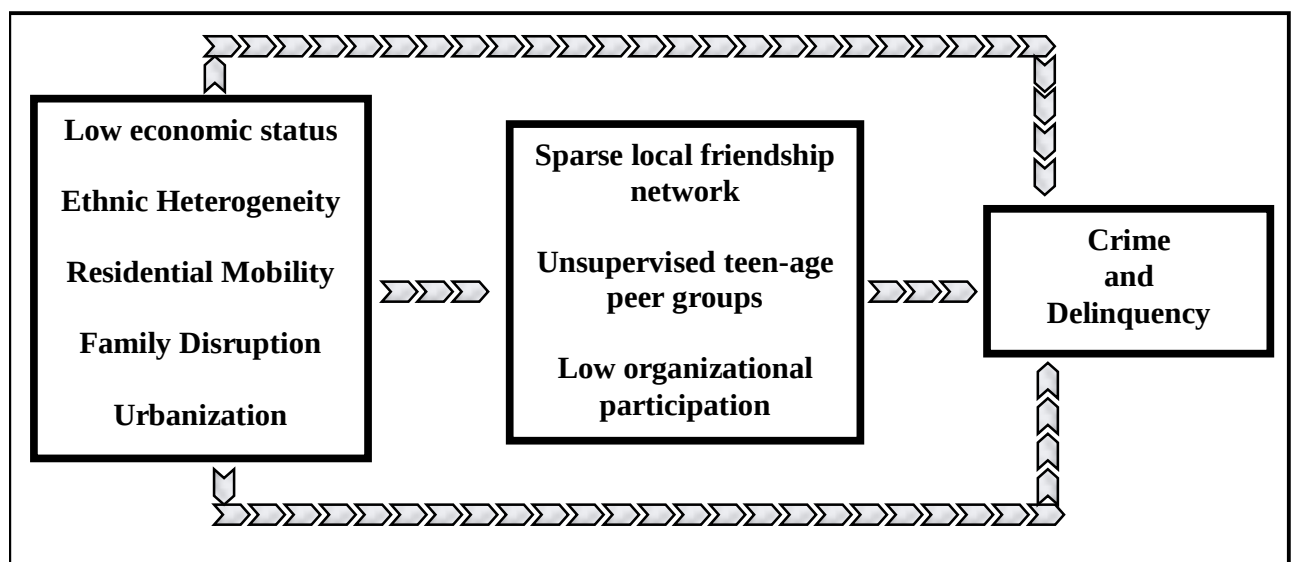
urbanização rápido e desordenado (que, por meio do adensamento populacional de certas áreas, enfraqueceria a formação de laços sociais entre os moradores, criando comunidades pouco coesas e sem compromissos com valores e metas comuns. Nas palavras de Sampson e Groves (1989):

“In a recent contribution to this journal, Sampson argued that marital and family disruption may decrease informal social controls at the community level. The basic thesis was that two-parent households provide increased supervision and guardianship not only for their own children and household property, but also for general activities in the community. From this perspective, the supervision of peer-group and gang activity is not simply dependent on one child’s family, but on a network of collective family control (Thrasher, 1963). In support of this theoretical model, Sampson (1987) showed that macro-level family disruption had large direct effects on rates of juvenile crime (...)

Although Shaw and McKay (1942) were primarily concerned with intracity patterns of delinquency, their theoretical framework is consistent with the idea that urban communities have a decreased capacity for social control, compared with suburban and rural areas. In particular, urbanization may weaken local kinship and friendship networks and impede social participation in local affairs.” (SAMPSON & GROVES, 1989)

Em termos esquemáticos, o modelo proposto por Sampson e Groves pode ser graficamente representado da seguinte forma:

Figura II – Representação Gráfica do Modelo de Sampson e Groves (1989)



Fonte: Sampson & Groves, 1989

Neste ponto, torna-se importante observar que o modelo de Sampson e Groves confere grande destaque para o problema da pouca supervisão sobre os grupos de jovens. Ainda que de maneira tímida, trata-se de uma tentativa de especificar melhor os mecanismos sociais e estruturais através dos quais comunidades marcadas por forte concentração de desvantagens constituem um ambiente propício para o surgimento de gangues ou grupos de jovens envolvidos com práticas de violência e conflitos territorializados.

Da teoria de Sampson e Groves, infere-se que, em territórios caracterizados por baixo status socioeconômico, alta rotatividade residencial, famílias desestruturadas e heterogeneidade populacional, esgarçam-se os mecanismos formais e informais de controle social, criando um contexto propício ao surgimento de gangues ou grupos de jovens delinquentes. Em termos estruturais, o ambiente hostil fomenta o surgimento de formas associativas diferenciais (gangues ou grupos de jovens delinquentes) com o intuito de obtenção de vantagens competitivas para seus membros; em termos sociais, a pouca capacidade de autorregulação das comunidades assegura as condições ideais para que tais formas associativas se desenvolvam e assumam características mais violentas.

2.2.1.4. Eficácia Coletiva

Durante a década de 1990, diversos estudos se dedicaram a esclarecer melhor as dinâmicas estruturais e sociais que mediavam as relações entre espaço urbano e criminalidade violenta, especialmente em comunidades caracterizadas por alta concentração de desvantagens. A partir de um grande estudo realizado na cidade de Chicago em 1995, Sampson, Raundenbush e Earls (1997), por exemplo, defendem a hipótese de que a grande concentração de crimes em determinadas áreas da cidade não podia ser diretamente atribuída a características estruturais destas comunidades, como baixo status socioeconômico, deterioração física do ambiente, altas taxas de rotatividade residencial e heterogeneidade populacional. Segundo os autores, todas estas dimensões estruturais impactavam negativamente mecanismos internos de coesão social e associativismo das comunidades e, conseqüentemente, reduziam sensivelmente a predisposição dos moradores em atuar em prol do bem comum.

De acordo com a abordagem proposta por Sampson e colegas, comunidades marcadas por alta concentração de desvantagens estruturais, baixos níveis de coesão social e associativismo tornavam-se pouco eficazes no exercício dos mecanismos informais de controle social interno, desarticuladas quando precisavam resolver seus próprios problemas

e pouco capazes de mobilizar recursos externos (públicos ou privados) para o atendimento de demandas locais, entre elas o controle da violência e da criminalidade (SAMPSON *et al.*, 1997). A partir deste constructo, os autores argumentam que, em grande parte, os diferentes níveis de criminalidade violenta observados nas regiões de Chicago podiam ser explicados pelos variados níveis de “Eficácia Coletiva” destas comunidades.

Cabe observar que, assim como foi feito por Shaw e McKay (1942), Bursik e Grasmick (1993) e vários outros, Sampson, Raundenbush e Earls também desenvolvem uma teoria que trabalha em termos sistêmicos. Ou seja, a comunidade e a vizinhança continuam a ser vistas como um intrincado sistema de amizades, afinidades e redes de associação baseadas em instituições como famílias e outras instâncias comunitárias. Nenhuma proposição é feita de modo a levar em consideração apenas o indivíduo. As análises e proposições são feitas a partir das características do sistema social, nunca do indivíduo.

Seguindo esta linha de raciocínio, Sampson e colegas argumentam que, empiricamente, a organização social de uma comunidade pode ser mensurada em termos da interdependência sistêmica que as mais diversas instituições sociais (tanto as informais, como a família e as redes de amizades; quanto as formais, como associações comunitárias, escolas e igrejas) estabelecem entre si, dentro de uma determinada vizinhança. Uma comunidade organizada seria, portanto, aquela na qual a população consegue estabelecer um alto nível de coesão social e confiança mútua e, conseqüentemente, exercer um controle social efetivo sobre seus membros (ou seja, uma comunidade que possui um alto grau de “Eficácia Coletiva”). Tal eficácia propiciaria a estas comunidades a capacidade de supervisionar as atividades de seus jovens, controlando a formação de grupos delinquentes ou gangues. E, uma vez que o fenômeno da violência manifesta-se principalmente através de dinâmicas grupais juvenis, a capacidade que uma comunidade tem de controlar as atividades coletivas que se desenvolvem dentro dela torna-se um elemento chave para o controle do crime e da delinquência (THRASHER, 1927; SHAW & MCKAY, 1942; SHORT & STRODBECK, 1965; REISS, 1986).

Enquanto teorias anteriores defendiam a idéia de que o surgimento do crime e da delinquência em algumas vizinhanças podia ser diretamente atribuído à concentração de desvantagens estruturais e sociais, Sampson e colegas propõem a idéia de que as diferentes taxas de crime podiam ser explicadas pelas diferentes capacidades que as comunidades têm de conceber valores comuns (como a vontade de viver em uma comunidade livre de crimes), de exercer um controle social efetivo sobre seus membros (através de mecanismos informais

e também através da utilização de instituições externas como a polícia) e de solucionar internamente seus próprios problemas. A discrepância nas taxas de violência e criminalidade podiam ser atribuídas aos diferentes graus de “Eficácia Coletiva” das comunidades (SAMPSON *et al.*, 1997).

Portanto, o conceito de “Eficácia Coletiva” remete a aspectos fundamentais do associativismo comunitário como, por exemplo, a confiança mútua entre os moradores, a adesão a valores comuns, o estabelecimento de redes de afinidades e amizades e a participação voluntária em associações comunitárias e entidades que visam à melhoria da vizinhança e o bem estar comum. Todos estes aspectos, que podem muito bem ser entendidos como Coesão Social²⁵, fortalecem a disposição comunitária para supervisionar o comportamento mútuo e, mais do que isso, de intervir em prol do bem comum.

Ainda que o estabelecimento de laços sociais primários entre os membros de uma comunidade seja extremamente importante, a predisposição dos moradores em efetivamente intervir em prol do bem comum depende, em grande parte, das condições de confiança mútua e das expectativas compartilhadas entre os residentes. É importante levar estas dimensões simbólicas em consideração porque a teoria trabalha com o pressuposto de que ninguém se mostra disposto a intervir em um contexto comunitário onde as regras não são claras, onde existe uma sensação forte de medo e as pessoas não confiam umas nas outras (SAMPSON *et al.*, 2002). Nas palavras de Sampson e colegas:

“We propose that the differential ability of neighborhoods to realize the common values of residents and maintain effective social controls is a major source of neighborhood variation in violence. Although social control is often a response to deviant behavior, it should not be equated with formal regulation or forced conformity by institutions such as the police and courts. Rather, social control refers generally to the capacity of a group to regulate its members according to desired principles – to realize collective, as opposed to forced, goals. One central goal is the desire of community residents to live in safe and orderly environments that are free of predatory crime, especially interpersonal violence. (...) In contrast to formally or externally induced actions (for example, a police crackdown), we focus on the effectiveness of informal mechanisms by which residents themselves achieve public order. Examples of informal social control include the monitoring of spontaneous play groups among children, a willingness to intervene to prevent acts such as truancy and street-corner ‘hanging’ by teenage peer groups, and the confrontation of persons who are exploiting or disturbing public spaces. (...)”

²⁵ Sampson, Raundenbush e Earls definem “coesão social” como sendo a capacidade que os moradores de uma comunidade têm de estabelecer uma gama de valores comuns e de se orientar segundo eles.

At the neighborhood level, the willingness of local residents to intervene for the common good depends in large part on conditions of mutual trust and solidarity among neighbors. Indeed, one is unlikely to intervene in a neighborhood context in which the rules are unclear and people mistrust or fear one another. It follows that socially cohesive neighborhoods will prove the most fertile contexts for the realization of informal social control. In sum, it is the linkage of mutual trust and the willingness to intervene for the common good that defines the neighborhood context of collective efficacy. Just as individuals vary in their capacity for efficacious action, so too do neighborhoods vary in their capacity to achieve common goals". (SAMPSON *et al.*, 1997)

Neste ponto, cabe pontuar que grande parte das teorias derivadas da proposição original da “Desorganização Social” sempre tratou a comunidade como uma rede de sociabilidade primária, ou seja, um complexo sistema de relações no qual a maioria das pessoas se conhece pessoalmente, com interações face a face e relações pessoais. No entanto, o crescimento das cidades e os intensos processos de urbanização tornaram este tipo de sociabilidade cada vez mais difícil de ser observada. Sampson *et al.* (1997,1999), por sua vez, trabalham com a idéia de que as pessoas não precisam se conhecer pessoalmente, nem necessariamente desenvolver redes de sociabilidade primária para formarem uma comunidade socialmente coesa e organizada. Basta a elas compartilhar da mesma gama de valores (querer viver em uma vizinhança livre de crimes, por exemplo), confiar umas nas outras e dividir a expectativa de que todos devem intervir em prol do bem comum e ajudar a manter o controle social. A “eficácia”, no caso, refere-se à capacidade que uma comunidade tem de realizar tarefas comuns como, por exemplo, manter a ordem social e controlar o comportamento de seus membros.

Vista desta forma, a “Eficácia Coletiva” se torna uma construção teórica melhor adaptada à realidade urbana atual, uma vez que enfatiza a importância das expectativas compartilhadas e do engajamento da comunidade em torno de determinadas tarefas como, por exemplo, manter a comunidade livre do crime e da delinquência. Além disso, a teoria também ressalta o importante papel que as organizações e instituições comunitárias desempenham no combate ao crime e à violência. São estas instituições que exercem boa parte do controle social interno e representam a comunidade externamente, exercendo pressão política para que instituições governamentais já presentes cumpram seu papel com mais eficiência e para que novos recursos públicos sejam obtidos pela comunidade. Nas palavras de Morenoff e colegas:

“Communities can exhibit intense private ties (among friends, kin), and perhaps even shared expectations for control, yet still lack the institutional capacity to achieve social control (Hunter, 1985). The institutional component of social capital is the resource stock of neighborhood organizations and their linkages with other organizations. Similar to the idea of ‘bridging’ social capital, Bursik and Grasmick (1993) also highlight the importance of public control, defined as the capacity of community organizations to obtain extralocal resources (police protection; block grants; health services) that help sustain neighborhood stability and control. It may be that high levels of collective efficacy come about because of such controls, such as strong institutional presence and intensity of voluntary associations”. (MORENOFF *et al.*, 2001)

Em certo sentido, é possível observar que os conceitos de “Coesão Social” e “Eficácia Coletiva” possuem interfaces com a idéia de “Capital Social” (COLEMAN, 1990; PUTNAM, 1993; BURSIK, 1986). Principalmente quando tratam de aspectos da organização comunitária (como confiança mútua entre os indivíduos, expectativas compartilhadas, estabelecimento e manutenção de laços sociais, fortalecimento das instâncias de associativismo e representatividade) que facilitam a coordenação e a cooperação entre os indivíduos, dentro de um determinado sistema (comunidade), para a produção de benefícios mútuos.

Essas dimensões se tornam importantes na medida em que diversos estudos recentes vêm demonstrando que, em contextos urbanos, onde as redes primárias de sociabilidade se tornam mais esparsas, os sentimentos de confiança mútua, apego a valores comuns e expectativas compartilhadas podem fazer a diferença entre a simples “coesão social” e a “eficácia coletiva”. Com base em um survey feito na cidade de Belo Horizonte, Villarreal e Silva (2006), por exemplo, demonstram que muitas comunidades marcadas por concentração de desvantagens possuem altos níveis de coesão social (fortes redes primárias de sociabilidade) sem, no entanto, conseguir fazer com que essa característica se reverta em eficácia coletiva (coordenação e cooperação entre indivíduos para a produção de benefícios mútuos). Os autores atribuem essa aparente contradição à característica peculiar do processo de urbanização brasileiro, marcado por um momento inicial de forte solidariedade entre os indivíduos para ocupação irregular dos territórios, mas de baixíssimo potencial de mobilização de recursos externos, uma vez consolidada a posse dos territórios (VILLARREAL & SILVA, 2006).

O mesmo panorama foi observado na Colômbia por Cerdá e colegas (s/d), a partir do cruzamento de dados censitários, surveys de vitimização e registros governamentais e policiais. Segundo os autores, as comunidades pobres e violentas da periferia de Medellín

possuem níveis bastante altos de coesão social, sem que isso necessariamente se converta em eficácia coletiva. Os laços primários entre os moradores são fortes, mas isso não parece ser suficiente para que existam altos níveis de confiança mútua e expectativas compartilhadas, com o consequente engajamento em uma ação coletiva capaz de mobilizar recursos externos para enfrentamento da violência (CERDÁ *et al.*, S/D).

Maimon & Browning (2010), por sua vez, se apropriam da base conceitual da “Eficácia Coletiva” e, utilizando dados do *Project on Human Development in Chicago Neighborhoods Community Survey* (PHDCN), testam três diferentes aspectos da relação ente configuração socioespacial e criminalidade violenta: (1) o quanto as características sociais e estruturais de determinadas vizinhanças favorecem o desenvolvimento de formas de socialização sem supervisão entre grupos de adolescentes; (2) qual o tamanho do impacto que o desenvolvimento destas formas de socialização projeta sobre os índices de criminalidade violenta destas comunidades; (3) como os diferentes níveis de eficácia coletiva das comunidades impactam as práticas de criminalidade violenta relacionadas aos jovens envolvidos em atividades de socialização sem supervisão.

Contrariando parte das expectativas teóricas, os dados trabalhados pelos autores sugerem que a forte concentração de desvantagens em determinadas comunidades possui um efeito razoavelmente pequeno sobre os indicadores de jovens envolvidos em processos de socialização sem supervisão. As variáveis que mais explicaram a variação deste indicador foram os diferentes níveis de coesão social e eficácia coletiva nas comunidades. No entanto, nem mesmo este efeito se mostrou uniforme entre as localidades pesquisadas. Enquanto em alguns locais os níveis de coesão social e eficácia coletiva mantiveram relação negativa com o indicador de jovens envolvidos em processos de socialização sem supervisão (seguindo a direção teórica esperada), em outras áreas, essa relação foi positiva. Isso indica que pode haver alguma outra dimensão não identificada atuando como interveniente neste processo (MAIMON & BROWNING, 2010).

Por outro lado, as duas outras dimensões mensuradas seguiram de maneira uniforme a direção teoricamente prevista. Altos índices de adolescentes envolvidos em processos de socialização sem supervisão explicam grande parte da variação dos indicadores de violência das comunidades estudadas. Além disso, maiores índices de coesão social e eficácia coletiva também impactam negativamente os indicadores de violência decorrentes destes processos de socialização sem supervisão (MAIMON & BROWNING, 2010).

As dimensões avaliadas por Maimon e Browning são de grande importância para a compreensão da violência ligada à atuação grupos de jovens delinquentes ou gangues, uma vez que permitem acessar, de forma bastante empírica, os principais vetores sociais e estruturais que atuam sobre o fenômeno, em comunidades pobres das grandes cidades: por um lado, permitem inferir o quanto processos de deterioração ambiental, baixa consolidação normativa e forte concentração socioespacial de desvantagens criam um ambiente razoavelmente propício para o surgimento de formas associativas diferenciais como, por exemplo, as gangues; por outro lado, indicam que, para além dos problemas estruturais, são os baixos níveis de coesão social e eficácia coletiva que permitem a tais formas associativas desenvolver suas potencialidades violentas (MAIMON & BROWNING, 2010).

Em suma, o que se infere a partir da pesquisa de Maimon e Browning é que a existência de um ambiente hostil (deterioração física do espaço urbano, baixo status socioeconômico, presença precária do Estado e dos serviços públicos e escassez de recursos materiais e simbólicos) cria um ambiente favorável para que jovens se engajem em processos de socialização sem supervisão. Em alguns casos, estes processos de socialização acabam evoluindo para a formação de estruturas associativas diferenciais, como gangues ou grupos delinquentes, que têm como principal objetivo propiciar aos seus membros uma série de vantagens competitivas dentro deste ambiente hostil e de recursos escassos.

Por outro lado, Maimon e Browning também demonstram que, mesmo em comunidades onde o contexto é propício para o surgimento de gangues ou grupos delinquentes, são os baixos níveis de coesão social e eficácia coletiva que criam o cenário ideal para que tais associações desenvolvam suas práticas de violência em toda a sua potencialidade. Prova disso é que, quando se comparam comunidades com padrões semelhantes de concentração de desvantagens, a variação entre os indicadores de “socialização juvenil sem supervisão” e de “criminalidade violenta” é explicada pelos diferentes níveis de coesão social e eficácia coletiva (MAIMON & BROWNING, 2010).

2.2.1.5. Organizações Sociais Perversas

A partir de uma grande variedade de estudos realizados junto a grupos de jovens delinquentes na América Latina, autores como Savenije e colegas (2007), Moser e McIlwaine (2005) conduzem outro programa de pesquisas que relaciona o surgimento de gangues e criminalidade violenta a dimensões de exclusão social. Em termos gerais, trata-se de uma abordagem sistêmica do fenômeno, bastante semelhante à linha adotada pelos

teóricos da “desorganização social” e da “eficácia coletiva”. Nela, as comunidades são vistas como complexas redes de relações, afetos, representações simbólicas e estruturas associativas/organizacionais que se articulam dentro de determinados espaços, caracterizadas por diferentes condições estruturais.

Em territórios marcados por forte concentração de desvantagens, tomam curso processos de exclusão social²⁶ que operam através de três âmbitos (SAVENIJE *et al.*, 2007):

- (1) **Privação Sociocultural:** se refere à falta de bens socioculturais como educação e saúde e todo tipo de espaços para recreação, incluindo a negação da identidade social e cultural própria. A negação desses elementos dificulta o desenvolvimento de habilidades e destrezas em âmbitos como a educação, a cultura e esportes;
- (2) **Privação de bens econômicos:** implica, entre outros, o difícil acesso e participação aos sistemas produtivos e aos modos de intercâmbios mercantis e financeiros. Esse nível de exclusão não está relacionado apenas à dificuldade de ingresso no mercado de trabalho, à insegurança no emprego e o próprio desemprego; mas relaciona-se também à grande dificuldade de aprendizagem de habilidades necessárias para inserção no sistema produtivo.
- (3) **Privação Política:** alude à falta de exercício pleno dos direitos civis, políticos e humanos. Isso fica evidente na dificuldade que camadas significativas da população enfrentam para melhorar sua qualidade de vida e/ou fazer valer seus interesses sociais e econômicos. Devido à ausência de participação política, à escassa representatividade e à falta de influência nas decisões que afetam a vida cotidiana das pessoas, as camadas politicamente excluídas encontram-se à mercê dos interesses de outros grupos.

Por sua vez, estas dinâmicas de exclusão social operacionalizam práticas de violência e criminalidade a partir de três dimensões (SAVENIJE & EEKHOFF, 2003; SAVENIJE *et al.*, 2007; MOSER & MCILWAINE, 2000; 2001):

²⁶ O conceito de exclusão social reflete a interação de uma pluralidade de situações, acontecimentos e procedimentos que afetam aos indivíduos e grupos, impedindo-lhes o acesso a níveis decentes de qualidade de vida. A exclusão social pode ser entendida como processos mediante os quais os indivíduos ou os grupos são total ou parcialmente excluídos de uma participação plena na sociedade em que vivem, vendo-se privados de uma ou de várias opções consideradas fundamentais para que cada pessoa possa desenvolver-se de maneira plena. Em outras palavras, a exclusão social, em geral, bloqueia em menor ou maior medida o desenvolvimento humano (SAVENIJE *et al.*, 2007).

- (1) **Frustração:** sensação gerada a partir das condições precárias encontradas pelas comunidades em seus locais de moradia. As comunidades marcadas por características de exclusão social são assoladas pela pobreza, racionamento de recursos, dificuldade de acesso a serviços de saneamento, e outras benfeitorias básicas. A frustração que essa realidade provoca nos moradores locais só pode ser medida através dos pequenos detalhes da vida cotidiana, como a falta de dinheiro para a compra de alimentos, falta de privacidade nas residências, construção de instalações sanitárias precárias. Tudo isso converge para uma sensação de impotência que se manifesta na incapacidade de superar essas condições de pobreza e de exclusão. A violência pode se inserir nesse contexto como uma espécie de resposta ou um revide a todas as pequenas frustrações cotidianas;
- (2) **Banalização/normalização do uso da violência:** esta dimensão se refere a uma atmosfera constante de atos e ameaças de violência nas relações cotidianas mantidas entre vizinhos, jovens, filhos, pais e entre os moradores de uma comunidade. Sua manifestação é tão cotidiana que nada parece questioná-la. A banalização ou normalização da violência ocorre quando há o recurso frequente a práticas violentas enquanto instrumento de resolução dos conflitos comunitários e familiares cotidianos;
- (3) **Organizações Sociais Perversas:** são entendidas como grupos cuja atividade principal busca o benefício de seus próprios membros, freqüentemente prejudicando a comunidade ou a sociedade em geral, ao invés de buscar a melhoria das condições de vida das localidades nas quais se encontram inseridas. Talvez o exemplo mais expressivo desse tipo de grupo sejam as gangues juvenis, freqüentemente envolvidas com venda de drogas, imposição de domínio territorial armado e uma grande diversidade de outras modalidades criminosas. A presença dessas organizações em bairros marcados por forte exclusão social tende a dividir a comunidade em esferas de influência e poderes, o que também prejudica sensivelmente dimensões de associativismo e a participação dos moradores em atividades comunitárias. Tais grupos derivam seu poder de sua disposição para utilizar a violência, das constantes ameaças que fazem aos demais membros da comunidade e da grande quantidade de armas de fogo que possuem.

Como foi dito anteriormente, a idéia que sustenta a noção de “organizações sociais perversas” é a de que as comunidades são complexas redes relacionais, dentro das quais se articulam diversos fluxos de ação, interesses, afetos, associativismo, competição, representações simbólicas e estruturas normativas. Dentro desta lógica, infere-se que alguns contextos locais oferecem condições mais ou menos propícias para o surgimento e o desenvolvimento de estruturas associativas que atendem quase que exclusivamente ao interesse competitivo de seus membros. Assim como diversos autores trabalham com a idéia de que as práticas associativas e colaborativas podem dotar determinadas comunidades com altos níveis de “capital social positivo” (COLEMAN, 1990; PUTNAM, 1993; BURSIK, 1986), outros estudos “invertem o sinal” desta equação, argumentando que determinadas práticas associativas podem gerar “organizações sociais perversas”, que acarretam para a comunidade altos níveis de capital social perverso ou negativo (SAVENIJE & EEKHOFF, 2003; SAVENIJE *et al.*, 2007; MOSER & MCILWAINE, 2000; 2001).

Dentro de ambientes marcados por forte concentração de desvantagens estruturais, recursos escassos, exclusão social, presença precária do Estado e baixa consolidação normativa, o surgimento e a atuação de “organizações sociais perversas” dividem as comunidades em esferas de influência, diminuindo os níveis de controle social informal, bem como a confiança mútua necessária ao desenvolvimento de capital social, principalmente no que diz respeito à capacidade de mobilizar recursos externos de segurança pública. Talvez essa leitura explique por que algumas comunidades pobres se mostram bastante eficazes na obtenção de melhorias estruturais para suas localidades (como saneamento, pavimentação de ruas e outros serviços básicos), mas pouco mobilizadas ou efetivas quando se tratam de práticas locais de violência e criminalidade (VILLAREAL & SILVA, 2006).

“En vez de auto percibirse como actores con sus propios derechos y además con el derecho e interés de cuidar lo común, los residentes se ven como potenciales víctimas de actores más poderosos que ellos. El actuar de la junta directiva se ve disminuido, y la gente se encierra para evitar cualquier da—o que le pueda ocurrir. En otras palabras, la capacidad de proteger el ambiente en la comunidad se atenúa considerablemente, a veces hasta el punto de desaparecer. De hecho, las juntas directivas en las cinco comunidades raras veces consideran que pueden tomar cartas en el asunto. Las iniciativas de las juntas se ven restringidas a actividades vinculadas a aspectos concernientes principalmente a los servicios básicos, legalización del terreno, educación, camp—as de salud, etc. Pero en la medida en que los problemas de violencia adquieren mayor protagonismo en la cotidianidad de los habitantes, la junta directiva pierde cada vez más espacio.” (SAVEJIJE & EEKHOFF, 2003)

Em termos práticos, uma comunidade só consegue exercer controle social informal se houver um ambiente de confiança mútua, sensação de pertencimento, e a crença coletiva de que todos possuem o dever de agir em prol do bem comum, diante de um fato ou situação que contrarie o padrão normativo localmente estabelecido. Além disso, há de existir um respaldo mútuo entre moradores, instituições locais e autoridades externas (como a polícia, por exemplo) para que este controle seja efetivo. Sem essas condições, a comunidade se fragmenta em múltiplas instâncias de influência, os moradores se sentem ilhados e acabam tendo que lidar de maneira isolada e impotente com diversos tipos de “organizações sociais perversas”, entre elas os grupos de jovens envolvidos com práticas violentas e/ou criminosas e conflitos territorializados (SAVENIJE & EEKHOFF, 2003; SAVENIJE *et al.*, 2007).

“Esto puede dejar abierta la puerta a otras dinámicas sociales que perjudican más a las comunidades. Es posible hablar de un control social perverso, bajo el cual las autoridades locales efectivas están representadas por la organización social perversa: los vendedores de drogas y las pandillas juveniles. Ellos sí manejan un control social fuerte, en orden a proteger sus propios asuntos y negocios. En una situación donde las autoridades de fuera de la comunidad no gozan de mucha confianza y a veces hasta son percibidos como vinculados a las organizaciones perversas, la base del funcionamiento del control social en la comunidad se vuelve tierra estéril. Los vecinos tal vez están de acuerdo en la necesidad de cuidar el ambiente de la comunidad, pero sin el respaldo de las autoridades, el control social no puede más que debilitarse, llegando a niveles muy bajos.” (SAVENIJE & EEKHOFF, 2003)

De maneira geral, o que estas abordagens teóricas tentam explicar é como determinados contextos ambientais marcados por alta concentração de desvantagens, exclusão e segregação socioespacial, presença precária do Estado e baixa consolidação normativa criam condições extremamente propícias para o surgimento de formas associativas diferenciais ou organizações sociais perversas, entre elas as gangues ou grupos de jovens envolvidos em práticas violentas e/ou criminosas e conflitos territorializados. O que se extrai desta leitura é que as gangues representam uma resposta associativa diferencial que alguns jovens oferecem à hostilidade do ambiente que os cerca, na tentativa de obter vantagens competitivas na disputa pelos recursos locais (materiais e simbólicos).

Justamente por isso, a forma como as gangues se estruturam, suas motivações, seus modos de atuação, seus maiores ou menores graus de envolvimento com dinâmicas criminais, seus níveis de coesão interna e seus conflitos sempre dialogam de maneira bastante próxima com as características dos ambientes nos quais elas se encontram inseridas (SPERGEL, 1992; HAGEDORN, 2005).

2.2.2. Gangues: Morfologias, Estruturas, Funções e Aspectos Simbólicos

Paralelamente aos estudos que se propõem a compreender como determinadas condições socioestruturais se relacionam com o surgimento das gangues, existe outra frente de pesquisas dedicada a investigar melhor as características assumidas por estes grupos. Podem ser enquadrados nesta categoria diversos estudos voltados para a análise dos principais aspectos morfológicos das gangues, suas estruturas, hierarquias, funções e práticas criminais, bem como seus aspectos simbólicos e culturais. Conforme mencionado anteriormente, trata-se de uma frente de investigação extremamente sinuosa e controversa, uma vez que o fenômeno das gangues e as práticas de violência e criminalidade vinculadas a elas assumem características bastante diferentes ao redor do mundo, gerando dúvidas até mesmo sobre quais seriam, de fato, as delimitações do objeto a ser estudado (ESBENSEN *et al.*, 2001).

Ainda que se corra o risco de soar um tanto quanto esquemático, pode-se dizer que os estudos dedicados em compreender o fenômeno das gangues propriamente dito gravitam ao redor de basicamente cinco eixos analíticos: (1) problemas de definição; (2) processos de aprendizado social/criminal ligado aos grupos de pares; (3) aspectos simbólicos/subculturais das gangues; (4) conflitos; (5) estruturação de atividades criminosas. Para os fins deste estudo, torna-se interessante discutir algumas destas abordagens, até mesmo para instrumentalizar melhor a análise que se pretende fazer sobre o fenômeno das gangues na região metropolitana de Belo Horizonte e possibilitar seu diálogo com outras pesquisas.

2.2.2.1. Definições

Desde o início do século XX, a sociologia vem tentando, sem sucesso, estabelecer uma definição precisa e universalmente aceita para o fenômeno das gangues. Em que pese a grande dificuldade de se estudar um problema para o qual não existe sequer uma definição consolidada, pode-se dizer que a falta de consenso em torno do termo “gangues” talvez constitua a maior prova de sua complexidade enquanto fenômeno social. Daí que a grande maioria dos estudos preocupados em definir melhor este objeto opte por elencar suas características estruturais mais gerais, em detrimento de aspectos específicos (ESBENSEN *et al.*, 2001).

Um dos primeiros estudos a propor uma definição mais sistemática para o fenômeno das gangues foi feito por Frederic Thrasher, em seu estudo pioneiro sobre os grupos delinquentes da cidade de Chicago na década de 1920. Após longo período de pesquisa, ele

identificou seis características básicas que, segundo ele, podiam ser observadas em praticamente todas as gangues dos quais se tinha notícia: (1) origem espontânea; (2) integrantes mantêm relações face-a-face; (3) um senso de organização, solidariedade e moral; (4) tendência a se mover em determinados espaços a procura de conflitos que, por sua vez, possuem a função de aumentar os níveis de coesão entre os integrantes do grupo; (5) desenvolvimento de um “espírito de corpo” e de uma narrativa comum sobre a história do grupo; (6) propensão a se vincular a um território geográfico definido, com a predisposição de manter este vínculo por meio do uso da força, se necessário (THRASHER, 1927). A partir destas características, Thrasher derivou a seguinte definição para o fenômeno das gangues:

“The gang is an interstitial group originally formed spontaneously, and then integrated through conflict. It is characterized by the following types of behavior: meeting face to face, milling, movement through space as a unit, conflict, and planning. The result of this collective behavior is the development of tradition, unreflective internal structure, *esprit de corps*, solidarity, morale, group awareness, and attachment to a local territory.” (THRASHER, 1927)

Profundamente influente até hoje, a definição proposta por Thrasher guarda uma peculiaridade interessante: não aponta o envolvimento destes grupos com práticas de criminalidade como sendo um eixo estruturador do problema. Já na época, este aspecto foi observado por diversos pesquisadores da área e abriu aquele que talvez seja o maior dissenso entre os estudos que se propõem a delimitar de maneira mais precisa o fenômeno das gangues. Condicionar ou não a própria definição destes grupos ao seu envolvimento com práticas criminosas e/ou violentas passou a ser o grande ponto de discórdia entre pesquisadores da área, com argumentos pertinentes sendo apresentados por ambas as partes (KLEIN, 1995; BALL & CURRY, 1995).

Morash (1983), por exemplo, ressalta que a definição de gangues não pode ser vinculada à prática de crimes, uma vez que o cometimento de atos delinquentes constitui um aspecto residual entre o vasto leque de atividades desempenhadas pelos grupos. Em sua definição, a autora opta por ressaltar aspectos mais ligados à coesão entre os membros do grupo, bem como à sua identidade coletiva. Nesse sentido, Morash aponta sete características fundamentais a serem observadas: (1) ter um local definido para encontros regulares fora de casa; (2) integrantes pertencem aos grupos por muitos anos; (3) o grupo normalmente é encontrado no mesmo lugar; (4) os integrantes são oriundos de pequenas

vizinhanças; (5) o grupo possui um nome; (6) o grupo mantém relações regulares com outros grupos semelhantes; (7) os membros do grupo normalmente se envolvem em atividades conjuntas de lazer.

Em diversos autores, a opção por não utilizar a variável “envolvimento com crimes” como critério para definição de gangues deriva da preocupação em não incorrer em uma proposição tautológica. De acordo com esta abordagem, as práticas de violência ou o envolvimento com crimes seriam apenas um dos muitos resultados possíveis dos processos associativos mantidos pelos jovens e não o eixo central em torno do qual o grupo se estrutura. Além disso, esses autores defendem o argumento de que se a variável “envolvimento com crimes” for incorporada à própria definição de gangues, torna-se virtualmente impossível estudar as práticas criminais decorrentes justamente do envolvimento com gangues (BURSIK & GRASMICK, 1993; MILLER, 1981; MORASH, 1983; SHORT *et al.*, 1965).

Essa opção teórica, no entanto, é fortemente rechaçada por diversos autores, que enxergam nas práticas violentas e/ou criminosas um importante elemento de coesão grupal, bem como a principal característica que separa as gangues dos demais tipos de formas associativas. Em seus estudos sobre gangues de Chicago, Jansyn (1966), por exemplo, identifica uma estreita correlação entre a intensidade das práticas criminais desenvolvidas pelo grupo e seus níveis de coesão interna. Knox (2000), por sua vez, argumenta que a adesão pública e sistemática a práticas de violência e/ou criminalidade é justamente o elemento que separa as gangues de outros tipos de formação social.

“Crime involvement of a group must not therefore be a sub rosa function, about which few of the members have knowledge, if we are to consider the group a gang. Members of many legitimate voluntary associations and civic groups are sometimes arrested for a variety of offenses. But there are not offenses committed on behalf of their group; these are not offenses even necessarily know to their full social network; these are not offenses condoned and approved of in advance by their organization, or which enjoy their acceptance or blessing. To be considered a gang, the criminal involvement of members must be openly know and approved of as such.” (KNOX, 2000)

Na mesma linha, Klein (1995) argumenta que as gangues se diferem de outras formas associativas juvenis justamente pela “orientação criminosa” abertamente compartilhada entre seus integrantes. O compartilhamento simbólico de uma identidade grupal delinquente seria, inclusive, o mecanismo que tornaria possível. Aos próprios membros de gangue se

reconhecer e serem reconhecidos enquanto tais (KLEIN, 1995). O mesmo argumento é compartilhado por Curry e Decker (2003), que também afirmam que, sem o marco divisório da variável “envolvimento sistemático com práticas violentas e/ou criminais”, as gangues se assemelham a qualquer outra forma associativa juvenil, desde fraternidades universitárias, até turmas de escola.

No Brasil, mais especificamente em Brasília, Abramovay e colegas (1999) tentam superar esta divergência por meio da criação de um conceito mais abrangente, talvez melhor adaptado à realidade nacional: “grupos mais ou menos estruturados que desenvolvem desde atividades lúdicas até atos de delinquência, cujos membros mantêm relações de solidariedade à base de uma identidade – ainda que incipiente – compartilhada”. Segundo os autores, o conceito prioriza aspectos inerentes à identidade (individual e grupal), às atividades (lúdicas e ilícitas) e à característica de coesão do grupo (ABRAMOVAY *et al.*, 1999).

Ainda no que diz respeito aos grupos de Brasília, Andrade (2007), por sua vez, também ressalta aspectos relativos à coesão dos grupos, argumentando, inclusive, que os jovens se associam em gangues muito mais em função do compartilhamento de identidades territoriais do que propriamente em função das práticas de violência e criminalidade: Segundo a autora, as gangues seriam “turmas de jovens com estrutura relativamente territorializada reunidas em torno de interesses geralmente alheios à violência, mas que, além de não estarem livres de praticar atividades ilícitas e atos violentos, costumam manter rivalidades com outros grupos” (ANDRADE, 2007).

Já no Rio de Janeiro, fundamentada no fenômeno observado nas favelas da capital fluminense, Zaluar (1997) endossa a necessidade de se levar em consideração questões relacionadas à identidade grupal compartilhada, mas reforça a importância de compreender o problema das gangues a partir de sua estrutura organizacional, seu caráter territorial, suas rivalidades com outros grupos e seu envolvimento sistemático com práticas de violência e criminalidade. Segundo a autora, as gangues seriam “organizações com chefia instituída, regras explicitadas, rituais iniciáticos, com estreita relação com os bairros e atividades ilícitas” (ZALUAR, 1997).

Como se observa, existe um longo e acirrado debate sobre quais elementos (estruturais, organizacionais, simbólicos, criminais, etc) deveriam integrar uma definição universalmente aceita do fenômeno das gangues. De maneira geral, apenas quatro elementos parecem fazer parte do consenso mínimo obtido entre os estudiosos do tema: (1) as gangues

são um fenômeno grupal jovem; (2) existe sempre algum nível de compartilhamento identitário entre seus membros; (3) a noção (física e simbólica) de território é um importante elemento identitário do grupo; (4) possuem algum grau de envolvimento com atividades violentas e/ou criminosas, ainda que exista uma profunda discordância sobre a intensidade e a centralidade desta relação para a estruturação dos grupos (KLEIN, 1995; CURRY & DECKER, 2003).

Mas mesmo a concordância em torno destes quatro eixos não se dá de maneira uniforme. Os estudos analisados até aqui deixam claro que existem dissensos profundos a respeito dos diferentes níveis de importância que cada um destes elementos possui para a definição do fenômeno das gangues. Como bem definem Esbensen e colegas, as propostas de definição acabam se fundamentando no fenômeno específico que cada pesquisador encontra em campo:

“There is little, if any, consensus as to what constitutes a gang and who is a gang member, let alone what gangs do, either inside or outside the law. When describing their conceptual and operational definitions, many contemporary gang researchers note the absence of definitional consensus. They subsequently identify two widely used benchmarks for assessing whether a given social group is a gang: youth status, defined as an age classification ranging between 10 and the early 20s or even older, and the engagement by group members in law-violating behavior or, at a minimum, ‘imprudent’ behavior. What follows this declaration often takes the following rather vague form: ‘The definition of gangs used here relies on the work of the leading experts in the field’. The irony, of course, is that even the ‘experts’ cannot agree on what constitutes a gang or gang behavior, and many experts find fault with nearly every definition.” (ESBENSEN *et al.*, 2001)

Especificamente para os fins deste estudo, trabalha-se com a seguinte definição de gangues: “Grupos de jovens que compartilham uma identidade comum, sistematicamente envolvidos com práticas violentas e/ou criminosas e conflitos territorializados”. Seguindo a premissa de tentar identificar nos fenômenos aquilo que lhes é comum ao invés de suas especificidades, argumento que tal definição pode dar conta dos principais elementos organizacionais, simbólicos e criminais que, a meu ver, estruturam o problema das gangues, ainda que apresentem grandes variações de intensidade, forma, estrutura, funções, tipo, abrangência, duração e periodicidade. A saber: (1) Caráter grupal; (2) caráter identitário compartilhado entre os integrantes; (3) caráter territorial; (4) fenômeno jovem; (5) envolvimento com práticas violentas e/ou criminosas; (6) relações de conflito com outros grupos semelhantes.

2.2.2.2. Aprendizado Social/Criminal ligado aos Grupos de Pares

Em termos empíricos, as gangues sempre foram vistas como a expressão mais concreta do envolvimento de adolescentes e jovens com práticas de violência e criminalidade. Já em termos teóricos, a correlação entre gangues e delinquência juvenil é dada por aquela que talvez seja uma das poucas constatações consensualmente aceitas dentro do campo da sociologia do crime: a de que o comportamento delinquente ou criminoso tem um forte caráter grupal. Ao longo das últimas décadas, uma grande quantidade de estudos tem constatado que parte significativa dos crimes violentos dos quais se tem notícia são cometidos em grupo (WARR, 2002).

Em uma extensa revisão da literatura sobre o tema, Mark Warr (1996), por exemplo, constatou que, especialmente no que se refere às práticas delinquentes que envolvem adolescentes e jovens norte-americanos, o caráter grupal é quase uma constante. A mesma constatação é feita por Sarnecki (1986), analisando dados do Sistema de Justiça Criminal de Estocolmo na Suécia, e por Reiss e Farrington (1991), com base em dados longitudinais do *Cambridge Study in Delinquent Development* para Londres, na Inglaterra. Diante deste contexto, coloca-se a seguinte questão: como compreender teoricamente a relação entre grupos de pares e delinquência? Ou, em termos mais concretos, como o fato de pertencer a uma gangue influencia adolescentes e jovens a se envolver em práticas de violência e criminalidade?

Para compreender o importante papel que as gangues desempenham enquanto instâncias de socialização e potencialização das práticas de delinquência juvenil é preciso levar em consideração alguns aspectos inerentes à própria definição social de juventude. Enquanto fenômeno histórica e coletivamente constituído, a juventude ocupa um lugar social bastante peculiar, que só pode ser efetivamente compreendido a partir de uma perspectiva transitória entre a infância e a idade adulta. Nas palavras de Marília Sposito:

“Pode-se considerar que este momento da vida é traduzido pelo intervalo - cuja variação temporal é histórica - entre a posse de condições de reprodução biológica (sexual) e de produção social (maturidade física e mental para o trabalho) e o reconhecimento por parte da sociedade de sua habilitação plena para o desempenho dessas atividades na vida adulta. Por essas razões, a caracterização do jovem deve ser traçada sob o ponto de vista relacional, ou seja, a partir de uma forma peculiar de relação que ele mantém com o mundo adulto e, conseqüentemente, de sua busca de distância do universo infantil.” (SPOSITO, 1993)

A repentina busca por autonomia em relação aos laços familiares e a transitoriedade da condição juvenil (que, em certo sentido, pode ser comparada à idéia de marginalidade, de estranhamento das redes de poder socialmente constituídas) são dois dos principais elementos estruturadores da sociabilidade dos jovens. “Essa dimensão produz, também, situações de liminaridade, traduzidas na contínua possibilidade de escolhas, na vivência de situações limite que podem resultar em alternativas que negam expectativas, regras e modelos dominantes de ordem e normalidade” (SPOSITO, 1993).

Para facilitar o processo de ruptura social com a vida infantil, diversas instâncias de socialização são acionadas, com o objetivo de preparar os jovens para a vida no mundo adulto. Por isso, a juventude costuma ser a fase em que os laços sociais entre adolescentes e suas famílias se tornam mais difusos, ao mesmo tempo em que os jovens fortalecem seus vínculos com outras instituições sociais como amigos, escolas, mercado profissional, etc. Essas novas inserções, no entanto, podem se dar de maneiras mais ou menos ajustadas, criando um terreno fértil para a constituição de novas formas de sociabilidade e a adoção de padrões normativos diferenciais (SPOSITO, 1993, WARR, 2002; ABRAMO, 1994).

O que se observa, portanto, é que a transição entre os universos infantil e adulto se dá principalmente através da adoção de novos grupos de socialização, dentro dos quais o jovem pode estabelecer novos vínculos de solidariedade, construir novas identificações, consolidar padrões normativos próprios, conformar práticas sociais e referenciar as narrativas que constrói em torno da própria identidade (ABRAMO, 1994). Por meio dos processos identitários e normativos colocados em curso na companhia dos pares, constitui-se a complexa rede de valores e representações sociais que, juntamente com uma série de variáveis contextuais, irão orientar a ação dos sujeitos, principalmente no que diz respeito à adoção ou não de práticas convencionais ou delinquentes. Frente aos intensos processos de industrialização e da crescente incorporação de amplas camadas sociais ao mercado de trabalho, os grupos de pares aumentam gradativamente sua importância nos processos de conformação das identidades individuais e coletivas, em detrimento das tradicionais instituições de socialização como, por exemplo, as famílias (WARR, 2002).

Especialmente no que se refere ao comportamento juvenil, parte-se da premissa de que qualquer prática, seja ela desviante ou não, é social e simbolicamente construída por meio da interação que os jovens estabelecem entre si, dentro de seus próprios grupos de socialização. E é precisamente neste ponto que se começa a compreender os impactos que as gangues, enquanto instâncias de socialização, projetam sobre o comportamento de seus membros.

Em termos teóricos, este processo é abordado por meio do tradicional programa de pesquisa da “Associação Diferencial/Aprendizado Social”. Trata-se de um constructo bastante articulado (e com um alto grau de verificação empírica) sobre como as gangues (ou *delinquent peer groups*) exercem um importante papel de reforço simbólico de valores criminais, em detrimento de definições favoráveis a comportamentos convencionais. Desenvolvida por Edwin Sutherland em 1939, a teoria da “Associação Diferencial” trabalha com nove proposições, a partir das quais deriva suas análises. Nas palavras de Akers (1997):

“The theory has finally stated it is as follows:

- 1- Criminal behavior is learned.
- 2- Criminal behavior is learned in interaction with other persons in a process of communication.
- 3- The principal part of the learning of criminal behavior occurs within intimate personal groups.
- 4- When criminal behavior is learned, the learning includes (a) techniques of committing the crime, which are sometimes very complicated, sometimes very simple, and (b) the specific direction of motives, drives, rationalizations, and attitudes.
- 5- The specific direction of motives and drives is learned from definitions of the legal codes as favorable or unfavorable.
- 6- A person becomes delinquent because of an excess of definitions favorable to violation of law over definitions unfavorable to violation of law.
- 7- Differential associations may vary in frequency, duration, priority, and intensity.
- 8- The process of learning criminal behavior by association with criminal and anti-criminal patterns involves all of the mechanisms that are involved in any other learning.
- 9- Although criminal behavior is an expression of general needs and values, it is not explained by those general needs and values, because noncriminal behavior is an expression of the same needs and values.”

A teoria da “Associação Diferencial” enfoca os mecanismos cognitivos e relacionais envolvidos no processo de aprendizagem social do comportamento desviante. Trata-se, portanto, de uma teoria que possui forte correlação com os pressupostos do interacionismo simbólico. De acordo com a teoria, o comportamento, seja ele delinquente ou conformista, é socialmente construído, através da relação que cada indivíduo estabelece com seus círculos de relacionamento, por meio de processos comunicativos e cognitivos.

Cabe observar que, em termos cognitivos, Sutherland não faz diferenciação entre os processos que conduzem ao aprendizado do comportamento delinquente e do comportamento regular. Ambos são igualmente aprendidos em interação com outras pessoas ou grupos de pares íntimos, através de processos comunicativos. Dessa forma, a adoção de comportamentos delinquentes ou conformistas passa a ser definida e praticamente

determinada pela intensidade, frequência e duração da relação dialética que o indivíduo estabelece com definições e representações favoráveis ou não ao cometimento de crimes.

A teoria da “Associação Diferencial” trabalha com a idéia de que o comportamento humano, seja ele delinquente ou não, é flexível e aprendido através de interações simbólicas entre os indivíduos. Padrões de comportamento podem variar de acordo com a natureza das interações que se estabelecem dentro de determinados cenários. Dessa forma, pessoas podem cometer tanto atos delinquentes, quanto não-delinquentes, dependendo das condições nas quais estão inseridas e das interações e processos cognitivos que desenvolvem entre si. No entanto, Sutherland ressalta que, na maioria das vezes, o comportamento delinquente está inserido em um contexto grupal, como o de gangues, por exemplo. Além disso, o aprendizado de comportamentos delinquentes inclui também o aprendizado de técnicas para a prática de crimes, assim como de definições e motivações que suportam tais práticas.

Por sua vez, a teoria do “Aprendizado Social”, cuja primeira formulação data de 1966, pode ser vista como uma espécie de reformulação aprimorada da teoria da “Associação Diferencial” de Sutherland. Como foi discutido anteriormente, a teoria da “Associação Diferencial” argumenta que todo comportamento criminoso é aprendido através de processos de interação com pares. No entanto, a teoria não explora em profundidade como se dão esses processos de aprendizagem. Com base nessa crítica, Burgess e Akers (1966) e Akers (2000) fizeram uso de uma série de teorias do aprendizado, (especialmente teorias behavioristas e teorias derivadas da psicologia) para especificar como se dá esse processo.

Assim como a teoria de Sutherland, a teoria do “Aprendizado Social” oferece uma explicação do crime que opera com variáveis que tanto podem motivar quanto desestimular comportamentos criminosos ou conformistas. Assim, a manifestação desses tipos de comportamento fica condicionada ao equilíbrio de influências sobre os indivíduos.

“The basic assumption in social learning theory is that the same learning process in a context of social structure, interaction, and situation, produces both conforming and deviant behavior. The difference lies in the direction of the balance of influences on behavior. (...) The probability that persons will engage in criminal and deviant behaviors increased and the probability of their conforming to the norm is decreased when they differentially associate with others who commit criminal behavior and espouse definitions favorable to it, are relatively more exposed in-person or symbolically to salient criminal/deviant models, define it as desirable or justified in a situation discriminative for the behavior, and have received in the past and anticipate in the current of future situation relatively greater reward than punishment for the behavior.” (AKERS, 2000)

Essa afirmação mostra que, estruturalmente, a teoria de Akers se sustenta em basicamente quatro conceitos ou dinâmicas que, juntas, irão moldar o comportamento do indivíduo: (1) associação diferencial, (2) definições, (3) reforço diferencial e (4) imitação. A saber:

- 1- **Associação Diferencial:** refere-se ao processo no qual o indivíduo é exposto a definições normativas favoráveis ou desfavoráveis ao cumprimento da lei. O conceito de Associação Diferencial comporta, portanto, as duas dimensões normativas às quais o indivíduo pode ser exposto ao se associar a determinado grupo de pares. Nesse processo de associação, o indivíduo não apenas é exposto a definições, como também a modelos de comportamento que pode ou deve imitar. Cabe mencionar que, de acordo com a teoria, os grupos primários como família e amigos íntimos possuem maior poder de influência sobre o comportamento do indivíduo. As associações que acontecem mais cedo, que duram mais tempo, que acontecem mais frequentemente e possuem maior intensidade também serão aquelas que irão desempenhar maior influência sobre o comportamento do indivíduo.
- 2- **Definições:** em termos gerais, pode-se dizer que o conceito de “definições” faz referência aos valores e significados que o indivíduo atribui a determinados tipos de comportamento. Ou seja, são as orientações, racionalizações, percepções de situação e outras atitudes morais que definem o cometimento de atos como bons ou ruins, desejáveis ou indesejáveis, justificáveis ou injustificáveis. Nesse sentido, os indivíduos tendem a orientar suas ações de acordo com as definições morais/valorativas que compõem seu processo de representação social ou leitura do real. No caso da associação diferencial, os indivíduos seriam submetidos, em maior número, intensidade e frequência a definições e racionalizações favoráveis ao cometimento do crime.
- 3- **Reforço Diferencial:** o conceito de reforço diferencial é a interface da teoria do “Aprendizado Social” com teorias da “Escolha Racional”. No caso, o reforço diferencial seria a antecipação das punições e recompensas que resultarão de determinado comportamento. Nesse sentido, a avaliação que o indivíduo faz sobre a possibilidade de adotar certos comportamentos irá depender de uma avaliação valorativa e racional das recompensas e sanções que ele sofreu no passado, que sofre no presente e a antecipação dos resultados futuros. Quanto maiores forem as

recompensas (não apenas financeiras, mas também materiais, morais, afetivas, de status e outras) atreladas a determinado tipo de comportamento, maior será a probabilidade de ele se concretizar. O que a teoria argumenta é que, quando o indivíduo se encontra em um processo de associação diferencial com pares delinquentes, ele receberá uma série de reforços (materiais ou simbólicos) que o direcionarão para o cometimento de crimes.

- 4- Imitação:** o conceito de imitação diz respeito à adoção de certos comportamentos após a observação desses mesmos comportamentos em outros. No caso de uma associação diferencial, o indivíduo tem à sua disposição uma série de modelos de comportamentos delinquentes que compõem o quadro de definições simbólicas e normativas a ser adotado (e cuja imitação acarretará em reforços diferenciais de aprovação).

Todos esses processos e dinâmicas mencionadas anteriormente se desenvolvem de maneira conjunta e coordenada no sentido de moldar o comportamento individual. Dessa maneira, a adoção de comportamentos delinquentes dependerá, segundo Akers, da relação dialética e da interação que se estabelece entre essas quatro dinâmicas no interior do sujeito da ação. Além disso, o autor observa que esse processo não se desenvolve de maneira linear. As ações passadas e todo o processo social e psicológico que elas acarretaram passam a fazer parte do sistema de ação do indivíduo, pautando ações futuras e compondo um mecanismo que se retroalimenta (AKERS, 2000).

Por fim, a teoria do “Aprendizado Social” também procura analisar os mecanismos através dos quais a estrutura social interfere no comportamento dos indivíduos. De acordo com Akers, os fatores inerentes à estrutura social teriam efeito indireto no comportamento dos indivíduos. A influência da estrutura sobre a ação individual seria operacionalizada de forma indireta, através dos efeitos que a estrutura social possui sobre as variáveis do aprendizado social (associação diferencial, definições, reforço diferencial e imitação), essas sim atuando diretamente sobre o comportamento dos indivíduos. Nas palavras de Akers:

“The social structural variables are indicators of the primary distal macro-level and meso-level causes of crime, while the social learning variables reflect the primary approximate causes of criminal behavior that mediate the relationship between social structure and crime rates. Some structural variables are not related to crime and do not explain the crime rate because they do not have a crime-relevant effect on the social learning variables.” (AKERS, 2000).

De acordo com a teoria, dimensões da estrutura social tais como classe, gênero, raça, status socioeconômico e também instituições de socialização e controle como família, igrejas, escolas seriam responsáveis por prover o contexto dentro do qual as dimensões do aprendizado anteriormente mencionadas operam, sempre no sentido de fomentar ou desestimular o comportamento delinquente. Em uma tentativa de especificar melhor como se desenvolve a relação entre estrutura social e aprendizado social, Akers enumerou quatro dimensões da estrutura social que oferecem os contextos dentro dos quais as variáveis do aprendizado social se desenvolvem: (1) Organização Social Diferencial, (2) Localização Diferencial na Estrutura Social, (3) Variáveis Estruturais Teoricamente Definidas, e (4) Localização Social Diferencial (CULLEN & AGNEW, 2003). A saber:

- 1- **Organização Social Diferencial:** essa dimensão diz respeito aos padrões estruturais de criminalidade existentes na comunidade. Esses padrões afetam não apenas a configuração social dessas localidades, como também os cenários cognitivos dentro dos quais o aprendizado social opera.
- 2- **Localização Diferencial na Estrutura Social:** essa dimensão se refere à posição que os indivíduos e, principalmente, os grupos sociais nos quais eles se encontram inseridos, ocupam na estrutura social. Essa posição é mensurada em função de variáveis como classe socioeconômica, raça, gênero, e outras dimensões que definem os papéis sociais exercidos pelas pessoas dentro da estrutura social e no interior de seus grupos de relação.
- 3- **Variáveis Estruturais Teoricamente Definidas:** essa variável da estrutura social diz respeito a condições macrosociais geralmente associadas a maiores taxas agregadas de criminalidade como, por exemplo, desorganização social, anomia, conflitos sociais, etc.
- 4- **Grupos de Localização Social Diferencial:** essa dimensão diz respeito à posição social ocupada pelos indivíduos dentro de seus grupos primários e secundários de socialização (família, grupos de amigos, colegas de trabalho, etc).

Em termos gerais, o modelo proposto por Akers poderia ser sistematizado como ilustra o quadro a seguir:

Tabela X – Esquema Geral da Teoria do Aprendizado Social

ESTRUTURA SOCIAL E APRENDIZADO SOCIAL					
Estrutura Social →				Aprendizado Social →	Comportamento Criminoso ou Comportamento Conformista
I. Sociedade Comunidade	II. Idade Gênero Raça Classe	III. Desorganização Social Conflitos	IV. Família Pares Escola Outros	Associação Diferencial Reforço Diferencial Definições Imitação	Comportamento Individual
I. Organização Social Diferencial / II. Localização Diferencial na Estrutura Social / III. Variáveis Estruturais Teoricamente Definidas / IV. Grupos de Localização Social Diferencial					

Fonte: CULLEN & AGNEW, 2003.

Os primeiros testes a que a teoria do Aprendizado Social foi submetida procuraram mensurar a correlação entre as dimensões de aprendizado social (Associação Diferencial, Reforço Diferencial, Definições e Imitação) e a manifestação de comportamento delinquente individual. Matsueda e Anderson (1998), por exemplo, testaram três proposições derivadas da teoria do aprendizado social: (1) a associação com pares delinquentes e a prática de delinquência estão reciprocamente correlacionadas, (2) a associação com pares delinquentes favorece a prática futura de atos delinquentes, e (3) a prática de atos delinquentes aumenta a probabilidade de associação com pares delinquentes.

Usando dados do *National Youth Survey*, os pesquisadores concluíram que, de fato, a associação com pares delinquentes está significativamente correlacionada à prática de atos delinquentes. No entanto, o estudo não conseguiu revelar a direção dessa correlação, não deixando claro se a associação com pares delinquentes precede a prática de delinquência ou se decorre dela (MATSUEDA & ANDERSON, 1998).

Bill McCarthy (1996), por sua vez, testou a influência das dinâmicas de associação diferencial e de imitação na prática de comportamento delinquente ligado ao mercado do tráfico de drogas. Através da aplicação de questionários em uma amostra de 390 jovens sem-teto da cidade de Toronto, o pesquisador concluiu que a entrada para o mercado de venda de drogas está significativamente correlacionada à associação com pares delinquentes. Além disso, o levantamento também demonstrou que a evolução na carreira criminosa do tráfico de drogas está intimamente correlacionada à exposição dos adolescentes a modelos de imitação (MCCARTHY, 1996).

A pesquisa realizada por Warr e Stafford (1991) também encontrou uma forte correlação entre a prática de atos delinquentes e a associação com pares delinquentes. Usando dados de 1.726 adolescentes entrevistados pelo *National Youth Survey*, os pesquisadores explicitaram a correlação entre associação diferencial e prática de delinquência. Além disso, observaram também que o estímulo para a adoção de comportamentos delinquentes individuais se dava através de atitudes, comportamentos e crenças adotados pelos grupos de pares, elementos esses previstos pelos conceitos de “reforço diferencial” e de “imitação”, presentes na teoria (WARR & STAFFORD, 1991).

Com base em dados do programa *Gang Resistance Education and Training* (GREAT), Thomas Winfree e colegas (1994) aplicaram um survey de auto reportagem em uma amostra de estudantes secundaristas americanos, para testar algumas variáveis da teoria do aprendizado social. No levantamento, eles correlacionaram o envolvimento dos jovens em diversos tipos de delinquência (com maior ou menor potencial ofensivo, relacionadas ou não à atividade das gangues) à sua participação em gangues. Entre as descobertas, está o fato de que tanto a participação em gangues quanto a prática de atos delinquentes pode ser significativamente explicada por variáveis do aprendizado social, como associação diferencial, reforço diferencial e atitudes (WINFREE et al, 1994).

Por fim, Elliott e Menard (1996) também utilizam dados do National Youth Survey para demonstrar que o fato de fazer parte de um grupo delinquente é seguido por um gradual aumento dos níveis de envolvimento individual com crimes de menor potencial ofensivo. Este envolvimento com crimes leves, por sua vez, leva à associação com mais pares delinquentes, o que leva a um subsequente envolvimento com crimes mais graves como homicídios e tráfico de drogas (ELLIOTT & MENARD, 1996).

O que pesquisas recentes demonstram, portanto, é que a teoria do “Aprendizado Social” obtém considerável dose de comprovação empírica, tanto quando é testada a partir de dados oficiais, como quando submetida à prova por dados de surveys de vitimização e de auto reportagem. Tais dados mostram que, na maioria das vezes, a associação com pares delinquentes precede o envolvimento com práticas desviantes, fato que reforça a importância da teoria para a compreensão do papel exercido pelas gangues enquanto instituição de socialização dos jovens em práticas violentas e/ou criminosas. É no complexo processo de interação com seus pares que os jovens aprendem os valores, símbolos, representações, narrativas e definições que sustentam a existência e a coesão do próprio grupo, bem como as técnicas e motivações necessárias ao cometimento de atos violentos e criminosos.

Em termos práticos, Mark Warr (2002) aponta três mecanismos por meio dos quais os grupos de pares podem influenciar o comportamento de seus integrantes: (1) medo do ridículo, (2) lealdade e (3) status. O ridículo talvez seja uma das formas mais óbvias de controle social. No que diz respeito ao seu exercício entre grupos de pares, sua natureza é expressar sentimentos de desprezo ou menosprezo pelas atitudes de alguém e, conseqüentemente, colocar em questão a presença e a aceitação deste indivíduo em meio ao grupo. Entre adolescentes e jovens, para quem a aceitação do grupo adquire sempre uma importância enorme, o medo do ridículo pode funcionar como um mecanismo muito eficaz de controle social e indução de comportamentos (tanto convencionais, quanto desviantes).

A lealdade, por sua vez, talvez seja um dos pré-requisitos mais elementares para a manutenção de relações de amizade, bem como para a própria coesão do grupo. Ela remete à dimensão da confiança mútua e das expectativas de comportamento que determinados indivíduos compartilham, principalmente frente a situações de conflito ou ruptura. No caso de adolescentes e jovens, que buscam a construção de novos círculos sociais fora da família, a lealdade torna-se elemento fundante das relações. Dentro das gangues, a dimensão da lealdade adquire contornos dramáticos, uma vez que o seu rompimento pode colocar em risco não apenas a liberdade dos membros do grupo, como também sua própria vida. Por outro lado, o reforço dos laços grupais por meio da lealdade pode garantir ao indivíduo o anonimato e a difusão da responsabilidade necessária à prática delinquente (WARR, 2002).

Por fim, a dimensão do status remete à própria hierarquização das relações entre os indivíduos, principalmente dentro de grupos fechados, como as gangues juvenis. Entre adolescentes, a busca pela conformação de uma nova identidade social e o estabelecimento de novas redes relacionais passa diretamente pela aquisição de status e pelo reconhecimento dos pares. O simples fato de pertencer a um grupo transfere aos jovens o status daquele conjunto (WARR, 2002; SAVENIJE *et al.*, 2007).

De maneira geral, observa-se que, enquanto as dimensões de “medo do ridículo” e “lealdade” dizem respeito principalmente a questões relacionadas à coesão do grupo e à aceitação do pares, a questão do status (que será melhor explorada na próxima seção) remete aos processos de formação de identidade e ao próprio posicionamento do indivíduo dentro das estruturas hierárquicas e relacionais do grupo. E todas estas questões adquirem ainda mais relevância quando analisadas sob o prisma dos adolescentes e jovens que compartilham uma identidade comum, associados em grupos sistematicamente envolvidos com práticas violentas e/ou criminosas e conflitos territorializados.

2.2.2.3. Aspectos Subculturais/Simbólicos

Para que se estabeleça uma compreensão mais aprofundada do problema da delinquência relacionada à atuação de gangues, também se faz necessário analisar questões relacionadas ao universo moral, normativo, cultural e simbólico que sustenta a própria existência destes grupos. Enquanto instâncias de socialização juvenil, as gangues só conseguem influenciar e moldar o comportamento de seus integrantes na medida em que as ações e atitudes socialmente prescritas são respaldadas por algum tipo de sistema normativo, ainda que compartilhado somente pelos membros do próprio grupo.

Existe uma longa tradição de estudos dedicada a analisar aspectos (sub) culturais²⁷ e simbólicos inerentes à formação de gangues e grupos de pares delinquentes. De maneira geral, o pressuposto teórico que sustenta este programa de pesquisa é o de que os grupos de pares, enquanto instâncias de socialização primária, adotam sistemas normativos, representações simbólicas e códigos morais próprios, orientando de maneira diferencial a ação de seus integrantes, muitas vezes em sentido contrário ao que é prescrito pelos códigos normativos vigentes na sociedade como um todo. Esse seria o esquema descritivo geral do que diversos autores chamam de “subcultura delinquente” (COHEN, 1955; MILLER, 1958; CLOWARD & OHLIN, 1960; KATZ, 1988; ANDERSON, 1999).

Em seu estudo sobre gangues norte-americanas, Albert Cohen (1955), por exemplo, argumenta que, dentro dos grupos delinquentes, os jovens são socializados segundo um modo de vida particular, orientado por sistemas normativos e simbólicos desenvolvidos internamente pelo próprio grupo. Essa subcultura delinquente, no entanto, constituiria uma espécie de resposta simbólica e moral diferencial que alguns jovens adotam frente a contextos de exclusão social e escassez de recursos (materiais e simbólicos). Assim como Merton (1938), Cohen argumenta que existe uma grande disjunção entre a difusão universal de metas de sucesso e a distribuição restrita de meios socialmente legítimos para alcançá-las.

Nesse contexto, jovens criados em condições de exclusão social, com acesso restrito a formas socialmente legítimas de atingir metas de sucesso, tenderiam a se associar em grupos, cujos integrantes compartilham das mesmas dificuldades e problemas de ajuste social. Indivíduos que compartilham problemas de status tenderiam, portanto, a se associar, estabelecendo critérios morais e valorativos próprios, muitas vezes refratários aos valores

²⁷ Adota-se aqui a definição de “cultura” proposta por E.B. Taylor: “O complexo conjunto que inclui conhecimentos, crenças, artes, valores morais, leis costumes e qualquer outra compatibilidade e hábitos adquiridos por homens enquanto membros de uma sociedade” (TAYLOR, 1871 apud WOLFGANG & FERRACUTI, 1962)

difundidos pelo sistema social mais amplo. Essa “polaridade negativa” mantida com relação aos valores sociais médios atuaria como uma espécie de mecanismo de justificação e legitimação de práticas violentas, criminosas e conflitivas (COHEN, 1955).

O trabalho de Walter Miller (1958), por sua vez, opera no sentido de tentar detalhar algumas das principais características simbólicas e estruturais das subculturas delinquentes ligadas às gangues. Como ponto de partida de sua teoria, Miller faz uma crítica do trabalho de Cohen, argumentando que as subculturas delinquentes não se constituíam a partir da oposição à cultura dominante. A emergência de uma subcultura delinquente entre jovens criados em contextos de exclusão social se daria, segundo Miller, a partir de uma produção simbólica e comportamental “positiva”, orientada por valores inerentes ao meio socioespacial e cultural onde esses atores se encontram inseridos.

A questão de fundo problematizada por Miller passa a ser, portanto, o pressuposto adotado por diversas teorias de que a sociedade seria orientada por uma estrutura moral, normativa, cultural e comportamental hegemônica, a partir da qual qualquer desvio sistemático seria considerado anormal. Ele argumenta que os traços culturais, morais, valorativos e comportamentais adotados pelas gangues só podem considerados “subculturais” se comparados aos valores de classe média. Partindo do pressuposto de que o arcabouço cultural, comportamental e normativo de uma sociedade é formado por várias e diferentes formas de sociabilidade, chega-se à conclusão de que o fenômeno chamado de “subcultura delinquente” é, possivelmente, a expressão mais aguda de uma “cultura das classes baixas” (MILLER, 1958).

Neste contexto, o comportamento desviante não seria tributário da negação dos valores de uma cultura hegemônica (orientação negativa), mas sim fruto de uma ação positiva no sentido de preencher as demandas de status, reconhecimento e sucesso prescritas pela estrutura normativa e simbólica das classes populares (orientação positiva). Ao invés de utilizar o conceito de “valores”, Walter Miller opta pela idéia de “interesses focais”, que seriam determinados traços distintivos de uma cultura. Em seus estudos, Miller delimita seis “interesses focais” que, segundo ele, seriam delimitadores claros de uma “cultura das classes populares”.

“Problem: Concern over ‘trouble’ is a dominant feature of lower class culture. The concept has various shades of meaning; ‘trouble’ in one of its aspects represents a situation or a kind of behavior which results in unwelcome or complicating involvement with official authorities or agencies of middle class society. Getting into trouble and staying out of trouble represent major issues for male and female, adults and children.

Toughness: The concept of ‘toughness’ in lower class culture represents a compound combination of qualities or states. Among its most important components are physical prowess, evidenced both by demonstrated possession of strength and endurance and athletic skill; ‘masculinity’, symbolized by a distinctive complex of acts and avoidances (bodily tattooing, absence of sentimentality; non-concern with ‘arts’, ‘literature’, conceptualization of women as conquest objects, etc); and bravery in the face of physical threat.

The genesis of the intense concern over ‘toughness’ in lower class culture is probably related to the fact that a significant proportion of lower class males are reared in a predominantly female household, and lack a consistently present male figure with whom to identify and from whom to learn essential components of a ‘male’ role.

Smartness: as conceptualized in lower class culture, involves the capacity to outsmart, outfox, outwit, dupe, ‘take’, ‘con’ another or others, and the concomitant capacity to avoid being outwitted, ‘taken’, or duped oneself. In its essence, smartness involves the capacity to achieve a valued entity – material goods, person status – through a maximum use of mental agility and a minimum use of physical effort. This capacity has an extremely long tradition in lower class culture, and is highly valued.

Excitement: For many lower class individuals the rhythm of life fluctuates between periods of relatively routine or repetitive activity and sought situations of great emotional stimulation. Many of the most characteristic features of lower class life are related to the search for excitement or ‘thrill’.

Fate: Related to the quest for excitement is the concern with fate, fortune, or luck. Many lower class individuals feel that their lives are subject to a set of forces over which they have relatively little control. These are not directly equated with supernatural forces of formally organized religion, but relate more to a concept of ‘destiny’, or man as a pawn of magical powers.

Autonomy: The extent and nature of control over the behavior of the individual – an important concern in most cultures – has a special significance and is distinctively patterned in lower class culture. (...) On the overt level there is a strong and frequently expressed resentment of the idea of external controls, restrictions on behavior, and unjust or coercive authority.” (MILLER, 1958)

Cloward e Ohlin (1960), por sua vez, repudiam o viés separatista que marca o modelo de subcultura construído por Miller, segundo o qual existiriam “valores de classe média” e “valores de classe popular”. O argumento dos autores é que toda cultura provê seus membros com crenças, valores e normas apropriadas ao desempenho de atividades e práticas requeridas pelos vários contextos nos quais estes se encontram inseridos. Afirmam ainda que o uso do prefixo “sub” serve apenas para reforçar o fato de que qualquer subcultura está inserida em um plano simbólico e material mais amplo, diferindo apenas parcialmente dele. Nesse sentido, as gangues juvenis seriam uma forma associativa tributária de um vasto conjunto de crenças, valores, normas e práticas requerido para a obtenção de status e bens simbólicos e materiais em ambientes violentos (CLOWARD & OHLIN, 1960).

O problema do desenvolvimento de subculturas delinquentes entre grupos de jovens também foi objeto de estudos de Wolfgang e Ferracuti (1962), durante pesquisas sobre as altas taxas de homicídios entre afro-americanos nos Estados Unidos. De acordo com os autores, uma subcultura podia ser definida como o sistema normativo adotado por alguns grupos menores do que todo o resto da sociedade, implicando no desenvolvimento de um sistema de valores sociais e leis que são uma parte e estão à parte de todo o complexo de leis e valores do restante da sociedade. Mas, de acordo com Wolfgang e Ferracuti, uma subcultura seria apenas parcialmente diferente de sua “cultura geradora”. Ela não pode ser completamente diferente da cultura maior da qual faz parte, caso contrário, constitui o que se pode chamar de “contracultura”. Isso quer dizer que a subcultura, apesar de todas as diferenças, apresentaria valores essenciais semelhantes à cultura geradora.

Assim como se observa na sociedade como um todo, indivíduos inseridos em uma subcultura seguem um conjunto de normas de conduta particular, que prescreve as várias maneiras pelas quais ele pode agir em determinadas circunstâncias (sendo que a violação destas normas implicaria em uma reação do grupo). Se o grupo não adotar uma ação punitiva para responder à violação destas normas de conduta, o grupo tende a perder sua identidade distinta. Isolando ou mandando embora o violador das normas, o grupo subcultural estará usando sanções similares ao exílio, banimento, deportação. A forte adesão que os membros de um grupo desenvolvem aos valores de uma subcultura, seja ela qual for, torna a possível aplicação de sanções mais legítima e efetiva (WOLFGANG & FERRACUTI, 1962).

Tendo como base o estudo de diversas gangues de afro-americanos, a teoria da subcultura da violência proposta por Wolfgang e Ferracuti defende a idéia de que o uso da violência seria uma forma de expressão dos valores culturais desenvolvidos por grupos de jovens delinquentes, como resposta às dinâmicas de privação e exclusão simbólica e cultural às quais são submetidos. Este constante e ilícito uso da violência constituiria parte do sistema normativo da subcultura, o que, por sua vez, projetaria reflexos sobre o perfil psicológico dos membros dos grupos de pares envolvidos. Neste contexto, questões cotidianas como um esbarrão, uma atitude de desprezo, ou o aparecimento de uma arma nas mãos de um adversário são estímulos percebidos e interpretados de maneira intensa pelos adolescentes e jovens imersos na subcultura das gangues. Expectativas sociais de respostas em tipos particulares de interação resultam em definições diferenciais da situação e na prática de violência. Assim como a sociedade convencional pune aqueles que se desviam de

suas normas, os indivíduos que se mostram não-violentos dentro das subculturas também sofrem algumas penalidades como o isolamento, o ostracismo ou a indiferença. (WOLFGANG & FERRACUTI, 1962).

Na tentativa de especificar melhor algumas questões práticas de sua teoria da subcultura, Wolfgang e Ferracuti afirmam que nenhuma subcultura pode ser totalmente diferente ou totalmente conflitante em relação à sociedade da qual faz parte. Por conta disso, uma subcultura da violência pode se estabelecer mesmo que nem todos os seus membros compartilhem de todos os seus valores, ou mesmo sem que eles se expressem através da violência durante todo o tempo. Até porque, caso contrário, qualquer outro tipo de função social se tornaria virtualmente impossível.

Wolfgang e Ferracuti também chamam a atenção para o caráter conflitivo engendrado pelas subculturas da violência, observando que muitos jovens inseridos em contextos subculturais carregam armas para se proteger uns dos outros. O simples fato de carregar estas armas se torna um componente simbólico que significa estar disposto a participar da violência. Significa que se está esperando por esta violência e que se está pronto para reagir a ela. A disposição potencial de recorrer à violência em uma variedade de situações enfatiza o caráter penetrante e difuso do tema central desta cultura. O grau e a intensidade com a qual um indivíduo está disposto a recorrer à violência, em resposta à provocação, dependem do quanto ele adotou os valores (sub) culturais associados à violência (WOLFGANG & FERRACUTI, 1962).

Ainda segundo os autores, a essência subcultural da violência pode ser compartilhada por pessoas de todas as idades dentro de uma comunidade. Entretanto, esta modalidade normativa costuma angariar mais adeptos entre adolescentes e jovens, principalmente aqueles que encontram nas gangues o estabelecimento de novas redes de sociabilidade e formação de identidade. Imersos em grupos que compartilham desta subcultura, os jovens são familiarizados com atitudes e definições favoráveis à violência, por meio de comportamentos aprendidos e um processo de aprendizado, associação e identificação diferencial. Mas cabe observar que nem todas as pessoas expostas aos valores de uma subcultura da violência absorvem ou compartilham estas representações em igual quantidade. Segundo Wolfgang e Ferracuti, questões relacionadas à personalidade individual precisam ser levadas em conta, ainda que o uso da violência em uma subcultura não seja necessariamente visto como uma conduta ilícita e, conseqüentemente, passível de culpa ou punição (WOLFGANG & FERRACUTI, 1962).

Para Savenije e colegas, as gangues juvenis constituem a manifestação social mais exacerbada (e muitas vezes fora de controle) de uma “cultura da violência” que normatiza muitas das relações interpessoais em territórios marcados por forte exclusão social, baixa consolidação normativa e presença precária do Estado. A expressão mais clara desta normatividade favorável à violência seria a grande quantidade de homicídios registrados nestas áreas, em circunstâncias relacionadas a problemas de convivência, ajustes de contas entre grupos juvenis e resoluções de conflitos comunitários.

Neste contexto de baixa consolidação normativa e apelo constante às formas privadas e violentas de resolução de conflitos, as gangues seriam as principais instâncias de reprodução dos valores morais e normativos da “cultura da violência”. Nas palavras de Savenije e colegas:

“La cultura de violencia refiere a un sistema de normas, valores y actitudes que posibilitan, estimulan y legitiman el uso de la violencia en las relaciones interpersonales; este sistema normativo se manifiesta y reproduce en todos los ámbitos de interacción de las personas: no solo en las relaciones entre los adultos sino también entre éstos y los niños y los jóvenes en el hogar y en la escuela, los cuales constituyen los espacios fundamentales de socialización. (...)

La normatividad imperante, la cual se expresa en las relaciones sociales cotidianas, es la que ha permitido que varias generaciones de jóvenes crezcan y se socialicen en un entorno que favorece el uso de la agresión para resolver conflictos y para relacionarse con los demás. Ese entorno es el que ha facilitado el uso extremo de la violencia que implica la afiliación pandilleril. Los mareros son, en parte, el resultado de ese entorno en el que se legitima la agresión desde el hogar, pasando por la escuela, hasta los referentes simbólicos de las sociedades actuales. La mayoría de los jóvenes que se integran a pandillas crecieron en ambientes domésticos e escolares en donde el maltrato y el castigo físico eran la norma para criarlos y educarlos. La violencia, por tanto, se vuelve y su ejercicio se convierte en el medio de relación privilegiado no solo en contra de los rivales y enemigos, sino también en contra de los mismos pares.” (SAVENIJE et al., 2007)

Rubio (2002) corrobora esta hipótese a partir de um grande estudo realizado sobre as motivações dos homicídios na Nicarágua durante o ano de 2001, na cidade de San Pedro de Sula. Segundo o autor, apenas 33% das mortes violentas tiveram como motivação questões econômicas (dívidas, acertos de conta e execuções praticadas por criminosos em função de aspectos ligados à economia dos crimes). Em outros 33% dos casos analisados, os homicídios foram cometidos em função do que o autor chama de intolerância (ou problemas de convivência); enquanto em outros 23% os assassinatos foram motivados pelo exercício do que se define como “justiça privada” (RUBIO, 2002).

No Brasil, mesmo sem fazer uso claro do termo “subcultura”, alguns autores também relacionam o fenômeno das gangues ao desenvolvimento de sistemas normativos e simbólicos particulares que, por sua vez, contribuem para a conformação de diversas modalidades de violência e crime. Zaluar (1996), por exemplo, chama a atenção para o surgimento de uma subcultura violenta entre os grupos de jovens envolvidos com narcotráfico nas favelas do Rio de Janeiro. Dentro das gangues, os jovens são expostos a uma vasta gama de valores e definições favoráveis ao uso da violência, constituindo o que a autora chama de “ethos guerreiro”, ou “ethos da masculinidade” (ZALUAR, 1996).

A posse de armas de fogo, a predisposição em usar a violência enquanto modo preferencial de resolução de conflitos e a disposição para matar marcam a saída definitiva da infância e a aceitação, por parte dos pares, no mundo dos homens. Nas palavras da autora:

“A quadrilha, enquanto um dos centros de reprodução da criminalidade (do ensino das técnicas, da transmissão de valores e das histórias de seus personagens, do reconhecimento de papéis e grandes feitos, da internalização das regras de convívio) opõe-se à família por representar a cultura de rua. Na ótica dos trabalhadores, a quadrilha é uma agência de socialização de seus filhos que compete com a família e que encaminha os jovens para a violência e a morte prematura. Na ótica dos bandidos, a quadrilha é uma ‘escola do crime’, um aprendizado do vício, uma engrenagem da qual não se consegue sair. Todos os entrevistados se referiram aos crimes cometidos porque os ‘colegas chamam’, porque ‘se mistura’, porque ‘vê os outros fazer’, porque ‘se acostuma’, porque ‘só vê lance de tóxico e tiro’. (...)”

Como agência de socialização, no entanto, a quadrilha parece cumprir uma função sem par. É nela que os jovens iniciados podem passar por um ritual (de fogo) em que provam a sua audácia ou disposição para matar, desafiam o medo da morte e da prisão, enfrentam o perigo maior que pessoas dessa classe social podem enfrentar. Numa subcultura criminosa que marca o espaço exclusivo da masculinidade (o campo da guerra), o uso da arma de fogo, o primeiro assalto, a primeira morte, são como rituais de passagem que marcam a entrada do menino no mundo dos homens.” (ZALUAR, 1996)

Por meio de pesquisa realizada junto a jovens homicidas da cidade de São Paulo, Paes Manso (2005) também aborda o problema do desenvolvimento de subculturas violentas entre gangues ou grupos de jovens delinquentes. Segundo ele, o uso da violência entre gangues paulistanas não pode ser visto apenas a partir da ótica utilitária do enfrentamento e da eliminação dos inimigos. Mais do que isso, a adesão a uma série de condutas violentas por parte daqueles jovens deriva da necessidade que eles têm de reforçar seus laços sociais e identitários com os demais membros de suas gangues, cujo padrão normativo e simbólico é umbilicalmente vinculado às práticas criminosas e violentas (PAES MANSO, 2005).

Segundo o argumento de Paes Manso, a violência que marca o cotidiano dos grupos de jovens delinquentes não ocuparia um papel simplesmente utilitário. Impregnada no próprio processo de formação dos grupos, ela acaba se transformando em uma espécie de estrutura normativa a partir da qual os jovens e seus grupos orientam suas ações e representações. Tanto que esta violência extrema se manifesta nas situações mais banais de interação entre estes atores como, por exemplo, discussões sobre futebol, disputas por mulheres, desentendimentos por causa de partidas de futebol, entre outros. Como produto desta subcultura, destaca-se o apelo constante às práticas de violência, enquanto instrumento socialmente legitimado de resolução de conflitos.

“Mesmo movido por uma discussão banal, o autor do homicídio tinha um revólver e tomou uma medida aceita apenas no universo criminal. Não foi por morar na periferia, ser jovem e pobre que ele agiu dessa maneira. Mas porque, muito provavelmente, se relaciona com pessoas que agem da mesma forma no mundo do crime, onde as normas de relacionamento admitem o homicídio. (...)”

Este indivíduo não deve ser visto como alguém inserido numa organização criminosa, mas como alguém que vive em um ambiente em que é forte a cultura da justiça privada. (...) A pessoa deve mostrar que não admite desaforos e, quando se sente ameaçada ou desafiada, deve se antecipar à própria morte, tentando matar para não ser morto. Em virtude dessa situação, os homicídios que parecem banais para os que observam de fora são considerados ‘necessários’ pelos seus autores. Até mesmo mortes decorrentes de brigas em bares acontecem por conta desses valores.” (PAES MANSO, 2005)

Outro autor que destaca a emergência de uma espécie de subcultura da violência entre gangues de jovens moradores de favelas e bairros de periferia é Luiz Antônio Machado da Silva (2004; 2010). Utilizando o conceito de “sociabilidade violenta”, ele argumenta que, principalmente entre os jovens membros das gangues que atuam nas favelas do Rio de Janeiro, a violência não constituiria somente um meio de ação regulado por fins que se deseja atingir. A violência seria um princípio que ordena a própria ação e as relações entre sujeitos, tornando-se um fim em si mesmo, inseparável de sua função instrumental como recurso para a ação (MACHADO DA SILVA, 2010).

Nesse sentido, Machado da Silva propõe uma divisão da interpretação sobre a violência no Rio de Janeiro, marcando a década de 1990 como um ponto de inflexão. Ele argumenta que, até o final dos anos 1980, a violência ligada ao *Comando Vermelho* possuía a justificativa de organizar politicamente o crime e os criminosos. Com o passar dos anos, a violência teria se despolitizado, tornando-se um princípio de estruturação da sociabilidade vigente entre muitos jovens moradores de favelas (MACHADO DA SILVA, 2010).

A principal crítica feita à ideia de sociabilidade violenta, pelo menos da forma como ela é colocada por Machado da Silva, reside na observação de que ela se refere, em última instância, não a uma forma de sociabilidade, mas sim a um processo “objetificação” e até mesmo de “supressão” do outro por meio da violência. Nesse sentido, não haveria de se falar nem mesmo em uma forma de sociabilidade, uma vez que ela não pressupõe uma relação dialética entre sujeitos, ainda que marcados por assimetrias de poder (MISSE, S/D). Há de se reconhecer, no entanto, a pertinência da abordagem da sociabilidade violenta para a compreensão do fenômeno das gangues, uma vez que ela reforça no debate brasileiro certa noção de subcultura, entendida enquanto processo de diferenciação e coexistência de ordens normativas distintas, que disputam entre si diversos âmbitos da vida social (MISSE, 2008).

2.2.2.4. Conflito e Territorialidade

Praticamente todos os estudos sobre o fenômeno das gangues abordam, de maneira mais ou menos incisiva, as dimensões do território e do conflito. A primeira enquanto uma característica inerente à própria definição do que é uma gangue; a segunda enquanto dimensão fundamental para a conformação da identidade do grupo e para o estreitamento dos laços de coesão interna. Além disso, as duas dimensões se relacionam entre si de maneira bastante fluida, moldando e sendo moldada pela forma como o fenômeno das gangues se apresenta em diferentes regiões. Conforme discutido anteriormente, a configuração socioambiental assumida pelo espaço urbano exerce grande impacto sobre as formas de sociabilidade e dinâmicas associativas desenvolvidas nas mais diversas comunidades. Nesse sentido, é importante analisar a relação que as gangues juvenis desenvolvem com as dimensões de “território” e “conflito”, não apenas em termos funcionais e práticos, mas também enquanto espaços simbólicos dentro dos quais se estabelecem redes de significações e relações sociais.

Da mesma forma que, para as gangues, a noção de território não se refere apenas aos espaços de convivência e de estruturação de atividades delinquentes, a dimensão do conflito também não deve ser interpretada somente em termos utilitários, como forma violenta de equalização das diferenças entre grupos opostos ou de potencialização de seus empreendimentos criminosos. Quando se trata de compreender de maneira mais aprofundada o fenômeno das gangues, há de se levar em consideração toda a complexidade dos símbolos, significados e representações sociais envolvidas com a constituição das dimensões de território e, principalmente, de conflito.

Ao longo das últimas décadas, diversos estudos se propuseram a analisar as modalidades partir das quais as gangues se apropriam, de maneira prática e simbólica, de determinados territórios urbanos. Em termos simbólicos, a apropriação pode se dar através do processo que Appadurai (1997) chama de “produção de localidades”. Trata-se de uma modalidade de significação do espaço, no sentido de tornar as localidades “mundos de vida constituídos por associações simbólicas relativamente estáveis, histórias relativamente conhecidas e compartilhadas e espaços e lugares reconhecíveis e coletivamente ocupados”. Enquanto instâncias de socialização, as gangues geralmente se vinculam a um território, como forma de constituição de sua própria identidade e diferenciação com relação a outros grupos semelhantes. Esse vínculo territorial representa uma forma de agregar à sua imagem as narrativas e representações que se constituem sobre as comunidades.

Em termos práticos, o aspecto mais óbvio da relação entre gangues e territórios talvez seja a razão utilitária que norteia o processo de estruturação de atividades criminosas. O domínio territorial de uma determinada área por parte de uma gangue representa para o grupo a possibilidade de desenvolver um vasto repertório de atividades delinquentes, mediante o controle de boa parte das variáveis ambientais e comunitárias que poderiam prejudicar o andamento eficiente de seus negócios ilegais. Em grupos envolvidos com atividades criminosas territorializadas, como o tráfico de drogas ilícitas, ou a prática de extorsão a estabelecimentos comerciais, o controle de uma determinada área representa condição básica para o sucesso dos negócios (JANKOWSKI, 1991).

No caso específico das gangues envolvidas com tráfico de drogas, o domínio territorial garante ao grupo uma série de vantagens competitivas frente às investidas policiais e ataques de rivais. Em situações de enfrentamento armado, por exemplo, o conhecimento aprofundado das dinâmicas comunitárias locais, bem como da própria configuração física e geográfica do território, podem ser as variáveis que definirão a sobrevivência ou a morte dos atores envolvidos, assim como a vitória ou a derrota de seus grupos (CHAIKEN & CHAIKEN, 1990; DECKER & VAN WINKLE, 1996).

Se as gangues forem vistas como formas associativas diferenciais cujo objetivo é a obtenção de vantagens competitivas para seus integrantes em ambientes marcados por forte concentração de desvantagens e exclusão social, o controle de um território se justifica até mesmo enquanto estratégia de exploração e monopolização de uma série de recursos locais (materiais, políticos e simbólicos). Esse é o caso, por exemplo, de gangues que controlam territórios de favelas no Rio de Janeiro e “franqueiam” o acesso exclusivo às suas

comunidades a determinados políticos interessados em fazer campanhas eleitorais (mediante pagamento ao grupo ou troca de favores políticos). Por meio do controle do território, configura-se uma forma de obtenção de poder político (LEEDS, 1998).

Já em termos simbólicos, a apropriação de um território constitui parte da própria dinâmica de formação da identidade das gangues e seus membros. Segundo Thrasher (1927), o processo de socialização dos jovens na subcultura dos grupos delinquentes passa quase que necessariamente pelo pertencimento comum a um determinado território, que muitas vezes é visto quase como a extensão do corpo físico das gangues. Até porque o processo de formação das identidades coletivas e individuais diz respeito a uma relação dialética que se estabelece entre sujeitos e representações, dentro de espaços compartilhados e dotados de sentidos.

O fato de serem nascidos e criados em regiões marcadas por forte exclusão social e condições precárias de vida constitui o primeiro ponto de identificação entre os jovens membros de gangues. Nesse contexto, o compartilhamento das experiências de vida e das histórias vivenciadas naquele território acaba fazendo parte do próprio processo de formação das identidades coletivas daqueles atores. Ao se apropriar simbolicamente de determinados territórios, as gangues passam a compor uma espécie de imaginário de inviolabilidade que se relaciona intimamente com a identidade masculina dos membros e do próprio grupo. Nesta lógica, compreende-se melhor porque qualquer tentativa de invasão deste território por parte de grupos rivais provoca sempre uma reação muito violenta. Em termos simbólicos, essa entrada “não permitida” corresponderia a uma violação, ou mesmo emasculação dos jovens integrantes da gangue local (ZALUAR, 1996).

No que tange à dimensão do conflito, também se faz possível estabelecer uma análise que evidencie suas funções práticas e simbólicas para as gangues e seus integrantes. Entre os jovens envolvidos com grupos delinquentes, a instauração de conflitos representa a oportunidade de maximizar do uso instrumental da violência, seja enquanto mecanismo de resolução das rivalidades vivenciadas com outros grupos, seja como instrumento simbólico de reforço identitário em meio à comunidade local e às demais gangues da região. Mais do que em outros contextos, parece prevalecer nestas situações a lógica do conflito enquanto mecanismo social necessário à equalização das relações de poder entre diferentes grupos sociais (SIMMEL, 1983).

No âmbito das comunidades territorialmente dominadas por gangues, não é de estranhar o uso recorrente da metáfora da “guerra” para designar a abertura de ciclos de

conflitos entre os grupos locais. Assim como ocorre nos enfrentamentos armados entre nações, os conflitos entre gangues em comunidades pobres exercem a função de reorganizar as dinâmicas de poder local, ora pela demonstração da paridade entre os contendores, ora pela eliminação completa de um dos lados envolvidos na disputa.

“A rivalidade entre os grupos pode ter picos de morte variados, que mudam conforme as circunstâncias. Um único assassinato pode desencadear repetidos ataques e contra-ataques. Ocorrem também períodos de calmaria, com poucas pendências a serem resolvidas (quando os principais rivais estão mortos ou presos), época em que cada grupo pode se concentrar em ganhar dinheiro ilegalmente, tendo na ‘banca’ a garantia de proteção e de força, até o momento em que um novo problema aconteça e comece uma nova série de mortes.” (PAES MANSO, 2005)

Em termos simbólicos, a dimensão do conflito talvez seja um dos mais importantes mecanismos de constituição de identidades coletivas e reforço dos laços de solidariedade entre adolescentes e jovens que se associam em grupos sistematicamente envolvidos com práticas violentas e/ou criminosas. O envolvimento coletivo em dinâmicas de conflito com gangues rivais fortalece laços afetivos, contribui para a construção de narrativas comuns e oferece aos membros do grupo uma forte sensação de pertencimento e aceitação por parte dos pares (WARR, 2002).

Essa hipótese é corroborada por Fagan (1989) que, a partir de 151 entrevistas em profundidade com jovens membros gangues norte-americanas, argumenta que parte significativa dos homicídios e crimes violentos relacionados à atuação dos grupos não possui motivações de ordem econômica, mas sim simbólicas, identitárias e comunitárias. Klein (1995), por sua vez, reforça a hipótese de que, em ambientes tradicionalmente violentos, o poder de atração que as gangues exercem sobre os jovens deriva justamente de sua capacidade de oferecer aos jovens os meios físicos para reagir a ameaças externas.

No Brasil e na América Latina, diversos estudos também demonstram que boa parte dos conflitos travados entre grupos de jovens delinquentes guarda relação íntima com dinâmicas de reforço das identidades coletivas, bem como com o fortalecimento dos vínculos de solidariedade entre os envolvidos. Prova disso são os frequentes casos de enfrentamentos armados entre gangues para simples demarcação de território, assim como os ciclos de violência coletiva nascidos a partir de desentendimentos privados entre membros de gangues diferentes. Por meio dos enfrentamentos que travam com grupos rivais, as gangues reforçam suas identidades coletivas, em um jogo especular de constituição da

própria imagem por meio da negação daquele que se considera como sendo seu oposto (ZALUAR, 1996; ABRAMOVAY, 1999; RAMOS, 2009; BEATO FILHO & ZILLI, 2010; ANDRADE, 2007; SAVENIJE *et al.*, 2007).

“Las pandillas construyen su identidad social haciendo referencia a la otra, la contraria. Su razón de ser es la existencia de la otra. La amenaza que esa constituye no se da solamente por sus agresiones, sino sobretudo por la identidad social precaria de ambos grupos. Las experiencias de exclusión los han dejado con una necesidad de vincularse a un conjunto que les ofrece el sentido de inclusión, seguridad, cuidado y valor, etc. Esas necesidades importantes se pueden suplir más profundamente en situaciones extremas en las que la unidad y el compromiso del conjunto son primordiales para sobrevivir; es decir, bajo una amenaza extrema y permanente.” (SAVENIJE *et al.*, 2007)

Por seu turno, o caráter utilitário dos conflitos entre gangues também se faz evidente, principalmente no caso dos grupos juvenis envolvidos com o tráfico de entorpecentes. Para eles, os enfrentamentos servem ao propósito de demarcação e expansão dos territórios de venda de drogas e eliminação de quaisquer ameaças ao bom funcionamento do negócio. Por meio dos enfrentamentos armados, disputam-se fatias expressivas do mercado ilegal das drogas, bem como dos demais recursos locais nas áreas em que as gangues se encontram inseridas (ZALUAR, 1996; BING, 1991; CURRY & DECKER, 2003; ANDERSON, 1999).

Na disputa por mercados baseados na ilegalidade, a capacidade que uma gangue possui de se engajar em longos e violentos ciclos de agressão e retaliação com possíveis rivais ou concorrentes constitui uma garantia fundamental ao funcionamento do empreendimento criminoso. Somada à grande competitividade do ambiente, a impossibilidade de recorrer a vias legais para a resolução de conflitos com outros grupos, acaba impondo às gangues a necessidade de contar com meios de enfrentamento proporcionais ao tamanho dos negócios que gerenciam.

Além dos impactos objetivos, a dimensão do conflito entre gangues também projeta efeitos subjetivos sobre os jovens moradores de comunidades tradicionalmente violentas. Estudo realizado por Melde e colegas (2009), por exemplo, indicou que uma das justificativas mais comuns apresentadas por adolescentes e jovens para se filiarem às gangues é a necessidade de proteção contra os perigos dos ambientes hostis. Mas, paradoxalmente, são exatamente os garotos envolvidos com as gangues que relatam os maiores índices de vitimização violenta, justamente em função das atividades desenvolvidas dentro dos grupos. Segundo os autores, essa aparente contradição pode ser explicada pelo

caráter subjetivo da “proteção emocional” que as gangues oferecem aos seus membros, reduzindo seu medo de violência, a despeito de, em termos práticos, aumentarem significativamente seu risco efetivo de vitimização (MELDE *et al.*, 2009).

O que se observa, portanto, é que boa parte da compreensão do fenômeno das gangues passa necessariamente por um melhor entendimento das relações simbólicas e empíricas que os grupos mantêm com as dimensões de “território” e “conflito”. Ambos os aspectos se relacionam de maneira bastante íntima, formando uma complexa trama que engendra a consolidação de identidades coletivas, o fortalecimento de laços de solidariedade entre seus membros, o surgimento de dinâmicas de rivalidades e conflitos territorializados, assim como o recrudescimento dos contextos de violência e criminalidade decorrentes da atuação das gangues.

2.2.2.5. Estruturação de Atividades Criminosas

Por fim, uma última dimensão a ser analisada dentro da presente proposta de compreensão do fenômeno das gangues diz respeito aos processos de estruturação de atividades criminosas levados à frente pelos grupos delinquentes. Conforme discutido anteriormente, o fenômeno dos grupos de jovens que compartilham uma identidade comum, sistematicamente envolvidos com práticas violentas e/ou criminosas e conflitos territorializados é um fenômeno que afeta um sem número de centros urbanos, em diversas partes do mundo.

A despeito das expressivas diferenças estruturais, funcionais, morfológicas, criminais, territoriais e ideológicas que marcam as muitas formas de manifestação do problema, há de se ter em foco a essência do fenômeno que, invariavelmente se encontra relacionada a contextos urbanos marcados por forte deterioração física/ambiental, grande concentração de desvantagens, presença precária (e por vezes violenta e corrupta) do Estado, graves indicadores de exclusão social e baixos índices de eficácia coletiva e consolidação normativa.

Seja nas temidas *street gangs* *Crips* e *Bloods* de Los Angeles, passando pela transnacional *Mara Salvatrucha* e pelas violentas facções *Comando Vermelho* e *Terceiro Comando* no Rio de Janeiro, até chegar nas pequenas e territorializadas gangues de Belo Horizonte, Recife e Porto Alegre, parece haver uma estrutura comum claramente identificável compondo a espinha dorsal do problema: inseridos em ambientes historicamente violentos e hostis e confrontados com grande escassez de recursos materiais e

simbólicos, alguns adolescentes e jovens se organizam em formas associativas diferenciais, dentro das quais adquirem melhores condições competitivas para realizar transações (econômicas, simbólicas, afetivas, políticas, sociais, etc) em com seu meio. A lógica que fundamenta esta abordagem é a de tentar identificar e compreender as estruturas básicas que definem o fenômeno das gangues e sem as quais ele não pode existir. A partir do entendimento desta estrutura que se mantém, torna-se possível analisar suas diversas emergências ou formas de auto-organização²⁸.

Sobre uma estrutura genealógica comum, desenvolvem-se diversas formas, funções, estruturas e tipos de grupos delinquentes, sendo que estas emergências são funções diretas da complexa conjunção de arranjos históricos, sociais, políticos, socioespaciais, urbanísticos, culturais e criminais que marcaram o desenvolvimento dos espaços nos quais estas associações surgiram. É exatamente por conta desta intrincada equação que o problema das gangues norte-americanas adquiriu contornos étnicos, função dos fluxos migratórios que impactaram o processo de composição populacional e ocupação segregada das áreas urbanas dos estados Unidos. Na América Central, por sua vez, o problema adquiriu tons políticos em função da histórica instabilidade política da região, flagelada por décadas de guerras civis e regimes autoritários, bem como da característica essencialmente urbana e popular dos movimentos de resistência. E finalmente no Brasil, onde a forma territorializada de estruturação das gangues e facções guarda relação umbilical com os processos de ocupação irregular e precária de vastas áreas do território urbano, decorrentes do modelo de desenvolvimento socioespacial segregador e da presença precária, violenta e corrupta do Estado nas áreas de exclusão social.

Se a forma como as gangues se configuram se mostra profundamente afetada pelas relações que tais grupos estabelecem com seus ambientes externos (afinal constituem justamente uma resposta associativa a este contexto), nada mais natural do que os modelos de estruturação de atividades criminosas também seguirem este padrão adaptativo e responsivo, se moldando em função dos arranjos culturais, sociais e políticos locais. Deste modo, o processo de conformação e desenvolvimento de atividades criminosas ligadas à atividade das gangues também parece responder a uma lógica adaptativa, o que possibilita a identificação de seus principais eixos estruturadores.

²⁸ Nesse sentido, pode-se dizer que o fenômeno das gangues talvez se assemelhe bastante ao que Edgar Morin (2001) define como um “sistema complexo auto organizador”. Um sistema que, em interação constante com o meio no qual se encontra inserido, opera a “produção de si” e a “reorganização de si”, em um nível de organização possivelmente mais alto do que o anterior (MORIN, 2001).

Enquanto as condições estruturais de determinadas comunidades parecem oferecer um vasto espectro de condições favoráveis ao surgimento das gangues, o processo de estruturação de atividades criminosas ligado a elas demonstra ter a capacidade de incentivar profundas modificações nas estruturas, funções, formas e características dos grupos em questão. Da mesma forma que os grupos parecem se adaptar aos ambientes nos quais se encontram inseridos, existem indícios de que eles também modificam progressivamente suas estruturas, funções e modos de agir em função das atividades criminais com as quais se envolvem. Esse caráter dinâmico constituiria uma espécie de resposta adaptativa à menor ou maior complexidade dos processos de estruturação de atividades criminais. Por isso, além das questões contextuais, o entendimento do problema das gangues também precisa levar em consideração o grau de complexidade inerente às atividades criminosas com as quais os grupos se encontram envolvidos (BEATO FILHO & ZILLI, 2010).

Como a perspectiva adotada por este estudo é a de entender as gangues enquanto sistemas complexos, tentando compreender a própria estrutura que as define e garante sua existência, torna-se possível identificar determinados processos (ou atratores) que atuam sobre esta estrutura, modificando suas formas emergentes e, em alguns casos, alterando sua própria natureza. Este é o caso, por exemplo, das atividades criminosas desenvolvidas por certas gangues que, na medida em que se tornam mais complexas, podem chegar até mesmo a alterar a própria essência dos grupos (JUARRERO, 2000).

Seguindo esta linha de raciocínio, torna-se possível compreender o fenômeno da estruturação de atividades criminosas desenvolvidas pelas gangues a partir de uma perspectiva que procura identificar diferentes estágios de organização, seguindo sempre uma escala crescente de complexidade. Obviamente, não se trata aqui de propor um modelo analítico fundamentado em uma perspectiva evolutiva clássica, segundo a qual estágios se sucedem sempre de maneira linear. Dentro da perspectiva dos sistemas complexos, o processo de estruturação de atividades criminosas vinculado às gangues se desenvolve de maneira não linear, com variados graus de complexidade, que oscilam em função de diferentes contextos internos e externos. Trata-se, portanto, de tentar compreender o caráter de auto organização assumido por estes elementos, identificando em que medida a estruturação das gangues impacta os processos de estruturação de atividades criminosas e, ao mesmo tempo, têm sua própria estrutura modificada ou impactada pela complexificação destas atividades. Além disso, torna-se fundamental identificar também os elementos envolvidos na transição entre os diferentes estágios de estruturação identificados.

Em seus estágios iniciais, a estruturação de atividades criminosas ligada à atuação de gangues parece seguir uma lógica mais societária do que econômica, se confundindo com o próprio processo de estruturação dos grupos. Isto leva a que, nesta fase, muitos episódios de guerras entre gangues e grupos criminosos se dêem por motivos banais, muitas vezes com pouca clareza de quais enfrentamentos são motivados por questões pessoais/individuais anteriores à formação dos grupos e aqueles relacionados aos próprios processos de consolidação das gangues. A expressão mais concreta desta desorganização inicial é a infundável seqüência de vinganças, retaliações, *vendetas*, trocas de tiros, traições, crueldades e chacinas de toda a sorte, claramente decorrentes de um processo de redefinição das relações de poder entre as diversas instâncias associativas coexistentes no território.

Aspectos sociais e conflitos interpessoais também contribuem para estabelecer as condições de eclosão da violência. Nesse contexto, as práticas de violência costumam ser perpetradas por grupos de jovens com caráter essencialmente territorializado, estruturados em função de lógicas de exploração de pequenos e rudimentares empreendimentos criminosos locais. Para os jovens envolvidos com as gangues nesta fase, impõe-se a lógica da resposta associativa diferencial, para a obtenção de vantagens competitivas em meio ao ambiente hostil. Se esta hipótese for analisada a partir do caso do Rio de Janeiro, por exemplo, observa-se que esta era a configuração criminal vigente entre os pequenos grupos de jovens moradores de favelas até meados da década de 1970, antes do surgimento do *Comando Vermelho* dentro do sistema prisional (BEATO FILHO & ZILLI, 2010). Paes Manso (2005) descreve de maneira interessante como se estrutura a violência neste contexto.

“Os riscos de ser alvo de vinganças são permanentes, assim como a fama de assassino o transforma em uma ameaça ambulante. Caso ele olhe torto para alguém, o alvo desse olhar pode desconfiar que está sendo jurado e, por causa do receio, ser induzido a matá-lo. Além disso, uma morte pode provocar instantaneamente hostilidades entre conhecidos do autor e da vítima, que passam a se juntar em grupos para travar batalhas e se proteger de eventuais agressões, formando as ‘bancas’ ou ‘famílias’. Nesse cenário, o primeiro assassinato pode ser um caminho sem volta. As novas mortes e a eliminação das ameaças potenciais não solucionam os problemas dos assassinos de maneira definitiva. Pelo contrário. Aparecem novos inimigos querendo vingança, tornando a vida da pessoa ainda mais vulnerável, situação que demanda novas e novas mortes, como se fosse uma bola de neve. Matar pessoas ligadas a ‘bancas fortes’ é ainda mais arriscado, porque a cobrança é certa, e a melhor estratégia acaba sendo aliar-se a grupos rivais para se defender. Por causa dessa engrenagem infalível, a vida de alguém, depois do primeiro homicídio, costuma mudar completamente, e não cometer o segundo assassinato passa a ser algo improvável.” (PAES MANSO, 2005)

Ainda analisando o caso do Rio de Janeiro, pode-se observar que, a partir dos anos 1980, uma conjunção bastante específica de fatores contribuiu para que as gangues se estruturassem em um patamar significativamente mais complexo, caracterizando a transição para o que pode ser considerado um segundo estágio de estruturação de atividades criminosas. Foi neste período que os criminosos ligados à primeira geração do *Comando Vermelho* começaram a deixar as prisões, difundindo entre as gangues locais a idéia da normatização dos conflitos, para que fosse formada uma grande confederação criminosa. Esse processo resultou na consolidação do CV fora do sistema prisional, dando início a um período de intensa competição entre os grupos que se submeteram à facção e aqueles que decidiram continuar independentes.

No Rio de Janeiro, esta etapa foi marcada por um processo seletivo de depuração, caracterizado por violentos conflitos e um grande numero de mortes. Foi neste ponto que teve início a utilização massiva das armas de fogo, consequência direta da maior estruturação da atividade do tráfico de drogas entre os grupos filiados à “legenda” do CV. Complementarmente, observa-se que a lógica que presidia os enfrentamentos entre os grupos começa gradativamente a se deslocar do campo individual/comunitário para a esfera racional/econômica. Também entra em cena de forma sistemática um novo personagem que terá uma contribuição decisiva no processo: o policial violento e corrupto.

Ainda nesta etapa, é justamente a intensificação das atividades criminais, a proeminência e a notabilidade de algumas lideranças de gangues que irá torná-los alvos preferenciais do Sistema de Justiça Criminal, levando a um novo processo de inchaço e renovação dos quadros prisionais ligados aos grupos criminosos. Isso exige que muitas das antigas rivalidades e alianças sejam refeitas para fins de proteção dentro das prisões. Muitas das gangues de Los Angeles, ou até mesmo as *Maras* salvadorenhas sofreram o mesmo tipo de upgrade a partir de formas associativas consolidadas dentro do sistema prisional. No Brasil, o *Comando Vermelho*, o *Terceiro Comando Puro* ou o *PCC* são os exemplos mais notórios. No Rio de Janeiro, este período coincide com os anos 1990 e trata-se de um período de intensos conflitos e grande numero de mortes (BEATO FILHO & ZILLI, 2010).

Neste ponto, torna-se importante ressaltar alguns elementos que aparentemente demarcam a transição entre o primeiro e o segundo estágio de estruturação de atividades criminosas. Em primeiro lugar, nota-se que esta transição se inicia quando se estabelece uma relação dialética entre os processos de complexificação das atividades criminosas e a maior

estruturação dos grupos locais, com ambas as dinâmicas se influenciando mutuamente. A expansão dos empreendimentos criminais exige novas formas de estruturação das gangues juvenis locais; por outro lado, a maior e mais complexa organização destes grupos também os habilita à entrada em novos e mais elaborados processos de estruturação de atividades criminosas. Esta transição muitas vezes é demarcada pela mudança na própria lógica da violência entre os grupos, que se desloca do âmbito pessoal/comunitário, para um pólo mais racional/econômico.

Outros dois elementos também parecem demarcar a transição do primeiro para o segundo estágio: (1) a intensificação dos processos de alianças e rivalidades das gangues dentro do sistema prisional (com o estabelecimento e a manutenção de uma relação quase que indissociável entre integrantes que estão dentro e fora dos presídios); (2) a incorporação sistemática de esquemas de corrupção e violência policial ao contexto das favelas (aspecto que torna o ambiente ainda mais hostil e empurra as gangues para formas mais elaboradas de estruturação). Enquanto o que se define aqui como uma espécie de primeira etapa de estruturação de atividades criminosas se mostra fortemente marcado por um caráter desorganizado e territorializado, a segunda fase já se faz notar por processos de maior estruturação e competição entre as gangues, bem como pelo deslocamento da lógica dos enfrentamentos para um âmbito mais racional/utilitário. Sendo que a transição entre uma etapa e outra parece envolver o estabelecimento de alianças dentro do sistema prisional e a presença sistemática de esquemas de corrupção policial e judiciária (BEATO FILHO & ZILLI, 2010).

Uma espécie de terceiro estágio de estruturação de atividades criminosas parece ter início quando o processo seletivo entre os grupos se acirra, provocando o enfraquecimento de alguns competidores e, conseqüentemente, o predomínio de outros. No Rio de Janeiro, por exemplo, este estágio pôde ser verificado na transição dos anos 1990 para 2000, período em que houve o recrudescimento da violência entre os grupos territoriais ligados às facções criminosas, seguido de um predomínio do *Comando Vermelho* sobre as demais facções. Este processo demarca de maneira clara uma iniciativa mais estruturada de eliminação da concorrência que, por sua vez, é fruto de uma maior complexificação dos grupos e sua adesão a dinâmicas criminais mais complexas.

O final desta etapa parece ser marcada por uma tentativa de se minimizar os conflitos entre grupos, através de formas radicais de controle de mercado. Além disso,

especificamente no Rio de Janeiro, há de se levar em consideração a entrada em cena de um novo jogador neste complexo tabuleiro: as milícias. A consolidação do domínio territorial de diversas favelas por grupos milicianos provocou a expansão das atividades comerciais criminosas que, a partir de então, não se limitaram ao tráfico de drogas, mas estenderam-se a diversos outros tipos de atividades ilegais, tais como a venda de serviços públicos, a provisão irregular de bens como gás, transporte e segurança, e até mesmo prostituição (BEATO FILHO & ZILLI, 2010).

A dinâmica mais importante desta fase é o particionamento de produtos e territórios, de forma a minimizar conflitos. Assim, cooperação entre grupos e cooptação de policiais pode ser uma alternativa melhor do que a guerra entre facções. Violência em excesso não é uma boa opção para as gangues, que passam a pautar-se crescentemente pela lógica econômica, e pela expansão de mecanismos de controle e monopólio de mercados. No cenário da violência carioca, o ingresso das milícias constitui uma indicação clara deste processo, na busca da reorganização das atividades criminosas em outro patamar. No caso colombiano, foram os paramilitares que cumpriram este papel.

Obviamente, não se trata de afirmar aqui que esta lógica de estruturação de atividades criminosas é um processo universalmente difundido e inexoravelmente verificado em todos os contextos urbanos assolados pela presença de gangues ou grupos de jovens que partilham de uma identidade comum, sistematicamente envolvidos com práticas violentas e/ou criminosas e conflitos territorializados. Não se trabalha com a idéia de que existe um processo evolutivo linear e compartilhado, ao qual as gangues estão inevitavelmente fadadas, caso o problema não sofra quaisquer intervenções externas. Trata-se apenas de construir um modelo analítico que busca identificar padrões recorrentes em processos de estruturação que, em várias partes do mundo, tiveram seu início a partir da conformação de grupos de jovens delinquentes com atuação territorializada e hoje demonstram características organizacionais de grandes empreendimentos criminosos, com a lógica dos conflitos se deslocando do âmbito pessoal/comunitário para uma vertente mais utilitária/econômica (JANKOWSKI, 1991).

Conforme dito anteriormente, estes processos se verificaram não apenas no Rio de Janeiro, como também em São Paulo (com o PCC) e algumas regiões dos Estados Unidos e na América Latina. Nos três contextos, a questão de um ambiente prisional violento e corrupto parece ter tido participação central no processo de maior estruturação dos grupos. Há de se identificar, no entanto, elementos específicos que também contribuíram. No Rio de

Janeiro, o envolvimento de presos políticos e presos comuns dentro das prisões; nos Estados Unidos, o modelo de urbanização marcado por fortes dinâmicas de segregação étnica e socioespacial; na América Latina, os contextos de regimes ditatoriais e envolvimento de movimentos guerrilheiros com as gangues juvenis.

Por fim, há de se observar que os casos elencados demonstram que cada estágio parece exigir intervenções de naturezas distintas. No estágio inicial, intervenções sociais seriam suficientes, a um custo relativamente baixo. Quando se perde esta oportunidade, já no segundo estágio, torna-se necessário agregar um custo a mais, relativo ao estabelecimento de condições que na verdade nunca foram dadas (a provisão de segurança e justiça). Já no terceiro estágio, se nada tiver sido feito anteriormente, as condições serão ainda mais adversas, pois toma curso um processo com capacidade de corrosão institucional mais elevada, embora com grau de violência menor (BEATO FILHO & ZILLI, 2010).

O Rio de Janeiro, por exemplo, parece vivenciar hoje uma situação com predomínio de elementos do segundo e do terceiro estágio. Dessa maneira, torna-se inevitável a adoção de estratégias visando o restabelecimento da ordem, retomada de territórios e erradicação das armas de fogo nestes locais. Sem estas, ações sociais serão inócuas. Nas comunidades que já vivenciam o domínio de milícias, como tem sido fartamente documentado pela imprensa carioca, terão que ser utilizadas medidas de cunho regulatório mais amplo, ao invés das meramente policiais. Cada fase merece um tipo particular de intervenção.

2.2.2.6. Breve Análise do Contexto Teórico

A partir deste contexto teórico, torna-se possível extrair categorias ou eixos de análise que são importantes para compreender de maneira complexa o problema da associação de adolescentes e jovens que partilham de uma identidade comum, em grupos sistematicamente envolvidos com práticas violentas e/ou criminosas e conflitos territorializados. Conforme dito anteriormente, trabalha-se com a hipótese de que a consolidação de tais grupos constitui uma espécie de resposta associativa diferencial que alguns jovens oferecem a contextos de degradação urbanística/ambiental, presença precária do Estado, violência e exclusão social existentes nas favelas e bairros de periferia de grandes centros urbanos. Nestes ambientes hostis, o pertencimento às gangues garante a esses atores uma série de vantagens competitivas, principalmente na realização de transações materiais e simbólicas com outros atores e com o próprio ambiente.

A partir deste arcabouço estrutural comum, torna-se possível compreender melhor como se dá o processo de formação de diferentes tipos de gangues ao redor do mundo, justamente na tentativa de oferecer melhores respostas adaptativas às dinâmicas históricas, políticas, econômicas, espaciais, sociais e criminais que perpassam os territórios urbanos. O que os contextos empírico e teórico demonstram é que pelo menos cinco eixos de análise devem ser levados em consideração: (1) Contexto socioespacial ou ambiental; (2) aspectos subculturais e simbólicos; (3) dinâmicas de conflitos e territorialidade; (4) grupos de pares e seus impactos nos processos de aprendizado social/associação diferencial; (5) processos de estruturação de atividades criminosas.

Sendo que, especialmente no caso dos processos de estruturação de atividades criminosas, há de se levar em consideração os impactos que estas dinâmicas projetam sobre a própria conformação dos grupos delinquentes. Assim como o envolvimento em novas modalidades criminosas exige das gangues diferentes formas de estruturação, a maior consolidação dos grupos propicia novas oportunidades de complexificação das atividades criminosas. Em termos sistêmicos, o envolvimento em práticas criminosas talvez seja o “atrator” que mais demonstra potencial para provocar alterações e reestruturações na própria estrutura do fenômeno das gangues.

Nessa perspectiva, propõe-se aqui contribuir para a discussão do problema da violência entre jovens de periferia mediante a realização de um estudo de caso do fenômeno das gangues na região metropolitana de Belo Horizonte. Na próxima seção, serão detalhados os procedimentos metodológicos adotados para a coleta dos dados.

Capítulo III – Dados e Metodologia

3.1. Dados

Em virtude da complexidade do problema a ser compreendido, este estudo desenvolveu seus trabalhos em duas frentes de investigação distintas, porém complementares: a primeira tenta identificar quais são os contornos estruturais, territoriais, funcionais e criminais assumidos pelo fenômeno das gangues na região metropolitana de Belo Horizonte; a segunda tenta compreender, empiricamente, como determinadas dimensões estruturais²⁹ se articulam no sentido de configurar o fenômeno da maneira como ele se manifesta na RMBH. Todas estas análises foram realizadas a partir de uma grande massa de dados primários e secundários, tanto qualitativos, quanto quantitativos.

3.1.1. Dados sobre o fenômeno das Gangues na RMBH

Como foi dito anteriormente, a primeira frente de trabalho deste estudo teve como objetivo oferecer ao leitor uma perspectiva mais abrangente e contextualizada do fenômeno das gangues na região metropolitana de Belo Horizonte. Para tanto, utilizou-se um grande volume de dados quantitativos e qualitativos, produzidos entre os anos de 2007 e 2009 pelas polícias Civil e Militar, por meio do “Grupo de Monitoramento de Gangues” (GMG). Trata-se de uma instância interinstitucional de inteligência policial que tem como objetivos principais a elaboração de diagnósticos e o desenvolvimento de estratégias de enfrentamento ao problema das gangues que atuam na RMBH. O acesso a estes dados foi obtido por meio de parceria firmada entre a Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDS) e o Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (CRISP/UFGM), por ocasião da criação e implementação do referido grupo de inteligência, no segundo semestre de 2007.

De maneira geral, os dados disponibilizados pelo GMG têm duas origens: registros oficiais feitos por meio de inquéritos policiais e boletins de ocorrência (ou, como são chamados os B.O. em Minas Gerais, “Registro de Evento de Defesa Social-REDS”), e uma grande base de dados digitalizada de registros informais elaborados por agentes que trabalham em unidades operacionais das polícias Civil e Militar. Durante dois anos, o GMG coletou, sistematizou e analisou dados referentes a gangues que atuam em 16 favelas da RMBH, a saber:

²⁹ (1) Contexto socioespacial ou ambiental; (2) aspectos subculturais e simbólicos; (3) dinâmicas de conflitos e territorialidade; (4) grupos de pares e seus impactos nos processos de aprendizado social/associação diferencial; (5) processos de estruturação de atividades criminosas.

- 1- **Aglomerado da Serra** (Região Centro-Sul de Belo Horizonte)
- 2- **Aglomerado do Borel** (Região de Venda Nova em Belo Horizonte)
- 3- **Conjunto Felicidade** (Região Norte de Belo Horizonte)
- 4- **Pedreira Prado Lopes** (Região Noroeste de Belo Horizonte)
- 5- **Cabana do Pai Tomás** (Região Oeste de Belo Horizonte)
- 6- **Morro das Pedras/Ventosa** (Região Oeste de Belo Horizonte)
- 7- **Vila Pinho** (Região do Barreiro em Belo Horizonte)
- 8- **Vila Itaipu** (Região do Barreiro em Belo Horizonte)
- 9- **Vila Ideal** (Ibirité)
- 10- **Morro Alto** (Vespasiano)
- 11- **Jardim Teresópolis** (Betim)
- 12- **PTB** (Betim)
- 13- **Citrolândia** (Betim)
- 14- **Jardim das Alterosas** (Betim)
- 15- **Parque São João** (Contagem)
- 16- **Vila Frigodiniz** (Contagem)

Na tentativa de suavizar o possível viés policial dos levantamentos produzidos pelo Grupo de Monitoramento de Gangues, os dados foram confrontados com informações de diversas pesquisas etnografias, realizadas por integrantes do CRISP/UFMG entre agosto de 2005 e março de 2010, em algumas das favelas elencadas anteriormente. Estes diagnósticos criminais locais foram produzidos para subsidiar a implementação do programa estadual de controle de homicídios “Fica Vivo!”. Dada a complexidade do fenômeno das gangues e as inevitáveis limitações do trabalho de inteligência policial, não se trabalhou com o pressuposto de que as pesquisas etnografias do CRISP e os dados produzidos pelo GMG constituem um diagnóstico fiel do problema na RMBH. No entanto, acredita-se que eles são capazes de oferecer uma visão geral da questão, compondo o quadro empírico do problema da violência ligada às gangues na região metropolitana de Belo Horizonte.

3.1.2. Relatos Orais sobre o fenômeno das gangues na RMBH

O cerne deste estudo, no entanto, está baseado em 40 entrevistas em profundidade, realizadas entre março de 2009 e outubro de 2010, junto a adolescentes e jovens que, à época, cumpriam medida socioeducativa de internação em três unidades vinculadas à SEDS e localizadas na RMBH³⁰. Diante do problema a ser estudado, foram selecionados para as entrevistas jovens sentenciados por envolvimento em atos infracionais análogos a crimes

³⁰ A pesquisa foi realizada nas seguintes unidades de internação: Centro de Internação Provisória São Benedito (CEIP São Benedito, bairro Santa Tereza, Belo Horizonte), Centro Socioeducativo Santa Clara (CSESC, bairro Capitão Eduardo, Belo Horizonte) e Centro Socioeducativo de Justinópolis (CSEJ, Ribeirão das Neves).

como homicídios, tentativas de homicídio tráfico de drogas, associação para o tráfico de drogas, assaltos, porte ilegal de armas e formação de quadrilha³¹.

Somadas, as transcrições das 40 entrevistas compuseram uma base de dados de 450 páginas de texto. As informações coletadas foram categorizadas, permitindo compor um perfil socioeconômico e criminal médio dos entrevistados a partir das seguintes variáveis:

Variáveis de Caracterização Socioeconômica, Familiar e Escolar	
1- Idade	12- Relação com o Pai
2- Cor/Raça	13- Estuda (Sim/Não)
3- Cidade	14- Estudava ao ser apreendido 1ª vez (Sim/Não)
4- Bairro	15- Estudava ao ser apreendido pela última vez (Sim/Não)
5- Tem filhos (Sim/Não)	16- Última série cursada fora do centro
6- Quantos filhos	17- Defasagem escolar (Sim/Não)
7- Estado civil	18- Anos de defasagem escolar
8- Histórico de violência doméstica (Sim/Não)	19- Expulsão da escola (Sim/Não)
9- Irmãos (Sim/Não)	20- Quantas expulsões
10- Quantos irmãos	21- Histórico de brigas na escola (Sim/Não)
11- Responsável	22- Quantos bairros já morou

Variáveis de Caracterização Infracional	
1- Uso de drogas (Sim/Não)	12- Motivação dos Homicídios (1º, 2º e 3º)
2- Com quantos anos começou a usar drogas	13- Quantas apreensões
3- Idade em que cometeu o primeiro crime	14- Idade na primeira apreensão
4- Envolvimento por meio de qual crime	15- Pertencimento a gangues (Sim/Não)
5- Envolvimento com furto (Sim/Não)	16- Número de membros da gangue
6- Envolvimento com roubo (Sim/Não)	17- Já foi vítima de violência policial (Sim/Não)
7- Envolvimento com tráfico (Sim/Não)	18- Já foi vítima de extorsão policial (Sim/Não)
8- Envolvimento com porte ilegal de armas (Sim/Não)	19- Já participou de confronto armado com outras gangues (Sim/Não)
9- Envolvimento com tentativa de homicídio (Sim/Não)	20- Já participou de confronto armado com polícia (Sim/Não)
10- Envolvimento com homicídio consumado (Sim/Não)	21- Renda média semanal no tráfico
11- Quantos homicídios consumados	22- Droga mais vendida do tráfico

³¹ As entrevistas utilizadas para subsidiar o presente estudo foram realizadas dentro do projeto “Jovens de Periferia em Conflito com a Lei”, iniciativa de pesquisa coordenada pela professora Joana Domingues Vargas (UFRJ) e financiada pelo CNPq e FAPEMIG durante o ano de 2009.

Na tentativa de compreender de maneira mais aprofundada como se configura, na RMBH, o problema da associação de adolescentes e jovens que compartilham uma identidade comum, em grupos sistematicamente envolvidos com práticas violentas e/ou criminosas e conflitos territorializados, as informações coletadas durante as entrevistas foram organizadas em função de cinco eixos temáticos de análise, a saber:

- (1) Contexto socioespacial ou ambiental;
- (2) Aspectos subculturais e simbólicos;
- (3) Dinâmicas de conflitos e territorialidade;
- (4) Grupos de pares e seus impactos nos processos de aprendizado social/associação diferencial;
- (5) Processos de estruturação de atividades criminosas.

Por meio desta divisão analítica, acredita-se ser possível não apenas identificar, nas gangues na RMBH, a mesma estrutura geral que define e permite a existência do fenômeno em diversas partes do mundo, como também compreender melhor suas muitas formas de manifestação e diferentes níveis de envolvimento com dinâmicas de criminalidade. Além disso, torna-se possível também entender como determinadas conjunturas socioespaciais, urbanísticas, culturais, simbólicas, territoriais, grupais e criminais se articularam nas favelas e bairros de periferia da região metropolitana de Belo Horizonte, no sentido de criarem um ambiente propício para a emergência destas diferentes manifestações.

3.2. Metodologia

O acesso aos informantes só se deu após um longo processo de negociação com a Subsecretaria de Atendimento às Medidas Socioeducativas (SUASE), órgão do Governo do Estado responsável pela aplicação das medidas socioeducativas de privação de liberdade. A realização da pesquisa foi formalmente autorizada pelo Juizado da Infância e da Juventude, mediante conhecimento e aquiescência do Ministério Público de Minas Gerais. Seguindo o que determina o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)³², todas as entrevistas foram realizadas em salas reservadas dentro das próprias unidades de internação, sem qualquer acompanhamento por parte de agentes de segurança ou mesmo de outros funcionários, de modo a não expor o informante perante seus pares, ou de qualquer outro servidor que tenha contato com eles.

³² O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em seu capítulo II, artigo 100, parágrafo único, inciso V determina que a aplicação de medidas de proteção ao adolescente será efetivada mediante respeito a seu direito à privacidade, intimidade, direito à imagem e reserva de sua vida privada.

O processo de seleção dos jovens a serem entrevistados se deu a partir da leitura integral e detalhada de dezenas de prontuários disponibilizados pelos centros de internação. Os prontuários são uma espécie de dossiê que a SUASE passa a compor sobre cada adolescente ou jovem, a partir do momento de sua primeira entrada em alguma unidade de aplicação de medida socioeducativa estadual (Semiliberdade ou Internação). Nesta pasta, constam todos os dados de caracterização socioeconômica dos jovens e de suas famílias, bem como documentos referentes à sua trajetória criminal oficialmente registrada. Além disso, os prontuários registram a rotina dos jovens dentro de cada unidade de internação, o trâmite jurídico de seus processos (com depoimentos e sentenças anexados ao volume) e seus atendimentos realizados pela junta de psicólogos e assistentes sociais dos centros.

Desnecessário dizer que, por si só, a leitura destes documentos já forneceria material riquíssimo para pesquisa sobre o envolvimento de adolescentes e jovens em dinâmicas de criminalidade violenta. Especificamente para esta pesquisa, os prontuários foram utilizados como uma primeira forma de acesso à história de vida destes jovens, de modo a possibilitar uma seleção mais precisa dos 40 informantes que seriam entrevistados em profundidade. Diante do interesse em compreender o fenômeno das gangues, foram selecionados indivíduos que, de acordo com os prontuários, melhor se enquadravam na definição de “jovens que compartilham uma identidade comum, associados a grupos sistematicamente envolvidos com práticas violentas e/ou criminosas e conflitos territorializados”.

Em cada um dos três centros de internação, as informações contidas nos prontuários foram categorizadas, de modo a compor um perfil socioeconômico e criminal médio destes informantes em função de variáveis previamente definidas. Além disso, os dados coletados foram utilizados para subsidiar a realização das entrevistas, como instrumento de orientação das conversas (na tentativa de influenciar o mínimo possível a fala dos informantes, eles não foram informados de que houve um estudo preliminar de seus prontuários). A coleta de informações nos prontuários e as entrevistas foram orientadas pelo seguinte roteiro:

CrITÉRIOS para a seleção dos jovens a serem entrevistados	
Local de Habitação	Bairros pobres, favelas violentas e não violentas
Tipo de ato infracional	Confronto com a polícia, furto e/ou roubo, tráfico de drogas, homicídio consumado e homicídio tentado
Idade	A partir de 15 anos
Grupos de Pares	Associação a grupos de jovens que compartilham uma identidade comum e são sistematicamente envolvidos com práticas violentas e/ou criminosas e conflitos territorializados

Variáveis a serem abordadas durante as entrevistas	
Variáveis Descritivas, História Social e Penal (informações contidas no prontuário)	
Data de nascimento e Idade	Perfil social familiar
Raça	Histórico escolar
Sexo	Contexto urbano
Estado Civil	Economia da família
Se possui filhos. Quantos?	Histórico de violência familiar
Escolaridade / estuda atualmente / tipo de escola	Comportamento do jovem dentro da instituição
Se trabalha / profissão / renda individual	Pertencimento ou envolvimento com gangues
Renda familiar	Participação em grupos não delinquentes (Grupo de jovens, banda de música, grupo de teatro, associação estudantil, associação de bairro, etc)
Uso de drogas (frequente ou eventual)	Trajatória infracional
História de Vida (narrada pelo adolescente)	
Sobre a família	Narrativa sobre o envolvimento com crime
Sobre a infância	Narrativa sobre pertencimento a gangues
Relação com irmãos	Narrativa sobre trajetória criminal
Sobre a escola	Narrativa sobre conflitos territorializados
Descrição do contexto urbano	Como é tratado pela população
Experiências e modos de vida	Como acredita ser visto pela população
Aspirações	Como vê a população
Amigos / relação com amigos	Relação com a polícia
Relações afetivas e amorosas	Relação com o Sistema de Justiça

Em todos os centros de internação, as entrevistas foram realizadas de acordo com o seguinte procedimento: os jovens previamente selecionados eram retirados de seus alojamentos e levados a uma sala reservada, onde se assentavam em uma mesa de frente com o pesquisador. Com os agentes de segurança do lado de fora da sala (e com a porta fechada), o pesquisador apresentava detalhadamente o estudo em questão, bem como sua metodologia (informando, inclusive, que as conversas seriam gravadas). Após os esclarecimentos, o jovem era convidado a participar voluntariamente do estudo, na condição de informante que teria sua identidade completamente preservada. Caso o jovem aceitasse participar do projeto, era apresentado a ele um termo de consentimento livre e esclarecido para assinatura prévia. Caso ele se recusasse, o pesquisador interrompia imediatamente a conversa, agradecia a atenção do jovem, que retornava para seu alojamento.

Ao todo, apenas quatro jovens não manifestaram interesse em participar da pesquisa e tiveram que ser substituídos por outros informantes. Antes do início de cada entrevista, o pesquisador voltava a assegurar que, apesar da gravação do áudio da conversa, o jovem teria sua identidade preservada. Além disso, ressaltava que a entrevista poderia ser interrompida a qualquer momento, a pedido do próprio entrevistado. De maneira geral, nenhum dos 40

informantes ouvidos demonstrou desconforto com a gravação das conversas e não houve qualquer pedido de interrupção das entrevistas. No Centro Socioeducativo Santa Clara, foram realizadas 16 entrevistas; já no Centro de Internação Provisória São Benedito foram 9 entrevistados; outras 15 foram feitas no Centro Socioeducativo de Justinópolis.

Em termos estritamente metodológicos, optou-se por utilizar a técnica dos relatos orais justamente em função da imensa complexidade do fenômeno das gangues e da grande dificuldade de obtenção de dados confiáveis sobre o tema. Além de ajudar na superação do viés policial, a técnica dos relatos orais permite esclarecer aspectos subjetivos dos processos sociais, elucidando como uma série de processos é vivenciada, sentida, percebida e experimentada e significada pelos próprios adolescentes e jovens envolvidos na dinâmica dos grupos delinquentes (PEREIRA, 1991).

Além disso, esta metodologia também se mostra bastante adequada à compreensão dos processos de mudança social, uma vez que traz a tona as mais diversas variáveis contextuais envolvidas nas tomadas de decisões individuais e grupais, principalmente em cenários volúveis, dinâmicos e cheios de tensão, como é o caso, por exemplo, da violência entre jovens e suas gangues. Nas palavras de Lígia Pereira (1991):

“Os relatos orais reintroduzem a dimensão tempo na investigação sociológica, através de ciclo de vida e da mobilidade social. O método biográfico permite mais que qualquer outro, dar um sentido à noção de desenrolar do processo. Embora os sociólogos trabalhem frequentemente com processos sociais, em geral seus métodos os impedem de captá-los concretamente. Já a história de vida descreve a sequência de interação nas quais novas vias de ação coletiva e individual são projetadas e novos aspectos de personalidade surgem.” (PEREIRA, 1991)

Por fim, como ressaltam Pereira (1991) e Queiroz (1987), ainda que não adote critérios de representatividade estatística, a metodologia de relatos orais também possibilita o estabelecimento de generalizações a partir do conhecimento adquirido pelas entrevistas. Isso se torna possível a partir do momento em que um número suficientemente grande de depoimentos independentes provoca a “saturação” de uma determinada informação. Quando uma informação qualquer é exaustivamente repetida e confirmada por diversas fontes ouvidas separadamente, pode-se inferir que ela é generalizável. Obviamente, não existe um número padrão que permita ao pesquisador saber quando deve encerrar seu ciclo de entrevistas. Isso varia de acordo com o assunto pesquisado, com o universo estudado e com a própria proposta da pesquisa. Cabe ao próprio pesquisador perceber quando os relatos começam a se repetir e já são passíveis de serem considerados generalizáveis.

Capítulo IV – Gangues, Violência e Criminalidade na Região Metropolitana de Belo Horizonte

Na região metropolitana de Belo Horizonte, assim como ocorre em outras grandes metrópoles, a forma como se estrutura e se manifesta o problema da violência entre grupos de jovens delinquentes ou gangues guarda relação bastante estreita com a configuração ambiental e urbanística assumida pelos municípios. Ao longo das últimas seis décadas, o pólo metropolitano (formado pelas cidades de Belo Horizonte, Contagem, Betim, Ribeirão das Neves, Ibirité, Santa Luzia, Sabará e Vespasiano) vivenciou um intenso processo de adensamento populacional e expansão de sua malha urbana, sustentado, em grande parte, por fluxos desordenados de ocupação precária e irregular de largas porções do território destes municípios.

Em termos socioespaciais, o resultado mais perverso deste processo foi o surgimento de centenas de vilas, favelas e assentamentos irregulares, territórios historicamente caracterizados por forte exclusão social, segregação espacial, presença precária do Estado, baixa consolidação normativa e violência interpessoal e institucional. Em muitas destas localidades, boa parte dos altos índices de homicídios se relaciona com a atuação de grupos de jovens delinquentes, envolvidos com uma vasta gama de atividades criminosas e conflitos territorializados. Também na RMBH, o surgimento de diversas gangues se deu como uma espécie de resposta associativa e adaptativa diferencial que alguns adolescentes e jovens adotaram para obter melhores condições de realizar transações (materiais e simbólicas) com os ambientes hostis nos quais se encontravam inseridos.

Assim como ocorre em praticamente todas as capitais brasileiras, grande parte dos homicídios registrados na RMBH se dá em vilas, favelas e bairros de periferia, quase sempre vitimando jovens e invariavelmente relacionados a conflitos armados travados entre gangues rivais. A existência de um padrão tão específico de distribuição espacial destes crimes torna claro que a compreensão do problema passa necessariamente pelo entendimento da relação que se estabelece entre processos de configuração urbana, segregação socioespacial e a conformação de estruturas de sociabilidade que levam à produção deste tipo de violência.

No caso específico da RMBH, a compreensão mais apurada de como se deu o processo de urbanização das cidades que compõem o pólo metropolitano ajuda não apenas a compreender melhor a forma como se estruturou o fenômeno das gangues na região, como também as principais características assumidas por suas práticas de violência e criminalidade.

4.1. Contexto Urbano e Criminal da RMBH

Ao longo dos últimos 60 anos, a região metropolitana de Belo Horizonte vivenciou um dos maiores e mais intensos processos de urbanização e adensamento populacional da história recente do Brasil. Apenas entre 1950 e 2010, a população da RMBH se multiplicou por dez. Para que se tenha uma idéia da força desta dinâmica, basta observar que, em termos proporcionais, a capital mineira foi a que registrou o menor crescimento durante o período, quando comparada com os outros sete municípios que também integram o pólo metropolitano: 573%, contra impressionantes 9.914% de Contagem, 6.846% de Ribeirão das Neves e 6.958% de Ibirité. Ao longo das últimas seis décadas, a população da região metropolitana cresceu, em média, 43% a cada dez anos. As tabelas a seguir ilustram esses processos.

Tabela XI – Crescimento da População na RMBH – 1950/2010

Municípios	População							
	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010	Crescimento 1950-2010 (%)
Belo Horizonte	352.724	683.908	1.235.030	1.780.855	2.020.161	2.238.526	2.375.444	573%
Betim	16.376	26.409	37.815	84.183	170.934	306.675	377.547	2.205%
Contagem	6.022	27.914	111.235	280.477	449.588	538.017	603.048	9.914%
Ibirité	2.253	3.952	13.946	31.939	78.090	133.044	159.026	6.958%
Ribeirão das Neves	4.267	6.387	9.707	67.257	143.853	246.846	296.376	6.846%
Sabará	15.748	23.081	45.149	64.204	89.740	115.352	126.219	701%
Santa Luzia	8.437	12.573	25.301	59.892	137.825	184.903	203.184	2.308%
Vespasiano	5.610	8.331	12.429	17.924	48.012	76.422	104.612	1.765%
RMBH	411.437	792.555	1.490.612	2.386.731	3.138.203	3.839.785	4.245.456	932%

Fonte: IBGE / Censos Demográficos

Tabela XII – Média de Crescimento Decenal da População da RMBH – 1950/2010

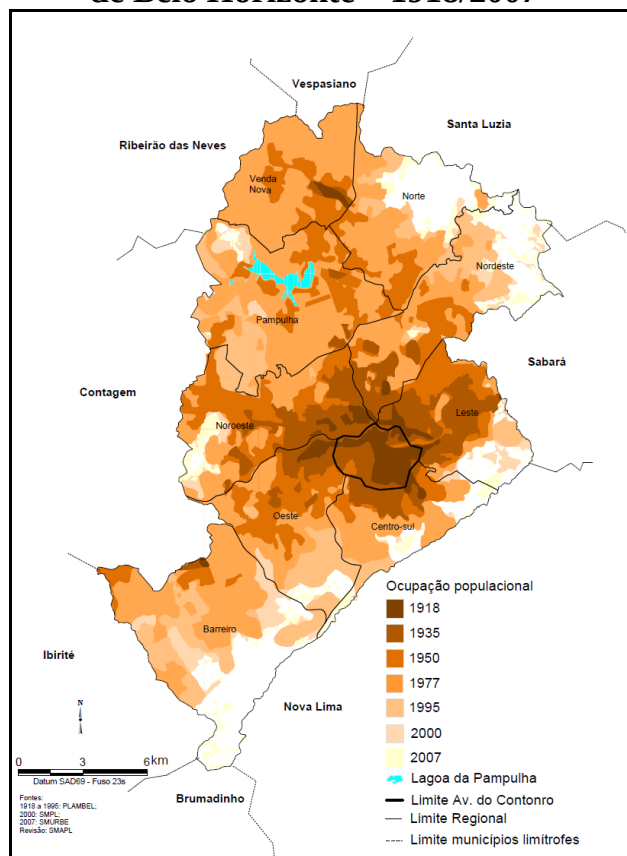
	1950-1960	1960-1970	1970-1980	1980-1991	1991-1996	1996-2000	2000-2010	Média de Crescimento por Década entre 1950 e 2010 (%)
Belo Horizonte	93,89	80,58	44,20	13,44	3,52	7,04	6,12	35,54
Betim	61,27	43,19	122,62	103,05	45,93	22,94	23,11	60,30
Contagem	363,53	298,49	152,15	60,29	9,51	9,28	12,09	129,33
Ibirité	75,41	252,88	129,02	144,50	36,74	24,60	19,53	97,53
Ribeirão das Neves	49,68	51,98	592,87	113,89	36,96	25,29	20,07	127,25
Sabará	46,56	95,61	42,20	39,77	12,03	14,73	9,42	37,19
Santa Luzia	49,02	101,23	136,72	130,12	11,67	20,13	9,89	65,54
Vespasiano	48,50	49,19	44,21	167,86	26,95	25,38	36,89	57,00
RMBH	92,63	88,08	60,12	31,49	10,01	11,22	10,56	43,44

Fonte: IBGE / Censos Demográficos

Em termos espaciais, os dados do IBGE indicam com bastante clareza que o modelo de urbanização e ocupação do território vivenciado pela RMBH se deu a partir de uma lógica “centro-periferia”, com as regiões centrais concentrando as melhores estruturas de habitação e de serviços e as periferias concentrando desvantagens gerais de infraestrutura. Analisando a região metropolitana como um todo, Belo Horizonte exerceu este papel de “centro”, até mesmo em função de ser o principal núcleo de ocupação. Cidades como Contagem, Betim, Ribeirão das Neves, Ibirité, Vespasiano e Santa Luzia, por sua vez, ocuparam o papel de “periferia”, no sentido de concentrarem piores indicadores de desenvolvimento humano, bem como uma série de desvantagens estruturais e urbanísticas.

Mesmo em termos internos, todas as cidades da RMBH replicaram o modelo de desenvolvimento “centro-periferia”. Em Belo Horizonte, por exemplo, são as regiões centrais (especialmente a centro-sul) que concentram os melhores indicadores de desenvolvimento humano e a melhor infraestrutura habitacional e de serviços, com os bairros de periferia agregando toda sorte de desvantagens. O mapa a seguir ilustra essa dinâmica de ocupação e desenvolvimento para a capital mineira.

Mapa V – Evolução da Mancha de Ocupação Populacional de Belo Horizonte – 1918/2007

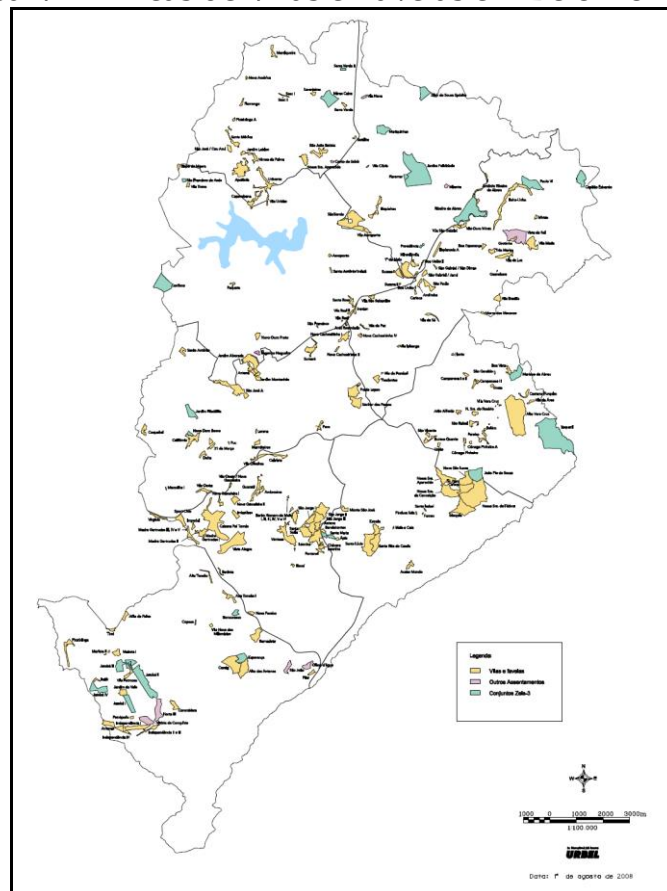


Fonte: PBH / Urbel - 2008

De certo modo, pode-se dizer que boa parte do processo de urbanização da região metropolitana de Belo Horizonte seguiu uma lógica parecida com aquilo que Mike Davis (2006) define como um processo de “favelização”. Durante os anos 60, 70 e 80, parte significativa do crescimento e da ocupação das periferias urbanas da RMBH se deu por meio do surgimento de vilas, favelas, conjuntos habitacionais populares e outros assentamentos irregulares, que passaram a concentrar partes expressivas da população, a despeito da área territorial relativamente pequena que ocupam.

Segundo dados da Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte (URBEL), a capital mineira tem hoje 208 vilas, favelas e assentamentos irregulares que ocupam uma área total de 16,75 km² (apenas 5,06% do território total da cidade, que possui 331 km²). Ainda segundo a Prefeitura de BH, estes aglomerados abrigam uma população de 471.344 habitantes, o que corresponde a 19,53% da população total da cidade, que gira em torno de 2,4 milhões de habitantes. O mapa a seguir ilustra a distribuição geográfica das vilas, favelas, conjuntos habitacionais populares e assentamentos irregulares de Belo Horizonte.

Mapa VI – Áreas de Vilas e Favelas em Belo Horizonte

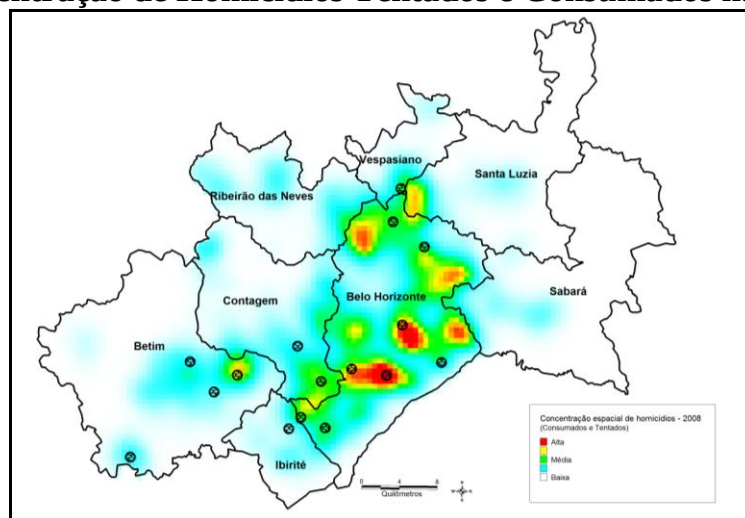


Fonte: PBH / Urbel - 2008

Em termos criminológicos, a importância de lançar luzes sobre o processo de urbanização vivenciado pela RMBH pode ser observada na correspondência que se estabeleceu entre a distribuição geográfica das vilas, favelas e assentamentos irregulares e os padrões de concentração espacial dos crimes de homicídio tentado e consumado. Os mapas a seguir, elaborados a partir de Registros de Eventos de Defesa Social (REDS), ilustram o padrão de concentração espacial dos assassinatos e tentativas de assassinato registrados na RMBH durante os anos de 2008 e 2009³³. Os pequenos círculos inseridos nos mapas representam pontos centrais de 16 favelas com grande histórico de violência³⁴.

Especialmente em Belo Horizonte, é possível observar que as manchas de concentração de homicídios tentados e consumados seguem praticamente o mesmo padrão de distribuição geográfica das favelas e assentamentos irregulares. Isso também pode ser observado nas demais cidades, principalmente em favelas que ficam em áreas de divisa entre municípios, localidades tradicionalmente abandonadas pelo poder público e pelas forças de segurança, sob a alegação de que se tratam de territórios pertencentes à outra jurisdição.

Mapa VII – Concentração de Homicídios Tentados e Consumados na RMBH - 2008

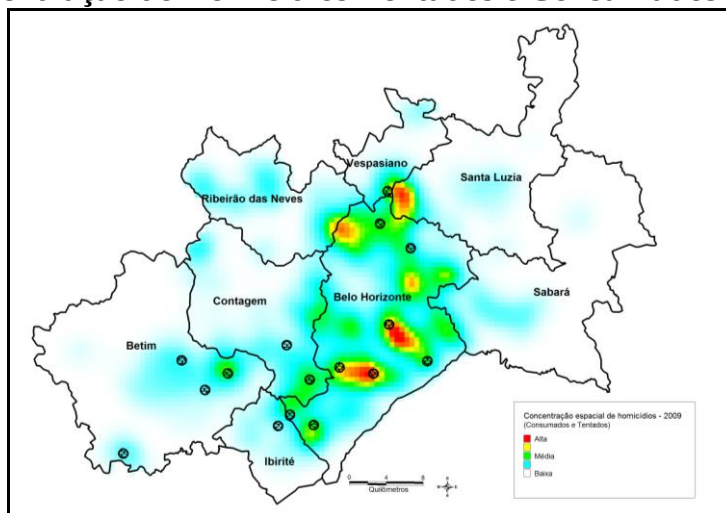


Fonte: Registros de Eventos de Defesa Social (REDS)

³³ Optou-se aqui por analisar conjuntamente os crimes de homicídio tentados e consumados por duas razões: a primeira, de ordem prática, se deve ao fato de as manchas de concentração espacial de ambos os crimes demonstrarem padrões bastante semelhantes; a segunda, de ordem teórica, pode ser atribuída à crença de que tanto os homicídios consumados quanto os tentados derivam das mesmas dinâmicas sociais e criminais, devendo, portanto, serem tratados como fenômenos semelhantes. Em termos concretos, a única separação que se pode fazer entre eles é jurídica, uma vez que o homicídio tentado nada mais é do que um homicídio que, por uma série de razões alheias à vontade do ofensor (muitas vezes detalhes tênues), não obteve sucesso.

³⁴ **Aglomerado da Serra** (Região Centro-Sul de BH), **Aglomerado do Borel** (Região de Venda Nova em BH), **Conjunto Felicidade** (Região Norte de BH), **Pedreira Prado Lopes** (Região Noroeste de BH), **Cabana do Pai Tomás** (Região Oeste de BH), **Morro das Pedras/Ventosa** (Região Oeste de BH), **Vila Pinho** (Região do Barreiro em BH), **Vila Itaipu** (Região do Barreiro em BH), **Vila Ideal** (Ibirité), **Morro Alto** (Vespasiano), **Jardim Teresópolis** (Betim), **PTB** (Betim), **Citrolândia** (Betim), **Jardim das Alterosas** (Betim), **Parque São João** (Contagem), **Vila Frigodiniz** (Contagem)

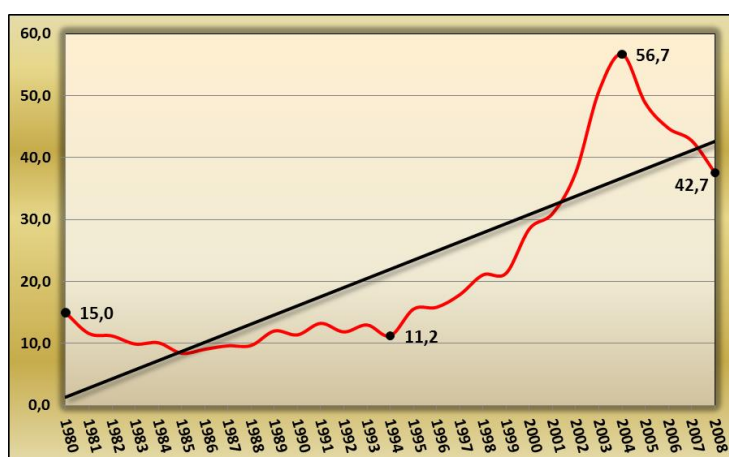
Mapa VIII – Concentração de Homicídios Tentados e Consumados na RMBH - 2009



Fonte: Registros de Eventos de Defesa Social (REDS)

Até meados dos anos 1990, a região metropolitana de Belo Horizonte sempre teve uma taxa de homicídios relativamente baixa, quando comparada a outras capitais brasileiras. Em 1994, no entanto, essa característica começou a mudar, com os assassinatos registrando um crescimento exponencial durante os dez anos seguintes. Para que se tenha uma idéia da intensidade desse aumento, basta observar que a RMBH saltou de uma taxa de 11,2 homicídios para cada grupo de 100 mil habitantes em 1994, para de 56,7 em 2004. Um crescimento bruto de 406% em apenas dez anos. O gráfico a seguir ilustra o movimento ascendente dos homicídios na região metropolitana.

Gráfico XV – Taxa de Homicídios na RMBH (Hom./100 mil Hab.) – 1980/2008

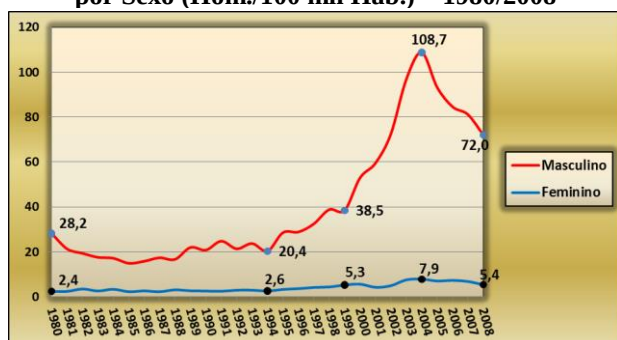


Fonte: SIM/DATASUS

Assim como ocorreu em outras capitais brasileiras, o recrudescimento das mortes violentas na RMBH apresentou um perfil bastante direcionado, o que constitui um indicador

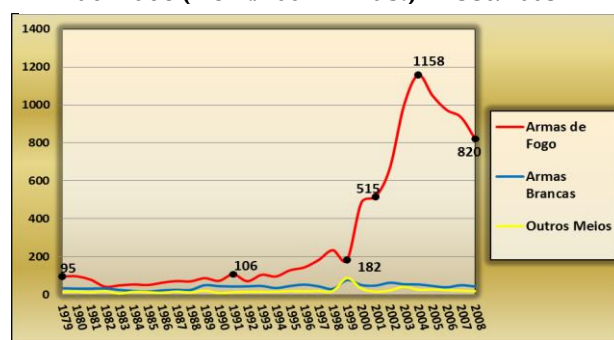
claro de que foi impulsionado por dinâmicas sociais, ambientais e criminais bastante bem definidas. Em termos espaciais, o aumento dos homicídios se concentrou em vilas, favelas e assentamentos irregulares, indicador que, por si só, já denota o perfil socioeconômico, racial e educacional das vítimas (pobres, não brancos e de baixo nível de instrução formal). No que diz respeito especificamente ao perfil das vítimas (e certamente também dos agressores), os dados oficiais demonstram que a forte alta das mortes se deu entre homens jovens (15 a 24 anos), assassinados com armas de fogo e em via pública. As tabelas a seguir ajudam a construir um perfil dos crimes de homicídio na RMBH ao longo dos últimos anos.

Gráfico XVI – Taxas de Homicídios na RMBH, por Sexo (Hom./100 mil Hab.) – 1980/2008



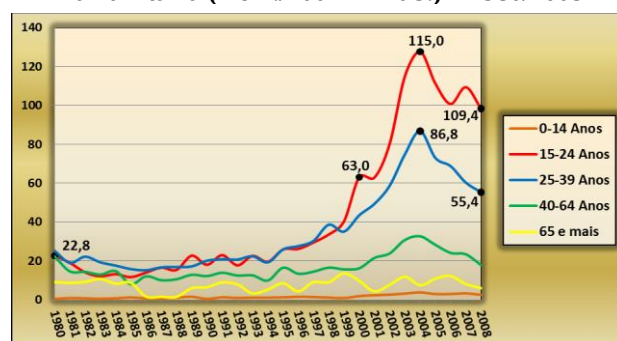
Fonte: SIM/DATASUS

Gráfico XVII - Homicídios na RMBH, por meio utilizado (Hom./100 mil Hab.) – 1980/2008



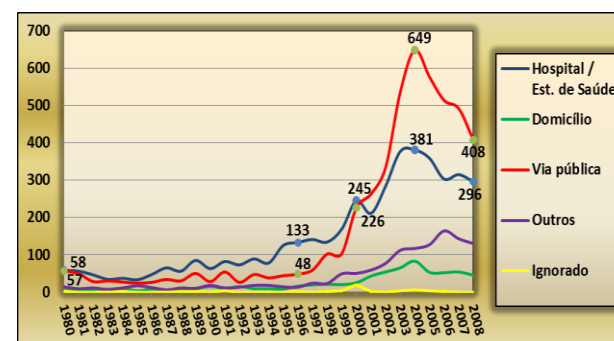
Fonte: SIM/DATASUS

Gráfico XVIII – Taxa de Homicídios na RMBH por Faixa Etária (Hom./100 mil Hab.) – 1980/2008



Fonte: SIM/DATASUS

Gráfico XIX – Número de Homicídios de Jovens (15 a 24 anos) na RMBH por Local do Óbito - 1980/2008



Fonte: SIM/DATASUS

A existência de um padrão de concentração socioespacial tão claramente demarcado evidencia a relação bastante íntima que os homicídios registrados na RMBH mantêm com processos de urbanização desordenada, segregação espacial, exclusão social e dinâmicas de sociabilidade violenta em curso em vilas e favelas. Os dados deixam claro que não houve um aumento generalizado dos assassinatos na RMBH, mas sim o crescimento vertiginoso de um tipo bastante específico de homicídio, que envolve grupos de jovens armados, não

brancos, pobres, com baixos níveis de educação formal e moradores de vilas e favelas. Tudo indica, portanto, que o aumento das mortes violentas se encontra intimamente relacionado ao recrudescimento dos conflitos entre gangues ou, como se prefere definir aqui, grupos de adolescentes e jovens que compartilham uma identidade comum, sistematicamente envolvidos com práticas violentas e/ou criminosas e conflitos territorializados. E é esse o fenômeno que se pretende compreender um pouco melhor neste trabalho.

4.2. Gangues e Criminalidade Violenta na RMBH

Ao contrário do que se observa nas favelas do Rio de Janeiro, onde centenas de grupos de jovens delinquentes atuam sob a “bandeira” de apenas três grandes confederações criminosas ou fações, o fenômeno das gangues na região metropolitana de Belo Horizonte assumiu, ao longo das últimas décadas, uma característica mais fragmentada. Enquanto na capital fluminense favelas inteiras costumam ser dominadas por um único grupo, na RMBH, a imensa maioria dos aglomerados violentos têm seus territórios divididos entre vários pequenos grupos, sem filiação evidente a qualquer “franquia” mais ampla.

Em princípio, o caráter fragmentado (e aparentemente menos estruturado) das gangues que atuam na região metropolitana de BH poderia denotar um fenômeno menos violento do que aquele que se observa no Rio de Janeiro. No entanto, se as taxas de homicídio de ambas as capitais forem tomadas como indicadores dos níveis de violência associado ao problema das gangues, observa-se que o fenômeno de Belo Horizonte é tão ou mais violento do que o do Rio de Janeiro, como demonstra a tabela a seguir. Inclusive, boa parte da explicação para os altíssimos níveis de violência letal relacionados à atuação de gangues na RMBH pode estar justamente no caráter fragmentado do fenômeno, com dezenas de pequenos grupos rivais circunscritos em pequenos ambientes comuns.

Tabela XIII – Comparativo de Homicídios Belo Horizonte Rio de Janeiro – 2003/2007

Belo Horizonte						Evolução 2003/2007
	2003	2004	2005	2006	2007	
Homicídios	1.106	1.218	1.076	975	1.048	-5,3%
Tx. 100 mil	47,9	51,8	45,3	40,6	43,4	-9,4%
Rio de Janeiro (Capital)						Evolução 2003/2007
	2003	2004	2005	2006	2007	
Homicídios	2.850	2.711	2.281	2.515	2.336	-9,2%
Tx. 100 mil	47,7	44,8	37,4	40,9	38,3	-19,7%

Fonte: SIM/DATASUS – PMMG – SSP-RJ

Entre os anos de 2007 e 2009, uma instância interinstitucional de inteligência formada por agentes das polícias Civil e Militar de Minas Gerais trabalhou no sentido de organizar dados quantitativos e qualitativos sobre o problema das gangues na RMBH³⁵. Em termos territoriais, 16 favelas foram inicialmente mapeadas, por serem, durante aquele período, as áreas mais críticas de violência letal e criminalidade violenta ligada à atuação de grupos de jovens armados. Nestas localidades, foram catalogados 55 grupos de jovens delinquentes, com um total de 619 integrantes criminalmente ativos. E cabe observar que dezenas de outras localidades foram deixadas de fora do trabalho de coleta de dados, devido às limitações logísticas e de pessoal do grupo de inteligência. A tabela e os mapas a seguir ilustram o número de gangues e de integrantes identificados pelas polícias, bem como sua distribuição territorial.

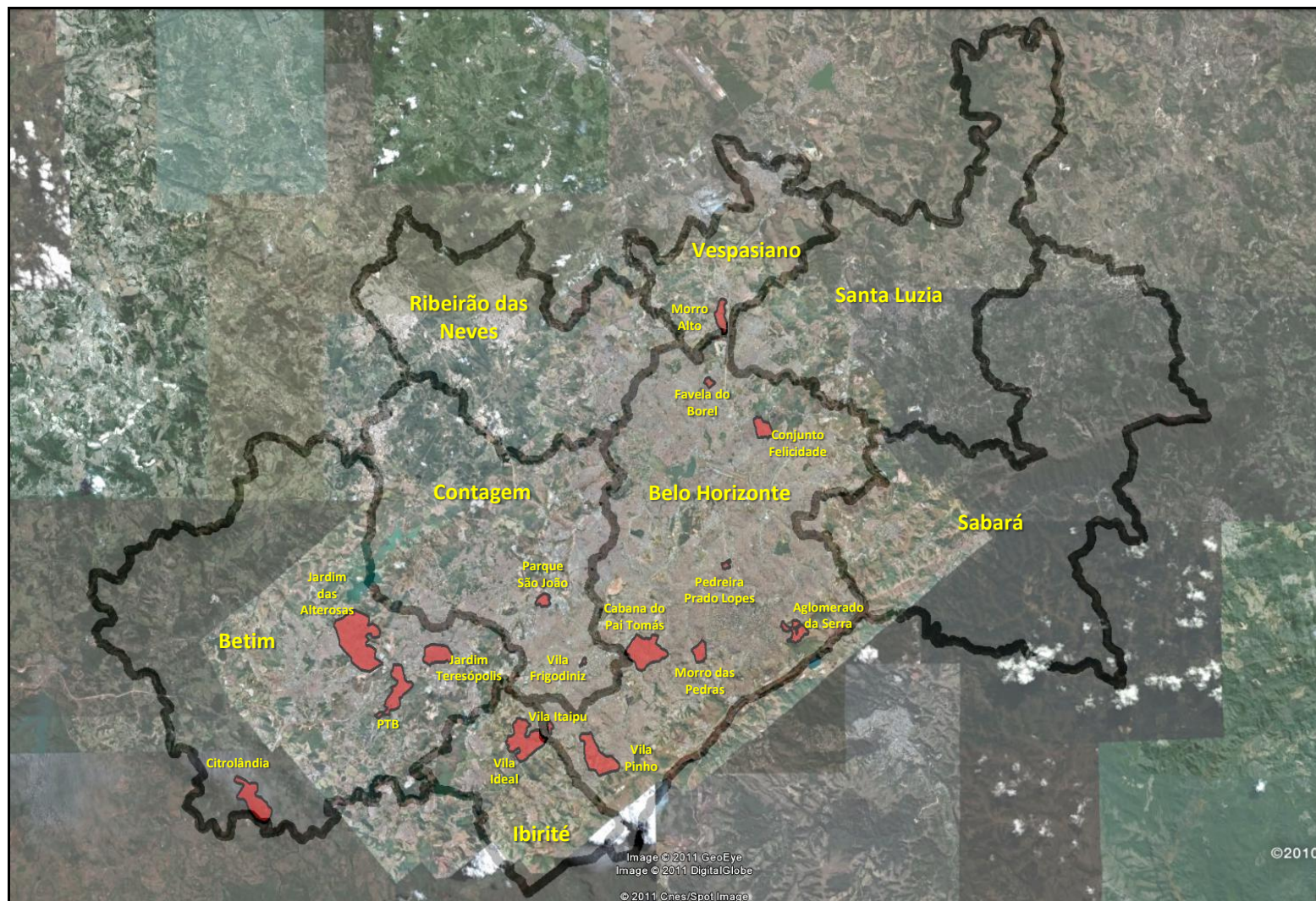
Tabela XIV – Distribuição de Gangues em 16 Favelas da RMBH

Cidade	Localidade	Nº de Gangues Identificadas	Nº de Total de Integrantes Criminalmente Ativos	Nº Médio de Integrantes por Gangue
Belo Horizonte	Aglomerado da Serra	6	70	12
	Favela do Borel	2	26	13
	Conjunto Felicidade	7	62	9
	Pedreira Prado Lopes	6	75	12
	Cabana do Pai Tomás	9	65	7
	Morro das Pedras	8	162	20
	Vila Pinho	2	33	16
	Vila Itaipu	1	7	7
Ibirité	Vila Ideal	1	12	12
Vespasiano	Morro Alto	4	26	6
Betim	Jardim Teresópolis	2	24	12
	PTB	1	13	13
	Citrolândia	3	53	18
	Jardim das Alterosas	1	25	25
Contagem	Parque São João	1	8	25
	Vila Frigodiniz	1	11	11
Total 16 Favelas		55	619	11

Fonte: Grupo de Monitoramento de Gangues (GMG)/SEDS - 2009

³⁵ Como foi observado anteriormente, não se trabalha aqui com a pressuposição de que os dados coletados e sistematizados pelo *Grupo de Monitoramento de Gangues* (GMG) entre os anos de 2007 e 2009 constituem um diagnóstico fiel do fenômeno das gangues nas vilas e favelas da RMBH. Em primeiro lugar porque as informações não foram organizadas com o objetivo de possibilitar uma compreensão mais aprofundada do problema, mas sim no intuito de instrumentalizar um pouco melhor a atuação de unidades operacionais e especializadas, por meio de uma análise preliminar de aspectos territoriais, conflituos e de vínculos criminais mantidos entre os jovens delinquentes. Justamente por isso, observa-se que os dados produzidos pelo grupo não trazem informações que seriam extremamente relevantes para a compreensão do fenômeno como, por exemplo, os níveis de coesão entre os membros, a intensidade e a frequência de seu envolvimento com práticas delinquentes, seu histórico de atuação, etc. Em segundo lugar porque o trabalho de monitoramento de gangues desenvolvido pelo GMG foi fruto de uma iniciativa exploratória e ainda muito incipiente dos setores de inteligência das polícias Civil e Militar e que, naturalmente, trouxe consigo todas as limitações típicas de trabalhos metodologicamente pouco consolidados. De qualquer forma, acredita-se que, ainda que em caráter exploratório, as informações aqui analisadas se mostram capazes de oferecer um retrato geral da gravidade, da complexidade e da dimensão do fenômeno das gangues na RMBH

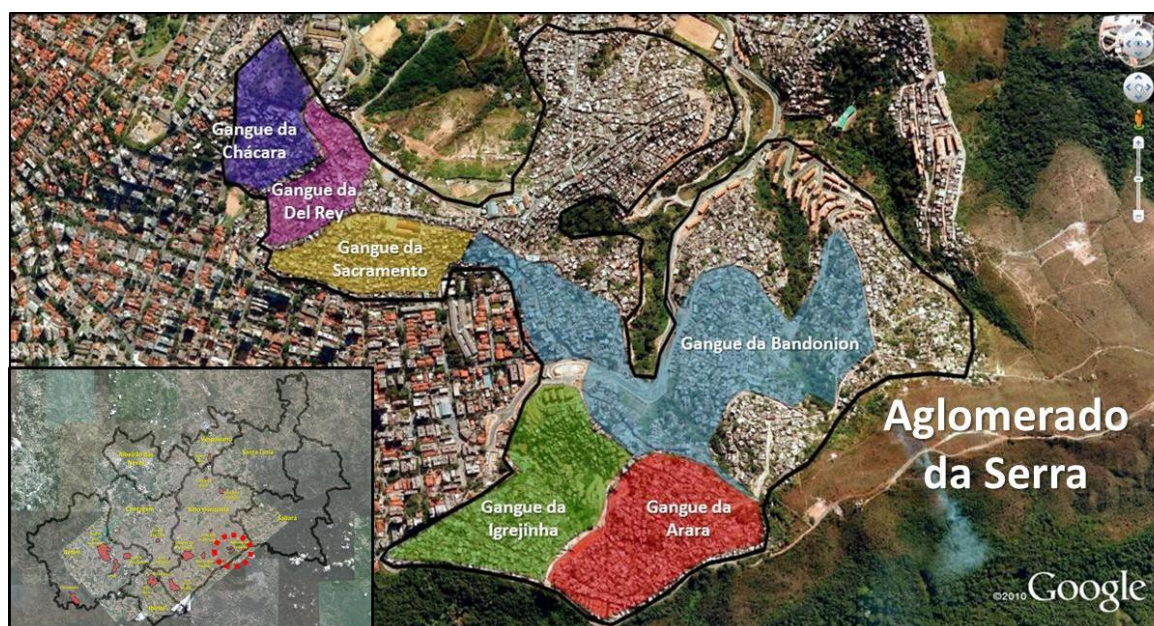
Mapa IX – Favelas com registros críticos de violência entre Gangues entre 2007 e 2009



Fonte: Grupo de Monitoramento de Gangues (GMG)/SEDS - 2009

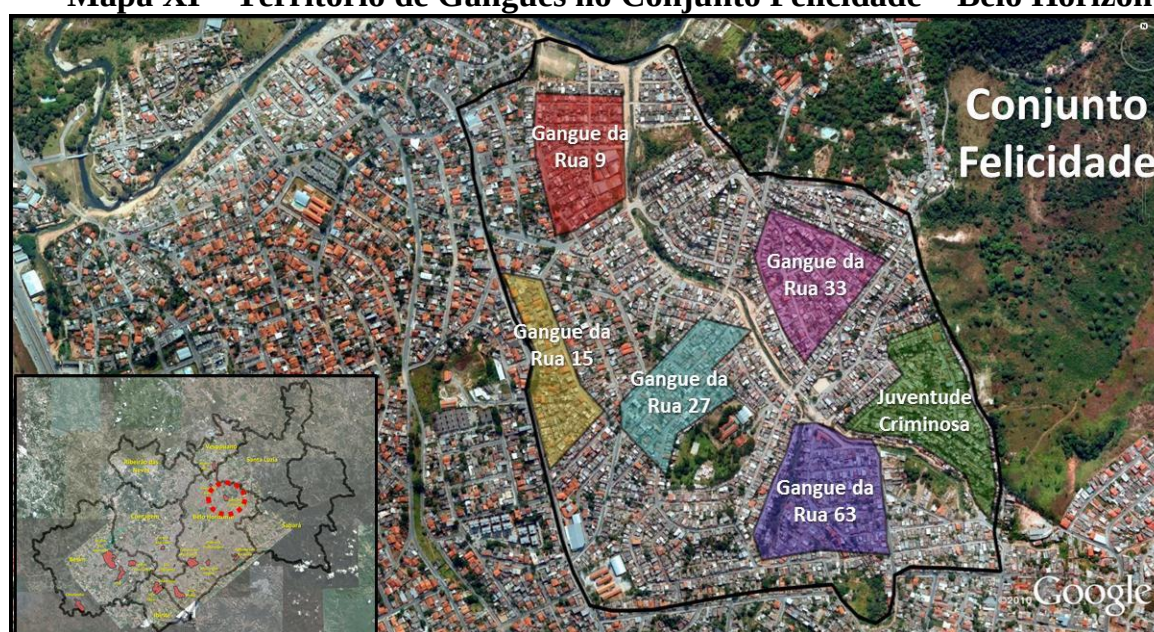
Com base em diversas entrevistas realizadas com membros de gangues e com policiais que trabalham diariamente nestas localidades, bem como a partir da análise de boletins de ocorrência e de inquéritos policiais, o GMG conseguiu delimitar as áreas de atuação de alguns grupos delinquentes dentro das favelas, demonstrando seu forte caráter territorializado e a convivência de vários deles dentro dos aglomerados. Os mapas a seguir ilustram essa distribuição territorial.

Mapa X – Território de Gangues no Aglomerado da Serra – Belo Horizonte



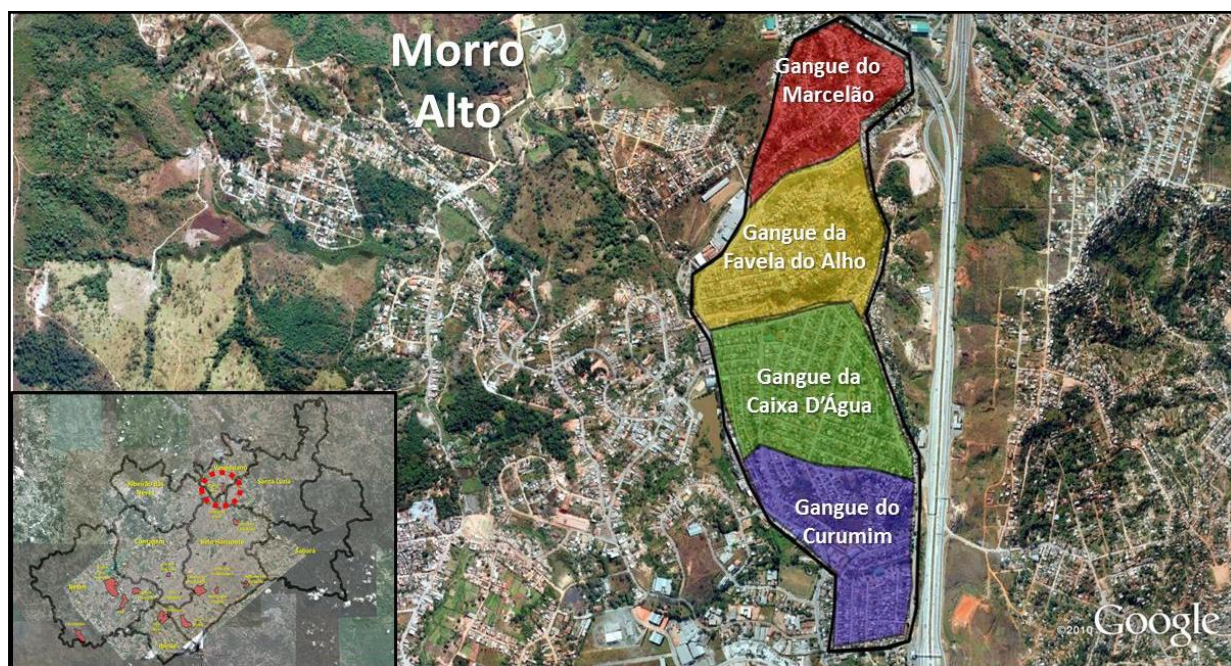
Fonte: Grupo de Monitoramento de Gangues (GMG)/SEDS - 2009

Mapa XI – Território de Gangues no Conjunto Felicidade – Belo Horizonte



Fonte: Grupo de Monitoramento de Gangues (GMG)/SEDS - 2009

Mapa XII – Território de Gangues no Morro Alto - Vespasiano



Fonte: Grupo de Monitoramento de Gangues (GMG)/SEDS - 2009

Mapa XIII – Território de Gangues na Pedreira Prado Lopes – Belo Horizonte



Fonte: Grupo de Monitoramento de Gangues (GMG)/SEDS - 2009

O que os dados do GMG indicam, portanto, é que o problema das gangues na RMBH se manifesta de maneira extremamente fragmentada, com vários pequenos grupos de jovens delinquentes ocupando simultaneamente pequenas frações das favelas em questão. Por si só, essa característica de divisão do território dos aglomerados entre diversas pequenas gangues já oferece informações interessantes sobre a forma como o fenômeno se estrutura na região metropolitana. Se observarmos que as maiores favelas da RMBH são conurbações formadas por diversas pequenas vilas (surgidas em diferentes períodos, a partir de vários núcleos de ocupação precária e irregular do território), o que os mapas demonstraram é que os grupos de jovens delinquentes costumam se associar ao território de apenas uma determinada vila dentro da favela. Isso denota a característica estritamente territorial das gangues, invariavelmente formadas a partir de grupos de amigos que nasceram e cresceram juntos dentro do mesmo microterritório de suas vilas.

Em certo sentido, observa-se que o processo de formação de gangues na RMBH segue uma lógica bastante parecida com a da própria ocupação dos núcleos territoriais que integram as favelas. Não por acaso a maioria dos grupos adota o nome de sua vila, ao invés do da favela como um todo. Muitas vezes, replicam-se entre as gangues de jovens os mesmos mecanismos de rivalidade comunitária forjados na época da própria ocupação do território das favelas, com centenas de famílias disputando os escassos recursos geográficos e de infraestrutura da região. Desde muito cedo, os jovens são socializados em um ambiente de desconfianças, inimizades e rivalidades, mantidas por diversas pequenas comunidades dentro de uma mesma favela (geralmente por questões atinentes à obtenção, junto ao poder público, de melhorias de infraestrutura e serviços para suas regiões). Algumas vezes, estas rivalidades subentendidas se transpõem para dentro das escolas frequentadas pelos jovens e acabam potencializando a violência local quando alguns deles se integram às gangues.

Além disso, a simples coexistência de grupos diferentes dentro de um mesmo espaço aumenta significativamente o potencial de conflitos entre eles, seja por problemas pessoais entre membros das gangues, seja por questões de estabelecimento de território e consolidação de poder local, ou por disputas envolvendo dinâmicas criminais, como notadamente é o caso do tráfico de drogas. Os próprios processos de sociabilidade violenta nos quais os membros de gangues se encontram inseridos acabam colocando-os em rota de colisão com a comunidade local, seja na figura de um grupo rival, ou mesmo com moradores de outras vilas. De qualquer forma, acirram-se as rivalidades entre gangues, reforçando mecanismos de resolução violenta e privada de conflitos e os altos índices de homicídios.

Para que se tenha uma idéia do impacto que as gangues juvenis exercem sobre a violência em curso nas vilas e favelas da RMBH, basta observar o alto grau de participação destes grupos nos homicídios e tentativas de homicídio registradas em algumas localidades; Um levantamento nas bases de inquéritos da Delegacia Especializada de Homicídios Norte (DEH-Norte), por exemplo, demonstra que, dos 63 assassinatos registrados entre os anos de 2005 e 2008 no Conjunto Felicidade, nada menos do que 37 tiveram participação direta e já comprovada das gangues locais. Além disso, os grupos também foram responsáveis por 12 tentativas de homicídio durante o período, como demonstra a tabela a seguir.

Tabela XV – Homicídios relacionados às Gangues do Conjunto Felicidade

Total de Homicídios Consumados no Conjunto Felicidade				
2005	2006	2007	2008	Total 2005/2008
14	13	20	16	63
Homicídios Consumados/Tentados por Gangue – 2005/2008				
Gangue	Integrantes Assassinados	Integrantes Baleados	Homicídios Consumados	Homicídios Tentados
Juventude Criminosa (JC)	3	0	20	7
Rua 33	6	1	5	3
Rua 16	1	0	3	0
Rua 9	3	0	9	2
Rua 27	1	0	0	0
Rua 63	2	0	0	0
Total	16	1	37	12

Fonte: Grupo de Monitoramento de Gangues (GMG)
Departamento de Investigações de Homicídios e Proteção à Pessoa (DIHPP)

O mesmo panorama pode ser observado no Aglomerado da Serra, onde inquéritos já concluídos pela Delegacia Especializada de Homicídios Sul (DEH-Sul) demonstraram que, entre os anos de 2000 e 2007, sete gangues foram responsáveis por 43 assassinatos e oito tentativas de homicídio. De todos estes crimes, 30 das vítimas tinham ligação com os grupos delinquentes locais quando foram assassinadas. A tabela a seguir ilustra esse contexto.

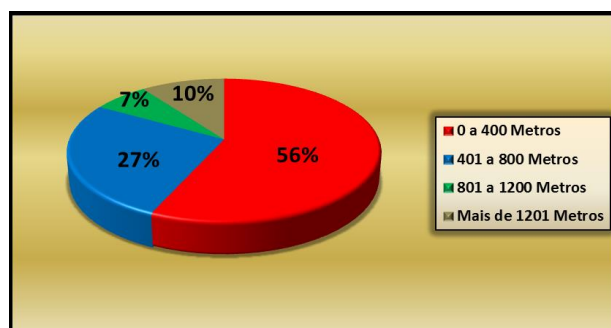
Tabela XV – Homicídios relacionados às Gangues do Aglomerado da Serra

Homicídios Consumados/Tentados por Gangue – 2000/2007				
Gangue	Integrantes Assassinados	Integrantes Baleados	Homicídios Consumados	Homicídios Tentados
Chácara / Sacramento	17	4	23	5
Del Rey	9	3	11	0
Bandonion	1	0	2	0
Igrejinha	0	0	1	1
Arara	3	1	6	2
Total	30	8	43	8

Fonte: Grupo de Monitoramento de Gangues (GMG)
Departamento de Investigações de Homicídios e Proteção à Pessoa (DIHPP)

Outra questão a ser observada é a natureza territorial e localizada dos conflitos entre grupos de jovens delinquentes na RMBH. A partir da análise de 73 ocorrências de homicídios, consumados entre 2007 e 2009 nas 16 favelas monitoradas, observou-se que parte significativa das vítimas foi assassinada a, no máximo, 400 metros de suas residências. Se o raio de abrangência for estendido a até 800 metros das casas das vítimas, chega-se a 83% dos casos. Essa característica territorializada dos homicídios reforça os indícios de que todas as dinâmicas sociais que terminam por provocar as mortes nas têm origem dentro das próprias localidades. O gráfico a seguir ilustra essa proporção.

Gráfico XX – Distância Média entre o local de moradia das vítimas de homicídio e o local onde elas foram assassinadas, em 16 favelas da RMBH – 2007/2009



Fonte: Grupo de Monitoramento de Gangues (GMG)

A despeito de todas as limitações inerentes ao trabalho de inteligência policial, as informações levantadas pelo GMG ajudam a confeccionar um primeiro esboço sobre a configuração assumida pelo fenômeno das gangues na região metropolitana de Belo Horizonte. De maneira geral, os dados demonstram que existe uma forte correlação espacial entre a distribuição geográfica de vilas e favelas e a manifestação de altas taxas de homicídios. A ponto de permitir afirmar que, na RMBH, nem todos os territórios marcados por forte exclusão social possuem altas taxas de homicídios, mas todos os territórios com altas taxas de homicídio são marcados por forte exclusão social.

Além disso, os dados apresentados também indicam que a existência de altas taxas de homicídio em determinadas vilas e favelas invariavelmente se correlaciona com dinâmicas de sociabilidade violenta, disputas de territórios e estruturação de atividades criminais, protagonizadas, nestas localidades, por gangues, ou adolescentes jovens que compartilham uma identidade comum, associados em grupos sistematicamente envolvidos com práticas violentas e/ou criminosas e conflitos territorializados. Tanto que, em todas as 16 favelas monitoradas durante dois anos pelo GMG (e que foram escolhidas justamente em função de seus altíssimos índices de homicídio), a imensa maioria dos assassinatos se mostrou

associada à atuação de gangues de jovens armados e seu profundo envolvimento com dinâmicas criminais e conflitos territorializados. Sobretudo em favelas que registravam a presença de mais de uma gangue compartilhando territórios muito próximos.

As informações produzidas pelo GMG indicam que o fenômeno das gangues na RMBH possui um caráter difuso e relativamente pouco estruturado ou articulado, assumindo características bastante distintas daquelas observadas nos grupos de jovens que atuam nas favelas e dentro do sistema prisional do Rio de Janeiro. Aliás, a baixa ou quase nenhuma articulação entre os grupos de rua e seus integrantes presos já constitui um bom indicador das razões pelas quais as gangues da região metropolitana de Belo Horizonte possuem uma estrutura organizacional menos complexa do que suas correspondentes cariocas.

Seja no Rio de Janeiro dos anos 1970 e 1980, na São Paulo das décadas de 1990 e 2000, ou em diversos países da América Central durante os anos 1980, a existência de um contexto de extrema violência e corrupção dentro dos sistemas penitenciários impulsionou o surgimento de grupos criminosos organizados dentro das prisões. Estes, por sua vez, se mostraram determinantes para o surgimento de grandes facções criminosas e o consequente “upgrade” organizacional e criminal das gangues que atuavam nas favelas e bairros de periferia. Já na RMBH, a falta de um contexto mais sistemático e institucionalizado de violência nos presídios talvez explique a pouca ou quase nenhuma presença de grupos criminosos dentro das unidades e a manutenção de estruturas grupais difusas e pouco articuladas das gangues de vilas e favelas da região metropolitana.

De qualquer forma, assim como se observa em outras grandes metrópoles, a forma como o fenômeno dos grupos de jovens delinquentes se estrutura nas favelas da RMBH se mostra bastante relacionada ao processo de urbanização vivenciado pela RMBH nas últimas décadas, capitaneado pela rápida ocupação precária e irregular de grandes porções de território. Nestas áreas marcadas por forte exclusão social, presença precária do Estado, baixa consolidação normativa, violência institucional e recurso recorrente a formas violentas de resolução privada de conflitos, a associação de alguns adolescentes e jovens a gangues ou grupos delinquentes garante a eles uma grande vantagem competitiva, na luta pelos escassos recursos locais (materiais e/ou simbólicos). É dentro deste complexo contexto, que mistura dinâmicas associativas diferenciais, demarcação física e simbólica de territórios por meio de práticas de violência armada, processos de socialização e sociabilidade violenta e estruturação de atividades criminosas, que transita o fenômeno das gangues observado na RMBH.

4.3. Grupos de adolescentes e jovens que compartilham uma identidade comum, sistematicamente envolvidos com práticas violentas e/ou criminosas e conflitos territorializados

Um fenômeno tão complexo como é o das gangues não pode ser compreendido simplesmente em função de suas muitas formas de organização ou dos processos de estruturação criminosa associados a ele. A partir do momento em que se assume a perspectiva de que a associação de adolescentes e jovens em grupos delinquentes constitui uma espécie de resposta associativa diferencial ao vasto leque de violências, exclusão social, segregação espacial e escassez de recursos impostos a eles por determinados ambientes urbanos, torna-se necessário compreender melhor como estas dimensões se articulam entre si, no sentido de conformar não apenas a estrutura que define este fenômeno, como também suas muitas formas emergentes.

A partir das representações, discursos e narrativas de 40 jovens envolvidos com grupos delinquentes, tráfico de drogas, homicídios e violência armada na RMBH, pretende-se aqui lançar um olhar sobre algumas dimensões que, de maneira articulada e interdependente, compõem uma espécie de estrutura analítica elementar para a compreensão mais aprofundada do problema das gangues nos grandes centros urbanos. A saber:

- (1) Contexto Socioespacial ou Ambiental;
- (2) Aspectos Subculturais e Simbólicos;
- (3) Dinâmicas de Conflitos e Territorialidade;
- (4) Grupos de pares e seus impactos em processos de aprendizado social/associação diferencial;
- (5) Processos de Estruturação de Atividades Criminosas.

Antes de fazer uma análise do material coletado, no entanto, é interessante apresentar um perfil médio dos adolescentes e jovens entrevistados, a partir dos dados de registros civis e infracionais contidos em seus prontuários. Além disso, também serão apresentadas informações de cunho mais qualitativo, obtidas durante as entrevistas e categorizadas a partir de determinadas variáveis. Obviamente, estes dados não são representativos dos adolescentes em cumprimento de medida de internação em Minas Gerais, ou mesmo dos milhares de jovens que integram gangues ou grupos delinquentes na região metropolitana de Belo Horizonte. Dados os recortes temáticos desta pesquisa, tais informações servem apenas para oferecer uma caracterização média dos informantes entrevistados, bem como de sua trajetória social e criminal. Além disso, ajudam a contextualizar a fala dos jovens, explicitando, ainda que de maneira esquemática, a perspectiva a partir da qual se fala.

Se fosse possível reunir, em apenas um sujeito, algumas das principais características dos 40 jovens entrevistados, teríamos uma pessoa com o seguinte perfil socioeconômico e familiar: 17 anos de idade, não-branco, morador de favela ou bairro pobre de periferia, filho de pais separados, criado pela mãe ou por avós, três irmãos, quatro anos de defasagem escolar, abandono escolar aos 13 anos e usuário de drogas desde os 12 anos. Possui pouca ou nenhuma relação com o pai, não tem filhos e, em algum ponto de sua trajetória, relata histórico de violência doméstica.

Este mesmo “jovem hipotético” começou a se envolver sistematicamente com práticas criminosas aos 12 anos, preferencialmente com pequenos crimes contra o patrimônio. Sua primeira apreensão aconteceu aos 13 anos e oito meses. Dois anos depois, viria a cometer seu primeiro homicídio, em função de conflitos ou vinganças pessoais. Antes de ser sentenciado ao cumprimento de medida socioeducativa de internação, já havia sido apreendido pelo menos seis vezes. Na sua comunidade, fazia parte de uma gangue ou grupo delinquente com aproximadamente 14 integrantes, possuía envolvimento com tráfico de drogas, vendendo principalmente crack e faturando aproximadamente R\$650,00 por semana. Já foi vítima de violência e extorsão policial e já participou de vários confrontos armados com membros de outras gangues. A tabela a seguir ilustra, de maneira aproximada, o perfil socioeconômico e infracional dos 40 adolescentes e jovens entrevistados.

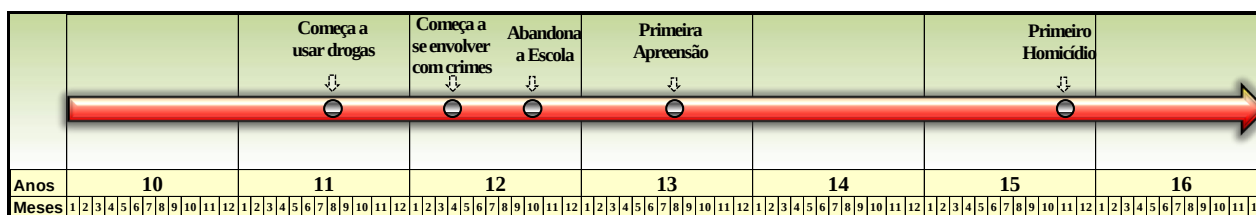
Tabela XVI – Perfil Médio dos Adolescentes e Jovens Entrevistados

Idade	17 anos e 2 meses
Em quantos bairros já morou?	1
Quantos Irmãos	3
Anos de defasagem escolar	4 anos
Com quantos anos começou a usar drogas?	11 anos e 8 meses
Com quantos anos começou a ser envolver com crime	12 anos e 4 meses
Idade que abandonou a escola	12 anos e 10 meses
Idade na primeira apreensão	13 anos e 8 meses
Idade ao cometer o primeiro homicídio	15 anos e 11 meses
Quantos Homicídios Consumados?	1
Quantas Apreensões?	6
Número de membros da Gangue ou Grupo Armado	14
Renda média semanal no tráfico de drogas	R\$ 650,00

Fonte: Dados de 40 prontuários de adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa de internação e entrevistas em profundidade

Com base nos dados coletados nos prontuários, torna-se possível traçar uma trajetória criminal média dos 40 jovens entrevistados. O gráfico a seguir mostra essa linha que, de certo modo, reforça a idéia de que os jovens trilham uma espécie de “carreira criminal”, começando com delitos mais leves, como uso de drogas, até a prática do primeiro homicídio, quando já possui um considerável histórico de rompimento com laços familiares e escolares, apreensões pela polícia e envolvimento mais sistemático com outras práticas infracionais (MCCARTHY, 1996).

Gráfico XXI – Perfil Médio da Trajetória Criminal dos Jovens Entrevistados



Fonte: Dados de 40 prontuários de adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa de internação e entrevistas em profundidade

Atendo-se apenas aos homicídios oficialmente registrados nos prontuários dos jovens entrevistados, chega-se à expressiva soma de 45 mortes. Um estudo mais sistemático destes registros (nos quais constam as sentenças de condenação dos jovens, uma síntese dos depoimentos colhidos nas fases processuais, os relatos prestados pelos próprios jovens durante seções de atendimento psicológico, e, eventualmente, alguns depoimentos colhidos pela polícia durante as fases inquisitoriais) permite categorizar a motivação destes crimes. Ao contrário do que costuma divulgar a polícia, grande parte dos homicídios praticados por estes jovens não possui vinculação direta com a questão do tráfico de drogas. Das 45 mortes, apenas cinco se deram em função de tomadas de pontos de venda de drogas ou cobranças de dívidas de drogas.

Em compensação 12 casos se deram no calor de desentendimentos esporádicos, por questões estritamente pessoais entre autor e vítima (discussões e brigas em bares ou festas, disputas por namoradas, problemas de vizinhança, etc). Outros cinco ocorreram por legítima defesa ou vingança por questões estritamente pessoais do próprio autor (vingar a morte de um parente, retaliar uma humilhação sofrida, ou se antecipar a uma ameaça real ou suposta). No entanto, a maior motivação para os homicídios cometidos por estes jovens possui relação com sua rotina dentro das gangues ou grupos delinquentes. Segundo a documentação contida nos prontuários, nada menos do que 23 das 45 mortes foram cometidas durante enfrentamentos armados entre gangues, sem que este confronto tivesse qualquer relação com

a questão do tráfico de drogas, ou mesmo que houvesse qualquer relação mais direta entre autor e vítima (de acordo com os relatos, os crimes foram praticados em função de demarcação ou defesa do território da gangue, de desentendimentos entre os grupos durante festas, vinganças pelas mortes de alguns de seus integrantes por parte do grupo rival, etc).

Tabela XVII – Motivação dos Homicídios (Total de 45 Casos)

MOTIVAÇÃO	HOMICÍDIOS
Guerra de Gangues	23
Desentendimento Pessoal	12
Vingança Pessoal	4
Tomada de Ponto de Venda de Drogas	3
Dívida de Drogas	2
Legítima Defesa	1
TOTAL	45

Fonte: Dados de 40 prontuários de adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa de internação e entrevistas em profundidade

Outra questão interessante a ser observada é uma possível mudança do perfil das motivações dos homicídios, na medida em que os jovens aprofundam seu envolvimento com dinâmicas mais estruturadas de criminalidade. Entre os 45 casos de assassinatos relatados nos prontuários, existe uma clara diferenciação entre as motivações apuradas para o primeiro, o segundo e o terceiro assassinato. Entre os 22 casos de primeiro homicídio, nada menos do que 15 se deram em função de questões estritamente pessoais entre autor e vítima. Já entre os 14 crimes computados como sendo o segundo homicídio de um mesmo autor, nada menos do que 13 se deram motivados por questões grupais ou criminais, sem que necessariamente existisse uma relação pessoal mais direta entre autor e vítima (como guerra entre gangues, tomada de ponto de tráfico ou dívida de drogas).

O mesmo padrão se repete para os nove assassinatos registrados como terceiro crime de um mesmo autor, com oito destas mortes sendo motivadas por questões que não diziam respeito à relação pessoal entre autor e vítima, como guerra entre gangues e tráfico de drogas. O que se observa, portanto, é que, de maneira geral, os primeiros crimes de homicídio atribuídos a estes jovens se deram por questões pessoais (desentendimentos ou problemas que envolvem estritamente autor e vítima), enquanto o segundo e o terceiro homicídio já apontam para questões grupais e/ou criminais. De qualquer modo, reforça-se a hipótese de que grande parte das mortes envolvendo jovens moradores de vilas, favelas e

bairros de periferia (como autor e como vítima) possui um caráter extremamente tradicionalista, denotando uma (sub) cultura do uso privado da violência enquanto recurso localmente legitimado de solução de conflitos. A tabela a seguir mostra a categorização das motivações de homicídio, por ordem de cometimento dos crimes.

Tabela XVIII – Motivação dos Homicídios cometidos por um mesmo autor, por ordem de ocorrência

Motivação	1º Homicídio	2º Homicídio	3º Homicídio	TOTAL
Vingança Pessoal	3	0	1	4
Desentendimento Pessoal	11	1	0	12
Legítima Defesa	1	0	0	1
Guerra de Gangues	6	10	7	23
Tomada de ponto de venda de drogas	1	2	0	3
Dívida de Drogas	0	1	1	2
TOTAL	22	14	9	45

Fonte: Dados de 40 prontuários de adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa de internação e entrevistas em profundidade

Após a apresentação deste breve perfil dos 40 adolescentes entrevistados, passa-se a analisar, a partir da narrativa e dos discursos produzidos por estes atores, como se articulam determinadas dinâmicas importantes à compreensão do fenômeno dos grupos delinquentes ou gangues que atuam na RMBH.

4.3.1. Contexto socioespacial ou ambiental

Na região metropolitana de Belo Horizonte, a relação que se estabelece entre contextos de exclusão socioespacial e a conformação de práticas de violência e criminalidade parece se relacionar de maneira bastante íntima com a própria história de ocupação e conformação destes territórios. Via de regra, a maioria das vilas e favelas da RMBH surgiu como áreas de ocupação provisória que terminaram por se tornar definitivas. Esta ocupação informal, precária e irregular de grandes faixas do território urbano, muitas vezes estimulada pelo próprio poder público, acabou se perpetuando por décadas, sem que houvesse uma definição clara de como tais regiões seriam contempladas pela rede de serviços e de infraestrutura governamental.

A ausência de instrumentos legais e políticos de ordenação urbana, a presença precária do Estado, a falta de mecanismos e iniciativas de desenvolvimento e inclusão social local terminaram por legitimar a prevalência e a proliferação de arranjos informais e a desorganização comunitária, criando um ambiente extremamente profícuo para a expansão e legitimação da ilegalidade para outros âmbitos da vida comunitária, como, por exemplo, a

utilização e exploração irregular de serviços públicos e privados (como água, luz, telefone, TV por assinatura, transporte, etc), a ocupação precária e predatória de novos terrenos. Aos poucos, as pequenas ilegalidades criam um ambiente de tolerância para práticas mais graves e potencialmente violentas de resolução privada de conflitos (MARICATO, 2003; BEATO FILHO, 2010).

Ao longo das últimas décadas, todo este contexto se somou a um processo perverso de naturalização das práticas de violência e corrupção policial, favorecendo a manifestação de diversas formas de sociabilidade violenta, dentro das quais a associação de adolescentes e jovens em grupos delinquentes ou gangues talvez constitua sua expressão mais concreta. Por sua vez, a consolidação destes grupos parece enfraquecer ainda mais os mecanismos locais de coesão e controle social informal, contribuindo para o recrudescimento do cenário de desorganização e exclusão social e ampliando os níveis de tolerância comunitária para a prática de ilegalidades mais graves como, por exemplo, o comércio ostensivo de drogas e a exibição de armas de fogo em via pública (BEATO FILHO, 2010).

Na narrativa dos jovens entrevistados, o contexto de violência das favelas se materializa por meio da própria descrição que eles fazem de suas comunidades de origem. Ao serem incitados a falar sobre sua infância nos aglomerados da RMBH, praticamente todos os informantes descreveram ambientes com forte presença de armas, drogas e grupos de jovens envolvidos com um vasto leque de atividades ilegais. Este cenário de baixa consolidação normativa e pouco controle social informal parecem representar para os adolescentes, ainda que de maneira subentendida, um estímulo à naturalização das práticas locais de violência e criminalidade. A fala de um dos informantes, morador do Aglomerado da Serra (região Centro-Sul de Belo Horizonte), resume bem a percepção geral colocada nas entrevistas.

“Eu acho lá mil grau. Conheço todo mundo, todo mundo me conhece. Mas eu sempre vi muita gente passando com arma, isso é normal. Via muita gente cheirada, com os quilo de bagulho. Eu já cresci com esse negócio na mente. Você vê muita gente do crime. Aí eu pensava em ir pro crime, crime, crime.” (Informante 19, Aglomerado da Serra)

Neste ponto, observa-se um aspecto curioso na fala dos entrevistados: em termos racionais e discursivos, legitima-se a percepção segundo a qual o contexto de violência local só afeta a vida daqueles que se envolvem diretamente com práticas de criminalidade e não a comunidade local como um todo. Ao mesmo tempo em que, no discurso dos informantes,

essa percepção ajuda a fundar e a delimitar o contexto do “mundo do crime”³⁶, contribui também para constituir, simbolicamente, o cenário hostil de violência, exclusão, segregação e escassez de recursos que empurra tantos deles para o envolvimento com grupos e práticas delinquentes. No entanto, ainda que a fala racional dos jovens tente restringir o contexto de violência apenas àqueles mais diretamente envolvidos com ele, muitos admitem que ele afeta a rotina da comunidade como um todo, vitimando, com muita frequência, pessoas que não possuíam qualquer envolvimento com práticas criminosas. A fala de um dos informantes, morador do Morro das Pedras, região Oeste de Belo Horizonte, indica o caráter pulverizado e errático da violência das favelas.

“Agora também tá complicado lá. Minha mãe mora lá e me falou que lá tá tendo troca de tiro praticamente todo dia lá. Só nesse tempo que eu tô preso aqui já morreu quatro cara lá perto de casa. Morreu agora um que não tinha nada a ver com isso. Ele tava passando, aí os cara pegou e derrubou ele da moto e matou ele. Sem ter envolvimento com nada, os cara achou que ele tinha envolvimento com outro grupo. Os cara acabou matando ele. (...) É embaçado demais. É foda... Você tem que saber com quem você conversa, com quem você envolve. Porque muitas vez o cara não tem nem envolvimento mesmo, só conversa com os cara. Mas aí vem os outro e te mata você só por causa disso. Porque quem tá na guerra desconfia de todo mundo. Aí vem você se envolvendo assim, conversando com os outro, vai levando conversa... Aí acaba que eles te matam você. É complicado aquilo ali. (...) Mesmo você nunca tendo feito nada com ninguém, mesmo você não tendo envolvimento. É igual os cara fala lá: ‘Mistura com porco, farelo come’.” (Informante 39, Morro das Pedras)

Em algumas favelas, este ambiente de constante ameaça de violência parece se misturar ao próprio histórico de rivalidade existente entre as comunidades, forjado na época em que se deram as disputas pela ocupação irregular dos melhores territórios, pela mobilização de serviços públicos e infraestrutura. Não por acaso, praticamente todos os informantes deram a entender que o surgimento de grupos de jovens delinquentes ou gangues segue exatamente a mesma lógica de solidariedade e sociabilidade que, há algumas décadas, normatizou a divisão territorial das muitas pequenas vilas que compõem a favela.

³⁶ Em termos simbólicos, a delimitação da categoria “mundo do crime” parece exercer entre os jovens um papel importantíssimo para a construção e a sustentação de uma série de justificativas e explicações racionais para a adoção de determinadas práticas de violência. Muitas de suas formas de agir, suas reações, seus códigos morais e de conduta, suas relações e práticas de violência parecem fundamentadas em uma construção simbólica e moral própria, genericamente definida como “mundo do crime”. Operando com a imediata exclusão do outro (por meio da demarcação do “mundo do crime” como um universo paralelo, regido por regras valorativas e de conduta próprias), constrói-se todo um contexto que, pelo menos racionalmente, justifica determinados tipos de conduta. Esse aspecto será abordado mais detalhadamente na próxima seção.

Nascidos e criados em contextos de rivalidades e disputas entre diferentes grupos comunitários que formam uma favela, os jovens acabam replicando essa lógica dentro das gangues. O próprio processo de demarcação e divisão dos territórios dos aglomerados pelos confrontos armados e rivalidades entre gangues segue a orientação subentendida dos arranjos informais de solidariedade comunitária, criados durante o processo de ocupação irregular e precária das áreas faveladas. A fala de três informantes, um nascido na favela São José (região oeste de Belo Horizonte), outro no bairro São Gabriel (região nordeste da capital) e outro no Alto Vera Cruz (região Leste de BH) demonstram não apenas como a formação de rivalidades geralmente segue a lógica de ocupação e estruturação das próprias comunidades, como também acabam afetando quase todos os âmbitos da vida comunitária:

“A favela lá é dividida em três partes. Tem um pessoal em cima, um pessoal em baixo e a gente no meio. Mas na época que eu comecei a colar com meu tio, a favela era dividida em duas parte só. Porque meu tio colava com os cara de cima. Aí a guerra era só dos cara de cima com os cara de baixo, que é perto do campo. (...) Por que começou isso aí eu não sei não. Porque tinha muito tempo já. Acho que era guerra por causa de crime mesmo. Por causa de droga, de qualquer coisa mesmo. Quando é assim, qualquer coisa é motivo pra guerra. Mas aí, esse menino que morava lá na área que a gente vendia começou a roubar dentro da favela. Aí um dia meu tio juntou com os cara de cima e veio falar com ele, pra ele parar de roubar dentro da favela. Mas aí esse menino tinha uns tio que vendia droga lá em baixo e tinha uns cara que colava com ele também mais lá pra baixo. Aí os cara avisou que se ele continuasse a roubar dentro da favela, ia passar ele. Aí os cara lá de baixo falou que ia entrar de guerra se os cara de cima encostasse no menino, aí os cara lá de cima falou: ‘Então demorou’. E então entrou de guerra.” (Informante 32, Favela São José)

“Eu morava no São Gabriel e estudava no União. Mas aí os menino do União tava de guerra com os menino lá perto de casa. Aí pra eles, tipo assim, se você tá andando de bermuda pichada, tipo assim, você tá no meio. Aí eu peguei e nem fui mais não. Os outros ficava falando: ‘Ah, você é doido de ficar indo pra escola. Depois aqueles cara lá faz alguma coisa com você’. Eu peguei e nem passei mais não. (...) Essa guerra era trem deles lá. Mas a escola era dentro do União. (...) Teve uma confusão que foi com um amigo meu. Eu conversava com ele, mas só que ele morava no bairro São Paulo também. Ele morava no bairro São Paulo e ia lá no São Gabriel pra casa da namorada dele. E eu conversava com ele e tudo. Aí um dia um cara lá do bairro São Paulo mesmo matou ele. Na frente da escola que eu estudava, na porta da escola. Depois disso eu nunca mais fui não. Aí eu fiquei com medo deles fazerem alguma coisa comigo e peguei e não fui mais não. E ele não tinha nada a ver com nada. (...) Acho que pegaram ele porque os cara de lá achava que ele fazia leva e traz com os cara de lá de perto de casa, no São Gabriel. Achava que ele pegava informação de lá e trazia pros cara lá do bairro. Mas ele não fazia isso não, ele não tinha nada a ver.” (Informante 36, bairro São Gabriel)

“Não gosto muito de sair de lá da minha quebrada não. Tipo, eu já acostumei com lá mesmo. O lugar que eu ia mesmo é só no centro pra comprar umas roupa minha, comprar um tênis. Não gostava de ir na quebrada dos outros não. Porque, tipo, eu nem sei o que pega na quebrada do cara, nem moro lá... É cabuloso você chegar na quebrada dos outros e não saber o que que pega. É cabuloso, os cara começa a estranhar você. Por isso que eu nem vou não, fico só na minha quebrada lá mesmo.” (Informante 35, Alto Vera Cruz)

Em contextos sociais tão claramente fragmentados por dinâmicas de divisão territorial, baixa consolidação normativa, rivalidades comunitárias e de constante recurso a soluções privadas e violentas de resolução de conflitos, florescem relações marcadas por grande desconfiança mútua, em que a regra é não se envolver com os problemas alheios, sob o risco de ser vítima da violência local. Isso, no entanto, prejudica sensivelmente o estabelecimento de laços sociais entre os moradores, produzindo vizinhanças com baixos níveis de coesão comunitária, pouca eficácia coletiva e capacidade reduzida de exercer controle social informal sobre o comportamento comunitário (SAMPSON & GROVES, 1989).

Desenvolvem-se normas de comportamento e convivência que operam no sentido de naturalizar práticas de resolução privada e violenta de conflitos, como se tais episódios dissessem respeito apenas aos atores diretamente envolvidos na disputa. As falas a seguir, produzidas por jovens da Favela São José e do Morro das Pedras, ilustram esse contexto.

“Quando escuta o primeiro tiro, todo mundo já corre pra dentro de casa, pra dentro do bar e baixa a porta. Aí fica a pipoca comendo. Todo mundo entoca, não fica ninguém que não tem guerra assim. Não fica ninguém na rua. Só fica nós mesmo. Ninguém coloca a cara não, é só os alemão mesmo.” (Informante 30, Favela São José)

“Tem que saber levar, né? Eu sempre fui mais quieto, então comigo não pegava nada não. Porque se você conversar demais, os caras te jogam mesmo. Tem que saber conversar. Tem que saber trocar as idéias. Porque X9 não vence. Safado, rato, você tem que correr desses caras. Porque se você envolver, já era. Quem envolve com safado, safado é. Não é verdade? Se você envolver, os bandidos te jogam pra vala mesmo.” (Informante 22, Morro das Pedras)

Nestas comunidades, todo o histórico de ocupação irregular do território, tolerância à utilização ilegal de serviços públicos e privados, desconfiança mútua entre moradores e baixa consolidação normativa contribuem para que colocar em movimento processos de socialização e sociabilidade em que a violência opera como elemento central. Difunde-se um apelo constante (e até mesmo legítimo) ao uso da violência enquanto instrumento de resolução de conflitos e de apropriação dos escassos recursos locais.

A hostilidade do ambiente descrito pelos jovens entrevistados explica, em certa medida, sua organização em grupos delinquentes ou gangues. Ao mesmo tempo em que a associação em grupos proporciona a eles melhores condições competitivas para obtenção dos recursos locais (materiais e simbólicos), também garante a eles maior possibilidade de defesa contra as inevitáveis ofensivas promovidas por grupos externos (tanto a polícia, quanto as gangues rivais). Este recurso, no entanto, evidencia a contradição inerente ao discurso de que a violência só atinge aqueles que a procuram. Na prática, alguns jovens parecem agir como se ela fosse, em maior ou menor grau, uma circunstância inevitável para quem vive nas favelas. E é nesse sentido que eles justificam a adesão aos grupos, afirmando que, na pior das hipóteses, o pertencimento às gangues garante a eles a possibilidade de retaliar ofensas e agressões sofridas.

E é importante notar que esse contexto não leva em consideração apenas a violência vinda de grupos de jovens rivais, mas também das forças policiais que, pelo menos na fala dos adolescentes ouvidos por esta pesquisa, possuem um vasto histórico de atuação violenta e corrupta nas favelas da RMBH. O cenário descrito nas entrevistas vai ao encontro daquilo que era definido por Frederic Thrasher (1927) como “o papel da ameaça” (the role of the threat), ou seja, um cenário violento que, de certa forma, acaba empurrando os jovens para dentro das gangues, em busca de autoproteção.

“Porque eu ficava lá na rua de bobeira, nem tinha guerra com ninguém e vinha os alemão e me esculachava, né Zé? Aí eu comecei a entrujar com os cara mesmo. Porque se pegar eu de noitão na rua, eles mata eu. E eu nem tinha nada a ver não. Mas eles começou a me esculachar só porque eu morava lá no meio. Quando eles me via, eles achava que eu tava indo na área deles pra escoltar pros cara lá do meio. Aí me dava na cara, falava que ia me matar. Você tá ligado que guerra deles é deles. Mas você passa perto e eles acha que você tá ouvindo pra levar pro outro lá de baixo. Aí eu falei: ‘o que? Vou ficar passando aqui pra esses cara me matar? Eu não. Eu vou é colar com os cara, que aí coloca o terror, né?’ (...) Isso gera ódio na gente. Porque é muita covardia que esses cara faz. Esses cara não é homem não. Aí dá vontade é de matar mesmo. Tem é que largar o aço nesses cara porque eles é muito covarde. Gente que não tem nada a ver com crime, eles passa o rato.” (Informante 30, Favela São José)

Um colega meu pegou a mulher de um cara lá e por causa disso eles foi lá e matou esse colega meu. Não falou nada não, já chegou atirando. Aí depois eles foi lá e deu tiro lá na nossa área lá. Aí nós entrou de guerra mesmo. Daí pra frente eu nem ficava muito na rua não. E mesmo assim quando eu saía era sempre armado. Eu era fechado com eles, eles era fechado comigo. (...) A gente colava era por causa de guerra mesmo. Porque se os cara do Savassi tava junto pra dar tiro no Santa Martinha, nós do Santa Martinha tinha que tá junto pra meter bala no Savassi. Tem que estar junto pra se proteger mesmo.” (Informante 33, Santa Martinha)

4.3.2. Aspectos subculturais e simbólicos

Um aspecto que chama bastante a atenção na fala dos entrevistados é a grande naturalidade com que o contexto de extrema violência vigente em algumas favelas da RMBH é percebido por eles. Talvez isso se dê porque, em termos culturais e simbólicos, este cenário de violência interpessoal, grupal e institucional se apresente na fala dos jovens quase sempre respaldado por uma complexa trama de valores, códigos morais e estruturas normativas particulares, aparentemente vigentes nestas localidades. Daí as menções recorrentes à “lei da favela” e à “lei do crime”, enquanto formas de sociabilidade específicas que, de certo modo, justificam publicamente a resolução privada e violenta de conflitos, os confrontos armados entre grupos rivais, a divisão simbólica dos aglomerados em territórios de gangues e toda sorte de violência que se encontra em curso em vilas e favelas.

Conforme discutido anteriormente, a consolidação desta “subcultura da violência” (MILLER, 1958; CLOWARD & OHLIN, 1960; WOLFGANG & FERRACUTI, 1962; SAVENIJE et al., 2007; PAES MANSO, 2005) ou, como se prefere definir aqui, destas formas de “sociabilidade violenta” (MACHADO DA SILVA, 2010), parecem ter sua origem no próprio processo de conformação das favelas, marcado por disputas entre vizinhos em função da pouca ou nenhuma regulamentação fundiária, pela presença precária e violenta do Estado, pela falta de provisão democrática dos serviços de justiça, pela baixa consolidação normativa e escassez de recursos, serviços e infraestrutura. Nestes contextos, a legitimação do uso de violência enquanto instrumento de obtenção de recursos (materiais e simbólicos), resolução de conflitos e até mesmo enquanto mecanismo de mediação das relações sociais acaba contribuindo para a conformação de um código moral, comportamental, valorativo e relacional bastante peculiar, mas que todos os jovens entrevistados demonstram conhecer bem.

Segundo os informantes, as formas de sociabilidade violenta que se encontram vigentes em algumas favelas parecem normatizar não apenas a atuação dos jovens dentro das gangues, como também a própria forma de agir dos grupos dentro das comunidades. Além disso, ainda segundo os entrevistados, estas formas de sociabilidade violenta também regulariam alguns tipos bastante específicos de relação entre moradores, mais especificamente aquelas que dizem respeito à resolução de conflitos locais, envolvendo questões familiares ou de vizinhança (casos de violência doméstica, de disputas entre vizinhos por delimitação de lotes, ou brigas por causa de mulheres, etc).

O que se observa, portanto, é que, em um primeiro momento, os processos de socialização e de sociabilidade violenta parecem surgir a partir de contextos de disputas e conflitos, travados em ambientes marcados por baixa consolidação normativa. Em um segundo momento, no entanto, estes processos se consolidam e, aparentemente, passam a compor o conjunto de crenças, valores, práticas e relações que normatizam e subsidiam os mais diversos aspectos da vida social das favelas em questão.

Em termos simbólicos, como foi dito anteriormente, a existência desta ordem normativa particular se materializa de maneira muito clara na fala dos entrevistados, por meio das expressões “mundo do crime”, ou “lei da favela”. O próprio ato de dar um nome específico a este conjunto de crenças, valores e práticas denota um processo de demarcação da orientação normativa a partir da qual os grupos operam socialmente. Enquanto a “lei da favela” parece se referir a um conjunto mais amplo de valores e práticas que normatiza a relação entre as gangues e as comunidades locais, a noção de “mundo do crime” parece dizer respeito exclusivamente à complexa rede de significações, práticas de violência e regras de conduta inerentes à rotina dos jovens dentro das gangues, ou mesmo entre os muitos grupos que atuam em uma determinada região³⁷.

4.3.2.1. A “Lei da Favela”

Na fala dos informantes, a “lei da favela” parece se referir a um conjunto de crenças, normas, valores e condutas que regula as relações entre os jovens envolvidos com as gangues e suas comunidades locais. Essa estrutura normativa, no entanto, assume um caráter extremamente tradicionalista, justificando e legitimando a adoção bastante frequente de uma série de práticas machistas e violentas, para lidar com determinadas situações de conflito dentro dos aglomerados. Nesse contexto, as gangues acabam se tornando uma espécie de instância de poder local que, por meio da constante ameaça de uso de seu poder de fogo, se encarrega de operacionalizar e fiscalizar o uso desta estrutura normativa.

³⁷ A separação entre “Lei da Favela” e “Mundo do Crime” talvez se deva mais a uma estratégia analítica do que à existência de uma segmentação claramente identificável entre estas estruturas normativas. Na prática, ambas as noções se mostram extremamente fluidas e difusas, se confundindo e se misturando com bastante frequência na fala dos jovens entrevistados. No entanto, esta divisão analítica facilita a compreensão de uma distinção que praticamente todos os informantes fizeram questão de construir durante as entrevistas: de um lado, colocam-se as normas de conduta, os códigos morais e os valores que normatizam a relação entre os grupos de jovens delinquentes e suas comunidades locais; de outro, a complexa rede de significações, regras, códigos e formas de conduta que orientam a ação destes jovens, não apenas dentro de seus grupos, mas principalmente com relação a outras gangues.

Dentro da estrutura normativa que os jovens definem como “lei da favela”, valores como lealdade, discrição, fidelidade, honestidade, hombridade e respeito adquirem noções bastante particulares e discricionárias, mas quase sempre associados à conduta que se exige de um homem para que ele tenha “conceito” perante a comunidade local. Na fala dos jovens, esta idéia de “conceito” se parece bastante com uma concepção estereotipada da preservação da honra masculina. Não por acaso, os informantes demonstram valorizar uma versão exacerbada da figura masculina que consegue sustentar sua família, defendendo-a das muitas ameaças externas presente no ambiente da favela.

É por isso que, em nível comunitário (e pelo menos no discurso), as próprias gangues se arvoram do papel de protetoras de suas comunidades, principalmente frente às agressões de grupos delinquentes de outras localidades. Quando se estende para os mais diversos âmbitos da vida comunitária a lógica de que cabe às gangues defender a “honra” dos moradores e manter a “ordem” local, justifica-se o uso de violência para coibir a ocorrência de delitos na comunidade, bem como a manifestação de qualquer comportamento considerado inadequado como, por exemplo, acionar a polícia para registrar qualquer ocorrência, denunciar às autoridades a prática de delitos na comunidade, prestar depoimentos sobre crimes já ocorridos, ou mesmo cortejar uma mulher supostamente comprometida.

O que as falas dos jovens sugerem é que, a despeito do que reza o senso comum, estas práticas não se justificam somente em função da implementação e da manutenção de uma estrutura de negócios criminosos. Elas são prenes de significados e valores inerentes a uma estrutura normativa machista e tradicionalista, intimamente relacionada a processos de sociabilidade violenta e de conformação de uma espécie de “ethos guerreiro” entre os jovens envolvidos com as gangues (ZALUAR, 1997). Somente uma adesão muito forte a esse conjunto de crenças explicaria a aplicação de um sem número de sentenças de morte a suspeitos de cometer estupros dentro das favelas e a expulsão sistemática de moradores em função da simples desconfiança de que eles possam estar passando qualquer informação para a polícia.

Em nível comunitário, a adesão a uma estrutura normativa genericamente definida como “lei da favela” justifica que se siga a cartilha segundo a qual “em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher”. Ou seja, os problemas que ocorrem dentro da favela interessam somente aos envolvidos e, invariavelmente, devem ser resolvidos dentro da favela, sem qualquer intervenção do poder público. Daí a fala bastante recorrente de alguns

jovens de que determinada pessoa “resolveu uma parada que era do contexto dele”. Caso o problema não possa ser resolvido diretamente pelos envolvidos, acionam-se os grupos delinquentes locais, que rapidamente tratam de restaurar a ordem que julgam ser a mais correta. A fala de um informante do Aglomerado da Serra ilustra bem a crença que muitos dos jovens entrevistados depositam nesta lógica, ao ponto de a estratégia utilizada para difamar uma gangue rival não passar por evidenciar as arbitrariedades e crimes cometidos por ela, mas sim sua incapacidade de “proteger” e “manter a ordem” em seu território.

“Nós não deixa roubar na favela, nós trata morador bem. Polícia do morro é nós lá mesmo, até os morador já fala isso. Nós não deixa rolar pilantragem no morro, os comércio pode ficar tudo de boa que ninguém rouba. (...) Se alguém rouba um comércio, aí nós corre atrás, pega e dá um coro. E faz o cara devolver tudo. Não tem que chamar a polícia. E nós pede pra não chamar a polícia pra não lombrar pro nosso lado também, né? Porque na pista nós mesmo resolve esses trem. (...) Estuprador? Passa o cerol. Porque isso aí ninguém aceira não. Duzentão? Já teve um cara lá que pegou uma menina de cinco anos e foi pra vala. X9 a gente passa o cerol também. (...) É às pampa. Nós trata todo mundo bem. Se os cara tá armado lá no beco, aí passa um morador a gente põe os pano, esconde. É boa tarde, boa noite. É assim que nós convive com eles. Pra quem não tem uma condição pela ordem, nós faz uma vaquinha lá e dá uma cesta básica, fortalece também. Acho que todo mundo lá gosta de nós. Diferente dos cara lá da Sacramento que ninguém gosta deles porque eles faz muita covardia. Nem os morador da área deles mesmo não gosta deles. Eles deixa roubar, deixa estuprar. Não sei se você viu no jornal outro dia um cara lá que estuprou uma mulher na lan house, na frente do marido dela e do filho de três anos. Foi lá na Sacramento.” (Informante 19, Aglomerado da Serra)

É claro que, em termos morais, a suposta manutenção da ordem comunitária exercida pelas gangues também acaba atendendo à necessidade que seus membros têm de justificar, para os outros e para si próprios, o vasto leque de crimes e violências que eles próprios acabam praticando. Esta espécie de “técnica de neutralização” (SYKES & MATZA, 1957) acaba, de certa forma, diminuindo o peso social de se cometer crimes dentro das favelas, como indica a fala de outro informante do Aglomerado da Serra.

“Tem que aceitar. Segurança no morro quem é que faz? É os mano. Por que que não tem roubo dentro da favela? Porque se tiver, os cara vem e mata. Privilégio pra quem? Para os morador. Então eles não tem que falar nada se mata na porta da casa deles, se vende droga. É segurança.” (Informante 29, Aglomerado da Serra)

Ainda na fala dos jovens, outro indício de que a violência parece ser vista como um instrumento legítimo de resolução privada de conflitos aparece nos depoimentos de violência doméstica que praticamente todos parecem ter sofrido em algum período de sua vida. Na maioria dos casos relatados, esta violência teria sido praticada por alguma figura paterna (não necessariamente o próprio pai, mas também um padrasto ou mesmo um tio) que, quando não estava ausente, se fazia presente por meio da violência contra a família, geralmente potencializada pelo alcoolismo. O que se observa é que, frequentemente, o exemplo do uso da violência enquanto eixo de estruturação de alguns tipos de relações sociais vinha de dentro da própria casa dos adolescentes.

O depoimento de três informantes, um deles morador da Favela São José, outro da Favela do Nova Cintra e o último da Cabana do Pai Tomás (todas na região Oeste de Belo Horizonte), ilustram não apenas o contexto de violência doméstica e alcoolismo paterno, relatado por muitos dos jovens entrevistados, como também o recurso, aparentemente legitimado, a uma escala ainda maior de violência para tentar resolver, comunitária e extrajudicialmente, este tipo de problema. De qualquer forma, chama a atenção como a violência se constitui em um elemento central para a constituição de determinados tipos de sociabilidade.

“Meu pai bebia muito e gostava de fazer covardia comigo e com minha mãe. (...) O conflito era mais ele chegar bêbado. Chegava bêbado em casa, começava a perguntar as coisas, a gente não sabia responder ele ficava mais nervoso ainda, aí começava já a bater, quebrar as coisas, bater na minha mãe. (...) Sempre minha mãe levava ferro, apanhava, apanhava, apanhava. (...) Eu começava a chorar, gritar. (...) Aí tinha um mês que a gente tava morando lá no Cabana e começou a discussão. Aí um cara que mexia com tráfico do lado da minha casa escutou e avisou ele uma vez. Falou que se ele encostasse o dedo nela de novo ele ia tomar providências. Aí foi aconteceu de novo, aí ele foi e tomou providências. (...) Eu não sei explicar direito porque eu era muito pequeno. Eu só sei que meu pai foi embora porque o cara ameaçou ele de morte.”
(Informante 07, Cabana do Pai Tomás)

“A relação com a minha mãe era tranquila. A única coisa é que ela achava que correia ajudava. Mas apanhar não ajuda ninguém. Mas aí, com 14 anos, ela não punha mais a mão em mim não. (...) Mas eu chegava na rua e ia descontar nos outros. Chegava na escola e ia brigar com os menino. Descontava neles. (...) Arrumava confusão na porta da escola, na saída. A raiva que me dava dentro de casa eu descontava na rua. Mas não era em qualquer um não. Era só com quem caçava mesmo.”
(Informante 20, Cabana do Pai Tomás)

“Tem gente que guarda raiva de família, que nem eu mesmo guardei raiva do meu tio. (...) Na verdade eu era doido pra matar meu tio mesmo. Porque na época que eu morava com ele, ele batia pra caralho, espancava, ele bebia. Só de ele olhar pra nós, eu tremia de medo; colocava nós em tampinha ajoelhado, altas treta. Batia de subir ódio mesmo, eu nem chorava mais não... Aquilo ali eu guardava era o ódio. Aí quando eu era pequeno, eu só pensava em comprar revolver. Vou comprar um revólver e matar meu tio.” (Informante 32, Favela São José)

Em um contexto normativo que parece legitimar a resolução violenta de alguns tipos conflitos, valorizam-se também a força e a virilidade associadas à figura do homem que consegue se impor na defesa de seu território familiar e comunitário. Neste cenário, quase que por um desdobramento natural, as mulheres são referenciadas a partir de arquétipos ou estereótipos que, de certa forma, acabam contribuindo para a consolidação da identidade masculina dos jovens. No entanto, este processo de categorização da figura feminina parece operar com sinais invertidos, variando em função do “tipo de mulher” à qual se refere. De um lado, colocam-se aquelas que os jovens definem como “mulheres que firmam”, ou seja, aquelas que são fiéis aos seus homens e permanecem ao lado deles mesmo nos períodos de maior dificuldade. Este tipo de mulher, que tem como expoente máximo a figura da mãe, deve ser sempre valorizada pelo homem provedor e preservada do ambiente hostil.

“Sempre gostei de ficar com a minha mãe. Porque minha mãe é mulher indefesa, entendeu? Aí eu sempre pensei que se acontecer alguma coisa com minha mãe eu não vou estar lá. Então eu sempre dei aquele voto de confiança em mim mesmo de que se acontecesse alguma coisa eu ia estar perto.” (Informante 22, Morro das Pedras)

A outra faceta desta moeda é representada pela figura das “novinhas” ou “periguetes”, mulheres que, na visão dos informantes, não são dignas de confiança, buscam apenas o dinheiro e a fama dos jovens criminosos e, por isso, servem apenas enquanto objeto sexual. De acordo com os entrevistados, estas mulheres devem ser tratadas com desprezo e desconfiança, uma vez que costumam manter relacionamentos com membros de gangues rivais, o que constitui mais um motivo para aumentar a tensão entre os grupos.

De qualquer forma, o que se observa é que o processo de redução da figura feminina a determinados estereótipos constituiu uma estratégia bastante eficiente de reforço da identidade do “macho viril”. Praticamente todos os depoimentos apontam para uma divisão binária da figura feminina, divididas entre mulheres dignas de respeito e proteção e aquelas que, por serem atraídas pelo dinheiro, pela virilidade e pelo poder de fogo dos rapazes (pela “vida louca”), não passam de uma espécie de “espólio de guerra” que deve ser desfrutado

com desdém e desconfiança. De uma forma ou de outra, objetifica-se a figura feminina, desvalorizando-a e fazendo dela um mero contraponto necessário à constituição do “ethos guerreiro” tão cultuado por alguns destes jovens.

Curiosamente, boa parte deste processo de redução simbólica da figura feminina opera por meio da relação contraditória que as mulheres mantêm com aquilo que, em grande parte, ajuda a definir a própria identidade masculina dos jovens entrevistados: seu envolvimento com grupos delinquentes e práticas de criminalidade violenta. Enquanto as mães ou as “mulheres que firmam” são dignas de serem preservadas porque buscam se relacionar com a faceta do “homem de bem” que existe em cada jovem, as “periguetes” ou as “novinhas” são tratadas com desdém e vistas como objetos sexuais justamente porque são atraídas pela figura do criminoso. Enquanto as primeiras tentam persuadir os jovens a abandonarem as gangues e a vida do crime, as demais constituem uma espécie de incentivo para a filiação e permanência nos grupos, bem como para o maior envolvimento com práticas violentas e criminosas. Os três depoimentos a seguir mostram este aparente paradoxo.

“Eu comecei a envolver, aí minha mãe foi ficando sabendo que eu tava envolvendo lá em baixo. Minha mãe começou a me xingar, começou até a bater em mim, falava pra eu tomar vergonha na cara. (...) Teve uma vez que eu peguei lá na boca meia-noite. Aí desceu ela e meu pai lá e me viu eu. Eu tentei esconder, tal, mas não deu. Aí ela me bateu na frente de todo mundo, eu peguei lá e subi. (...) Ah, eu senti vergonha... Vergonha de todo mundo ali. Os cara me vendo apanhar da minha mãe. Depois eu fiquei até sem graça de chegar nos cara, pra desembolar com os cara. Mas eu não tomei vergonha na cara não e continuei vendendo. Aí minha mãe chegava lá, eu escondia. Aí foi passando um tempo, parece que esgotou. Ela parou de ir atrás de mim.” (Informante 38, Bairro Lagoinha)

“Mulher gosta de quem tem carro, moto, dinheiro ou é bandido. Quem não é nada disso, as menina não tá nem olhando hoje em dia. (...) Porque o cara tá ali, tá cheio de dinheiro, tá vendendo, aí você vê o cara com uma motinha... Não precisa nem balangar (conversar) muito não. Elas já vêm e pede pra ficar.” (Informante 19, Aglomerado da Serra)

“Gostar elas gosta. Só que gosta mais é do dinheiro, né? Não precisa nem da gente chegar nas mulher não. Elas mesmo é que chega. Tipo a gente tá numa festa assim, encostado, cheirando, fumando maconha, com revólver na mão, aí elas já chega, rebolando, ficando com a gente. (...) Cê quer saber a grande verdade? Mulher gosta é de bandido. Mulher gosta é de homem que tem arma. As mulher fica de cima mesmo porque sabe que se ficar com a moçada vai dar rolê de carrão, pode andar nos pano, cheia de jóia... Mas não dá pra firmar com nenhuma não porque só tem puta. E você vê isso quando passa a pulseira (algemas). Quando passa a pulseira some tudo. Aí é só a solidão da cadeia mesmo. Aí é que você vê quem são as mulher que firma mesmo. De todas que eu tinha só firmou uma.” (Informante 05, Favela Pedreira Prado Lopes)

E é esta associação que os jovens parecem fazer entre as “periguetes” e o “mundo do crime” que garante a elas o mesmo tratamento dispensado aos inimigos em caso de algum passo em falso. Na fala dos informantes, não são raros os relatos de espancamento, expulsão da favela ou até de assassinato de mulheres suspeitas de manterem relações extraconjugais ou passar informações aos inimigos. Por terem sua imagem vinculada ao que os jovens consideram ser “o mundo do crime”, aplicam-se a elas as mesmas regras vigentes a todos os envolvidos na “vida louca”. Os dois depoimentos a seguir trazem exemplos de aplicação de regras do “mundo do crime” às mulheres suspeitas de traição.

“A namorada dele conhecia eu. Ele pegou e colocou a namorada dele pra poder escoltar eu. Pra ver a hora que eu ia embora de lá pra poder pegar eu. Aí um dia ela chegou lá e falou com um outro menino que colava com nós, um menino que vendia lá: vim cá escoltar o menor, porque o menino vai matar ele. Aí esse menino chegou perto de mim e falou comigo. Aí eu peguei, jogamos ela dentro do carro, levou ela e nós matou ela. (...) Na hora mesmo não passa nada. Só a vontade de matar, matar. O diabo é sujo, né? Joga seta mesmo. Fiquei na cabeça: tenho que matar essa menina, tenho que matar essa menina. Aí o menino chegou com o carro, nós colocamos ela dentro do carro, matou e deixou por lá. No outro dia eu fiquei: nossa, será que morreu mesmo? Já acordei de manhã pensando, será que morreu mesmo? Porque o cara que nós matou no beco, o que deu tapa na cara do meu primo, nós viu ele morrendo na hora. Essa menina, eu pensei será que ela morreu mesmo? Porque nós matou ela longe. Lá perto de Vespasiano. Aí nós foi ver o Balanço Geral (programa de jornalismo policial da Rede Record de Televisão) e tava ela lá. Aí eu vi que morreu mesmo. Agora eu tenho certeza que morreu.” (Informante 01, bairro São Francisco)

“Eu tive uma namorada só que ela era piranhinha. Do mesmo jeito que ela tava comigo, ela tava com outro menino. (...) Depois que eu descobri, nós foi... nem bateu nela não, mas cortou o cabelo dela. Eu e o menino que tava ficando com ela. Ele também não sabia não, mas nós fez só pra constar, tipo que a gente tinha o poder né. (...) Só cortou o cabelo mesmo. Segurou o cabelo dela e passou tesoura. O cabelo dela era grandão, até na parte da bunda aqui mais ou menos. Aí ela foi e ficou doida. Começou a chorar, gritar. (...) Ela mudou de lá. Ela morava perto de casa e mudou de lá.” (Informante 07, Cabana do Pai Tomás)

4.3.2.2. O “Mundo do Crime”

A despeito de toda sua complexidade, a noção de “mundo do crime” talvez seja uma das estruturas normativas mais bem consolidadas e difundidas entre os jovens entrevistados. Em todas as falas, parece existir uma percepção bastante clara do que representa fazer parte desse universo (tanto em termos práticos, quanto simbólicos), de quais são as suas regras e de quais são as consequências, positivas e/ou negativas, para quem acaba se envolvendo. O

próprio processo de envolvimento com o “mundo do crime” também se mostra demarcado por alguns indicadores e signos bastante claros e difundidos entre os jovens. Adquirir uma arma de fogo, andar em companhia ou frequentar festas de criminosos conhecidos na região e contrair “guerras” com outros jovens, por exemplo, são três dos principais fatores que, dentro das favelas, costumam demarcar a entrada dos jovens para o “mundo do crime”, envolvendo-os na complexa trama de conflitos, intrigas, traições, ganhos financeiros, normas de conduta, status e problemas que este envolvimento sempre acarreta.

Mas, a despeito de a percepção desses demarcadores ser bastante clara, o processo de envolvimento dos jovens no “mundo do crime” parece sempre se dar de maneira lenta e gradual. Em ambientes marcados por baixos níveis de controle social informal e uma forte presença de gangues ou grupos delinquentes, o envolvimento de alguns jovens com dinâmicas de violência e criminalidade às vezes se torna um desdobramento quase que natural de pequenos conflitos e desentendimentos vivenciados ainda na infância. O depoimento a seguir, por exemplo, ilustra como pequenas brigas entre grupos de crianças podem se tornar grandes conflitos entre gangues rivais, tragando diversos jovens para dentro do que eles próprios definem como “mundo do crime”.

“Comecei a arrumar briga com os outro, muita treta. Nós ia pra quadra e os menino da outra rua batia. Aí eu fui guardando aquilo. (...) Aí um dia cresceu tudo. Todo mundo cresceu, né? Aí foi se tornando nós hoje. Aí hoje ninguém conversa com ninguém não. (...) Eu moro na São Martin. Aí a treta era com os menino da Silva Lobo. Aí brigava por causa de tudo. Por causa de bola, por causa de tudo. A gente ia pra quadra, eles fechavam a quadra e batia na gente. Eles achava que a gente nunca ia correr atrás. A única maneira que eu achei de correr atrás foi essa. Aí eu comecei. É muita raiva guardada dentro da gente. Fui até preso uma vez indo atrás deles. Aí começou. Comecei a trombar com eles dentro de cadeia. Começou o inferno.” (Informante 27, Morro das Pedras)

Mais uma vez, o que as falas indicam é que, em algumas favelas, o contexto de pouca ou nenhuma provisão democrática dos bens de justiça parece fomentar o desenvolvimento de uma espécie de cultura de resolução privada e violenta de conflitos. Nascidos e criados em ambientes marcados por diversas formas de sociabilidade violenta, alguns jovens acabam encontrando nas gangues um instrumento que potencializa sua capacidade de resolução de conflitos, uma vez que seus problemas passam a ser assumidos por todos os membros do grupo. Na fala de vários informantes, o simples fato de pertencer a uma gangue pode representar para eles o fim dos episódios de violência doméstica e comunitária.

“Todo mundo te respeita. As pessoas que antes batia em você agora passa e abaixa a cabeça. Isso aí você pode perguntar pra qualquer um, porque é isso mesmo que acontece. É impressionante. Não sei se a pessoa fica com medo, ou o que que é. E você, tipo, se acha, né? Pô. Aquele cara já me bateu, hoje passa perto de mim e abaixa a cabeça. Aí quando eu comecei a andar com os cara, começou a acontecer comigo também, tá ligado? Tipo as pessoa que antes me batia, me xingava, passava perto de mim e me pedia bênção.” (Informante 25, Aglomerado da Serra)

Em meio ao ambiente de violência, precariedade, escassez de recursos e baixa consolidação normativa vigente em algumas favelas, as gangues ou grupos delinquentes parecem projetar uma imagem de poder que se estende a seus integrantes, dando a eles a oportunidade de obter, de maneira mais fácil e rápida bens materiais e simbólicos muito valorizados entre os jovens. O depoimento de um informante do bairro Cardoso ilustra bem o fato de que o status desfrutado localmente por uma gangue é algo extremamente desejado por alguns jovens, que enxergam nos grupos uma possibilidade de rápida ascensão social e financeira dentro do ambiente hostil de algumas favelas.

“A gente andando com os caras lá, disposição. É igual eu pensava antes de envolver. Os cara ficava lá naquele naipe, só relógio, só as panagem... Eu passava lá, cumprimentava os cara e pensava: ‘nó, os cara é daquele naipe’! Aí os cara me via, começou a cumprimentar eu. Aí eu pensei: ‘os cara tá me dando oportunidade’. Aí eu comecei a colar e a mesma coisa que acontecia com eles aconteceu comigo. O pessoal começou a respeitar, começou a ver eu fazendo umas fita, começou a respeitar. (...) Matando, pá... Os pessoal fica daquele naipe, né irmão? O pessoal vê que você é atitude e respeita.” (Informante 24, bairro Cardoso)

Neste ponto, cabe chamar a atenção para alguns aspectos simbólicos que se mostram muito importantes para compreender o envolvimento de alguns jovens com grupos delinquentes e dinâmicas de criminalidade violenta. Em praticamente todas as entrevistas, os informantes afirmaram que as razões que mais os atraíram para as fileiras das gangues e, conseqüentemente, para o “mundo do crime”, foram a possibilidade de obter, de maneira rápida e fácil, bens materiais e simbólicos que, em ambientes marcados por escassez de recursos e processos de sociabilidade violenta, parecem ser fundamentais para a constituição de sua imagem masculina (pelo menos nos moldes do que foi discutido anteriormente) e que seriam difíceis de serem obtidos por vias tradicionais.

Os jovens argumentam que, dentro das gangues, eles conseguem não apenas colocar fim às muitas formas de violência às quais são submetidos dentro de suas comunidades, como também potencializar sua capacidade de retaliação àqueles que os agrediram no

passado, ou ainda agridem. Além disso, todos os jovens entrevistados ressaltam que, uma vez dentro dos grupos delinquentes, passaram a ter acesso mais fácil a mulheres e dinheiro, consolidando sentimentos que parecem compor as bases fundamentais para a própria constituição de suas identidades masculinas dentro do ambiente das favelas. Os dois depoimentos a seguir mostram a promessa de pertencimento a um grupo, dinheiro, mulheres e poder de agressão e/ou retaliação constituem grandes incentivos simbólicos para a entrada dos jovens para as gangues e para o “mundo do crime”.

“Dinheiro e mulher. (...) Eu mesmo queria é mulher e dinheiro. E fama. Dá fama também. Você começa a roubar, todo mundo te conhece, te coloca apelido. Quando o cara mata, todo mundo sabe que ele é matador, tem conceito. Quando tá na vida do crime é uma fama boa de ter porque dá respeito. (...) Respeito pra ninguém mexer com você. Pra ninguém tirar você. Se não tiver respeito, as pessoas olham pra sua cara com nojo. Aí você arranca uma nove e o camarada fica doido: ‘não pelo amor de Deus, desculpa, desculpa’.” (Informante 22, Morro das Pedras)

“Dinheiro, fama, mulherzada. (...) Dá fama pra aglomerado. Tipo esses bairro normal assim ninguém conhece nós não. Nós é marginal. Na favela assim, você ganha fama. Tem seu respeito, pá. É isso que eu queria ter. (...) O que muda? Você perde sua liberdade. Você tá preso aqui, mas lá fora também você tá preso. Você não pode ir em altos lugar. (...) Por causa da guerra. Isso eu falo pra altos menino. O preço da guerra é a liberdade. Tem gente que entra por necessidade. Eu já não tinha aquela necessidade. Eu entrei por causa de mulherzada, dinheiro, roupa doida, moto, carro. Foi nesse sentido. Mas é uma vida que você não tem sossego.” (Informante 28, Pedreira Prado Lopes)

Entretanto, os jovens entrevistados também percebem de maneira bastante clara que, da mesma forma que a entrada para as gangues e para o “mundo do crime” pode conferir status, poder de defesa e retaliação, respeito comunitário, dinheiro, mulheres e uma série de outras vantagens competitivas no ambiente hostil das favelas, também traz consigo um mundo de regras, normas de conduta e códigos morais próprios, quase todos invariavelmente pautados em práticas de extrema violência. Segundo os informantes, dentro dos grupos delinquentes e do “mundo do crime”, encontra-se vigente uma versão muito mais rígida e brutal das formas de sociabilidade violenta já difundidas de maneira mais ampla entre algumas comunidades de favelas.

Enquanto um morador que denunciou criminosos para a polícia pode ser punido com espancamento e expulsão do aglomerado, um jovem membro de gangue suspeito do mesmo “desvio” certamente será executado, às vezes por seus próprios companheiros de grupo. Se entre a comunidade a prática daquilo que os próprios jovens chamam de “pilantragem” já é

considerado um crime gravíssimo, passível de um vasto leque de punições físicas e morais, entre os membros do grupo, a prática é quase sempre punida com a morte.

Geralmente, o que os jovens definem como “pilantragem” ou “vacilo” é qualquer tipo de conduta que atente contra a integridade da gangue ou de seu negócio criminoso (como denunciar seus crimes à polícia, roubar drogas, armas ou qualquer outro bem pertencente ao grupo, passar qualquer informação sobre a gangue à polícia ou a grupos rivais, etc), ou de algum de seus integrantes em particular (assediar ou “ficar” com a namorada de um membro do grupo, interferir em algum assunto pessoal dos jovens membros da gangue, ou fazer intrigas sobre seus integrantes). Além disso, qualquer quebra de uma regra localmente imposta pelo grupo também é vista como uma afronta à autoridade da gangue e passível de punição. Os depoimentos a seguir ilustram a visão dos jovens sobre algumas das regras e normas de conduta vigente no dentro das gangues e no “mundo do crime”.

“Bandido de verdade é o cara que tem disposição e fortalece com os parceiro na firmeza mesmo. Ser bandido é não entregar os irmão. É preferir morrer do que entregar os irmão. Bandido de verdade não fica de conversa com ladrão na rua. Se tiver que meter as parada mete mesmo e não tem que ficar se fazendo pra ninguém não. Se tá afim de jogar o cara fora, sequestra na miúda e joga fora, ponto final. Não tem que ficar de resenha na rua. (...) E é isso. Eu quero morrer na mão de bandido de verdade. Uma troca limpa. No duelo mesmo. Aí é guerra, né? O que estiver melhor, mais fortalecido, tem que matar mesmo porque senão roda. E eu não vou ficar com raiva do cara que me matar porque se ele não me matar, eu mato ele. Então eu não tiro a razão dele.” (Informante 05, Pedreira Prado Lopes)

“Dependendo do vacilo os cara mata mesmo. Tipo assim, o cara da minha gangue estuprou uma menina lá na sua área lá. E eu tô até sabendo que ele estuprou. Você pode chegar em mim e conversar pra eu tomar a providência. Mas não. Você é tão alterado que você chega e mata o cara. Se eu tô sabendo, pode até ficar baixo. Mas às vez eu não tô sabendo e você também não conversa. Aí começa a guerra. Às vez, se você tivesse me falado, até eu mesmo mandava matar ele. Porque quando eu vejo, eu tô defendendo um estuprador e não tô sabendo.” (Informante 29, Aglomerado da Serra)

“X9 você sabe o que é, né? X9, rato de boca, safado... Isso aí tudo é motivo pra cepar (matar) o cara. X9 tem que cepar mesmo, porque X9 não tem como vencer na favela não. O cara xnovou uma vez, vai xnovar sempre. O motivo é esse aí. (...) Até podia ter outro jeito de resolver. Mas não tem jeito não porque a lei é essa. Pode chegar em qualquer favela e perguntar se X9 vence. X9 não vence não. Tem que matar, tem que colocar fogo. Não tem como você chegar e colocar pano não, mano. Alguns X9 é que tem boi e pode sair fora. Mas em favela, coloca fogo no barraco e mata mesmo. (...) Tem muito cara que mata a mulher ou outro cara por causa de pilantragem, de traição. Isso tem demais mesmo, tá ligado?” (Informante 38, bairro Lagoinha)

Alguns depoimentos oferecem indícios de que, especialmente dentro das gangues, a violência constituiu um elemento estruturante das relações sociais, constituindo quase que um fim em si mesmo. Como a própria existência do grupo se fundamenta, em grande parte, no exercício potencial ou aplicado da violência, a disposição para exercê-la não pode ser colocada em dúvida em nenhum momento, ou sob nenhuma circunstância. Talvez a imposição de regras mais rígidas aos membros das gangues se deva à própria necessidade de fortalecer mecanismos de coesão interna e demarcar a posição dos grupos dentro das comunidades nas quais eles se encontram inseridos.

O próprio envolvimento dos grupos com dinâmicas de criminalidade amplia as possibilidades de uso da violência. Por se tratarem de atividades ilegais e, portanto, sem meios legítimos e legais de regulamentação, atividades como o tráfico de drogas, o roubo de carros e as guerras entre gangues oferecem uma grande variedade de contextos nos quais o uso da violência se faz necessária enquanto instrumento de normatização das práticas e equilíbrio de forças entre os grupos envolvidos. A regulação das atividades necessárias ao funcionamento de um ponto de venda de drogas, por exemplo, só pode se dar mediante a ameaça constante do uso da violência para punir aqueles que não cumprem as regras ou procedimentos prescritos. Daí os relatos de assassinatos ou punições que as gangues aplicam nos integrantes ou aos moradores que quebram as leis subentendidas do “mundo do crime”.

O depoimento a seguir, por exemplo, mostra uma punição aplicada a um usuário de drogas que chegou a oferecer a própria filha em troca de crack. Dentro do mundo do crime, os usuários de crack já são considerados pessoas “sem conceito” (não são dignas de confiança, respeito ou consideração). Este, em especial, parece ter afrontado o orgulho masculino dos membros da gangue ao quebrar a regra tácita de que as mulheres “de bem” não devem ser desrespeitadas dentro das favelas. Ao oferecer a própria filha para ser estuprada pelos jovens traficantes em troca de drogas, o usuário propôs a quebra desta regra justamente a quem, simbolicamente, se julga no papel de “garantidor deste direito”.

“O crack vicia aí você perde tudo que você tem rápido. Porque o cara ia lá até com o fogão da casa dele. Pegava até DVD e levava lá, levava tudo que tinha dentro da casa dele. Até fralda chegaram a levar lá. (...) Teve uma vez que chegou a levar até a filha dele lá. Ofereceu a filha dele em troca de droga. (...) Mas aí nós quebrou o cara, pegamos ele de porrada. (...) A filha tinha uns 15, 16 anos e eu acho que não levou ela na marra não. Eu acho que ele tava louco demais e implorou pra ela ir. Eu acho que ela aceitou. Só que o cara não aceitou não. (...) Aí nós pediu pra ele tomar vergonha na cara e quebrou ele todo. Mandou a filha dele ir embora primeiro né. Aí pegou ele de porrada, deixou ele todo caído no chão lá. Quase matou ele.” (Informante 07, Cabana do Pai Tomás)

Outros três depoimentos, por sua vez, mostram a rigidez das regras impostas àqueles envolvidos na atividade do tráfico de drogas, indicando claramente que o envolvimento das gangues em atividades criminosas potencializa sua predisposição ao exercício da violência enquanto instrumento de resolução de conflitos.

“Isso aconteceu uma vez com um menino lá (roubou a droga do próprio grupo). Aí eu mandei mais droga, mas avisei: ‘se você fizer de novo, eu vou vir aqui, mas não vai ser pra conversar com você não’. Aí ele pegou e derramou de novo. Na terceira vez, eu coloquei o revólver na cara dele. Eu nem ia matar não. Por causa de droga eu não ia matar. Mas eu falei, ‘você vai vender até me pagar’. Aí, quando eu coloquei o revólver na cara dele, ele ficou com medo e começou a quitar tudo certinho. Depois que quitou, eu disse pra ele que não dava mais pra ele ficar. Aí ele saiu e eu coloquei outro menino no lugar.” (Informante 01, bairro São Francisco)

“Já chegou um roubar droga do outro. Aí os cara foi lá e matou ele. (...) O próprio pessoal mata. Ele roubou uma vez, o pessoal deixou barato porque não deu pra descobrir quem era. Roubou de novo, aí a gente descobriu porque ele era usuário. Aí os cara matou ele. Ele morava no beco que a gente morava. (...) Se a gente fosse conversar, ele ia fazer de novo. Aí o pessoal matou.” (Informante 23, Cabana do Pai Tomás)

“O que mais morre é por causa de dívida. Quer dizer, não é por causa de dívida. É por causa de que muita gente deve, aí o cara vai cobrar e, ao invés de falar pra esperar um pouco, eles quer tirar na idéia. Aí o cara já estressado, com arma na mão, pega e mata o outro. Mata até gente que cresceu junto com ele.” (Informante 02, Favela São José)

Mas a prova de que a violência parece ter se tornado um elemento estruturante das relações sociais entre jovens integrantes de gangues (a ponto de constituir, nestas localidades, uma espécie de “subcultura da violência” ou mesmo um tipo de “sociabilidade violenta”) pode ser encontrada em vários depoimentos que demonstram pouca ou nenhuma delimitação entre motivações grupais, criminais ou pessoais para que ela seja exercida. Muitas vezes, um assassinato envolve tanto questões pessoais quanto criminais, sendo extremamente difícil esclarecer sua motivação, a não ser em função da consolidação de uma subcultura violenta que legitima a resolução privada e violenta de conflitos.

“Mataram ele porque ele tava devendo à boca um oitão que ele comprou. Aí foi os cara e falou com ele que ia matar ele porque ele não queria pagar. Aí eu fui e tentei pôr pano. Pano que eu falo é assim: tentei pagar a dívida dele pra não matar ele. Só que aí o pessoal falou que não, que ele tava tirando demais. Aí eles foi e matou ele. Mas eu acho que foi porque o menino que matou ele, quando era pequeno, meu parceiro pegou e deu uns tapa nele. Aí ele já queria matar ele. É foda, por causa de uma coisa pequena, mata um cara assim.” (Informante 02, “Favela São José)

Um indicador de que as leis e valores do “mundo do crime” se institucionalizaram e ganharam legitimidade entre os jovens membros de gangue está na percepção de que, apesar de duras, as regras devem valer para todos, inclusive para amigos próximos. Daí os relatos de vários jovens sobre assassinatos cometidos dentro da própria gangue, quando algum integrante quebra uma regra importante do grupo, ou é reincidente em transgressões leves. No caso das gangues envolvidas com o tráfico de drogas, as mortes geralmente se dão em função de algum desacerto na condução do negócio ou mesmo no caso de desaparecimento ou furto de uma quantidade expressiva de drogas. Em muitos destes casos, a transgressão é vista como “pilantragem” e deve ser punida com a morte, mesmo que se trate de um amigo próximo. O depoimento a seguir ilustra esta percepção.

“Perdi muito amigo nessas guerra... Nossa... Não me pergunta isso não. Esses dia mesmo teu tive notícia que eles matou um colega mau lá. Mas ele deu mole. Parece que ele roubou uma droga do patrão lá, aí o patrão foi lá e matou ele. Tipo, e cresci com ele, né Zé? Nós andava só junto. Onde que ele ia, eu ia, nós rodava a favela toda junto, nós dois junto. Aí deu desacerto, né? (...) Aí ele ficou uma cara sem ir lá na minha quebrada. Tipo, ele tava lá em Betim. Aí não sei o que que deu, ele piou lá na favela de novo. Aí o patrão deu a nota lá, os cara foi lá e cepou ele... Cabuloso... (...) Por causa de que o cara tava errado. É que nem se fosse eu. Se eu tivesse roubado, acho que até eu ia querer matar eu mesmo. Tem hora que eu fico pensando... Saudade... O cara ficava andando junto, lado a lado comigo. Altas questão, nós já até pegou mulher junto... Os cara vai lá e mata o cara? Cabuloso. (...) Mas se pedisse pra eu matar eu ia desembolar com o patrão: ‘Ô, Zé... Pede outro aí pra matar, tá ligado? O cara tipo cresceu comigo, é parceiro daquele naipe, é tipo irmão pra mim. Tô ligado que o cara tá errado, mas não vou matar o cara não, tá ligado? Não dá não. Pede outro irmão pra fazer esse serviço aí’.”
(Informante 35, Alto Vera Cruz)

Diante do contexto de extrema violência descrito pelos jovens, observa-se que existe uma grande preocupação com a imagem pública que os membros de gangues constroem para si. Em ambientes intensamente perpassados por dinâmicas de sociabilidade violenta, baixa consolidação normativa e uma cultura que legitima a resolução privada e violenta de conflitos, a capacidade de reação ou a disposição para matar de um membro de gangue nunca pode ser colocada em dúvida ou ser “desacreditada”. Para um jovem sistematicamente envolvido no “mundo do crime”, é extremamente importante transmitir, para a comunidade local, para seus colegas de gangue e para seus inimigos, a certeza de que possui “disposição” para matar caso isso seja necessário.

Imersos em uma subcultura que valoriza a capacidade de exercer a violência, muitas vezes torna-se uma questão de sobrevivência consolidar uma imagem de homem que

consegue se defender, defender seus parceiros e vingar as ofensas sofridas por seu grupo e por sua comunidade. Ao deixar claro que possui “disposição” para matar e que não deixa passar nenhum tipo de desafio, o jovem diminui a chance de ser denunciado por moradores locais, fortalece sua posição dentro do grupo e ganha o respeito dos demais membros e se torna temido pelos integrantes dos grupos rivais. Por isso, em alguns casos, a decisão de matar parece mais atrelada às regras do “mundo do crime” (onde não ser “desacreditado” representa quase uma condição de sobrevivência), do que a uma motivação claramente associada a uma lógica utilitária, inerente ao negócio criminoso.

“Tipo assim, você é um bandido, aí tem um outro bandido lá e você é amigo desse bandido. Aí eu fico falando mal desse outro bandido. Aí você vai lá e fala pra ele: ‘Ah, tal fulano tá falando mal de você lá, tá falando que você tá demais já’. Isso aí também já é motivo pra guerra. Quem tá no crime, é que nem eu te falei, qualquer coisa tem que matar. (...) Se não matar, Não fica à vontade. O cara não fica à vontade. Vai ficar com aquele peso na consciência: ‘Ah, o cara tá me tirando e eu não faço nada’. Se ele deixar baixo, os outros vão achar que ele é otário. Aí neguinho vai começar a querer subir em cima do cara. Se ele não matar pra mostrar que tem moral, que tem respeito, todo mundo vai querer fazer com o cara o que o primeiro fez. Todo mundo vai falar: ‘O cara não faz nada, o cara é bundão’. O cara passa imagem de fraco. Aí todo mundo vai querer montar em cima dele. E o cara não pode deixar, tem que colocar o respeito dele. E nessa vida, o respeito o cara faz é mostrando que tem disposição. Senão os outro engole ele. Ou você engole, ou os outro engole você.” (Informante 37, bairro Primeiro de Maio)

“Não pode abaixar pro cara. Porque neguinho vai pensar o que de você? Os próprio cara que cola com você vai pensar o que de você? Afinal de contas, você cola com nós ou não cola? Vou mandar você é peidar, mano. O cara quer matar você e você quer conversa, irmão? Tem conversa não, doido. Alemão é bala mesmo. Alemão é bala na cara. Qualquer quebrada a lei do crime é essa mesmo. Senão os próprios cara da sua quebrada vai ficar contra você: ‘O que? Você cola com nós e quer conversa com o cara, mano? Você é doido, mano?’ Eles vai pensar o que de você? Vai pensar que você é bundão, que não tem disposição pra cepar os cara quando precisar. Aí é lombrado.” (Informante 38, bairro Lagoinha)

“Resolve matando porque a lei dos cara é essa. O cara pode dar um boi (aliviar) pro cara. Aí chega outro, ele vai dando boi, vai dando boi, vai dando boi... Aí ninguém vai respeitar o cara. Todo mundo vai falar que o cara é bundão. Ninguém vai respeitar. Nem o noiado vai respeitar o cara. E o cara tem que impor o respeito. E o respeito do bandido o cara impõe é pelo medo. Ele não tem aquele respeito normal. O bandido ganha o respeito das pessoa porque ele impõe o medo. Agora imagina: o cara pega a mulher do cara, o cara não faz nada. O cara pega a droga dele, ele não faz nada. Briga com o cara, ele não faz nada. Vai fazendo um tanto de treta. Aí que bandido que esse cara vai ser? Ele não vai ser bandido. Os cara do meio dele vai zuar ele, ele não vai ter respeito com ninguém. É por isso que muitos vai lá e mata.” (Informante 28, Pedreira Prado Lopes)

Por outro lado, os jovens entrevistados argumentam que o rótulo de “matador” geralmente funciona de maneira ambivalente: por um lado, aumenta o prestígio de quem o carrega, por outro, torna-o um alvo mais cobiçado por quem quer ganhar fama no “mundo do crime”. O depoimento a seguir mostra esta percepção.

“Depois desse homicídio aí eu fiquei conhecido no bairro todo. Polícia me caçando, maior problema. (...) Mas os colega começou a me tratar mil grau, né? O tratamento deles comigo mudou. Mudou que os outro começou a me respeitar mais. Sabia que eu matava mesmo, aí começou a me respeitar mais. Todo mundo começou a olhar pra mim com aquela cara: ‘nô, o menino mata mesmo’. Mas isso é bom e é ruim. É bom porque você tem respeito; todo mundo te respeita. Mas é ruim porque você sabe que respeita porque tem medo de você.” Informante 18, bairro Sagrada Família)

Em contextos fortemente marcados por dinâmicas de exclusão social, por desconfiança mútua, baixa consolidação normativa e pela percepção de que o Estado não se mostra capaz (nem mesmo interessado) em prover, democrática e eficientemente, os serviços de justiça, instaura-se a crença de que a violência constitui um meio legítimo de resolução de conflitos. Por isso o que os jovens definem como o “mundo do crime” se parece tanto com um estado de guerra de todos contra todos, com ciclos de ação e retaliação que se auto-alimentam e provocam centenas de mortes. Neste cenário, a proliferação de armas de fogo nas mãos dos jovens membros de gangue tende a igualar a força dos oponentes, tornando a antecipação do risco uma estratégia de sobrevivência bastante utilizada por eles (PAES MANSO, 2005).

Quando ambas as partes se encontram fortemente armadas, a habilidade ou a força física dos oponentes pede sua relevância. O que costuma contar nestes casos é a estratégia de antecipação que permite ao jovem criminoso matar seu inimigo antes que este tenha a oportunidade de fazer o mesmo com ele ou com algum de seus parceiros. Ainda que a comparação possa parecer estranha, vale a mesma lógica da imagem que geralmente se faz dos duelos travados no velho oeste norte-americano: vence quem saca ou age primeiro. Só que, nas favelas, não há acordo de cavalheiros, datas e horários pré-estabelecidos ou enfrentamento com olhos nos olhos. Os jovens abusam do fator surpresa, matando seus rivais pelas costas, em emboscadas que, muitas vezes, não oferecem sequer a possibilidade de defesa à vítima (PAES MANSO, 2005). Daí a grande quantidade de homicídios de jovens em favelas, com sinais claros de execução: muitos tiros nas costas e na cabeça, o que indica que a vítima foi apanhada de surpresa, por vários autores.

Os depoimentos a seguir ilustram a percepção que os jovens têm sobre a necessidade de antecipar-se ao risco da agressão, por meio do assassinato de seu detrator. De acordo com eles, no “mundo do crime”, qualquer ameaça de morte, por mais improvável que pareça, deve ser levada a sério e respondida á altura. Da mesma forma que um membro de gangue não pode admitir ser “desacreditado” (sob o risco de perder a confiança de seus parceiros e se tornar um alvo fácil para seus inimigos), também não pode “desacreditar” aqueles que o ameaçam (sob o risco de ser morto em uma emboscada).

“Que nem teve um cara lá da quebrada mesmo que começou a tirar a gente. Ele era bandido lá, mas não andava com a gente. Aí ele começou a passar lá, falou que ia matar a gente. A gente não deu mole pra ele não. (...) Quando alguém fala que vai matar, a gente não desacredita não. Nem eles desacredita. Eles mata mesmo. Aí a gente tem que matar antes que eles mata nós. (...) Não dá pra saber o que que passa na cabeça do cara. Não dá pra desacreditar. Já vi muita gente tomar tiro porque desacreditou. Até usuário dá tiro. Já vi gente tomar tiro de usuário porque desacreditou.” (Informante 23, Cabana do Pai Tomás)

“Tipo assim, você é um bandido, aí tem um outro bandido lá e você é amigo desse bandido. Aí eu fico falando mal desse outro bandido. Aí você vai lá e fala pra ele: ‘Ah, tal fulano tá falando mal de você lá, tá falando que você tá demais já’. Isso aí também já é motivo pra guerra. Quem tá no crime, é que nem eu te falei, qualquer coisa tem que matar. (...) Se não matar, Não fica à vontade. O cara não fica à vontade. Vai ficar com aquele peso na consciência: ‘Ah, o cara tá me tirando e eu não faço nada’. Se ele deixar baixo, os outros vão achar que ele é otário. Aí neguinho vai começar a querer subir em cima do cara. Se ele não matar pra mostrar que tem moral, que tem respeito, todo mundo vai querer fazer com o cara o que o primeiro fez. Todo mundo vai falar: ‘O cara não faz nada, o cara é bundão’. O cara passa imagem de fraco. Aí todo mundo vai querer montar em cima dele. E o cara não pode deixar, tem que colocar o respeito dele. E nessa vida, o respeito o cara faz é mostrando que tem disposição. Senão os outro engole ele. Ou você engole, ou os outro engole você.” (Informante 37, bairro Primeiro de Maio)

“A arma é o único jeito. Porque a guerra é um trem cabuloso. Porque se você boiar na pista, eles chega e te mata, arranca a cabeça, arranca braço... Se um cara te ameaçar dentro da favela e você não conferir, ele chega e cumpre mesmo. Porque os menino de hoje em dia é cabuloso. Igual lá mesmo na favela, tinha menino que eu tinha guerra que eu conhecia era desde pequeno, era molequinho. Era filho de cara que morreu da guerra das antiga. A guerra é de geração em geração mesmo dentro da favela. Morre uma, começa outra. Igual lá mesmo, antes era só os cara mais velho que tinha guerra um com o outro. E era as guerra cabulosa, que já entrava dentro dos barraco, matava os cara dentro do barraco mesmo. Porque as nossas guerrinha de menino lá não tinha muito essas coisa de entrar dentro do barraco do outro. Até porque a maioria era tudo primo, aí não ia pegar família, né? Se pagasse família ia ficar cabuloso.” (Informante 32, Favela São José)

“Podia até conversar, mas como na conversa, Zé? Se você não for lá e matar, os cara da sua própria quebrada vai ficar como com você? Vamos supor que você é meu parceiro e você tem uma guerra com um cara lá. Aí você vira pra mim e fala que vai conversar com o cara. O que que eu vou pensar? ‘Pô, Zé, você tem guerra e quer ir lá conversar com o cara? Quer abaixar pra ele? Se tem guerra com o cara, não tem conversa não, mano’. A questão é mandar pra vala mesmo. Se trombar e você tiver trepado (armado), você tem que matar o cara. Se trombar e ele tiver trepado e você estiver na mão, ele tem que mandar você.” (Informante 38, bairro Lagoinha)

4.3.3. Dinâmicas de conflitos e territorialidade

Ao longo das últimas décadas, grande parte do interesse dedicado fenômeno das gangues sempre passou pela tentativa de compreender suas dinâmicas de conflitos e disputas territoriais. No Brasil, com mais ênfase do que se observa em outros países, diversos estudos sempre estabeleceram uma correlação bastante íntima entre a consolidação do tráfico de drogas e a violência envolvendo grupos de jovens delinquentes em vilas, favelas e bairros pobres de periferia das grandes cidades (ZALUAR, 2004; SOARES, 2000; RODGER, 1999; MISSE, 1997; LEEDS, 1998; GRILLO, 2008; FERREIRA *et al.*, 2009; CARDIA *et al.*, 2003; BILL & ATHAYDE, 2006; BEATO FILHO & MARINHO, 2007; BEATO FILHO, 2003; BARCELLOS, 2003; AMORIM, 2006; ADORNO, 2002).

Tais esforços de pesquisa deixam claro que a consolidação do tráfico nas favelas brasileiras projetou impactos significativos sobre as dinâmicas de violência mantidas entre as gangues locais. Especialmente no Rio de Janeiro, onde grande parte destes estudos foi realizada, muitos dos conflitos armados entre gangues juvenis se deve à disputa dos territórios de favelas para a venda de drogas. No entanto, os dados coletados aqui impõem uma problematização desta relação quase que automática que, em muitos casos, se estabelece entre tráfico de drogas, gangues, conflitos e violência.

Em primeiro lugar, porque praticamente todas as entrevistas indicam que, nas favelas, os processos de formação de grupos delinquentes ou gangues geralmente se deram antes mesmo do surgimento e da consolidação do tráfico de drogas nestas localidades, impulsionados por dinâmicas de forte exclusão social, presença precária do Estado, baixa consolidação normativa, ilegalidades, disputas e conflitos comunitários, pouca ou nenhuma provisão democrática dos serviços de direito e sociabilidade violenta. Nestes contextos, a entrada de drogas e armas teria apenas potencializado situações de conflitos e rivalidades que já existiam desde a época da formação das favelas, provocando uma “implosão” da violência local, tendo as gangues juvenis como seus principais vetores.

De maneira geral, as entrevistas indicam que os próprios processos de socialização e de sociabilidade juvenis, normalmente marcados por enfrentamentos entre grupos de adolescentes, visando o reforço de uma identidade coletiva, já adquiriam contornos potencialmente mais violentos nas vilas e favelas da RMBH, em função do contexto de baixo controle social informal e de uma cultura de resolução privada e violenta de conflitos vigentes nestas localidades. Alguns depoimentos trazem fortes indícios de que, pelo menos na RMBH, grande parte dos conflitos entre gangues não tem necessariamente relação com o tráfico de drogas, mas sim com os contextos de sociabilidade violenta existentes em algumas favelas.

“Na verdade ali só tem uma guerra só, e é de muito tempo, não dá nem pra saber quando foi que começou. A guerra que tem ali é do morro todo, todo mundo contra todo mundo. (...) E ali tem de tudo misturado. Uns é por causa de mulher, outros é por causa de tráfico mesmo, de uma boca vender mais que a outra, aí os cara cresce o olho e começa o tumulto. Mas tem briga de família ali, tem de tudo. É tudo misturado, sei que tem bastante tempo já.” (Informante 40, Morro das Pedras)

“Nesse lugar uma pessoa morre por causa de um real; por causa de uma palavra. Porque tipo assim: eu ando armado, o cara anda armado, o outro anda armado. As mulher tá tudo lá; o cara quer se mostrar, quer mostrar que é mais que eu. O cara passa lá e arruma confusão só pra ter desculpa de dar tiro, pras mulher ficar lá comentando que o cara deu tiro. O cara quer ganhar fama, o nome dele rodando na favela toda.” (Informante 27, Morro das Pedras)

“Aí depois de um tempo nós parou de ir lá e eles parou de vir cá também. Só que a guerra continuava. Nós trombava no baile funk. (...) Batia na mão. Não tinha arma, não podia ficar com arma. Aí nos batia na mão mesmo. (...) Aí dentro do baile funk tinha o tumulto. Aí eles começou a gritar ‘uh cê vê, o Gogo aê’. Aí nos foi e gritou ‘uh cê vê, o Cabana aê’. Aí trombou de frente e a gente começava a brigar no baile funk mesmo. Aí nós acostumou a ir no baile funk só pra brigar.” (Informante 07, Cabana do Pai Tomás)

Em segundo lugar, porque, ao contrário do que é apontado por diversos estudos, o processo de formação dos grupos delinquentes ou gangues não parece ser necessariamente determinado pela logística exigida pelo tráfico de drogas em nível local. Ainda que a venda de drogas certamente imponha determinados arranjos e estruturas organizacionais aos grupos, o que os depoimentos indicam é que seu processo de formação, propriamente dito, não se deu em função de atender a uma necessidade mercadológica. Antes disso, a associação de jovens em gangues parece representar uma espécie de resposta associativa diferencial que alguns deles oferecem ao ambiente hostil e potencialmente violento de

algumas favelas. Sem dúvida alguma, a consolidação do tráfico de drogas contribuiu bastante para o aumento dos níveis de violência em comunidades pobres. Mas, pelo menos em um primeiro momento, a lógica que parece presidir a formação dos grupos delinquentes e seu vasto leque de dinâmicas violentas e conflitivas parece estar relacionada a questões comunitárias locais (BEATO FILHO E ZILLI, 2010).

O que os depoimentos indicam é que os conflitos entre gangues nas favelas da RMBH derivam de contextos comunitários, culturais, interpessoais, grupais e criminais extremamente complexos, não podendo ser justificados somente em função de disputas territoriais utilitárias, envolvendo grupos delinquentes ligados ao tráfico de drogas. Para compreender a natureza dos conflitos e das mortes ligadas à atuação das gangues, faz-se necessário levar em consideração não apenas o contexto social, cultural e criminal em que ocorrem esses enfrentamentos, como também a própria natureza dos grupos envolvidos.

Se as gangues forem compreendidas como formas associativas forjadas no território hostil das favelas e impulsionadas, em grande parte, pelos mecanismos locais de rivalidade e aplicação dos procedimentos de justiça privada, abre-se um imenso leque de possibilidades para o surgimento de conflitos³⁸. Por isso às vezes é tão difícil delimitar, com segurança, os homicídios praticados em função de questões ligadas aos grupos e seus integrantes, ou à atividade criminosa desenvolvida por eles. De qualquer forma, a narrativa dos jovens demonstra que, na imensa maioria dos casos, essas questões se misturam dentro das gangues, produzindo conflitos motivados, simultaneamente, por assuntos pessoais, familiares, criminais, territoriais e simbólicos.

“Quase tudo é motivo pra guerra. Tipo assim, se roubar na favela, eles mata. Mas aí eu não tô sabendo que o cara roubou na sua área e eu acho que você matou ele de graça. Aí começa a guerra. Ou então os parente do cara que morreu vai correr atrás. Tudo é motivo pra guerra, você tá entendendo? Porque as pessoa acha que matar é fácil. Mas eu não acho que é. Se eu mato um cara, eu tenho que saber que ele tem irmão, tem primo, tem tio, tem pai, tem filho. E é esses cara que vai correr atrás. Você acha que se alguém matar meu irmão eu vou ficar olhando pra cara do cara? Não vou ficar. Eu sou realista, eu falo é a real. Vou correr atrás mesmo.” (Informante 29, Aglomerado da Serra)

³⁸ Por isso é interessante diferenciar o fenômeno das gangues abordado neste estudo da definição mais usual de “quadrilha”. Enquanto o termo “gangue” se refere aqui a grupos de jovens que compartilham uma identidade comum, sistematicamente envolvidos com práticas violentas e/ou criminosas e conflitos territorializados, a expressão “quadrilha” se refere simplesmente a um grupo formado para executar uma atividade criminosa determinada, independentemente da área em que vivem seus integrantes. Diferentemente das quadrilhas, as gangues mantêm sempre uma forte relação simbólica e operacional com determinados territórios, sendo que sua morfologia, seus conflitos, seus níveis de estruturação e coesão interna e seu envolvimento com atividades criminais guardam uma estreita relação com o contexto destes territórios.

“Mata e morre por causa de tudo. Por causa de qualquer coisa. Aí tá todo mundo armado e qualquer coisa é motivo. Às vez um cara rouba droga do outro, aí esse outro descobre e mata. E não tem outro jeito de resolver. Já é lei. Eu vou matar porque o outro já vê e sabe que é assim que funciona. Aí o pensamento de todo mundo é que se trombar morre mesmo. E antes a mãe dele chorar do que a minha. Se ameaçar, tem que botar fé. Não pode pagar pra ver não. Se trombar, tem que conferir. Só se a arma engasgar. Aí é a sorte dele.” (Informante 27, Morro das Pedras)

“Com o Santa Fé, a guerra foi por conta de pichação. Eles pichavam, os outros ia lá e cortava, passava tinta por cima deles; o pessoal nosso ia lá no Santa Fé e pichava lá, eles vinha no Lagoa e pichava também. Aí começou treta. E também por causa do baile também. Aquele baile que tem lá em Venda Nova, no Vilarinho. Um encosta no outro, aí começa a emboleira lá... Começa a gerar guerra. Aí começa um a dar tiro no outro. (...) Isso. Aí os cara descia lá pra dar tiro, e a gente subia lá pra dar tiro também. (...) E já matou muita gente. Mas não é só lá não. Tem uns menino lá que cola com nós que tem guerra com um pessoal lá do campo por causa de uma discussão de um menino lá com o outro. Um dia um menino que mora lá perto de casa discutiu com um menino lá do campo, aí foi os colega dele lá e comprou o boi. Aí começou a guerra por causa de coisa de futebol mesmo. Mas aí os cara lá do campo compraram o boi do menino e começou a guerra porque nós também não ia deixar o menino na mão, né? (...) Porque o menino era primo de um cara nosso lá, da rua 23. (...) Porque se pegar com um, pegou com todos. (...) Porque é desde moleque que anda com eles, costume. Porque se um dia pegar comigo também aí todo mundo entra.” (Informante 34, bairro Lagoa)

“A gente tinha guerra com a turma do Flávio Marques Lisboa. Com a turma da boca de lá. (...) Começou por causa de tumulto em baile funk. Rolou um tumulto lá, os cara começou a endoidar e começou a guerra. Lá na Via do Sapê, lá no Milionários. (...) Os cara tava lá curtindo lá, tá ligado? Nosso bonde já desceu. Pelo menos 20 ladrão desceu lá pra curtir. Aí o nosso gerente tava chapadão, tá ligado? Pisou no pé do cara lá das casinha, lá do Flávio. Aí foi e pediu o cara desculpa. O cara: ‘nada, sô. Vocês é folgado demais. Já não vou com suas caras não é de hoje. Vocês é lá da avenida. Aí começou a endoidar com ele, e já voou uma taça de vinho. Aí começou o tumulto. Um querendo pegar o outro, querendo dar porrada no outro. Aí nós já subiu lá pra avenida, pra ficar na atividade lá com os revólver. Aí os cara subiu lá, deu uns pipoco lá, mas não acertou ninguém não. Aí nós desceu lá também pra dar tiro. Eu tava começando a envolver, tá ligado? Não entrava em fita assim não. Mas os cara endoidou demais. Aí nós desceu lá, sapecou fumaçou dois, tá ligado? Aí depois disso começou a guerra.” (Informante 24, bairro Cardoso)

“Às vez você nem tem problema com ninguém, você tá na sua e não tem problema com ninguém. Aí, do nada, chega um cara e dá tiro pro seu lado e você nem sabe por que. Tipo assim, de ano você fez um negócio assim que às vez você nem teve muita maldade, fez alguma coisa com o cara e o cara vai lá e dá em você uns tiro. Aí você estando armado, você se defende. (...) É necessário. Você tá nessa vida, é necessário ter arma sim. É necessário porque todo mundo tá armado. É igual eu falo, o cara que inventou o revólver não fez um só não, fez vários.” (Informante 39, Bairro Nova Granada)

“Lá misturou foi tudo. Mas não tem disputa de ponto de droga. (...) Lá no São Francisco nós já até comentamos isso aí. Se a gente for lá e matar uns e os outros fugirem da favela, nós não vai vender lá e também não vai deixar ninguém vender. Vai ficar vazio. Lá não ia ter boca. Ia acabar a boca deles lá.” (Informante 01, bairro São Francisco)

Em todas as falas, fica claro que, qualquer que seja a motivação do conflito entre gangues, o mecanismo que dá início aos enfrentamentos sempre é colocado em movimento pelo primeiro assassinato. A partir daí, instaura-se um ciclo de ações e retaliações, vinganças e emboscadas, que costuma terminar apenas após dezenas de mortes, quando um dos lados é eliminado ou se retira da favela.

O cenário descrito pelos informantes é caótico. Em algumas favelas, um simples olhar enviesado ou uma conversa mal interpretada pode se tornar motivo para que um jovem membro de gangue ache que está sendo jurado de morte. Por causa deste receio (e sabendo que, no ambiente em que circula, existe uma grande possibilidade de seu suposto opositor estar armado), ele coloca em prática a estratégia da antecipação do risco, matando aquele que o ameaçava. Esta morte, por sua vez, instaura um ciclo de hostilidades entre conhecidos dos autores e das vítimas que, organizados em grupos, passam a travar enfrentamentos armados, muitas vezes em saber que aquele conflito foi originado por uma suspeita infundada ou simples mal entendido.

As mortes, no entanto, não solucionam esse problema inicial. Ao contrário, apenas o multiplicam. Novos inimigos aparecem querendo vingança, o que faz com que o sujeito se veja obrigado a praticar novos homicídios como estratégia de sobrevivência. Se alguma destas vítimas for ligada a um grupo temido na região, o problema é maior ainda, porque a cobrança se torna certa (PAES MANSO, 2005). Para responder a esta ameaça, o autor do primeiro homicídio reúne em torno de si outros jovens que, ao tomarem o conflito para si, multiplicam exponencialmente seus níveis de letalidade.

Mesmo aqueles que entram para o grupo sem a intensão explícita de se envolver em guerras antigas acabam sendo tragados para dentro desse mecanismo. Quando não é por exigência ou imposição dos membros mais antigos, é porque passam automaticamente a serem visados pelos inimigos da gangue (ainda que nunca tenham feito nada contra qualquer pessoa do grupo rival). O depoimento a seguir, produzido por um informante da favela Cabana do Pai Tomás, evidencia esta lógica conflitiva, que mistura questões familiares, criminais e grupais.

“Depois de um ano mais ou menos, esse colega que eu tinha conhecido aí começou a enfrentar outros bandidos, de outros locais. Aí começou a guerra. Até então eu não tava no meio da guerra não. Aí passou mais um tempinho assim, uns quatro meses ele foi e morreu. (...) Aí eu nem tava no meio da guerra ainda não, porque eles nem me conheciam ainda não. (...) O irmão dele foi e ficou doido, ligou lá pros caras e falou que ia vingar. Aí foi e começou a guerra. (...) Aí ele falou ‘ele era seu amigo, agora você vai ter que me ajudar pra vingar ele aí’. Aí eu falei ‘ta bom, já é’. (...) Aí comecei a ficar famoso porque eu comecei a dar tiro. Comecei a subir lá e dar tiro lá onde que nós tinha treta. Comecei a ser conhecido mesmo.” (Informante 07, Cabana do Pai Tomás)

A partir desta lógica, muitos jovens relatam a grande dificuldade de quebrar o ciclo das guerras de gangue, uma vez que o abandono desta engrenagem não depende apenas do próprio envolvido. Se um jovem decide deixar o grupo e a vida do crime, precisa ter consciência de que seus antigos desafetos continuarão a vê-lo como “bandido”, mantendo a disposição de cobrar antigas dívidas de sangue. Por isso torna-se tão difícil sair das fileiras das gangues. De acordo com os jovens entrevistados, só existe uma maneira de abandonar o grupo e suas guerras: deixar a favela, indo para um lugar desconhecido. Ainda assim, alguns dizem que é muito arriscado deixar a família para trás, uma vez que existem inimigos que não respeitam o acordo tácito de não envolver os parentes em conflitos de gangues.

“Dá pra sair dá. Mas tem que sair da favela. Porque se voltar pro mesmo lugar, não é nem continuar no crime, é continuar na guerra. Porque, por exemplo, você tem guerra com cinco; você pega e mata um dos cinco. A guerra multiplica por dez. Você acha que tem guerra só com cinco, na hora que você vai ver, tem um mulão. Igual quando eu tava na rua foragido e nós trocava tiro com os cara. Nos primeiros dias que eu tinha guerra, subia lá uns cinco, seis pra dar tiro. Aí nós fomos e matamos um lá em baixo e colocamos outro na cadeira de roda. Aí na hora que eu vi, já vinha um tanto. (...) Só ia multiplicando a guerra.” (Informante 32, bairro São José)

“Uma vez só que eu fui lá e dei tiro, eles pegou e pôs revólver no meu pai. Falaram: ‘se o seu filho tivesse matado um de nós lá, nós ia matar você’. Aí eu tenho o telefone do orelhão de lá e falei: ‘vocês não é homem? Porque vocês quer envolver família? Eu posso muito bem pegar um carro aqui e pegar seus familiar tudo. Posso ficar esperando eles sair e matar eles. Guerra é eu e vocês. Pega eu’. E eles falou: ‘ah, mas nós não sabe onde é que vocês fica. Eu disse: direto eu vou aí na favela dar tiro, por que você não pega eu? Troca tiro comigo e mata eu, ué’. Eu falei: ‘meu pai vai continuar morando aí, não vai mudar daí por causa de vocês. Se vocês fizer alguma coisa, matar ele, ou até pôr o revólver nele de novo, eu não vou ligar pra vocês pra conversar não. Vocês quer envolver família, pessoa que não tem nada a ver, vou jogar é granada aí dentro’. Ai eles disse: ‘não, então, vamos deixar baixo negócio de família, só nós mesmo. Já é então’.” (Informante 01, bairro São Francisco)

Partindo do princípio de que a fala dos entrevistados descreve com fidelidade o contexto de violência vigente em algumas favelas da região metropolitana de Belo Horizonte, outra questão a ser problematizada é a correlação direta que geralmente se estabelece entre tráfico de drogas e homicídios. Geralmente, parte-se do pressuposto de que a altíssima concentração de mortes violentas em vilas e favelas é consequência direta das disputas territoriais travadas entre grupos delinquentes para defesa e/ou expansão de mercados de venda de drogas ilícitas. Nesse sentido, os conflitos entre gangues teriam um caráter meramente utilitarista e impessoal, impulsionados por uma lógica econômica/racional de manutenção e ampliação de um negócio.

Como foi dito anteriormente, é óbvio que o envolvimento com o tráfico de drogas representa para as gangues uma importante fonte de financiamento. O dinheiro do tráfico banca não apenas os integrantes do grupo, como também financia a compra do armamento utilizado em suas muitas guerras. Também é claro que o envolvimento com o mercado das drogas abre para as gangues diversas frentes de relações potencialmente conflitivas que, certamente, oferecerão ao grupo novas razões para que mais assassinatos sejam cometidos. No entanto, a fala de praticamente todos os entrevistados contesta a versão segundo a qual existiria, nas favelas da RMBH, uma disputa sistematicamente estruturada entre grupos criminosos pelo domínio de territórios para venda de drogas.

De acordo com a imensa maioria dos jovens ouvidos, uma quantidade expressiva de mortes pode sim ser atribuída a questões relacionadas ao tráfico de drogas. Entretanto, seriam assassinatos decorrentes de pequenos desacertos locais, tão corriqueiros quanto aparentemente banais (como dívidas contraídas por usuários, desconfiças na partilha de lucros, suspeita de roubo de pequenas quantidades de drogas, etc). Apesar de envolverem grupos que, de fato, gerenciam pontos de venda de drogas em partes distintas das favelas, os conflitos misturariam questões pessoais, familiares, grupais, simbólicas e criminais, de modo que se torna extremamente difícil apontar apenas uma motivação para as mortes.

De qualquer forma, todos os jovens ouvidos garantem que a forma como as gangues e o próprio tráfico de drogas se organizaram na RMBH (com vários pequenos grupos atuando em pequenos territórios dentro de uma mesma favela, estruturas de comando e de hierarquia frouxamente articuladas, etc) não possibilita a existência de dinâmicas sistemáticas e estruturadas de disputas territoriais entre grupos rivais, visando a expansão do comércio de drogas. Os informantes observam que até mesmo o tipo de relação que os grupos estabelecem com suas comunidades locais parece não favorecer a tomada de novos

territórios por parte das gangues. Os depoimentos de três jovens (um morador da Pedreira Prado Lopes, outro do Morro das Pedras e um do Aglomerado da Serra, três das favelas mais violentas da região metropolitana e, reconhecidamente, as localidades com maior volume e estruturação de tráfico de drogas da capital), ilustram bem a necessidade de problematizar a vinculação direta que se faz entre tráfico e homicídios.

“Não. Não tem nem jeito de tomar a boca não. Lá na Pedreira não tem isso de tomar a boca não. A pipoca estala todo dia, tem ataque direto, mas não é pra tomar a boca de ninguém não. É só pra matar mesmo. É porque isso já tem muito tempo. Aí neguinho hoje entra na guerra porque perdeu irmão, perdeu primo, e vai passando geração e geração e vai entrando menino na guerra. Mas é pra matar mesmo. Não é pra tomar o ponto do outro não. (...) Aqui não tem nem como isso acontecer. Não tem como. Isso nunca vai acontecer. Cada um tem que ficar na sua parte. Igual você falou: vamos supor que a gente mata todo mundo do Terreirão e vai pra lá. Os morador de lá não vai gostar de ninguém que foi pra lá e vai xnovar nós direto. Aí nós vai fazer o que? Matar todo mundo? Por isso que isso aqui não acontece. Guerra aqui é um querendo matar o outro. Vingança, essas coisa. Ah, matou meu primo. Aí eu vou querer ir lá e matar eles tudo. Aí entra na guerra. Vou e mato um irmão do cara. Aí o cara fica puto porque eu matei o irmão dele e vem me matar. Lá é isso, um matando o outro. Aí o cara mata pra ganhar fama, pra ganhar lugar na favela... Não é por causa de ponto não. A gente escuta falar que tem umas favela que é isso de querer tomar ponto e crescer cada vez mais. Mas é favela mais pequena. Na Pedreira não tem jeito de fazer isso não.” (Informante 28, Pedreira Prado Lopes)

“Até tem guerra por causa de boca, mas é pouco. É mais quando dá um desacerto dentro da área mesmo. Tipo assim, você tem uma banca aqui que vende droga. Eu chego pra você e falo: ‘fulano, posso vender minha droga aqui também?’ Aí você fala: ‘não, aqui é só minha droga’. Aí eu falo: ‘Então nós tá de guerra, eu vou matar você’. Aí começa. (...) Mas ninguém de outra área fica querendo tomar boca de ninguém não. Quando é guerra de uns cara de uma área contra a outra, o negócio dos cara é só matar mesmo. Não tem essa que nem no Rio de Janeiro de invadir boca não. (...) Tem muito vacilo. Aí tudo é desculpa pra matar.” (Informante 22, Morro das Pedras)

“Tem muita gente que fala que é por causa de ponto de droga. Mas às vez é guerra por causa de outra coisa. Vamos supor, vou só dar um exemplo, tá? Eu sou lá do Cafezal. Aí eu tenho guerra com um cara lá da Del Rey por causa de mulher. Aí outro cara parceiro meu tem guerra por causa de porrada no baile. Aí outro tem guerra por causa de droga que perdeu. Aí eu junto o bonde e falo com os cara que a gente vai dar um ataque lá na Del Rey. Aí quando dá tiroteio, aqueles 30 cara, tem gente que fala que é guerra por causa de ponto de droga. Mas só que não é. É guerra. É guerra por causa de um tanto de treta. (...) E antes dos cara vir aqui me matar, eu vou lá e mato eles. Aí dá muito barulho porque os cara vai lá é de metralhadora, nove milímetro, ponto 40, oitão. Aí dá aquele barulhão e eles pega e fala que é guerra por causa de ponto de droga. E não é.” (Informante 29, Aglomerado da Serra)

O que as falas indicam, portanto, é que mesmo os conflitos mais diretamente relacionados ao tráfico de drogas assumem um caráter bastante difuso, misturando-se com questões pessoais, grupais, familiares e criminais. Ao contrário do que se observa no Rio de Janeiro, onde diversos relatos dão conta de conflitos entre grupos estruturados unicamente em função da lógica da expansão do território de venda de drogas, na região metropolitana de Belo Horizonte os enfrentamentos entre grupos parecem se articular segundo uma lógica de conflitos comunitários. Até mesmo os assassinatos mais diretamente relacionados à questão das drogas parecem se dar a partir de desacordos internos e localizados, como indicam os depoimentos a seguir.

“Às vez usuário mata. Fala que você tá pilantrando, que tá vendendo droga misturada. No crime você tem que andar certo, um deslize seu e você cai. Cansei de ver isso, gente que pilantrou e foi pra vala. Mesmo o cara que passou a droga pra mim não vai gostar. Porque se eu misturo, os cara pára de pegar droga na minha mão e vai pegar na de outros cara. (...) Quem tá na vida do crime acha isso motivo. Isso acontece demais. (...) Morre às vezes não é nem por causa da dívida não. Morre mais por causa da tiração que o cara arruma com você. Tipo assim, eu tô aqui vendendo droga e você tá me devendo um dinheiro. Aí ao invés de você me pagar aqui, você vai lá na outra boca e compra droga lá na outra boca. Aí eu já vou pensar que você tá me tirando, que você não me paga eu e compra droga na outra boca. Isso aí que dá motivo pra morte.” (Informante 38, bairro Lagoinha)

“Se um cara começa a vender na sua área, ninguém fica só ameaçando. Porque se faz uma vez e você fala com o cara: ‘pára de vender porque senão eu vou te matar’, o cara já tá com um revólver na cintura. Na hora que você vira as costas o cara arranca o revólver e dá tiro em você. Por isso que ninguém faz isso de avisar, né? Que nem esse cara que eu te falei. Como que eu chego lá pra conversar se o cara tá com uma PT na cintura? Quando cheguei perto dele, fui com os braços cruzados assim, com os revólver debaixo do braço. Ele nem viu. Ai cheguei, não dei nem tempo dele arrancar o revólver.” (Informante 01, bairro São Francisco)

Ainda segundo os informantes, muitos jovens se envolvem em guerras simplesmente em função dos mecanismos de solidariedade que mantêm com os demais membros dos grupos delinquentes. Primeiro porque a disposição para “combater” ao lado dos companheiros, ainda que única e exclusivamente em função de guerras contraídas por terceiros, constitui requisito fundamental para a sua permanência dentro da gangue. Segundo porque, ao fazer parte do grupo, o jovem passa automaticamente a ser visto pelos rivais como mais um inimigo em potencial, passando a também ser alvo dos atentados praticados contra os demais integrantes. Frente a estas duas condições, muitos jovens acabam se envolvendo em guerras com grupos rivais, ainda que não tenham qualquer motivo prévio.

A existência desta “regra” é confirmada por praticamente todos os informantes, ao admitirem que a simples suspeita de que um jovem faz parte de uma gangue rival já é o suficiente para que ele passe a ser alvo de ataques.

“Se todo mundo tá sabendo que eu tô certo na questão, os cara vai colar mesmo. Aí fala: ‘Não, Zé. Nós tá sabendo o que pegou, nós tá com você, Zé. Pode pegar qualquer coisa, nós tá com você. Você tá certo, como é que nós vai deixar você na mão aí?’ (...) Tá no meio do bolo, é fermento. Vai comer a mesma lavagem. (...) Mesmo que nunca tenha feito. Tá no bolo, não tá? Se não quer as guerra do bolo, sai do bolo. Quem mistura com porco, farelo come.” (Informante 29, Aglomerado da Serra)

“Aí tem aquele ditado: quem cola com safado, safado é. Eu pego e vou dar tiro lá. Eu vejo aquele tanto de cara. Vou saber quem tá vendendo, quem não tá? Vou dar tiro em todo mundo que tá na boca. Eu só vou dar tiro lá meia-noite, uma hora da manhã. Essa hora não tem morador na rua. Vou eu e mais um cara de moto. (...) Aí a gente já passa na rua dando tiro. Nem paro não. A rua que eles ficam é um beco. Aí eu passo e vejo eles correndo pra dentro do beco. Dou os tiros pra dentro do beco, acelero a moto e vou embora.” (Informante 01, bairro São Francisco)

Esta última fala, aliás, ilustra a forma como as guerras entre gangues se desenvolvem nas favelas da RMBH. Ao que tudo indica, parece não haver tentativas de invasão e ocupação de territórios, como seria de se esperar de grupos estruturados em função da expansão de um negócio criminoso. Ao contrário disso, os jovens parecem se valer da furtividade, do elemento surpresa e dos ataques traiçoeiros quando o inimigo está despreparado.

De maneira geral, a tática parece sempre ser a seguinte: por meio de contatos telefônicos com moradores ou colegas que moram em áreas vizinhas, os jovens obtêm informações atualizadas sobre a localização exata de seus inimigos. Na mesma hora, o grupo se reúne e, após distribuir as armas entre si, segue com cautela até o local apontado. Na maioria das vezes, esse trajeto é feito em motocicletas, de modo a possibilitar o deslocamento rápido pelas ruas da favela. Ao chegar a uma distância segura dos seus alvos, os jovens abrem fogo contra o grupo rival e fogem rapidamente de volta para sua parte da favela. Agindo desta forma, os grupos instauram entre si um ciclo quase interminável de emboscadas e atentados que, não raramente, acabam vitimando também pessoas que passavam pelas ruas no momento do ataque. Os três relatos a seguir, produzidos por jovens moradores de diferentes favelas da região metropolitana de BH, confirmam esta forma de agir dos membros de gangue.

“Uma vez foi num velório lá na Pedreira mesmo. Nós chegou lá umas quatro hora da manhã, e tal. Na hora que nós chegou, nós caiu dentro do velório já. Os cara tava tudo lá boiando. Aí nós falou assim: ‘Boiou, é eles mesmo’. Aí nós tava de touca já e gritou: ‘Aqui é polícia, mão na parede’. Aí os cara tudo colocou a mão na parede. Aí um doidinho lá da nossa gangue foi lá e reconheceu dois menor bandido de lá. Falou: ‘Não, Zé. É eles mesmo, e os cara tá é tudo trepado’. Aí os cara viu que nós não era polícia e já puxou as peça. Nós tava de metralhadora, pistola e nós deu um bocado de tiro pra cima deles também. Os pessoal tudo gritando, os pessoal tudo saiu correndo. Aí nós pipocando, os cara sentando o dedo também. Mas aí nós conseguiu cepar eles com um bocado de tiro. Foi dois. Deu até no jornal.” (Informante 38, Pedreira Prado Lopes)

“Teve um dia que nós matou um lá. Mas foi todo mundo junto. Teve troca de tiro e nós acertou um lá. Ele caiu e ficou. (...) Aí nós voltou pra favela e ficamos lá tranquilo. Aí eles pegou e foi lá dar tiro. Nós sabia que eles ia vir. Aí nós já encheu os revólver tudo e ficou esperando eles. Aí eles foram lá pra tentar matar um de nós também. Só que nós já tava esperando e, quando eles veio, nós demos tiro também. Aí nós acertamos mais um deles e eles voltou. Aí nós andando pra cima deles e dando tiro e eles voltando. Aí quando eles voltou pra favela deles, nós pegou e voltou também. Aí os homem veio e fechou. Aí todo mundo entocou. Quando os homem foram embora, nós começou a soltar foguete, fazer churrasco. Vamos comemorar. Compramos carne, foguete, fizemos churrasco. Aí eles pegam e ficam doido também, né? Que nem no dia que eles matou um primo meu também, foi a mesma coisa. Teve festa, soltou foguete... Fazer o que, né?” (Informante 01, bairro São Francisco)

“Teve uma vez que uns cara lá do Pongelupe foi atrás de um camarada meu pra resolver uma treta deles lá. Mas era uma treta particular deles, depois que o meu camarada deu três tiro pro lado do primo dele, mas ele não morreu não. Aí os cara começou a ir lá atrás dele. (...) Foi confusão por causa de um papagaio. Aí esses cara começou a ir na porta da casa desse camarada meu, falando que ia pegar ele. (...) Um dia eu tava numa lan house. Aí quando eu saí, esses cara pararam lá de moto e falaram: ‘o zé, que você tá tirando nós de noiado?’ Eu falei: ‘não tô tirando ninguém não, que tá pegando, zé?’. Aí os cara pegou e me deu um tapa na cara. E falou: ‘isso é só o começo, seu cuzão, tá ligado? Acha que nós não tá ligado no seu proceder não?’ Os cara tava ferrado (armados), né? Eu tava na mão. Tinha acabado de sair da lan house e tava na mão. Aí eu fiquei bolado, já liguei para os cara lá do Flávio e dei a idéia. Os cara falou pra eu esperar os cara boiar lá que nós ia pegar ele. Dito e feito. Passou umas duas semana, os cara me ligou falando que os cara tava boiando lá num barraco lá perto da boca. (...) Quem falou foi um camarada nosso que mora na área deles. Passou lá, viu, já ligou pra nós e deu a fita. Aí meu parceiro ligou pra mim e deu a idéia: ‘qual é menor? Os cara tá boiando numa casa lá perto do União, os três neguinhos lá do Flávio’. E falei: ‘já é’. Aí nós já subiu e pegou as peça (armas), uma nove e um oitão. Aí nós desceu lá pro barraco onde eles tava, pulou o muro e pegou eles. Nós acertou dois. Um morreu e outro tomou uma pá de pipoco, mas morreu não.” (Informante 24, bairro Cardoso)

Curiosamente, todos os informantes relatam que as dinâmicas de violência entre gangues quase sempre são interrompidas quando os jovens são apreendidos ou presos e se encontram dentro dos presídios ou centros de internação. Para tentar explicar a lógica que sustenta este acordo tácito, os entrevistados frequentemente utilizam a seguinte frase “guerra do mundão, fica no mundão”. Por trás desta “regra”, no entanto, escondem-se diversas questões que podem ser melhor elaboradas.

A primeira delas esconde um cálculo utilitário bastante simples: de certo modo, os presos não dominam todas as variáveis que compõem o contexto das prisões ou centros de internação. Consequentemente, podem se tornar vulneráveis de uma hora pra outra. Dentro do cárcere, a lógica que preside a coalizão de forças não é regulada por critérios facilmente apreensíveis como nas ruas. Diante da possibilidade de transferências em massa de determinados internos para outras unidades, remanejamento de presos dentro dos pavilhões ou alojamentos, os adolescentes e jovens parecem optar por suspender momentaneamente os conflitos externos, uma vez que qualquer medida adotada pela direção da unidade pode tornar o resultado dos embates extremamente incerto.

Além disso, dentro das cadeias ou centros de internação, a chance de matar um rival se encontra bastante reduzida pela falta de armas de fogo. Uma tentativa frustrada apenas aumentaria os níveis de tensão e ódio entre os inimigos, possivelmente tragando outros internos para dentro do conflito, uma vez que tais agressões geralmente vão contra o que é prescrito pela “lei das cadeias”³⁹. Por fim, há de se observar outro cálculo utilitário que é o do cumprimento rápido das penas. Acima das rivalidades contraídas nas favelas, coloca-se o desejo de cumprir rapidamente a pena, ganhando liberdade por bom comportamento.

“Dentro do centro é normal. Ninguém cobra guerra de rua dentro de cadeia não. Aqui dentro você fica tranquilo, o cara fica tranquilo também. Quando nós sair na rua, a gente acerta. Até porque eles mesmo do centro não coloca muito junto não. Coloca separado, em pavilhão separado, pra não misturar e não dar problema.” (Informante 39, Bairro Nova Granada)

“Aí, por exemplo, eu cheguei aqui e eu tenho guerra com ele. Aí vai ver que ele fez alguma coisa lá fora comigo. Aí chega aqui dentro, ele quer cobrar. Só que o que que acontece? Isso aí sempre foi e eu acho que sempre vai ser um ditado da cadeia. Porque guerra de cadeia é de cadeia. Guerra de mundão é de mundão.” (Informante 14, Jardim Teresópolis)

³⁹ A partir dos relatos dos jovens, infere-se que, dentro das prisões ou centros de internação da RMBH, encontra-se vigente uma espécie de pacto de não agressão entre os internos. Aí, vale a mesma lógica observada nos presídios do Rio de Janeiro e São Paulo: na presença de um inimigo externo poderoso (o sistema penitenciário ou socioeducativo), deixam-se de lado as rivalidades da rua para fortalecer o coletivo encarcerado.

De qualquer forma, a prática nem sempre é tão clara quanto o discurso e muitas mortes ainda acontecem nos centros de internação. “Guerra de rua fica na rua” mas, segundo os jovens, sempre fica um clima de tensão e a possibilidade de acertos de conta em rebeliões ou desentendimentos ocorridos especificamente dentro dos alojamentos. Nestes casos, as “regras da cadeia” não são tão claras e parece valer o que é deliberado naquele momento, pela maioria.

“Fica aquele clima, por exemplo, se rolar uma confusão, por exemplo, uma rebelião, ele vai vim em mim. E do mesmo jeito que se rolar uma confusão e eu tiver no meio da confusão, eu vou ir nele, entendeu?” (Informante 14, Jardim Teresópolis)

“Tomei uma internação e me mandaram para o São Benedito. Aí caí na cela com um doidão lá e tive que subir o gás dele. (...) Ele nem era da minha cela. Só que ele aprontou lá na dele que ele foi pra minha. Lá ele falou que os cara de lá tentaram estrupar ele. Mas ele foi pro IML e não constou nada. Aí colocaram ele na minha cela. Só que o cara era safado, começou a xingar minha mãe. Cara safado. Aí deu um sábado, nós matou ele dentro da cela. (...) Matou com teresa (corda artesanal, feita com lençóis) e pisão no pescoço. (...) Olha só o que pegou: antes dele tentar armar para os cara, ele tava pagando seguro por causa de umas treta lá. Aí ele armou para os cara do seguro e ficou sem lugar. Aí o diretor veio e desembolou com nós: ‘ô, vou colocar ele aqui, mas vocês não vai fazer nada com ele não’. ‘Já é, não vou fazer nada não. Ele ficando no canto dele, não pega nada não’. Aí ele tava caladão lá no canto dele, passa umas duas semana, ele começa a pagar pros outro. Todo mundo de boa, ninguém afim de tomar norma e ele balangando. Aí nós falou, esse cara tá folgado, tá ligado? Todo mundo já tá ligando pra subir esse cara. Nós vai subir ele. (...) Aí eu tava deitado na cama, tá ligado? Aí voou uma tampinha na minha cara. Eu perguntei quem tacou essa tampinha na minha cara? Ele falou: ‘ô Zé, papo de homem, Zé. Não fui eu não’. Aí eu peguei e falei que era ele mesmo e joguei na cara dele. Aí ele falou: ‘ô seu filha da puta, você tá me tirando eu’? aí eu já desembalei e fui pra cima dele. Aí ele veio pra me dar um bicudo, eu segurei a perna dele, ele caiu e bateu o coco na paçoquinha (divisória do alojamento). Ele ficou meio desacordado e eu peguei a toalha dele e puxei no pescoço dele. Aí nós arrastou ele pra debaixo da cama e começamos. Mijou na calça, começou a vomitar sangue, nós pisando no pescoço dele e nada dele morrer. Pisamos na barriga, nada dele morrer. Aí o Neném, bolado do jeito que ele é falou pra eu ficar na atividade na grade. Aí o Neném começou a pular no pescoço dele, na barriga. Subia em cima da cama, dessas de dois andar e pulava em cima dele. E ele vomitando sangue. Eu falei: ‘pô Zé, esse cara não vai morrer não? Tá demorando demais’. Coloquei a mão no coração dele e ele vivo. Quer saber? Peguei o sabão de lavar a cela e taquei dentro da boca dele, no nariz dele. Aí ele começou a dar uns biziú lá e eu apertei no pescoço dele, pus a mão na boca dele. Aí o coração dele parou.” (Informante 24, bairro Cardoso)

4.3.4. Grupos de pares e seus impactos em processos de aprendizado social/associação diferencial

Conforme discutido anteriormente, existe uma longa tradição de estudos dedicados a compreender a influência que os grupos de pares exercem sobre o aprendizado de valores, normas de conduta, procedimentos e técnicas ligadas ao cometimento de crimes. De maneira geral, todas estas pesquisas partem do pressuposto de que, assim como qualquer tipo de ação humana, o comportamento criminoso também é aprendido, em processos de interação com grupos de pares (COHEN, 1955; MILLER, 1958; BURGESS & AKERS, 1966; MILLER, 1981; BING, 1991; KLEIN, 1995; DECKER & VAN WINKLE, 1996; AKERS, 1997; ANDERSON, 1999).

No caso específico deste estudo, o estabelecimento de uma compreensão mais abrangente sobre fenômeno das gangues também se encontra diretamente relacionado a um melhor entendimento dos processos de aprendizado social, associação diferencial e sociabilidade violenta vivenciados por alguns jovens moradores das vilas e favelas da RMBH. Em primeiro lugar, porque trabalha-se aqui com a hipótese de que as gangues seriam uma espécie de resposta associativa diferencial adotada alguns jovens, na tentativa de obter uma série de vantagens competitivas (segurança pessoal e familiar, poder de ação/retaliação, melhores condições de obtenção de bens simbólicos e materiais, etc) no ambiente hostil das favelas. Em segundo lugar, porque todos os depoimentos coletados dão a entender que existe uma relação bastante estreita entre os mecanismos de solidariedade e de aprendizado social em curso no interior dos grupos, e a manifestação cada vez mais intensa de práticas de violência, criminalidade e conflitos territorializados nas favelas da região metropolitana.

De maneira geral, todos os informantes afirmam que o envolvimento dos jovens com as gangues ocorre de maneira lenta e gradual. Mesmo correndo o risco de incorrer em generalizações, pode-se dizer que a descrição feita por eles é quase sempre a mesma: ainda na infância, muitos garotos têm seus primeiros contatos informais com os grupos delinquentes, no próprio ambiente das favelas em que vivem. A venda de drogas e a ostentação de armas de fogo nas ruas dos aglomerados chama a atenção e atrai os garotos mais novos, que aproveitam a ausência dos pais ou responsáveis para se aproximar e começar a se enturmar com os adolescentes e jovens que já fazem parte dos grupos.

A maioria dos informantes afirma que começou a se envolver com as gangues durante a transição da infância para a adolescência. Segundo eles, trata-se de uma época em que

aumenta a pressão social para que os jovens comecem a ter acesso a uma série de bens materiais e simbólicos (mulheres, roupas, jóias, veículos) que reforcem sua identidade masculina dentro de suas comunidades e dos grupos de convivência. O que os informantes argumentam é que, no ambiente hostil e de muita escassez de recursos das favelas, o envolvimento com os grupos delinquentes acaba constituindo uma espécie de via mais rápida de acesso a todos estes bens. O depoimento a seguir mostra o poder de atração que as gangues exercem sobre os jovens.

“Eu estudava pra caralho, tá ligado? Sempre fui esforçado. Estudava, jogava bola com os amigos, computador, videogame, tá ligado? Depois fui ficando mais adolescentes assim, fui vendo os menino envolvendo, tava afim de sair, pegar umas meninas, tá ligado? Ficar a pampa... Aí fui envolvendo também, indo no embalo dos menino, tá ligado? Fui andando com eles, indo na pilha dos cara. Aí quando eu assustei já tava envolvido. (...) Porque quando eu não era envolvido, não pegava nem resfriado. Aí via os menino pegando altas mulher, os cara nos pano, cheio de dinheiro. Aí você não tendo essas coisa, fica, tipo assim, curioso. (...) Eu não era envolvido. Mas era amigo dos cara tudo, porque eu era nascido e criado a vida inteira lá. Então eu conhecia todo mundo. (...) Os cara me cumprimentava, de vez em quando os cara ia lá jogar bola com nós na quadra. Aí eu envolvi desse jeito. Comecei a andar com os cara. (...) Tinha mais velho, mais novo, da minha idade. Tinha de tudo. E era muito bandido. Lá na firma mesmo tinha uns 40, 50 bandido. (...) Os cara ia saindo e eu ia junto com eles. Eles ia no Shopping, eu ia junto, os cara ia me conhecendo, eu ia ficando conhecido. Aí já comecei. Entrei na boca e comecei a vender. Os cara viu que eu não era bobo, sabia mexer com dinheiro porque tinha uma série boa, eu era bom nas conta. Aí rapidinho eu cresci no crime lá. Daqui a pouco eu comecei a mexer só com dinheiro. (...) Quando eu fui ver, tava a pampa. Tenho mulher, tenho conceito, tô daquele naipe.” (Informante 28, Pedreira Prado Lopes)

Esta atração é confirmada pelos próprios integrantes dos grupos, que chegam a reclamar do assédio que sofrem por parte dos garotos mais novos, quando estão vendendo drogas ou ostentando armas pelas ruas da favela.

“Eu ficava eu armado no beco sozinho. E um menino na mão em cima da laje só olhando pra ver se vinha polícia. Eu ficava lá e os meninos já chegava, começava a olhar pro revólver. Eu falava: ‘vai embora, vai embora’. Turminha de sete anos, seis anos. Mandava todo mundo embora. Mas aí daqui a pouco voltava. Aí eu arrancava o revólver, tirava as balas e punha na mão deles. Aí eles ficavam puxando: pá, pá, pá, pá, pá. Ficavam brincando com o revólver lá. Mas começa assim, né? Ficavam em boca, parado. Tinha menino lá que nem era envolvido, mas começava a ficar em boca, parado. Nem tinha guerra, mas ficava lá. Aí, quando entrou de guerra, eles falaram: ‘ah, agora que entrou de guerra, eu fico aqui. Os caras me conhece eu, agora eu não saio não’. Pega um revólver, põe na cintura e começa a vender droga também.” (Informante 01, bairro São Francisco)

“Uai, primeiro eles já chega, conversa, compra um marmitex. Porque nós não gosta de ir em casa pra comer, aí nós come marmitex. Aí pede pra eles comprar marmitex e eles vai. A gente dá R\$5,00 ou R\$6,00. Eles ficam lá, pega maconha junto, fuma, não tem como segurar, não tem como falar com eles pra não envolver. (...) Porque eu não gostava não... De menino pequeno envolvendo não... Mas eles fica atrás, fica querendo envolver, pega nos nosso revólver, fica querendo dar tiro, falando que quer matar, que tal coisa, que não sei o que... Fica inventando desculpa pra envolver. É tudo, só pra querer envolver mesmo. Eles fala que tem guerra do lado, que não sei o que, que fulano bateu nele... E aí a gente acaba deixando envolver. E fica querendo vender droga, fica querendo dar tiro, quer fumar maconha pra tá junto de todo mundo. Na maioria das vezes começa assim. Envolver mesmo é quando pega na arma, sai com revólver na mão, arruma guerra. Aí endoida. (...) Começa a vender droga, começa a dar tiro nos outro, roubar. (...) Acho que às vezes a gente entra pela fama. Muitos entra pela dificuldade. Pode ver que tem gente que não precisa e tá no crime. Não precisa e envolve pela fama, sei lá... Para os outro ter medo dele.” (Informante 02, Favela São José)

Uma vez dentro dos grupos, parece que os jovens são submetidos a um intenso processo de socialização e aprendizado, que inclui não apenas a incorporação dos valores, regras de convivência e normas de conduta vigentes entre as gangues e o “mundo do crime”, como também uma série de técnicas para cometimento de delitos como furtos, roubos, tráfico de drogas e homicídios. Um indício da importância deste processo pode ser encontrado nas falas que atestam que os jovens só passam a ser definitivamente aceitos dentro das gangues depois que demonstram ter “disposição” para a prática de crimes mais graves (neste caso, a idéia de disposição inclui não apenas estar disposto a cometer os crimes, mas também dominar as técnicas adequadas ao seu cometimento).

Nesse sentido, os informantes relatam que o envolvimento com as gangues geralmente tem início com a prática de delitos menos elaborados, como pequenos furtos a transeuntes ou arrombamentos de veículos. Dentro da lógica dos grupos, o cometimento de crimes menos lucrativos acaba sendo delegado aos garotos mais novos, uma vez que requerem menos planejamento e experiência. Somente após demonstrarem razoável competência para a prática criminosa e um forte comprometimento com os valores do grupo, os jovens são efetivamente aceitos como membros da gangue, recebendo incumbências de maior responsabilidade (como participação no tráfico de drogas, direito de andarem armados, maior participação nos lucros obtidos com crimes, etc). Este processo apenas ratifica a idéia de “carreira criminosa”, segundo a qual o envolvimento com gangues e práticas de criminalidade se dá por meio de uma trajetória gradativa de aquisição e operacionalização de um conjunto de valores morais, normas de comportamento e técnicas delinquentes.

“Eu ficava com os meninos, eles fumavam maconha, aí ele já pegavam e já desciam. Nos primeiros dias eu nem ia não, só ficava vendo eles roubando celular, vendendo, ganhando dinheiro. Ai eles falaram ‘vão, meu irmão’. Aí eu falei ‘vão’. No primeiro dia que eu fui eu fiquei com medo, quando eles foram estourar o vidro do carro eu nem fui não, voltei pra casa. No segundo dia eu fui e a gente roubou um rádio de carro ali na Savassi. A gente roubou um som. Mas eu era bobo, não sabia direito e eles ficaram com o dinheiro todo pra eles. Aí eu fui uma vez de novo, trouxe um outro rádio e também não dei pra eles não. E a gente foi só roubando. Celular, notebook. Vendia barato.” (Informante 20, Cabana do Pai Tomás)

“Tinha um monte de colega que já roubava. Aí eles falavam na minha cabeça: ‘vai lá que dá dinheiro’. Aí eu fui vendo que dava dinheiro mesmo, sabe? E fui começando a fazer também. (...) Era um bonde de uns 40, mais ou menos, tudo de uns 15 anos pra baixo. (...) Era mais furto mesmo. Roubava pra jogar fliperama, pra usar droga. Mas eu nunca fui de usar muita droga não. Era mais cabeça. Pegava o dinheiro e guardava porque eu sabia que uma hora ia precisar. Mas aí fui só entrando mais, entrando mais. Comecei a mexer com droga porque eu queria crescer no crime. E eu achei que se comesse a vender droga, ia crescer mais rápido, ia ter mais dinheiro. (...) Eu já conhecia os cara tudo que vendia droga porque era perto da minha casa. Nessa época eu tava pedido (com mandado de apreensão em aberto). Aí eu saí fora de casa porque tava lombrado. Aí um colega meu tinha conceito com os cara lá e me deu o boi de ir morar num barraco da firma. Aí eu fiquei lá um tempo, mas tava osso. (...) Os homem tava atrás de mim, indo na casa da minha mãe direto. Aí esse parceiro meu tinha conceito com os cara e arrumou pra mim morar lá. (...) Os cara fragava já quem eu era. Aí ficou pela ordem. (...) Um dia eu tava lá com eles, trocando idéia, e eu falei com os cara: ‘aí, tô precisando ganhar um dinheiro e não tô querendo ficar roubando mais não. Os homem tá atrás de mim e se eu ficar roubando, tô indo preso toda mão’. Aí eles falaram: ‘ô Zé, fica aí mesmo. Cola com nós aqui. A gente fraga você tem muito tempo já, pode envolver com nós aí’. Aí eu falei: ‘já é’. Aí eu fiquei lá com os cara naquele dia. Mas não vendi nada não. Fiquei só fragando. Só no dia seguinte de manhã que eu peguei pra vender.” (Informante 25, Aglomerado da Serra)

Neste ponto, torna-se interessante observar como se dão estes processos de associação diferencial e aprendizado social dentro dos grupos delinquentes. Pelo que os informantes relatam, os primeiros contatos com os membros de gangue são estabelecidos no próprio dia-a-dia das favelas, em situações aparentemente banais: na ida e na volta das escolas, nas compras realizadas no comércio local e nas brincadeiras cotidianas nas ruas dos aglomerados. A partir destes encontros esporádicos, alguns garotos mais novos acabam se aproximando dos membros de gangues, observando atentamente suas atividades, ouvindo suas histórias, brincando com suas armas de fogo, aprendendo como funcionam seus esquemas criminosos e até mesmo imitando algumas práticas que não requerem expertises

mais elaboradas. O uso de drogas junto com os traficantes, por exemplo, constitui um forte espaço de contato, entrosamento, socialização e sedução para os jovens que ainda não fazem parte dos grupos.

“Porque pra fumar eu ia lá na boca pegar. E também já conhecia os cara tudo. Aí eu comecei a ir na boca direto, comecei a fumar lá com os cara também. Aí eu via eles ganhando dinheiro, aí eu fiquei com aquilo na mente: vou ser bandido. (...) Porque via que eles ganhava dinheiro. E porque achava bonito, gostava de adrenalina. Eles tava correndo de polícia toda hora, eu comecei a correr junto com eles. Mesmo não tendo nada a ver, eu corria junto. (...) Porque você tem que ficar com os cara primeiro. Tem que ficar na atividade, mostrar pros cara que você é pela ordem, que se precisar de você, você não vai deixar eles na mão.” (Informante 19, Aglomerado da Serra)

Observa-se neste ponto que o processo que envolve a entrada de um jovem para as gangues e para o “mundo do crime” possui um caráter razoavelmente contraditório: ao mesmo tempo em que o envolvimento se dá de maneira lenta, gradual e bastante natural (sem grandes rituais de iniciação), requer dedicação para conquistar a confiança dos demais integrantes, poder de observação para mimetizar o mais rápido possível suas práticas grupais e disposição para suportar as restrições e perigos que este pertencimento projeta sobre aqueles que se envolvem. Talvez por isso exista a percepção de que um jovem está apto para fazer parte do grupo quando o fluxo do assédio se inverte e, ao invés de ter que ficar indo atrás dos membros de gangue, ele passa a ser procurado por eles para ir a festas, ficar nos pontos de venda de drogas e andar pelas favelas junto com os demais. Estas parecem ser as “senhas” que indicam que ele foi aceito na gangue, como indica o depoimento a seguir.

“Teve um dia que eu tava lá em casa. Aí os cara passou lá e pá... Nós vai lá numa festa, tá afim? Quer colar lá com nós lá? Aí eu fui. Aí eu comecei a conhecer os cara mais pá lá. Os patrão, os gerente... Os cara começou a desembolar lá comigo. ‘Tá ocupado? Tá trabalhando? Tá afim de vender uma droga?’ Eu falei: ‘já é’. Aí passou uns três dias eu coleí lá e comecei vendendo droga com eles. Eles colocava umas carga menor na minha mão. Umas de 25, aí começou a colocar umas carga mais alta. (...) Vendia maconha. Primeiro é só maconha. Carguinha de 25 bucha. Porque eu tava começando agora e tinha que pôr confiança em mim primeiro. Quem tá começando pega menos carga, né? Depois você vai ficando mais tempo lá e os cara vai colocando mais carga na sua mão. Coloca de pó, depois coloca de pó, de pedra. (...) Aí eu comecei a pegar confiança com os cara lá. Eles começou a pôr revólver na minha mão, comecei a vender pedra, bagulho...” (Informante 24, bairro Cardoso)

No caso de alguns jovens que, desde a infância, já se envolviam com modalidades criminosas individuais, o processo de entrada para os grupos delinquentes parece se dar por meio do intercâmbio entre as atividades delinquentes. Vários relatos dão conta de que os garotos que praticam furtos ou arrombamentos nos arredores das favelas acabam negociando os produtos roubados com os membros de gangues, geralmente envolvidos com tráfico de drogas. Nesses contatos, criam-se vínculos, compartilham-se experiências, contatos e habilidades que, não raramente, terminam por induzir a entrada destes garotos para os grupos delinquentes.

“Primeiro eu comecei a roubar. Carro, moto. Eu sei dirigir só moto. O outro menino que tá aí comigo é que sabe dirigir carro. Aí a gente ia junto porque eu já sabia já como funcionava os negócio. Já sabia como é que fazia porque eu morava praticamente perto do crime. Aí você já viu, né? Galinha que acompanha pato, morre afogado. E eu morava perto das oportunidade do crime. (...) Aí comecei a encontrar uns amigo lá, comecei a envolver com eles e só fui afundando. Comecei a frequentar umas festas, a ter contato com eles a sair junto. (...) Porque eu via que os cara tinha carro, moto, tinha fama. Aí eu quis envolver com eles. Aí eu comecei a entrar mesmo. Saía com eles pra festa, pra sítio, umas festinha no final de semana no sítio. Aí minha amizade com eles foi aumentando. Até o dia que eles me chamaram pra vender droga com eles. (...) Esses cara já sabia que eu roubava carro. Aí eu já roubava e falava com eles: ‘Tem um carro tal, tal’. Aí eles já falava pra quem eu podia vender os carro. A gente roubava e eles arrumava comprador pra gente. (...) Às vez chegava a encomendar carro. Os cara chegavam e falavam: ‘Tô precisando de uma Marea tal, tal. Tem que ser completa, tal cor’. Porque você compra o carro no leilão, aí tem que ser o mesmo modelo, né? Aí eles já exigia o carro certo, do jeito que eu tô te falando. (...) Mas eu vi que droga é que dava dinheiro. Aí os cara chegaram pra mim e perguntaram se eu não queria vender pra eles. Aí eu falei: ‘Já é’. Aí eles falaram: ‘Então vai lá então pra colar com nós lá então’. Aí eu coleí e fui vendendo lá na boca deles.” (Informante 37, bairro Primeiro de Maio)

Daí em diante, parece iniciar-se um processo de aprendizado social que tem como objetivo a aquisição de uma série de expertises necessárias à rotina violenta e criminosa das gangues. A mais clara delas parece ser ligada à atividades do tráfico de drogas: nas primeiras semanas em que os jovens passam a fazer parte dos grupos, são diligentemente instruídos pelos mais velhos, de modo a desempenhar bem a função para a qual foram designados. Os depoimentos a seguir, por exemplo, mostram como se dá o processo de socialização e aprendizado criminal dos jovens dentro das gangues. Um deles fala sobre as instruções que recebia para vender drogas de maneira mais eficiente, de modo a minimizar os riscos de ser preso ou de ter o material apreendido pela polícia. O outro, por sua vez,

conta como a inexperiência o fazia ter medo de participar de confrontos armados com grupos rivais e como esta dificuldade foi superada com o passar do tempo.

“Os cara falou: ‘vou colocar uma carga na sua mão. Carga de 25. 15 bucha é do patrão, 10 é sua. R\$50,00 é seu, R\$100,00 é dele no começo’. Aí eles falava onde que tinha que pôr a droga, para os homem não ver. Aí ficava eu e mais sete lá na esquina. Duas mulher e seis cara. Aí vendia lá. Ficava lá fumando uns baseado, vendendo. Aí eu comecei a pegar confiança com os cara lá. Eles começou a pôr revólver na minha mão, comecei a vender pedra, bagulho... E tô aí até hoje.” (Informante 24, bairro Cardoso)

“A primeira vez que dei tiro nos outro foi uma vez que um doidinho chegou lá e falou que tinha um cara boiando na porta do bar lá na favela dele. (...) Eu nem conhecia ele direito não. Só sabia que ele colava com os cara lá da Favelinha. Tanto que o doidinho teve que me falar que ele tava com a roupa tal, tal, tal, com capuz amarelo, tal. Aí os cara jogou uma nove na minha mão, com 21 tiro. Aí o doidinho falou que ia levar eu de moto e ficar em tal altura pra dar fuga. Cheguei lá, nós parou mais longe assim. Fui a pé, cheguei tranquilo, de cabeça baixa e tal. (...) Aí eu fui e cheguei perto do cara, a PT já tava de cão já, era só chegar e descarregar. (...) Aí e falei: ‘Ô Zé, perdeu!’ Quando ele me viu, ele fez assim, colocou a mão. Mas aí eu comecei a atirar até ele cair. Aí quando ele caiu, tá ligado, eu já fui lá e dei mais na cara dele. Aí eu fui e matei ele. (...) Quando eu voltei pra favela, os cara tudo apoiou eu. Os cara chegava e falava: ‘Nó, valeu! O menor é disposição mesmo, a cada dia que passa, você tá ganhando mais conceito com nós’. Aí depois dessa morte, os cara começou a chamar eu pra tudo, pra dar rolê, pra ir lá dar tiro nos cara, pra tudo. (...) Quem acha que dar tiro nos outros é fácil é porque nunca deu. Que nem dessa primeira vez que eu dei tiro no cara lá, eu fiquei todo bobo, não sabia como chegar lá. Tipo assim, eu ficava com medo, você tá ligado, de chegar perto do cara, de matar o cara. Medo de na hora eu ser preso, tá ligado? Mas aí você vai pegando as maldade. Até que eu chegava lá e dava tiro na cara dura e descia.” (Informante 38, bairro Lagoinha)

Dentro das gangues, estes processos de aprendizado e socialização são potencializados pelos fortes laços de solidariedade que se desenvolvem entre os membros. A própria rotina dentro dos grupos e o envolvimento coletivo com práticas de violência e criminalidade também reforçam a conexão entre os jovens, fazendo com que muitos deles enxerguem nas gangues verdadeiras famílias. Muitos jovens chegam a afirmar que, no ambiente hostil das favelas, os parceiros das gangues são mais importantes do que os próprios familiares, uma vez que oferecem proteção, reconhecimento, valorização, conselhos, amizade, respeito e outros bens simbólicos e afetivos. Os depoimentos a seguir ilustram essa percepção dos informantes.

“Pô, mas foi todo mundo criado junto. Nascido ali mesmo. E ninguém ligava muito pra família. Ligava, mas não daquele jeito, nem pensava em nada não. E na rua ficava todo mundo, todo dia junto, todo dia junto, todo dia junto. Aí pega e fica daquele jeito mesmo, né? É como se fosse uma família, né? Amizade é forte mesmo, ali.” (Informante 01, bairro São Francisco)

“É o que tem de mais importante. É sua família. Sem os parceiro você não é nada. Sem os parceiro você tá na mão porque os inimigo te frita rapidinho. Se você tá fortalecido com os parceiro, fica protegido. É o que tem de mais importante na vida. Eles te fortalece na rua, na cadeia, na boca, onde for. É com os irmão que você fica na atividade, que você vai pras boate da Savassi, que você vai pro bar beber e vai pras missão passar o rodo nos inimigo também. Os parceiro é tudo na vida da gente.” (Informante 05, Pedreira Prado Lopes)

“É parceiro. O que eles precisar eu tô aí pra eles. Sinto assim. É quase igual se fosse um irmão. (...) Eles tava comigo até o fim, eu tava com eles até o fim. (...) Pra você ter uma idéia, já vendi droga de graça pra eles. Uma noitada lá roubou droga deles, aí eu vendi droga de graça pra nós levantar. Aí eu comecei a ter conceito, né?” (Informante 18, bairro Sagrada Família)

“Porque a gente tá junto ali o dia inteiro, né? Dia e noite daquele naipe. Fuma junto, sai junto, cresceu junto. É meio irmão mesmo, né? (...) Dependendo da situação, dou até a vida por eles. Toda hora. Porque teve cara lá que pulou na frente de bala pra não pegar em mim. (Informante 19, Aglomerado da Serra)

“A gente ficava junto o dia inteiro, né? Acaba pegando muita confiança no outro. Eu dormia com os cara, mais de 20 homem numa casa. (...) O crime é ruim porque chega de noite você não pode nem dormir com sua mulher, com sua família. Tem que ir pra um barraco, pra qualquer lugar. Eu ficava junto com um tanto de homem do mesmo jeito que eu tô aqui. Nada muda. Todo mundo armado. Se os homem entrar é matar ou morrer. E os homem chega é picando o pé mesmo. Mete o pé na porta e se não der tempo, vai mesmo. (...) Nós é tipo um grupo mesmo. Juntos, todos tão mais protegidos. Sente mais à vontade, mais protegido. É a convivência. Todo dia você almoça com aqueles cara lá. Tem dia que você paga o almoço, tem dia que é eles. Hoje eu pago pra mulher lavar a roupa, depois é outro. Um usa tênis do outro... É tipo irmão. Mas é um irmão que se você dá um vacilo, ele te mata. É um mundo cheio de regra. Que nem o mundo mesmo. Só que é um mundo que as regra não tem volta.” (Informante 27, Morro das Pedras)

Paradoxalmente, praticamente todos os jovens entrevistados afirmam que os laços de solidariedade que unem os integrantes de gangues só se mostram efetivamente fortes quando eles se encontram no território das favelas, expostos ao vasto leque de ameaças, conflitos e guerras que marcam o cenário de alguns aglomerados. Os depoimentos a seguir, por exemplo, indicam que os jovens passam a problematizar a força dos vínculos que unem os

membros de gangues a partir do momento em que vão presos. Dentro dos centros de internação, muitos parecem ser esquecidos pelos companheiros que ainda estão nas ruas, o que constitui um indício claro da importância que as dinâmicas de violência em curso no território das favelas adquirem para a estruturação das gangues.

“É uma turma mesmo, né? Tipo proteção um ao outro. Que a gente morava tudo junto, né? Nascido e criado junto, na mesma parte da favela. E um queria ajudar o outro... Na hora que você tá na rua é irmão mesmo. ‘Não, pá... É meu parceiro, vem cá, vamos colar junto, tal. Se matar ele, tem que matar nós tudo’. Fica aquele trem. Mas na hora que você vai preso, ninguém aparece. Igual agora, preciso demais deles. Tem muitos que tá preso, mas tem outros que tá lá vendendo droga, ganhando dinheiro e não manda uma bala pra cá. Isso aí também eu pensei muito.” (Informante 32, Favela São José)

“Não é amigo nada. É porque quando você tá na rua, todo mundo vem colar com você, vem dar tapa nas suas costas, vem falar que é tudo junto, que é junto até o fim, que é mil grau mesmo. Aí é mulher junto, é dinheiro, é carro. Mas na hora que você cai em cadeia, você é esquecido. Ninguém lembra que você existe, ninguém manda uma bala pra você. Os cara que você achava que era seu parceiro de ‘mili ano’, você vê que nem lembra de você. Ninguém chega na sua mãe pra saber se tá precisando de alguma coisa, como é que você tá, quanto tempo de prisão você pegou. Seus amigo é só na hora que você tá fora, com dinheiro, com carro, com mulher. Depois que você vai preso, é esquecido, nem parece que você é da favela mais. Minha mãe fala que os menino passa perto dela e nem pergunta, finge até que não conhece.” (Informante 38, bairro Lagoinha)

“Muitas vezes nem é bom você confiar demais nos outros não. Ainda mais no mundo do tráfico, você confiar nos outros é difícil, porque na mesma hora que ele tá com você, é o cara que pode jogar contra você. (...) Tipo assim, muitas vez o cara tá ali do seu lado: ‘É nós mesmo, qualquer coisa que pegar é nós mesmo’. Mas aí os homem derruba o cara e ele pega e joga tudo pra cima de você. Deixa você se foder pra lá e sai fora, entendeu? Por causa disso é muito difícil confiar nos outros, confiar nos outros é foda.” (Informante 39, Morro das Pedras)

Parece que o ambiente hostil de alguns aglomerados (marcados por dinâmicas de sociabilidade violenta, rivalidade entre grupos delinquentes e violência institucional) acaba fortalecendo os laços de solidariedade e de companheirismo entre os membros de gangue. Tanto que, uma vez fora das favelas (seja porque se mudaram ou porque foram presos), a maioria dos jovens acaba perdendo suas conexões com os antigos parceiros. Mais uma vez, reforça-se a hipótese de que as dimensões do território e da ameaça das gangues rivais constituem elementos centrais para compreender o surgimento das gangues. Fortalecem-se os indícios de que o processo de formação destes grupos constitui uma resposta associativa diferencial que alguns jovens adotam diante do contexto de exclusão e violência vigente em algumas favelas.

4.3.5. Processos de estruturação de atividades criminosas

Além de todas as questões analisadas anteriormente, parte significativa da violência ligada ao fenômeno das gangues pode ser atribuída ao seu envolvimento com um amplo escopo de atividades criminosas. Tanto que, ao longo das últimas décadas, inúmeros estudos brasileiros interpretaram a concentração de altíssimas taxas de homicídios de jovens em vilas e favelas como um dos resultados mais perversos do envolvimento de grupos delinquentes com o tráfico de drogas (BEATO FILHO *et al.*, 2001; NETTO, 2002; SOUZA, 2007; ZALUAR, 2004; MISSE, 1997; RAMOS, 2009; RODGER, 1999).

Tradicionalmente, convencionou-se pensar que, nas favelas brasileiras, o surgimento de grupos de jovens delinquentes se dá muito em função da oportunidade de implementar e gerenciar, em nível local, um mercado varejista de drogas ilícitas. Em termos simplistas, pode-se dizer que este raciocínio se articula da seguinte maneira: diante da presença precária do Estado, de um cenário de baixa consolidação institucional/normativa e de um grande mercado consumidor disponível, alguns jovens enxergam a oportunidade de iniciar um empreendimento criminoso lucrativo, baseado na venda de drogas. Para a estruturação deste negócio, dezenas de rapazes se unem em grupos, hierarquicamente divididos e estruturados em função da condução mais eficiente da atividade criminosa, e estabelecem domínio territorial armado sobre uma determinada área para melhor controlar o empreendimento.

Um dos desdobramentos lógicos desta interpretação é o de que os milhares de jovens mortos nas favelas brasileiras são vítimas dos conflitos armados que estes grupos travam entre si, visando a manutenção e a possível expansão de seus domínios territoriais (ou da vasta gama de pequenos conflitos interpessoais que naturalmente decorrem das muitas formas de regulações violentas exigidas pela normatização de um negócio criminoso). Ainda que exposta de maneira bastante simplificada, esta é a explicação recorrente que se dá para a maioria das mortes de jovens registradas nas vilas, favelas e bairros de periferia de diversas cidades brasileiras.

No entanto, os relatos obtidos durante esta pesquisa apontam para a necessidade de problematizar não apenas a relação direta entre tráfico de drogas e homicídios, como também o próprio processo de estruturação de atividades criminosas ligado ao fenômeno das gangues. Em primeiro lugar, porque existem fortes indícios de que, nas favelas da RMBH, o surgimento dos grupos de jovens delinquentes não se dá única e exclusivamente em função da estruturação de atividades criminosas. Conforme discutido anteriormente, existem inúmeras outras razões (de ordem comunitária, simbólica, familiar, cultural, etc) envolvidas

na associação de jovens em grupos delinquentes. Consequentemente, esta mesma variedade de aspectos também se faz presente na origem dos conflitos protagonizados pelas gangues e seus integrantes.

Os próprios processos de estruturação local de atividades criminosas se vêm perpassados por uma série de elementos de ordem histórica, cultural, comunitária e organizacional/institucional, não seguindo necessariamente os princípios racionais e econômicos geralmente atribuídos a eles. Se tomarmos os depoimentos dos jovens como retratos dos problemas locais de criminalidade, chega-se à conclusão de que a região metropolitana não vivencia um processo uniforme de estruturação de atividades criminosas, mas muitos pequenos processos focalizados, que se organizam a partir de lógicas locais variadas e se conectam de forma mais ou menos sistemática e articulada.

O tráfico de drogas, por exemplo, parece se inserir na rotina das gangues não apenas como um negócio razoavelmente lucrativo, necessário à aquisição dos bens que conferem status aos jovens, mas também como um instrumento fundamental de financiamento das guerras e rivalidades adquiridas pelos integrantes dos grupos, em função de uma série de motivos não necessariamente ligados ao mercado das drogas. Geralmente, parte significativa do dinheiro auferido pelo grupo com a venda de entorpecentes é reinvestida na compra de armas e munições usadas na proteção e manutenção do negócio ilegal, bem como para a resolução violenta dos conflitos locais. O depoimento a seguir ilustra essa lógica.

“Tipo assim, ganha muito, mas tem que colocar no lugar de novo. Tipo assim, você ganha R\$600,00. Mas você tem que comprar R\$600,00 de droga de novo. Aí começa a vender e com essa droga você faz R\$1.300,00. Aí começa tudo de novo. Então dá dinheiro e não dá. Tem que comprar arma, munição. O dinheiro acaba indo pra comprar mais droga e arma, droga e arma.” (Informante 30, Favela São José)

A partir dos depoimentos, torna-se possível inferir não existe uma lógica única e universal que norteia a estruturação de atividades criminosas entre gangues de favelas. A forma como os grupos se envolvem com o crime é decorrência de uma série de elementos locais, e seguem uma lógica mais adaptada àqueles contextos específicos. Parece que diferentes configurações históricas, geográficas, comunitárias, culturais e associativas moldam diferentes tipos, intensidades, estruturas e formas de organização de atividades criminais. Assim como as gangues constituem respostas associativas e adaptativas a determinados contextos, seu envolvimento com dinâmicas de criminalidade também segue esta lógica e parece se adaptar aos arranjos comunitários locais.

Enquanto em algumas favelas o envolvimento das gangues com o tráfico de drogas se manifesta por meio de uma estrutura hierárquica e funcional bastante rígida e organizada, em outros aglomerados a atividade se mostra frouxamente estruturada, sustentada em arranjos grupais bastante frágeis, instáveis e informais. O depoimento a seguir, por exemplo, fala sobre o tráfico na favela Cabana do Pai Tomás, uma das localidades mais violentas da região metropolitana e amplamente conhecida por seu intenso comércio de drogas.

“Não é todo lugar que tem patrão não. Tem lugar que é mais ou menos avulso. Lá mesmo não tem muito dono não. Eu cheguei para um cara lá que tem as parada dele e pedi. Aí eu comecei a vender pra ele. (...) Aí o esquema era que de cada R\$300,00, R\$100,00 era meu. (...) Vendia pó, pedra, tudo... Ele colocava as carga na minha mão e eu vendia. Até o dia que eu passei a ganhar meu dinheiro, aí eu passei a comprar a minha droga mesmo. (...) É porque as primeiras vez você pega a droga deles. Aí divide o lucro. Depois que tem dinheiro você compra a sua droga e fica lá vendendo. Cada hora um. (...) De vez em quando nós fazia vaquinha. Aí nós comprava uma quantidade maior e dividia. Aí cada um pegava a quantidade que comprou.” (Informante 20, Cabana do Pai Tomás)

Como se observa, a logística simplista de venda de drogas adotada por uma gangue que atua em uma das maiores favelas da RMBH coloca em xeque o mito de organização e articulação invariavelmente associado à imagem dos traficantes. Ao contrário, mostra que é possível pertencer aos grupos sem necessariamente estar envolvido com a venda de drogas; que alguns membros comprem drogas de fornecedores diferentes; e que o intenso comércio local pode ser atendido por um sem número de pequenos vendedores quase autônomos, que se unem de fato apenas em situações de conflito com grupos rivais.

Por outro lado, gangues de outras favelas parecem adotar uma logística um pouco mais sofisticada e compartimentalizada, estabelecendo regras claras de atuação, horários e turnos para venda, cargos e salários fixos, funções específicas e até mesmo normas quanto à compra, posse e utilização de armas de fogo. E é neste ponto que se torna interessante observar que quanto mais intenso o envolvimento de uma gangue com a atividade do tráfico de drogas, maiores parecem ser suas chances de pautar sua atuação a partir de uma lógica mais racional/econômica, modificando suas estruturas internas para atender às necessidades do negócio criminoso.

Enquanto algumas gangues parecem não estabelecer hierarquias entre seus membros, nos grupos envolvidos com atividades criminosas mais elaboradas, a figura do “patrão” assume bastante destaque, como uma espécie de liderança a ser seguida pelos mais novos. De acordo com os jovens entrevistados, o “patrão” costuma ser uma pessoa mais velha, cujo

poder decorre dos contatos que conseguiu estabelecer não apenas com grupos delinquentes de outras localidades, mas também com esquemas criminosos mais complexos e ramificados. Geralmente, o “patrão” é quem providencia os suprimentos de drogas e de armas para as gangues. Por monopolizar os meios para o exercício da atividade criminosa, quem ocupa a função de “patrão” adquire importância fundamental para a própria articulação e atuação dos jovens. Por isso, suas ordens geralmente são cumpridas sem qualquer questionamento, por jovens ansiosos por demonstrar competência, conquistar “conceito” junto ao chefe e ascender na estrutura do grupo.

“O patrão é a voz. É o poder. É o cara que comanda. É o cara que confere mesmo. É o cara que faz as droga chegar, é o cara que cobra o vacilo. Se ele quiser alguém morto e mandar matar, tem que ir. É o cara que paga a polícia, é o cara que a polícia tem medo. É o mais falado, é o mais respeitado. (...) O que ele fala tem que acontecer. Que nem ele tá dentro da cadeia lá. O que ele mandar, tem que fazer. Não pode matar sem avisar ele não. Se não cumprir, morre. (...) Mas todo mundo respeita o cara. Eu mesmo já cumpri ordem dele porque eu sou soldado. Tenho que cumprir as ordem do patrão. Manda nós pra guerra, tem que ir. Onde é que ele mandar, tem que ir.” (Informante 27, Morro das Pedras)

Em função do monopólio que exerce sobre a chegada de drogas e armas nas favelas, é o “patrão” quem determina a porcentagem que cada jovem traficante recebe com as vendas, bem como as normas de funcionamento geral dos pontos de venda de drogas. No entanto, até mesmo estas características variam bastante de localidade para localidade, indício de que os esquemas de venda de entorpecentes gerenciados pelas gangues na RMBH se estruturam em função de arranjos e lógicas localmente estabelecidas. Enquanto alguns “patrões” participam ativamente do cotidiano das gangues, chegando até mesmo a participar de “guerras” juntamente com os demais membros do grupo, outros têm pouquíssimo ou nenhum contato com os jovens que operacionalizam seu negócio, atuando como simples fornecedores de drogas e armas e organizadores da estrutura criminosa local.

“Cada um que pegava pra vender ficava com uma carga de 60 papel na mão. Mas eu mesmo não ficava na venda não. Eu ficava mais controlando os menino que tava vendendo e cuidando pra eles não ficar sem papel. Aí, quando acabava, eu ia no barraco, picava mais, preparava as carga e jogava na mão dos menino. (...) De cada 10 papel que eles vende, três é deles. (...) Depois que tirar o lucro de quem tá vendendo, o dinheiro que sobra divide meio a meio o gerente e o patrão (...) Mas quem tá na boca é que tem que juntar o dinheiro pra comprar arma e munição. (...) O patrão mesmo não coloca a mão em nada. A droga ele nem vê. Só liga pro cara que fornece e depois manda a gente buscar no lugar tal.” (Informante 02, Favela São José)

“É que nem eu te falei. Dava pra fazer pelo menos uma carga por dia. Cada carga tinha 45 papel e cada papel saía a R\$10,00. Tudo dá R\$450,00 por carga. 30 papel era do patrão e 15 meu. Dava pra fazer uns R\$150,00 por dia. Mas isso porque eu já era considerado dos cara e tinha um esquema pela ordem. Quando você entra, ganha fixo uma mixaria até você mostrar que fortalece com os cara na moral. Eu já tinha participação nos papel que repassava. (...) No começo eu ficava mais de 6hs às 18hs. Mas sempre que rolava eu queria pegar de noite porque era mais limpeza e tinha mais freguês. De dia é sujeira porque tem muita polícia. De noite não. Aí só entra os polícia conhecido pra pegar o dele e quando tem troca (tiroteio) mesmo.” (Informante 05, Pedreira Prado Lopes)

A partir da fala dos informantes, também é possível identificar alguns fatores bastante específicos que podem fortalecer a dimensão do “empreendimento criminoso” dentro das gangues, em detrimento de seu caráter originalmente comunitário. Estes fatores fazem com que alguns grupos transfiram seus focos de atuação e a própria lógica de seus conflitos de um âmbito interpessoal, comunitário e local, para uma vertente mais econômica, racional e não tão ligada ao seu território de origem. Nesse sentido, torna-se possível pensar que alguns grupos delinquentes vivenciam um processo crescente de estruturação de atividades criminosas, cuja trajetória ascendente depende da conjunção e articulação de determinados fatores (históricos, geográficos, comunitários, culturais e criminais) no espaço das favelas.

Um dos elementos envolvidos neste processo de maior estruturação de atividades criminosas entre as gangues é, com certeza, o estabelecimento de contatos entre grupos delinquentes de diferentes localidades. Muitos jovens relatam que, de maneira informal, membros de diversas gangues estabelecem contatos entre si em festas, bailes funks, pagodes boates e bares, frequentados por jovens de várias favelas e bairros de periferia da região metropolitana. Nestes locais, que também servem de ponto de encontro entre grupos rivais, para a reprodução não armada de seus conflitos locais, os rapazes estabelecem contatos e amizades que acabam se estendendo para as atividades ilícitas exercidas por ambas as partes. As falas a seguir mostram como estes contatos informais podem colocar em curso processos de estruturação de atividades criminosas em diferentes localidades.

“Nós colava com os caras da Serra e a droga que a gente vendia vinha de lá. Lá é favela maior, mais forte. (...) Mas isso tem tempo. Na época começou com um cara da Serra passando droga só pro meu cunhado. Aí foi morrendo gente e nós começou a ter contato com os caras de lá. Eu ligava pra eles e nós ficava em contato direto, saía junto. Tinha vez que o cara que me passava droga ficava sem. Aí eu ligava para os caras da Serra e falava: ‘acabou minha droga aqui e o cara que me passa não tem pra me trazer agora. Vocês têm aí pra me arrumar? Uns 100 gramas?’ Aí eles traziam pra mim.” (Informante 01, bairro São Francisco)

“Eu conheci eles no pagode. Quando eu conheci os meninos, comecei a ir no Índio direto, comecei a trocar idéia e acabei indo pra lá. Mas a droga que eu mexia era a do São Francisco. A do Índio era outra droga. Eu continuei a gerenciar no São Francisco, mas não vendia nada lá no Índio, pra não poder arrumar guerra também. Porque lá tem o cara que põe a droga dele lá. Se eu chego e ponho droga também eu ia arrumar guerra. Meu negócio continuou no São Francisco. Só quando a droga deles (dos traficantes da Favela do Índio) acabava e eles queriam cheirar é que eu vendia pra eles. Eles chegavam e falavam: ‘nosso pó acabou e não tem mais pra cheirar. Vende do seu aí pra nós’. Aí eu pegava o telefone, ligava para o patrão deles e falava: ‘os menino tão querendo comprar pó aqui pra usar. Pode vender pra eles’? Já punha o telefone no viva-voz para os caras verem que eu não tava mentindo. Aí, se o cara falava que podia vender, eu vendia. Se o patrão deles tava autorizando, eu ia lá e vendia. Mas fazia assim pra não ter discussão, não ter problema.” (Informante 01, bairro São Francisco)

“Nós tinha parceria com os cara da Máfia Azul (torcida organizada do Cruzeiro Esporte Clube) que era do Morro do Papagaio, da Pedreira, da Sumaré, Morro da Vaca. Aí quando precisava de arma, de droga, vinha deles também. Aí quando eles precisava de arma e droga eles vinha também. Em guerra mesmo nós não envolvia muito porque era muito longe. (...) Muito de vez em quando é que uns cara ajudava nós a dar tiro, mas de touca ninja pra não ver o rosto. (...) Em cadeia também você faz colega, faz contato. Aí quando sai: ‘Aí, Zé. Você saiu, eu saí também, vamos trombar. E aquela fita lá que nós combinou’? Aí tromba na rua, você tem um revólver, ele tem um revólver, pá... Mais é dentro de cadeia que você arruma parceria. Cadeia também é importante. Como parceria e guerra.” (Informante 32, Favela São José)

Mas mesmo a frequência, o tipo e a intensidade das relações estabelecidas entre gangues costumam variar muito de localidade para localidade, de grupo para grupo. Em alguns casos, as alianças parecem se restringir a pequenas trocas de favores entre as gangues, como fornecimento emergencial de pequenas quantidades de drogas, empréstimo de armas, esconderijo momentâneo para integrantes procurados pela polícia, etc. Em outros, no entanto, nota-se que as alianças podem chegar a se estender para a participação conjunta em conflitos armados. De qualquer forma, tudo indica que o estabelecimento de contatos mais sistemáticos entre membros de gangues de diferentes localidades (seja em festas, bailes funks, ou mesmo nos centros de internação) acaba proporcionando aos grupos a possibilidade de trocar experiências, compartilhar esquemas de fornecimento de drogas e de armas, reforçarem-se mutuamente nos conflitos armados e uma série de outras práticas que, por fim, colocam em marcha processos bastante fluidos e complexos de estruturação de suas atividades criminosas.

“Guerra deles é deles. Quando eu ia lá, não ia armado e quando eles vinha cá, não vinha armado também não. Eles vinham, mas ficavam no carro. Parava o carro do lado de fora da favela e deixava as armas. Entrar pra dentro da favela armado eles não entravam não. Só quando lá tava muito cheio de polícia mesmo. Aí eles tiravam as armas grandes de lá tudo, colocava no carro e me ligava falando que tava cheio de polícia lá. Aí eles pegava as arma grande, 12, macaquinha (submetralhadora) e trazia pra cá. Aí nós arrumava um barraco menos visado pela polícia e deixava guardado lá junto com as nossa.” (Informante 01, bairro São Francisco)

“Lá na Serra tem a OTA, Organização Terrorista Arara; Band, OTC, Organização Terrorista do Cafezal. A nossa mesmo é a DRP, Del Rey Puro. Aí os cara vai e picha a questão deles, nós picha a nossa questão. Marca o território mesmo. (...) Com outras quebrada tem aliança com a Pedreira. Com a turma do Buraco Quente, da Carmo. (...) Eu já apanhei revólver na mão deles, eles apanha revólver na nossa mão. Curte junto, sai junto. Os cara vai lá na nossa quebrada, nós vai na deles. Se precisar guerrear junto, guerreia também. Igual nós já cansou de ir lá fortalecer eles pra trocar tiro lá no Beco do Filho, na Maloquinha. (...) Mas as arma é tudo de lá. Nós chega lá e eles já joga as peça na mão. pega umas moto, aí nós sobe daquele naipe.” (Informante 19, Aglomerado da Serra)

“Tinha dois cara que era patrão lá no Buraco. Só que esses cara era muito folgado. Aí um dia eles expulsou outros dois lá da boca. E mandou embora porque esses dois tava levantando pra caralho. Aí os patrão mandou eles sair fora. (...) Aí esses dois foi lá pra Carmo colar com os cara lá. Porque eles era amigo pra caralho dos cara lá da Carmo. Aí lá na Carmo, eles desembolou com os cara lá e os cara da Carmo comprou o boi deles. Mandou altas PT, altas macaca pros cara e piou com os cara lá no Buraco. Aí os dois que tinha saído fora foi lá e matou os dois patrão e ficou com a favela. Aí com isso eles comprou a guerra dos cara da Carmo com os cara do Terreirão. (...) Porque os cara da Carmo já tinha guerra com o Terreirão. Aí que nem os cara da Carmo ajudou eles a voltar pro Buraco, aí eles foi e comprou a guerra com os cara da Carmo, pra pegar os cara do Terreirão. E aí nós é tipo aliado dos cara da Carmo.” (Informante 28, Pedreira Prado Lopes)

Além do intercâmbio entre os grupos, outro elemento bastante importante para compreender os processos de estruturação de atividades criminosas entre gangues é a incorporação de policiais corruptos ao contexto das favelas. Muitos são os relatos que indicam um envolvimento sistemático de grupos de policiais com diversas gangues, principalmente aquelas com maior poder financeiro. Os relatos de extorsão para “aliviar” prisões ou mesmo a montagem de flagrantes falsos por posse de drogas ou porte de armas são extremamente comuns. No entanto, alguns jovens chegam a relatar casos em que os policiais apreendem drogas e armas com um grupo e revendem o produto para outro, dentro

da mesma favela. Existem ainda relatos de jovens de uma região do aglomerado que foram apreendidos pela polícia e deixados no território da gangue rival para serem mortos.

Seja por meio da extorsão ou pela colaboração com os grupos, a inserção de policiais corruptos e violentos no contexto das gangues constitui um elemento que contribuiu intensamente para os processos de estruturação de atividades criminosas. Primeiro porque a entrada da propina policial na “contabilidade” dos grupos envolvidos com tráfico de drogas os obriga a gerenciar seu negócio de maneira mais rígida e profissional. Segundo porque a aliança com policiais corruptos tende a fortalecer alguns grupos, desequilibrando os arranjos locais de poder e fazendo com que determinadas gangues se sobreponham aos seus rivais.

“Eles até pedem. Eles falam: ‘R\$10.000,00 pra soltar ele’. Mas nós não pagava. Porque você paga polícia uma vez, eles acostuma e quer direto. Aí nós preferia que levava e, na hora que chegava na delegacia, nós conversava com a Civil. Porque a Civil já não tem muito disso. Aí já mandava o advogado ir e o advogado já conversava com o delegado. Já oferecia um dinheiro para o delegado da Civil e nós pagava. Mesmo assim o advogado é que levava. A gente não botava a cara não. Aí pegava e soltava. Mas militar, não negocio não. Porque acostuma, né? Você dá uma vez e eles quer todo dia.” (Informante 01, bairro São Francisco)

“Polícia? Arrancava dinheiro direto. Se não desse dinheiro pra eles, eles levava pro mato e ó... Sacolada, colocava sua cabeça dentro do rio, dava tiro do lado do seu ouvido. Eu mesmo não escuto muito desse ouvido por causa disso. (...) Teve um dia que eu rodei com 40 papel de pedra. Eles me pegou, já me algemou e colocou eu no banco de trás com um polícia de cada lado. Aí eles já pegou minha blusa, colocou ela assim na minha cara e ficou escuro. Colocou a sacola e foi me dando sacholada até chegar num matagal. Eles foi me dando sacholada, enfiou minha cabeça dentro do rio, queria arma, queria droga. (...) Eles falava que a gente não pagou eles. Eles já tinha ido lá na boca pegar dinheiro, só que a gente não deu. Aí eles me pegou. (...) Eu nem sei quanto de dinheiro porque essas coisa eles negociava com o patrão e eu não ficava nem sabendo não. (...) Os polícia é tudo corrupto, filho... Conversava com o patrão pelo telefone. Aí eles falava: ‘quero tanto, vou lá buscar tal dia’. Aí o patrão mandava o dinheiro descer.” (Informante 18, bairro Sagrada Família)

“Tem muita polícia corrupta, né? Tá aí pra quem quiser ver. Tem polícia que pega dinheiro, tem polícia que bate... Por isso que tem quebrada que dá tiro em polícia, que joga pra cima dos polícia mesmo. Que nem eu sei que polícia se me pegar não vai me prender, vai me matar. Eu vou ficar quieto esperando polícia chegar? Eu não, vou sentar é o dedo mesmo. (...) Tem o polícia que entra na sua casa, pega 20 quilo de pedra e leva embora pra vender. 20 quilo de pedra é dinheiro demais... Um quilo de pedra é R\$16 mil, R\$17 mil. 20 quilo faz as conta aí. Ah, e é R\$16 mil em barra, no quilo. Vendido em papelote dá muito mais. Dependendo do lugar o cara pica direitinho, faz os papel e faz é R\$35 mil num quilo. Imagina isso na mão do polícia. Ele pega na sua casa e passa pra outra quebrada, na favela mesmo. Isso tem demais.” (Informante 29, Aglomerado da Serra)

Enquanto alguns relatos dão conta do envolvimento direto de policiais com os esquemas criminosos mantidos por algumas gangues, muitos outros falam da participação indireta da polícia nos conflitos locais, orientados pelo interesse particular em ver algum jovem morto, ou seu grupo enfraquecido. Daí os relatos bastante comuns de que alguns policiais suscitam discórdias entre gangues rivais, para aumentar a animosidade entre os grupos e o nível de letalidade de seus confrontos. O relato a seguir, por exemplo, indica como os policiais participam indiretamente das “guerras” entre gangues, muitas vezes conduzindo os rumos dos conflitos.

“No dia que eu tava indo pra uma festa, os homem suspeitou e foi lá e me abordou. Eu tava com um 38, um buldoguinho pequenininho. Aí eu já falei de cara que tava com uma arma. Eles falou: ‘Você tá com presentinho aí pra nós’? Eu falei: ‘Tô’. Aí eles foi lá e já pegou a arma e me perguntou porque eu tava andando armado. Eu falei que era porque eu tava de guerra com o cara lá. Aí um deles falou: ‘Então é melhor você matar ele mesmo, porque ele dá tiro até em nós’.” (Informante 37, bairro Primeiro de Maio)

“Nós arrumou guerra lá com os caras lá do São Tomás. (...) Era troca de tiro por causa de boca de fumo. (...) Os cara ia lá na nossa quebrada, lá no São Bernardo, e falava: ‘não quero ver vocês traficando aí não’. (...) Porque senão pegava freguês deles né? A gente vendia muita quantidade e eles vendia pouco. (...) Aí eles ia pra lá e falava: ‘vocês tão roubando nossos freguês. Se nós ver vocês vendendo aí, nós vai dar tiro em vocês’. Aí teve uma vez que eles foi lá e deu tiro em nós. Aí nós foi lá e deu tiro neles também. (...) Isso durou dois anos e cinco mês. Morreu três que era colega meu e quatro que era colega deles lá. (...) Aí quando rolava troca de tiro os polícia fervia lá. Falava que ia levar nós lá pro São Tomás, porque eles sabia que nós tinha guerra lá. E pegava nós e levava lá. Deixava nós lá e nós tinha que sair correndo pra esconder. (...) E fazia a mesma coisa com os cara de lá. Teve uma vez que eles pegou um menino lá e levou ele na nossa quebrada, sem arma, sem nada. (...) Aí quando eles deixou ele lá, tinha dois menino que andava comigo que foi e matou ele.” (Informante 13, Favela São Bernardo)

Por fim, há de se observar a relação simbiótica que se estabelece entre processos de estruturação de atividades criminosas e dinâmicas de conflitos entre grupos delinquentes. Assim como diversos jovens relatam que a melhor estruturação dos esquemas de tráfico de drogas trouxe consigo o início de novas “guerras”, outros afirmam que foi justamente a necessidade de sustentar as “guerras” que fez com que suas gangues estruturassem melhor seus esquemas de tráfico de drogas. Segundo os informantes, é como se um processo se alimentasse do outro: uma gangue só consegue se manter viva em um conflito se for financiada por um empreendimento criminoso lucrativo (uma vez que a manutenção da

“guerra” demanda compras constantes de armas, munições, suborno de policiais, etc); por outro lado, quanto mais complexo se torna o processo de estruturação de atividades criminosas de uma gangue, maior é o número de conflitos com os quais ela tende a se envolver.

O primeiro depoimento a seguir mostra como a existência de um esquema consolidado de tráfico de drogas nas favela pode provocar o surgimento de um grande conflito entre grupos que atuam naquela localidade. Neste caso específico, o informante fala sobre um conflito que se instaurou entre gangues da favela Pedreira Prado Lopes durante o ano de 2004, por conta de um desentendimento quanto aos esquemas de fornecimento de drogas que seriam utilizados pelos grupos locais (segundo investigações da Polícia Civil de Minas Gerais, este conflito deixou um saldo de 61 mortos na favela, somente naquele ano). Já o segundo e o terceiro depoimentos indicam como a existência de “guerras” pode incentivar as gangues de uma favela a estruturarem melhor seus empreendimentos criminosos, na tentativa de obter meios de financiamento dos conflitos.

“O Roni (chefe do tráfico na Pedreira Prado Lopes) saiu da cadeia e dois dias depois a Pedreira já era outra. Ele sentou com os cara do Terreirão e falou que a partir de agora todo mundo só ia vender a droga dele e que ninguém mais ia zuar o plantão de ninguém. Dava pra todo mundo ganhar muito dinheiro, mas os cara do Rodriguinho era olho grande demais e não fortaleceram com o Roni não. E era por causa de uma mixaria porque o Roni ia repassar o bagulho por R\$17,00 o grama e eles falava que conseguia por R\$15,00. Ia tirar uma mixaria a mais só. Aí o Roni mandou passar o rato em todo mundo. Ele jogou os ferro firmeza a mão da gente e mandou passar geral. Foi por isso que ficou aquela guerra lá.” (Informante 05, Pedreira Prado Lopes)

“O dinheiro acaba indo pra comprar mais droga e arma, droga e arma. (...) Porque a gente nunca sabe o diz de amanhã, né Zé? Vai que os cara junta lá e resolve pegar nós na croca (crocodilagem). Tem que ficar trepado (armado). Tem que ficar na atividade mesmo. Ninguém fica na mão na favela não, sô. Quem fica é porque dá mole.” (Informante 30, Favela São José)

“Todo mundo nascido e criado junto. Aí a gente começou roubando. Depois compramos droga. Depois da droga compramos revólver. Começou a levantar por causa das treta. Aí nisso aí, nós matou uns caras lá nos predinho e começou a guerra. (...) Primeiro você tem que arrumar um contato. Alguém que já recebe a droga e coloca na sua mão pra vender. Lá a gente ficava no meio da favela, perto do campinho. A gente tinha dois ponto de venda: uma boca no campinho e outra no terreirão. (...) O dia todo tinha gente nas boca. Vendia o dia inteiro. (...) Depois que começou a guerra mesmo, gastava tudo com bala e arma.” (Informante 02, Favela São José)

O que os dados coletados indicam com bastante clareza é que o problema da violência entre gangues nas favelas da RMBH não pode ser interpretado apenas como um desdobramento natural das disputas que estes grupos travam em torno de mercados criminais como, por exemplo, o tráfico de drogas. A própria fala dos jovens demonstra que, para compreender a fundo o fenômeno das gangues e toda a violência ligada a ele, há de se levar em consideração o complexo histórico de urbanização desordenada, ocupação precária e irregular dos territórios, exclusão socioespacial, baixa consolidação normativa e de processos de sociabilidade violenta vivenciado por algumas favelas e bairros de periferia da região metropolitana. O que se observa a partir das entrevistas é que grande parte da violência praticada entre grupos delinquentes possui um caráter extremamente tradicionalista, decorrência da consolidação, nestas localidades, de uma subcultura que legitima o uso da violência enquanto instrumento de resolução privada de conflitos.

Prova disso é que praticamente todos os jovens que falam sobre as origens e as motivações dos confrontos entre gangues trazem à tona uma complexa trama de questões pessoais, grupais, familiares, comunitárias e criminais que acabam envolvendo a todos os membros do grupo em um ciclo aparentemente interminável de ações e retaliações. A partir de certo ponto, esta lógica da “vendeta” parece adquirir vida própria, explicando-se a si mesma. É como se houvesse um processo gradativo de acumulação de violência entre os grupos, num devir que acaba envolvendo e vitimando também as comunidades locais, aumentando exponencialmente a rede conflitiva e tornando a guerra uma razão de si própria.

Nestes contextos, as gangues invariavelmente colocam em curso processos de estruturação de atividades criminosas que não apenas aumentam a letalidade de suas “guerras” (por meio do financiamento de armas e munições), mas que também criam novas situações de conflitos entre os grupos. No entanto, os depoimentos coletados indicam que estes processos nem sempre são pautados por uma lógica exclusivamente econômica/mercadológica. Não raramente, a implementação de empreendimentos criminosos por parte das gangues se vê impactada por uma série de especificidades locais, bem como por diversos fatores que podem restringir ou fomentar seu desenvolvimento.

Entre os fatores que aparentemente favorecem a maior estruturação de atividades criminosas por parte das gangues estão a existência de esquemas de corrupção policial nos territórios de favelas, o estabelecimento de contatos sistemáticos entre membros de diferentes gangues nos espaços prisionais ou socioeducativos, ou mesmo o acirramento das

rivalidades locais, que sempre induz os grupos a intensificarem sua atuação criminosa, em busca de fontes mais robustas de financiamento das “guerras”.

Entretanto, as falas dos jovens também indicam que, uma vez colocados em curso, estes processos de maior estruturação de atividades criminosas tendem a induzir mudanças nas configurações gangues, que se vêm obrigadas a aumentar, complexificar e diversificar suas estruturas, com o objetivo de dar conta dos procedimentos e funções exigidas por uma atividade criminosa mais elaborada. O que os relatos indicam, portanto, é que, inicialmente, as gangues não se estruturam necessariamente em função do exercício de uma atividade criminosa. Entretanto, a maior estruturação desta atividade se mostra capaz de induzir processos de ampliação e complexificação das estruturas e funções dos grupos delinquentes.

Talvez a partir daí seja possível explicar melhor os muitos relatos de que, em um primeiro momento, as inimizades contraídas por um grupo provocaram a intensificação das atividades criminosas, na tentativa de financiar a compra de armas e munições que seriam usadas em uma possível “guerra”. Em um segundo momento, no entanto, este processo de maior estruturação de atividades criminosas passa a nortear a atuação da gangue, aumentando consideravelmente o poder de atração que o grupo exerce sobre jovens da localidade, ampliando sua rede de contatos fora das favelas e fazendo com que a própria lógica de seus conflitos se desloque do âmbito comunitário/interpessoal para um campo mais utilitário/racional/mercadológico.

Mais uma vez, há de se ressaltar que a identificação de algumas estruturas que fomentam ou inibem processos de maior estruturação de atividades criminosas não implica necessariamente na proposição de um modelo evolutivo simples, pautado na linearidade e na inevitabilidade das etapas. Dentro de uma perspectiva complexa, existe a clareza de que, apesar de estes processos possuírem estruturas gerais que os definem, suas muitas formas de emergências se encontram sempre condicionadas a uma conjunção de fatores históricos, comunitários, socioespaciais, políticos e criminais, que possibilitam ou dificultam sua manifestação em estágios mais elaborados.

Considerações Finais

Ao longo deste trabalho, procurou-se discutir o envolvimento de adolescentes e jovens, moradores de favelas e bairros de periferia, com dinâmicas de criminalidade violenta e violência letal. Especialmente no Brasil, os dados demonstram que, ao longo dos últimos 30 anos, o problema dos homicídios apresenta um perfil socioespacial bastante específico: as vítimas são adolescentes ou jovens do sexo masculino, com idade variando entre 15 e 24 anos, não brancos (pretos e pardos), pobres, com baixo nível de instrução formal e moradores de vilas, favelas e bairros de periferia. Além disso, diversos estudos já permitem afirmar que o perfil de vítimas e de autores de homicídio é basicamente o mesmo.

Em 2010, eu participava de um seminário sobre violência juvenil promovido pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), quando ouvi a seguinte afirmação de um palestrante: “Estão matando nossos jovens”. Por ocasião da minha apresentação, retomei a fala do palestrante anterior e disse que talvez fosse mais correto dizer: “Nossos jovens estão se matando”. O que eu queria demonstrar é que, por trás de uma pequena troca de palavras, esconde-se mais do que um jogo semântico. Encontra-se aquilo que, a meu ver, é a verdadeira natureza do problema em questão.

Especialmente ao longo das últimas três décadas no Brasil, o problema do envolvimento desproporcionalmente alto de adolescentes e jovens com crimes de homicídio (tanto como vítimas, quanto como autores) tem sido vinculado à consolidação de uma dinâmica criminal genericamente definida como “tráfico de drogas”. Contribuíram para esta formulação pública do problema um sem número de trabalhos jornalísticos e acadêmicos que, diante da atuação sempre impactante das facções de narcotraficantes nos morros do Rio de Janeiro, se encarregaram de compreender melhor o processo de integração perversa entre tráfico de drogas e homicídios nas favelas brasileiras.

Obviamente, há de se reconhecer a grande importância de tais estudos para a compreensão mais aprofundada daquela que certamente é uma das principais e mais complexas facetas do envolvimento de jovens com dinâmicas de violência letal. No entanto, também há de se levar em consideração que o problema é significativamente mais complexo. A constatação de que o padrão de concentração socioespacial dos homicídios se repete em praticamente todas as grandes cidades do Brasil (e em muitas do exterior) reforça a convicção de que, mais do que analisar as relações entre práticas criminais e violência, torna-se necessário investigar como determinados contextos históricos, urbanísticos, culturais, sociais, ambientais e criminais contribuem para que se consolidem, em algumas

vilas, favelas e bairros de periferia, processos de socialização e sociabilidade violenta que, por sua vez, criam um cenário extremamente propício para a emergência de gangues e grupos delinquentes envolvidos em processos de estruturação de atividades criminosas, como o próprio tráfico de drogas.

O que o presente estudo tentou fazer foi problematizar a abordagem tradicionalmente utilizada no Brasil para explicar os altos índices de violência entre jovens moradores de vilas e favelas. Propõe-se aqui um deslocamento do foco de análise, retirando o tráfico de drogas do centro da discussão e colocando em seu lugar o fenômeno das gangues ou grupos de jovens delinquentes e seus processos de sociabilidade violenta. Por meio desta abordagem, acredita-se ser possível inserir o problema brasileiro dentro de um campo de estudos mais amplo, contribuindo para que se tenha maior clareza das nuances históricas, urbanísticas, culturais, criminais, e socioespaciais que marcam a disseminação de tais grupos ao redor do mundo.

Em termos práticos, a questão de fundo deste estudo foi a de tentar compreender como se dá e quais são as principais características que marcam a associação de adolescentes e jovens que compartilham uma identidade comum, em grupos sistematicamente envolvidos com práticas violentas e/ou criminosas e conflitos territorializados. Para isso, optou-se por fazer um estudo de caso do fenômeno das gangues na região metropolitana de Belo Horizonte, analisando a estrutura que define e garante a própria existência do problema e não suas diversas formas de emergência ou manifestação. É por isso que, em termos teóricos, trabalhou-se com a hipótese mais geral de que a formação destes grupos constitui uma espécie de resposta associativa diferencial que alguns jovens oferecem aos contextos de degradação urbanística/ambiental, presença precária do Estado, violência interpessoal/institucional, baixa consolidação normativa e exclusão social que caracterizam as favelas e bairros de periferia das grandes cidades.

O que diversas pesquisas demonstram é que, nestas localidades, as gangues acabam representando para alguns jovens um meio bastante eficiente de realizar transações sociais, simbólicas, financeiras e afetivas com o ambiente hostil que os cerca. Como foi dito anteriormente, se as favelas podem ser vistas como a materialização urbanística do modelo de desenvolvimento segregador e excludente que caracterizou o Brasil nas últimas décadas, talvez a consolidação de grupos de jovens delinquentes e seus conflitos territorializados possa ser interpretada como seu correspondente social.

Daí a semelhança existente entre a realidade observada nas grandes cidades dos Estados Unidos, da América Central, da América Latina e, particularmente, do Brasil. Ao longo das últimas décadas, todas estas regiões vivenciaram processos de urbanização desordenada e rápido adensamento populacional de suas cidades, impulsionados por fortes fluxos migratórios. Em maior ou menor grau, a falta de planejamento e regulamentação do processo de ampliação da malha urbana levou à consolidação de territórios segregados, caracterizados por fortes indicadores de exclusão social, baixos índices de desenvolvimento humano e índices críticos de criminalidade violenta.

Nos Estados Unidos, estas regiões se caracterizaram por formarem verdadeiros “enclaves étnicos” dentro das grandes cidades, abrigando de maneira segregada populações afroamericanas, famílias de origem latina e estrangeiros de modo geral. Já no restante da América Latina e no Brasil, estes processos de urbanização desordenada se deram principalmente por meio do surgimento das favelas e bairros pobres, localizados na periferia das principais metrópoles. Nestes territórios historicamente caracterizados por forte concentração de desvantagens estruturais, econômicas, sociais e políticas, compreende-se o surgimento de gangues como um tipo de organização social diferencial, cuja filiação garante aos membros uma série de vantagens competitivas.

Isso explicaria por que, a despeito de possuir uma mesma estrutura geral, o fenômeno se manifesta de diversas maneiras. Como as gangues constituem uma resposta associativa e adaptativa diferencial a determinadas condições ambientais hostis, elas acabam, de certa forma, se moldando às condições estruturais, sociais, políticas, culturais e criminais locais. Daí a formação de enormes gangues de afrodescendentes e latinos nos EUA, o surgimento das *maras* e *pandillas* na América Central e das gangues e facções de favelas no Brasil. Em sua origem, o problema parece ser o mesmo, ainda que se manifeste por meio de diferentes formas emergentes.

Neste ponto, é preciso observar que a lógica da resposta associativa diferencial também se aplica a grupos cuja estrutura criminal se mostra consideravelmente mais complexa do que a de pequenas gangues de rua, como, por exemplo, as temidas *prision gangs* dos EUA, as *Maras* da América Central, as facções de narcotraficantes do Rio de Janeiro e o *PCC* em São Paulo. Em termos simbólicos, criminais e políticos, todos estes grupos sempre foram vistos como grandes organizações criminosas. Mas, em sua rotina cotidiana, acabam constituindo tipos de associações bastante semelhantes ao que se costuma definir como confederações ou “franquias”. Ou seja, organizações que agregam, sob uma

mesma bandeira, um sem número de gangues cuja rotina, na verdade, é estritamente territorializada e localizada.

Assim são as centenas de gangues de afrodescendentes que fazem parte dos *Bloods* e *Crips* nos Estados Unidos, os milhares de grupos juvenis que formam as gigantescas *Mara Salvatrucha* e *Barrio 18* na América Central, bem como as muitas gangues que, nas favelas do Rio de Janeiro, operam sob o signo das facções *Comando Vermelho*, *Terceiro Comando Puro* e *Amigo dos Amigos* (e mais recentemente os grupos que, nas periferias de São Paulo, vêm se encarregando de transpor a bandeira do PCC para fora do sistema prisional). Afinal de contas, seria pouco factível pensar que organizações como o CV, o PCC, a MS-13 e os *Bloods* mobilizam, de maneira permanente, coordenada, articulada e hierarquizada, milhares de integrantes em diferentes territórios das grandes cidades.

Não é por acaso que estas grandes organizações ou facções se formaram dentro dos sistemas prisionais de seus países, justamente quando membros de diferentes grupos de rua foram colocados juntos e submetidos ao jugo de um inimigo externo mais poderoso que todos: o Estado. Dentro do ambiente corrupto e violento das prisões, o estabelecimento de alianças entre grupos territoriais e a consequente formação de grandes organizações intramuros serviu não apenas para normatizar a convivência entre os presos, como também para fortalecer a posição do “coletivo” perante as arbitrariedades que vinham da direção do sistema prisional. Assim como já ocorria nas favelas e bairros de periferia, dentro dos presídios também valeu a lógica da resposta associativa e adaptativa diferencial que alguns atores oferecem a contextos ou ambientes hostis.

É claro que o pertencimento a estas “franquias” projeta impactos significativos sobre as estruturas, a coesão interna, as rotinas e as formas de envolvimento com dinâmicas de criminalidade vivenciadas por estes grupos. O contato sistemático entre gangues de diferentes localidades impulsiona a troca de expertises, fortalece contatos e coloca em curso processos muito mais intensos e elaborados de estruturação de atividades criminosas. A formação de uma facção ou organização criminosa sempre acaba se tornando um caso clássico do todo que é maior do que a simples soma das partes.

No entanto, há de se concordar com o fato de que, em termos práticos, na rotina diária das favelas e bairros de periferia, todas as grandes organizações criminosas nada mais são do que confederações de gangues territorializadas que, de maneira mais ou menos articulada, compartilham uma série de valores, códigos de conduta, territórios e atividades criminosas. Ainda que vinculadas a uma mesma bandeira, cor ou sigla, é no território que todos estes

grupos desenvolvem suas atividades criminosas, usam a violência como instrumento de resolução de conflitos, desenvolvem dinâmicas de rivalidades locais com grupos semelhantes e provocam milhares de mortes todos os anos.

A estrutura lógica fundamental que define e garante a própria existência do problema parece ser a mesma, seja em uma gangue que atua em uma favela em Belo Horizonte, seja em uma facção de narcotraficantes que opera em diversos morros do Rio de Janeiro. Em sua essência, ambas constituem respostas associativas e adaptativas diferenciais que alguns jovens adotam para obter vantagens competitivas em ambientes hostis. Suas diferentes formas de emergência ou de manifestação, bem como seus diferentes níveis de estruturação de atividades criminosas, decorrem simplesmente do fato de terem surgido e operarem em contextos históricos, comunitários, culturais, urbanísticos e criminais específicos.

A partir desta abordagem, o fenômeno dos grupos de jovens que compartilham uma identidade comum, sistematicamente envolvidos em práticas violentas e/ou criminosas e conflitos territorializados na região metropolitana de Belo Horizonte ganha uma ordenação lógica mais coerente, fazendo com que seja possível inseri-lo dentro de uma perspectiva mais ampla. Por isso, o presente estudo optou por analisar a questão a partir de cinco eixos principais que, de certa forma, representam bem aquilo que se entende como sendo a estrutura central do problema das gangues: (1) Contexto Socioespacial ou Ambiental; (2) Aspectos Subculturais e Simbólicos; (3) Dinâmicas de Conflitos e Territorialidade; (4) Grupos de Pares e seus impactos em processos de aprendizado social/associação diferencial; e (5) Processos de Estruturação de Atividades Criminosas.

E neste ponto, mais uma vez, repete-se o contexto observado em outras cidades brasileiras e também em outros países. Ao longo das últimas décadas, a região metropolitana de Belo Horizonte também vivenciou um forte processo de urbanização. Sustentado em um excludente modelo de desenvolvimento centro-periferia, o crescimento da RMBH se deu, em grande parte, por meio da ocupação precária e irregular de largas faixas do território, em um processo que, de certo modo, diversos autores definiriam como “favelização”. Sabe-se que a maioria das vilas e favelas da região metropolitana surgiu como áreas de ocupação provisória que terminaram por se tornar definitivas. Esta ocupação informal, não raramente estimulada pelo próprio poder público, acabou se perpetuando, sem que houvesse uma definição de como tais regiões seriam contempladas pela rede de serviços e de infraestrutura pública.

Durante décadas, a ausência de instrumentos legais e políticos de ordenação urbana, a presença precária do Estado, a falta de mecanismos de desenvolvimento local e de inclusão social local acabaram legitimando a proliferação de arranjos informais e a desorganização comunitária, criando ambientes extremamente profícuos para a legitimação e expansão da ilegalidade para outros âmbitos da vida comunitária, como, por exemplo, a utilização e exploração irregular de serviços públicos e privados (como água, luz, telefone, TV por assinatura, transporte, etc) e a ocupação precária e predatória de novos terrenos.

A partir da fala dos informantes é possível inferir que este contexto de pequenas ilegalidades toleradas criou um ambiente propício para o surgimento de práticas mais graves e potencialmente violentas de resolução privada de conflitos. É neste contexto que muitos jovens moradores destas localidades acabam se associando em gangues que, frequentemente, acabarão se envolvendo com dinâmicas de conflitos territorializados com outros grupos semelhantes e processos de estruturação de atividades criminosas.

Diferentemente do Rio de Janeiro, onde grandes extensões do território urbano são ocupadas por gangues filiadas a apenas três facções, na RMBH o fenômeno se manifesta de maneira extremamente difusa e fragmentada, com uma infinidade de pequenos grupos dividindo entre si as maiores favelas da região. Muitas vezes, um mesmo aglomerado abriga diversas gangues, fato que aumenta o potencial conflitivo entre os grupos. Em parte, isso explica por que a RMBH apresenta taxas de homicídios parecidas com as do Rio de Janeiro.

A partir dos depoimentos dos jovens envolvidos com gangues, tornou-se possível constatar que, dentro dos grupos, desenvolve-se uma série de processos de socialização e sociabilidade, aparentemente regulados e fundamentados no uso instrumental e simbólico da violência. Fazendo referências frequentes à “lei da favela” e ao “mundo do crime”, os informantes justificam uma série de práticas de violência interpessoal e grupal, claramente fundamentadas em estruturas normativas próprias, desenvolvidas dentro das gangues. É como se, para muitos destes jovens, a violência constituísse um dos principais eixos de ordenação das relações sociais estabelecidas por eles dentro dos grupos delinquentes, e que estes, por sua vez, estabelecem com o ambiente externo.

Em grande sentido, estes processos de sociabilidade violenta colocados em curso pelas gangues ajudam a explicar o caráter fortemente tradicionalista e machista dos conflitos territorializados mantidos por estes grupos e que resultam em tantas mortes dentro das favelas da RMBH. Apesar de todo o destaque que frequentemente é conferido às “guerras” travadas entre gangues rivais, supostamente em função de disputas por pontos de

venda de drogas, a fala dos informantes indica que, em sua origem, os conflitos decorrem de uma intrincada mistura de disputas pessoais, familiares, comunitárias, grupais e criminais, potencializadas por uma cultura local que legitima o uso da violência enquanto instrumento de resolução de conflitos. Ao contrário do que parece ocorrer no Rio de Janeiro, na RMBH a lógica da *vendeta* e da resolução privada e violenta de conflitos talvez explique mais as “guerras” de gangues do que supostas disputas pelo monopólio local do mercado das drogas.

No entanto, a fala dos jovens também demonstra de maneira bastante clara como este cenário de “guerra” de todos contra todos atua de maneira a fomentar processos de estruturação de atividades criminosas. Por um lado, a existência dos conflitos parece constituir um forte estímulo para que as gangues se envolvam em modalidades criminosas mais lucrativas, na tentativa de aumentar seu poder de fogo e de cooptação de policiais corruptos. Por outro, o próprio envolvimento com atividades criminosas mais elaboradas projeta impactos profundos sobre a estrutura das gangues, induzindo-as a adotar modelos organizacionais mais complexos a fim de dar conta das exigências impostas pelo empreendimento ilegal.

De qualquer forma, os jovens apontam basicamente dois fatores que contribuem para colocar em curso processos de estruturação de atividades criminosas entre as gangues: (1) a existência de policiais corruptos e violentos no ambiente das favelas; e (2) o estabelecimento de contatos sistemáticos entre membros de diferentes gangues, seja em ambientes de lazer frequentados por jovens de periferia, seja no meio prisional/socioeducativo. Segundo os informantes, o primeiro elemento propicia aos grupos uma série de facilidades para o desenvolvimento das atividades criminais. Por meio da cooptação de policiais corruptos, algumas gangues obtêm acesso a armas de fogo mais poderosas, proteção contra ações policiais investigativas e até mesmo um braço armado para combater os inimigos. Já o estabelecimento de contatos sistemáticos entre membros de gangues dá a aos grupos a oportunidade de compartilhar expertises, ampliar seus contatos no “mundo do crime” e fortalecer suas posições perante os rivais.

O que se observa, portanto, é que grande parte da violência que envolve (como vítimas e autores) jovens moradores de favelas e bairros pobres de periferia se relaciona de maneira bastante íntima com uma realidade bastante complexa, que é o fenômeno dos grupos de jovens que compartilham uma identidade comum, sistematicamente envolvidos com práticas violentas e/ou criminosas e conflitos territorializados. Nas grandes cidades brasileiras, a existência de um padrão de concentração socioespacial de homicídios tão claramente

identificável constitui um indício mais do que claro de que as causas deste problema precisam ser buscadas nas configurações socioambientais assumidas pelas vilas e favelas, assim como nos processos de socialização e de sociabilidade violenta decorrentes destes arranjos locais.

Interpretando o problema da formação de gangues ou grupos delinquentes no Brasil como uma resposta associativa diferencial que alguns jovens oferecem a contextos hostis, insere-se o fenômeno em um campo de estudos mais amplo, fazendo-o dialogar com diversas pesquisas já realizadas no exterior. Além disso, torna-se possível não apenas compreender melhor a estrutura que define o fenômeno, como também suas mais diversas formas de manifestação ou emergências, determinadas, em grande parte, pela relação dialética que ele estabelece com a sempre complexa rede local de arranjos históricos, urbanísticos, socioespaciais, culturais e criminais.

Referências Bibliográficas

- ABRAMO, Helena Wendel. *Contexto Histórico e Condição Juvenil*. Editora Página Aberta. São Paulo, 1994.
- ABRAMOVAY, Míriam; WASELFISZ, Júlio Jacobo; ANDRADE, Carla Coelho; RUA, Maria das Graças. *Gangues, Galeras, Chegados e Rappers: juventude, violência e cidadania nas cidades da periferia de Brasília*. Editora Garamond. Brasília, 1999.
- ADAMSON, C.. *Defensive localism in white and black: A comparative history of European-American and African-American youth gangs*. Ethnic and Racial Studies, vol. 23, 2000.
- ADAMSON, C.. *Tribute, turf, honor and the American street gang: patterns of continuity and change since 1820*. Theoretical Criminology, vol. 2, 1998.
- ADORNO, Sérgio; BORDINI, Eliana B. T.; LIMA, Renato Sérgio de. *O adolescente e as mudanças na criminalidade urbana – São Paulo em Perspectiva*. vol.13 no.4 São Paulo Oct./Dec. 1999.
- ADORNO, Sérgio. *Exclusão Socioeconômica e Violência Urbana*. Sociologias, ano 4, n. 8. Porto Alegre, jul-dez, 2002.
- AGUINSKY, Beatriz G.; GROSSI, Patrícia K.. *Relatório Final da Pesquisa de Vitimização nas regiões do Orçamento Participativo de Porto Alegre*. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, outubro de 2006.
- AKERS, Ronald L.. *Social Learning and Social Structure: a general theory of crime and deviance*. Boston, Northeastern University Press, 1997.
- AKERS, Ronald L. *Criminological Theories*, 3rd edition, Los Angeles, Roxbury Publishing, 2000
- ALONSO, A. A.. *Racialized identities and the formation of black gangs in Los Angeles*. Urban Geography, vol. 25, 2004.
- ALVITO, Marcos. *Bicho de Sete Cabeças*. Em: ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos. *Um Século de Favela*. Editora FGV. Rio de Janeiro, 2004.
- AMORIM, Carlos. *Comando Vermelho: a história secreta do crime organizado*. Editora Record. Rio de Janeiro, 1993.
- AMORIM, Carlos. *CV-PCC: a irmandade do crime*. Editora Record. Rio de Janeiro, 2006.
- ANDERSON, Elijah. *Code of the Streets: decency, violence, and the moral life of the inner city*. Norton Paperback. New York, 1999.
- ANDRADE, Carla Coelho. *Entre Gangues e Galeras: juventude, violência e sociabilidade na periferia do Distrito Federal*. Tese de Doutorado defendida junto ao Instituto de

Ciências Sociais (ICS) do Departamento de Antropologia (DAN) da Universidade de Brasília (UnB). Brasília, Distrito Federal, agosto de 2007.

ANDRADE, M. V. E.; LISBOA, M. B.. *Desesperança de vida: homicídio em Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo: 1981 a 1997*. In: *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro, IPEA, 2000.

APPADURAI, Arjun. *Soberania sem territorialidade: notas para uma geografia pós-nacional*. Revista Novos Estudos do CEBRAP, n. 49, Novembro de 1997.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento; SALES, Écio. *História e Memória de Vigário Geral*. Editora Aeroplano. Rio de Janeiro, 2008

ASBURY, Herbert. *As Gangues de Nova York: uma história informal do submundo*. Editora Globo. Rio de Janeiro, 2002.

AUYERO, Javier. *Juventud popular urbana y nuevo clima cultural. Una aproximación*. Nueva Sociedad, n. 117, jan., 1992.

BALL, Richard A.; CURRY, G. David. *The Logic of Definition in Criminology: purpose and methods for defining gangs*. Criminology, vol. 33, n. 2, 1995.

BARATA, Rita Barradas; RIBEIRO, Manoel Marcelo Sampaio de Almeida. *Relação entre homicídios e indicadores econômicos em São Paulo, Brasil, 1996*. Revista Panamericana de Salud Publica, n. 7, vol. 2, 2000.

BARATA, Rita Barradas; RIBEIRO, Manoel Marcelo Sampaio de Almeida; DE SORDI, Meri. *Desigualdades Sociais e Homicídios na cidade de São Paulo, 1998*. Revista Brasileira de Epidemiologia, vol. 11, n. 1. São Paulo, março de 2008.

BARCELLOS, Caco. *Abusado: o dono do Morro Dona Marta*. Editora Record. Rio de Janeiro, 2003.

BEATO FILHO, Cláudio Chaves; ASSUNÇÃO, Renato Martins; SILVA, Bráulio Figueiredo Alves; MARINHO, Frederico Couto; REIS, Ilka Afonso; ALMEIDA, Maria Cristina de Matos. *Conglomerados de Homicídios e o Tráfico de Drogas em Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil, de 1995 a 1999*. Cadernos de Saúde Pública, vol. 17, n. 5, Set-Out. Rio de Janeiro, 2001.

BEATO FILHO, Cláudio Chaves. *O problema dos homicídios em Belo Horizonte*. Revista Brasileira de Ciências Criminais, vol. 42, pg. 345 a 351. São Paulo, 2003.

BEATO FILHO, Cláudio Chaves; MARINHO, Frederico Couto. *Padrões Regionais de Homicídio no Brasil*. In CRUZ, Marcus Vinícius Gonçalves; BATITUCCI, Eduardo Cerqueira. *Homicídios no Brasil*. Editora FGV. Rio de Janeiro, 2007.

BEATO FILHO, Cláudio Chaves. *Crime e Cidades*. Tese apresentada ao concurso de professor titular do Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Belo Horizonte, fevereiro de 2010.

- BEATO FILHO, Cláudio Chaves; MARINHO, Karina Rabelo Leite; JÚNIOR, Almir de Oliveira. *Reforma Policial no Brasil*. Em: BEATO FILHO, Cláudio Chaves (Org.). *Compreendendo e Avaliando Projetos de Segurança Pública*. Editora UFMG, 2008.
- BEATO FILHO, Cláudio Chaves; ZILLI, Luís Felipe. *A Estruturação de Atividades Criminosas: um estudo de caso*. Disponível em <http://www.crisp.ufmg.br>. Belo Horizonte, 2010.
- BILL, MV; ATHAYDE, Celso. *Falcão: meninos do tráfico*. Editora Objetiva. Rio de Janeiro, 2006.
- BING, Léon. *Do or Die*. HarperCollins Publishers. New York, 1991.
- BOOTH, Charles. *Life and Labour of the People in London*. Ed. Macmillan, vol. 17. London, 1891.
- BURGESS, Robert; AKERS, Ronald L.. *A Differential Association-Reinforcement Theory of Criminal Behavior*. Social Problems, n. 14, 1966.
- BURSIK, Robert J.. *Social Disorganization and Theories of Crime and Delinquency*. Criminology, vol. 26, n.4, 1988.
- BURSIK, R. J., GRASMICK, H. G.. *Neighborhoods and Crime: The Dimensions of Effective Community Control*. Lexington Books, 1993.
- BURSIK, R. J., GRASMICK, H. G.. *Neighborhood-based networks and the control of crime and delinquency*. In: BALROW, H. (Ed.). *Crime and public policy: Putting theory to work*. Boulder, CO. Westview, 1995.
- BURSIK, Robert. J.; GRASMICK, H. G.. *The collection of data for gang research*. In KLEIN, MALCOLM W.; MAXSON, C. L.; MILLER, J. (Orgs.). *The modern gang reader*. Ed. Roxbury. Los Angeles, 1995.
- CAIADO, Maria Cecília Silva. *O Padrão de Urbanização Brasileiro e a Segregação Espacial da População na Região de Campinas: o papel dos instrumentos de gestão urbana*. Anais do XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambu (MG), setembro de 1998.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP). São Paulo, 2000.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar as organizações criminosas do tráfico de armas*. Brasília, novembro de 2006.
- CANO, Ignacio. *Análise espacial da violência no município do Rio de Janeiro*. In: NAJAR, A.L.; MARQUES, E.C. (Orgs.). *Saúde e espaço: estudos metodológicos e técnicas de análise*. Editora Fiocruz. Rio de Janeiro, 1998.

- CANO, Ignacio; SANTOS, Nilton. *Violência Letal, Renda e Desigualdade Social no Brasil*. Editora Sete Letras. Rio de Janeiro, 2000.
- CARDIA, Nancy; ADORNO, Sérgio; POLETO, Frederico. *Homicídio e violação de direitos humanos em São Paulo*. Estudos Avançados, vol. 17, n. 47. São Paulo, 2003.
- CARNEIRO, Leandro Piquet. *Determinantes do Crime na América Latina: Rio de Janeiro e São Paulo*. Banco Mundial. Washington, 1999.
- CARVALHO, Alexandre; CERQUEIRA, Daniel R. C.; RODRIGUES, Rute I.; LOBÃO, Waldir J. A.. *Custo das Mortes por Causas Externas no Brasil*. Textos para discussão. IPEA, 2007.
- CARVALHO, José Murilo. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Editora Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2005.
- CERDÁ, Magdalena; MORENOFF, Jeffrey D.; DUQUE, Luis Fernando; BUKA, Stephen L.. *The limits of collective efficacy: Investigating the influence of neighborhood context on levels of violence in Medellín and Chicago*. Working Paper, S/D.
- CERQUEIRA, Daniel R. C.; CARVALHO, Alexandre; LOBÃO, Waldir J. A.. *O jogo dos sete mitos e a miséria da segurança pública no Brasil*. IPEA. Rio de Janeiro, 2005.
- CERQUEIRA, Daniel R. C.; CARVALHO, Alexandre; RODRIGUES, Rute I.; LOBÃO, Waldir J. A.. *Custos da violência para o sistema público de saúde no Brasil*. Textos para discussão. IPEA, 2007.
- CHAIKEN, Jan M.; CHAIKEN, Marcia R.. *Drugs and Predatory Crime*. The University of Chicago Press, 1990.
- CLOWARD, Richard A.; OHLIN, Lloyd E.. *Delinquency and Opportunity: a theory of delinquent gangs*. Glencoe: Free Press. New York, 1960.
- COHEN, Albert K.. *Delinquent Boys: The Culture of the Gang*. Glencoe: The Free Press. New York, 1955.
- COLEMAN, J. S.. *Foundations of Social Theory*. Cambridge. Harvard University Press, 1990.
- COOK, Colleen W.. *Mexico's Drug Cartels*. CRS Report for Congress RL34215. Washington, DC: Congressional Research Service, Library of Congress, 2007.
- CRUZ, O. G.. *Homicídios no Estado do Rio de Janeiro: análise da distribuição espacial e sua evolução*. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo (USP), 1996.
- CRUZ, O. G. e CARVALHO, M. S. *Mortalidade por causas externas – análise exploratória espacial, Região Sudeste/Brasil*. In: XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 1998, Caxambu. Anais do XI Encontro nacional de Estudos Populacionais, 1998.

- CULLEN, Francis T. & AGNEW, Robert. *Criminological Theory – Past to Present: Essential Readings*. Roxbury Publishing Company, Los Angeles, California, 2003.
- CURETON, Steve R.. *Something Wicked This Way Comes: A Historical Account of Black Gangsterism Offers Wisdom and Warning for African American Leadership*. Journal of Black Studies, vol. 40, n.2, 2009.
- CURRY, David G.; DECKER, Scott H.. *Confronting Gangs: crime and community*. Roxbury Publishing Company. Los Angeles, California, 2003.
- DAVIS, Mike. *World of Slums*. Editora Verso. Nova York, 2006.
- DECKER, Scott H.; VAN WINKLE, Barrik. *Life in the Gang: Family, Friends and Violence*. Cambridge Criminology Series. Cambridge University Press, 1996.
- DeFLEUR, Lois B.. *Ecological Variables in the Cross-Cultural Study of Delinquency*. Social Forces, vol. 45, n. 4, jun., 1967.
- DIAMOND, A. J.. *Rethinking culture on the streets: Agency, masculinity, and style in the American city*. Journal of Urban History, vol. 27, 2001.
- DICKENS, Charles. *American Notes for General Circulation*. Public Domani in U.S.A.. Acessado em 21/12/2010, em <http://www.gutenberg.org/cache/epub/675/pg675.html>.
- DONOHUE, John J.; LEVITT, Steven D.. *Guns, Violence, and the Efficiency of Illegal Markets*. The American Economic Review, vol. 88, n.2, May, 1998.
- DOWDNEY, Luke T.. *Crianças do Tráfico: Um Estudo de Caso de Crianças em Violência Armada Organizada no Rio de Janeiro*. Viva Rio, ISER. Editora 7 Letras, Rio de Janeiro, 2003.
- ELLIOTT, Delbert S.; MENARD, Scott. *Delinquent Friends and Delinquent Behavior: Temporal and Developmental Patterns*. In HAWKINS, J. David. *Delinquency and Crime: Current Theories*. Cambridge University Press, 1996.
- ESBENSEN, Finn-Aage; WINFREE, L. Thomas; HE, Ni; TAYLOR, Terrance J.. *Youth Gangs and Definitional Issues: When is a gang a gang, and why does it matter*. Crime and Delinquency, vol. 47, n.1. January, 2001.
- FAGAN, Jeffrey D.. *The Social Organization of Drug Use and Drug Dealing Among Urban Gangs*. Criminology, vol. 27, issue 4, November, 1989.
- FBI (Federal Bureau of Investigation). *National Gang Threat Assessment: 2009*. U.S. Department of Justice, Federal Bureau of Investigation. Washington, DC, 2008.
- FEFFERMANN, Marisa. *Vidas Arriscadas: o cotidiano dos jovens trabalhadores do tráfico*. Editora Vozes. São Paulo, 2006.
- FEIXA, Carles. *Tribus urbanas y chavos banda: Las culturas juveniles en Cataluña y México*. Nueva Antropología, vol. 14, n. 47. Março, 1995.

- FERNANDES, Edésio. *Implementing the Urban Reform Agenda in Brazil*. Environment and Urbanization, vol. 19, 2007.
- FERREIRA, S. P.; LIMA, R. S.; BESSA, V.. *Criminalidade Violenta e Homicídios em São Paulo: fatores explicativos e movimentos recentes*. Coleção Segurança com Cidadania, v. 3, 2009.
- FERRI, Enrico. *Criminal Sociology*. Ed. Appleton. New York, 1896.
- FLETCHER, J.. *Moral and Educational Statistics of England*. Journal of Statistical Society, vol. 10, n. 193, 1848.
- FLOWERS, R. Barri. *Kids who commit adult crimes: serious criminality by juvenile offenders*. The Haworth Press. New York, 2002.
- FRANCO, Celinda. *The MS-13 and 18th Street Gangs: Emerging Transnational Gang Threats?* CRS Report RL34233 (updated January 30, 2008). Washington, DC: Congressional Research Service, Library of Congress, 2008a.
- FRANCO, Celinda. *Youth Gangs: Background, Legislation, and Issues*. CRS Report RL33400 (updated January 25, 2008). Washington, DC: Congressional Research Service, Library of Congress, 2008b.
- GANNON, Thomas. M.. *Dimensions of current gang delinquency*. Journal of Research in Crime and Delinquency, vol. 4, January, 1967.
- GAWRYSZEWSKI, Vilma Pinheiro; KAHN, Túlio; MELLO JORGE, Maria Helena Prado. Informações sobre homicídios e sua integração com o setor Saúde e Segurança Pública. Revista de Saúde Pública, n. 39, vol. 4, pg. 627 a 633. São Paulo, 2005.
- GAWRYSZEWSKI, Vilma Pinheiro; COSTA, Luciana Scarlazzari. *Social Inequality and Homicide Rates in São Paulo City, Brazil*. Revista de Saúde Pública, vol. 39, n. 2. São Paulo, 2005.
- GOERTZEL, Ted; KAHN, Túlio. The Great São Paulo Homicide Drop. Homicide Studies, vol. 13, n. 4, pg. 398 a 410. November, 2009.
- GRILLO, Carolina Christoph. O Morro e a Pista: um estudo comparado de dinâmicas do comércio ilegal de drogas. Revista Dilemas, vol.1, n.1. Rio de Janeiro, jul-ago-set, 2008.
- GUERRY, A. M.. *Essai sur la Statistique Morale de la France*. Ed. Crochard. Paris, 1833.
- HAGEDORN, John M.. *Gangs in a Global Perspective*. Contemporary Sociology, vol. 28, n.5. september, 1999.
- HAGEDORN, John M.. *Institutionalised Gangs and Violence in Chicago*. Report for Children in Organized Armed Violence (COAV). United States of American, Chicago, 2003.

- HAGEDORN, John M.. *The Global Impact of Gangs*. Journal of Contemporary Criminal Justice, vol. 21, n. 2, may, 2005.
- HAGEDORN, John M.. *World of Gangs: Armed Young Men and Gangsta Culture*. University of Minnesota Press. Minneapolis, 2008.
- HOWELL, James C.. *Youth Gangs: an overview*. Juvenile Justice Bulletin. August, 1998.
- HOWELL, James C.; MOORE, John P.. *History of Street Gangs in the United States*. National Gang Center Bulletin, n. 4, may, 2010.
- HOWELL, James C.; DECKER, Scott H.. *The Youth Gangs, Drugs, and Violence Connection*. Juvenile Justice Bulletin. US Department of Justice, January, 1999.
- HRW (Human Rights Watch). *Generation Under Fire: Children and Violence in Colombia*. Human Rights Watch Report. November, 1994.
- INCB (International Narcotics Control Board). *The Report of the International Narcotics Control Board for 2006*. United Nations, New York, 2007.
- JANKOWSKI, Martín Sánchez. *Islands in the Streets: Gangs and American Urban Society*. University of California Press. Berkeley, 1991.
- JANKOWSKI, Martín Sánchez. *As gangues e a estrutura da sociedade norte-americana*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 12, n. 34, junho de 1997.
- JANKOWSKI, Martín Sánchez. *Gangs and Social Change*. Theoretical Criminology, vol. 7, n. 2, 2003.
- JANSYN, Leon. *Solidarity and Delinquency in a Street Corner Group*. American Sociological Review, vol. 31, n. 5, Oct., 1966.
- JOHNSON, Bruce D.; WILLIAMS, Terry; DEI, Kojo A.; SANABRIA, Harry. *Drug Abuse in the Inner City: Impact on Hard Drug Users and the Community*. In: WILSON, James Q.; TONRY, M.. *Crime and Justice*. The University of Chicago Press, 1990.
- JUARRERO, Alicia. *Dynamics in Action: Intentional behavior as a Complex System*. Emergence, vol. 2, n. 2, 2000.
- KASARDA, John D.; JANOWITZ, Morris. *Community Attachment in Mass Society*. American Sociological Review, vol. 39, n. 3. June, 1974.
- KATZ, Jack. *Seductions of crime: moral and sensual attractions of doing evil*. Nova York, Basic Books, 1988.
- KATZMAN, M. T.. *The Contribution of Crime to Urban Decline*. Urban Studies, vol. 17, pg. 277 a 286. 1980.

- KILSZTAJN, Samuel; CARMO, Manuela Santos Nunes; SUGAHARA, Gustavo Toshiaki Lopes; LOPES, Érika de Souza. *Vítimas da Cor: homicídios na Região Metropolitana de São Paulo, 2000*. Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambu (MG), entre 20 e 24 de setembro de 2004.
- KLEIN, M. W.. *The American Street Gang: Its Nature, Prevalence, and Control*. New York: Oxford University Press, 1995.
- KLEIN, M.W.. *Gangs in the United States and Europe*. European Journal on Criminal Policy and Research (Special Issue), 1996.
- KLEIN, M.W.; MAXSON, C.L.; CUNNINGHAM, L.C.. *Crack, street gangs, and violence*. Criminology vol. 29, 1991.
- KNOX, George W.. *An Introduction to Gangs*. New Chicago School Press, 2000.
- KORNHAUSER, Ruth. R.. *Social Sources of Delinquency: An Appraisal of Analytic Models*. University of Chicago Press. Chicago, 1978.
- LEEDS, Elizabeth. *Cocaína e poderes paralelos na periferia urbana brasileira*. In: ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos. *Um Século da Favela*. Editora FGV. Rio de Janeiro, 1998.
- LEVITT, Steven D.; VENKATESH, Sudhir Alladi. *An Economic Analysis of a Drug-Selling Gang's Finances*. The Quarterly Journal of Economics. August, 2000.
- LOBO, Arun Peter; FLORES, Ronald J. O.; SALVO, Joseph J.. *The impact of Hispanic growth on the racial/ethnic composition of New York City neighborhoods*. Urban Affairs Review, vol. 37, n. 5, May, 2002.
- LOOR, Kleber; ALDAS, Lídice; LÓPEZ, Fernando. *As Pandillas e Naciones do Equador: uma realidade terrível e uma tarefa desafiadora*. Em DOWDNEY, Luke T.. *Crianças do Tráfico: Um Estudo de Caso de Crianças em Violência Armada Organizada no Rio de Janeiro*. Viva Rio, ISER. Editora 7 Letras, Rio de Janeiro, 2003
- MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio. *Sociabilidade Violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil Urbano*. Sociedade e Estado, vol. 19, n. 1. Brasília, jan-jun, 2004.
- MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio. *Violência Urbana, Segurança Pública e Favelas: O caso do Rio de Janeiro atual*. Caderno CRH, v. 23, n. 59. Salvador, Mai/Ago, 2010.
- MAIMON, David; BROWNING, Christopher R.. *Unstructured Socializing, Collective Efficacy, and Violent Behavior among Urban Youth*. Criminology, vol. 48, n. 2, May, 2010.
- MANWARING, Max G.. *A contemporary challenge to state sovereignty: Gangs and other illicit transnational criminal organizations in Central America, El Salvador, Mexico, Jamaica, and Brazil*. Carlisle, PA: Strategic Studies Institute, U.S. Army College (www.StrategicStudiesInstitute.army.mil), 2007.

- MARICATO, Ermínia. *Conhecer para resolver a cidade ilegal*. In: CASTRIOTA, L.B. (org.). *Urbanização Brasileira: Redescobertas*. Editora Arte. Belo Horizonte, 2003.
- MARTÍNEZ, R.. *Mexico's Little Americas*. Los Angeles Times, 17 August, M1 a M6, 1997.
- MATSUEDA, Ross L.; ANDERSON, Kathleen. *The dynamics of delinquent peers and delinquent behavior*. Criminology, vol.36, n. 2, 1998.
- MAXSON, Cheryl L.. *Street Gangs and Drug Sales in Two Suburban Cities*. Research in Brief. US Department of Justice. National Institute of Justice, 1995.
- MAXSON, Cheryl L.; GORDON, Margaret A.; KLEIN, Malcolm W.. *Differences Between Gang and Nongang Homicides*. Criminology, vol. 23, n.2, 1985.
- MAYHEW, Henry. *London Labour and the London Poor*. Ed. Griffi. London, 1861.
- MCCARTHY, Bill. *The attitudes and action of others: tutelage and Sutherland's theory of differential association*. British Journal of Criminology, vol. 36, n. 1, 1996.
- MCGUIRE, C.. *Working paper on Central American youth gangs in the Washington, DC, area*. Washington Office on Latin America (WOLA). Washington, DC, 2007.
- MELDE, Chris; TAYLOR, Terrance J.; ESBENSEN, Finn-Aage. *I got Your Back: an examination of the protective function of gang membership in adolescence*. Criminology, vol. 47, n. 2, 2009.
- MELLO JORGE, M. H.; GOTLIEB, S. L. D. *As condições de saúde no Brasil: retrospecto de 1979 a 1995*. Editora Fiocruz. Rio de Janeiro, 2000.
- MELLO JORGE, M. H.; GAWRYSZEWSKI, V. P.; LATORRE, M. R. D. D.. *Acidentes e violência no Brasil - Análise dos dados de mortalidade*. Revista de Saúde Pública, N. 31 (Sup. 4), pg. 5 a 25, 1997.
- MERTON, Robert K.. *Social Structure and Anomie*. American Sociological Review, vol. 3, Oct., 1938.
- MILLER, Walter B.. *Lower Class Culture as a Generating Milieu of Gang Delinquency*. Journal of Social Issues, vol. 14, 1958.
- MILLER, Walter B.. *American Youth Gangs: past and present*. In BLUMBERG, Abraham S.. *Current perspectives on Criminal Behavior: Essays on Criminology*. Random House Edition, 1981.
- MILLER, Walter B.. *The Growth of Youth Gang Problems in the United States: 1970–1998*. Office of Juvenile Justice and Delinquency Prevention. Washington, DC, 2001.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. *A Violência na Adolescência: um problema de saúde pública*. Cadernos de Saúde Pública, n. 6, pg. 278 a 292, jul-set, 1990.

- MISSE, Michel. *As ligações perigosas: Mercado informal legal, narcotráfico e violência no Rio*. In: SILVA, L.A.M. da (org.). Contemporaneidade & Educação. Ano II, n.1, maio 1997.
- MISSE, Michel. *Malandros, Marginais e Vagabundos: a acumulação social da violência no Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado apresentada ao Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), em 20 de dezembro de 1999.
- MISSE, Michel. *Sobre a Acumulação Social da Violência no Rio de Janeiro*. Civitas, vol. 8, n.3. Porto Alegre, set-dez, 2008.
- MISSE, Michel. *Crime Urbano, Sociabilidade Violenta e Ordem Legítima: comentários sobre as hipóteses de Machado da Silva*. Rio de Janeiro, s/d. Disponível em: <<http://www.necvu.ifcs.ufrj.br/arquivos/Sobre%20a%20sociabilidade%20violenta%20de%20Machado.pdf>>. Acesso em 25 de janeiro de 2011.
- MOORE, J.W.. *Isolation and stigmatization in the development of an underclass: The case of Chicano gangs in East Los Angeles*. Social Problems n.33, 1985
- MORASH, Merry. *Gangs, Group and Delinquency*. The British Journal of Criminology, vol. 23, n. 4, Oct. 1983.
- MORENOFF, Jeffrey D., SAMPSON, Robert J., RAUDENBUSH, Stephen W.. *Neighborhood Inequality, Collective Efficacy, and the Spatial Dynamics of Urban Violence*. Criminology. Vol. 39, n. 3, 2001
- MORIN, Edgar. *O Método 1: A Natureza da Natureza*. Editora Sulina. Porto Alegre, 2003.
- MORIN, Edgar. *Introdução ao Pensamento Complexo*. Editora Sulina. Porto Alegre, 2005.
- MOSER, C.; MCILWAINE, C.. *Violence in a Post-Conflict Context: Urban Poor Perceptions from Guatemala*. Banco Mundial: Washington DC, 2001
- MOSER, C.; MCILWAINE, C.. *Urban Poor Perceptions of Violence and Exclusion in Colombia*. Banco Mundial: Washington DC, 2000
- MUSUMECI, Leonarda; SILVA, Gabriel Fonseca; CONCEIÇÃO, Greice Maria S.. *Geografia da Violência na Região Metropolitana do Rio de Janeiro – 2000 a 2005*. Boletim Segurança e Cidadania. Ano 05, n. 11. Centro de Estudos de Segurança e Cidadania. Rio de Janeiro, 2006.
- NETTO, Otávio Cruz (org.). *Nem soldados nem inocentes: juventude e tráfico de drogas no Rio de Janeiro*. Editora Fiocruz. Rio de Janeiro, 2002.
- OJJDP (Office of Juvenile Justice and Delinquency Prevention). *National Youth Gang Survey: 1999-2001*. US Department of Justice. Washington, DC, 2001.
- OJJDP (Office of Juvenile Justice and Delinquency Prevention). *National Youth Gang Survey: 2008*. US Department of Justice. Washington, DC, 2008.

- OUSEY, Graham C.; LEE, Matthew R.. Examining the Conditional Nature of the Illicit Drug Market – Homicide Relationship: a partial test of contingent causation. *Criminology*, vol. 40, n. 1, 2002.
- PAES MANSO, Bruno. *O Homem X: uma reportagem sobre a alma do assassino em São Paulo*. Editora Record. São Paulo, 2005.
- PAIM, J.S.; NASCIMENTO COSTA, Maria da Conceição; MASCARENHAS, Joane Carla S; SILVA, Lígia Maria Vieira. *Distribuição Espacial da Violência: mortalidade por causas externas em Salvador*. *Revista Panamericana de Saúde Pública*, n. 6, pg. 321 a 332, 1999.
- PARK, Robert E.; BURGESS, Ernest W.. *The City: Suggestions for Investigation of Human Behavior in the Urban Environment*. The University of Chicago Press, 1925.
- PEIXOTO, Betânia Totino. Determinantes da Criminalidade no Município de Belo Horizonte. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR). Belo Horizonte, 2003.
- PEREIRA, Lígia Maria Leite. *Relatos Orais em Ciências Sociais: limites e potencial*. *Análise e Conjuntura*, vol. 6, n. 3. Belo Horizonte, 1991.
- PHEBO, Luciana. *Impacto da Arma de Fogo na Saúde da População do Brasil*. Informativo Viva Rio. Rio de Janeiro, 2005.
- PORETTI, Michele. *Preventing Children from Joining Armed Groups*. *Refugee Survey Quarterly*, vol. 27, n.4, 2009.
- PUTNAM, R. D.. *The Prosperous Community: Social Capital and Public Life*. *The American Prospect*, vol. 4, n. 13, 1993.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. *Relatos orais do “indivizível” ao “dizível”*. *Revista Ciência e Cultura*, n.39. São Paulo, 1987
- QUETELET, L. Adolph. *A Treatise on Man*. Willian and Robert Chamber. Edinburg, 1984.
- RAMIREZ, Ivan Dario. *Medellin: The Invisible Children of the Social and Armed Conflict*. Report for Children in Organized Armed Violence (COAV). Colombia, Medellin, 2003.
- RAMOS, Sílvia. *Meninos do Rio: jovens, violência armada e polícia nas favelas cariocas*. *Boletim Segurança e Cidadania*, n. 13, ano 8. Centro de Estudos de Segurança e Cidadania. Rio de Janeiro, dezembro de 2009.
- RATTON, José Luiz. *Violência Endêmica-Homicídios na cidade do Recife: dinâmica e fluxo no Sistema de Justiça Criminal*. *Revista do Ministério Público de Pernambuco*, vol. 1, n. 1, jan./jun. Procuradoria Geral de Justiça. Recife, 2006.
- REISS, Albert J.. *Why are Communities Important in Understanding Crime?* In: TONRY, Michael and REIS, Albert J.. *Communities and Crime*. Crime and Justice. University of Chicago Press, vol. 8, 1986.

- REISS, Albert J.; FARRINGTON, David P.. *Advancing knowledge about Co-Offending: Results from a Prospective Longitudinal Survey of London Males*. Journal of Criminal Law and Criminology, vol. 82, n. 2, 1991.
- RIVERO, Patrícia S.. *Segregação urbana e distribuição da violência: homicídios georreferenciados no município do Rio de Janeiro*. Dilemas – Revista de estudos de conflito e controle social. Vol. 3, N. 9, pg. 117 a 142, JUL-AGO-SET, 2010.
- RODGERS, Dennis. Youth Gangs and Violence in Latin America and the Caribbean: a Literature Survey. The World Bank, Latin America and Caribbean Region. Urban Peace Program Series. August, 1999.
- RODGERS, Dennis. *Living in the Shadow of Death: gangs, Violence, and Social Order in Urban Nicaragua, 1996-2002*. Journal of Latin America Studies, vol.38. Cambridge University Press, 2006.
- RODRIGUES, Rute I.; CERQUEIRA, Daniel R. C.; CARVALHO, Alexandre; LOBÃO, Waldir J. A. *Análise dos custos e consequências da violência no Brasil*. Textos para discussão. IPEA, 2007
- RODRIGUES, Nádia Maria Coelho; GAMA, Mário. *O aumento dos homicídios entre adolescentes no Rio de Janeiro e São Paulo, nos diferentes grupos étnicos*. Anais do XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP. Rio de Janeiro, 2000.
- ROLNIK, Raquel. *Exclusão Territorial e Violência*. São Paulo em Perspectiva, vol. 13, n.4, 1999.
- RUBEL, A.J.. *The Mexican American Palomilla*. Anthropological Linguistics, n.4. 1965.
- RUBIO, Mauricio. *La Violencia em Honduras y la Región del Vale de Sula*. Banco Interamericano de Desarrollo (BID). Washington – DC, 2002.
- RUBIO, Mauricio. *De la Pandilla a la Mara: pobreza, educación, mujeres y violencia juvenil*. Universidad Externado de Colombia. Bogotá, 2007.
- SAMPSON, Robert J.. *Collective regulation of adolescent misbehavior: validation results from eighty Chicago neighborhoods*. Journal of Adolescent Research, vol. 12, pg. 227 a 244. 1997.
- SAMPSON, Robert J., GROVES, Byron W.. *Community Structure and Crime: Testing Social-Disorganization Theory*. American Journal of Sociology, vol. 94, n. 4, January, 1989.
- SAMPSON, Robert J., MORENOFF, Jeffrey D., EARLS, Felton. *Beyond Social Capital: Spatial Dynamics of Collective Efficacy for Children*. American Sociological Review, vol. 64, October, 1999.

- SAMPSON, Robert J., RAUDENBUSH, Stephen W., EARLS, Felton. *Neighborhoods and Violent Crime: A Multilevel Study of Collective Efficacy*. Science Magazine, vol. 277, 15 August, 1997.
- SAMPSON, Robert J., RAUDENBUSH, Stephen W.. *Disorder in Urban Neighborhoods: Does It Lead to Crime?* National Institute of Justice – Research in Brief. February, 2001.
- SAMPSON, Robert J., RAUDENBUSH, Stephen W.. *Systematic Social Observation of Public Spaces: A New Look at Disorder in Urban Neighborhoods*. American Journal of Sociology, vol 105, n. 3, November, 1999.
- SAMPSON, Robert J.; MORENOFF, Jeffrey D.; GANNON-ROWLEY, Thomas. *Assessing Neighborhood Effects: Social Processes and New Directions in Research*. Annual Review of Sociology, vol. 28, 2002.
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. O Brasil: Território e Sociedade no Início do Século XXI. Editora Record. Rio de Janeiro, 2001.
- SANTOS, Simone Maria; BARCELLOS, Christovam; CARVALHO, Marília Sá; FLÔRES, Rui. *Detecção de aglomerados espaciais de óbitos por causas violentas em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil, 1996*. Cadernos de Saúde Pública, n. 17, vol. 5. Rio de Janeiro, set/out, 2001.
- SARNECKI, Jerzy. *Delinquent Networks*. National Concil for Crime Prevention. Stockholm, 1986.
- SAVENIJE, Win; EEKHOF, K. Andrade. *Conviviendo em la orilla. Exclusión Social em el Area Metropolitana de San Salvador*. FLACSO-Programa El Salvador. San Salvador, 2003.
- SAVENIJE, Win; BELTRÁN, Maria Antonieta; CRUZ, José Miguel. *Exclusión social, jóvenes y pandillas em Centroamérica*. Temas de Actualidad No. 3. Woodrow Wilson International Center for Scholars & Fundación Dr. Guillermo Manuel Ungo (FUNDAUNGO). San Salvador, 2007.
- SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DE SÃO PAULO. Perfil de vítimas e autores de homicídio na cidade de São Paulo. Balanço estatístico anual do Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP). São Paulo, 2010.
- SENASP. *Perfil dos agressores dos crimes de homicídio em 2004 e 2005*. <http://portal.mj.gov.br:80/senasp/estatisticas/perfil+das+vitimas+e+agressores.pdf>. Acessado em 29/11/2010.
- SHAW, Clifford; MCKAY, Henry D.. *Juvenile Delinquency and Urban Areas*. University of Chicago Press. Chicago, 1942.
- SHERMAN, P.; GARTIN, R; BUERGER, M. E.. *Hot Spots of Predatory Crime: Routine Activities and the Criminology of Place*. Criminology, vol.27, n. 1, 1989.

- SHORT, J. F., STRODBECK, F.L.. *Group Processes and Gang Delinquency*. University of Chicago Press, 1965.
- SHORT, J. F.; RIVERA, Ramon; TENNYSON, Ray A.. *Perceived opportunities, gang membership, and delinquency*. American Sociological Review, vol. 30, n.1, Feb., 1965.
- SYKES, Gresham M.; MATZA, David. *Techniques of Neutralization: a theory of delinquency*. American Sociological Review, vol. 22, n. 6, 1957.
- SIMMEL, Georg. *Sociologia*. Organização de Evaristo de Moraes Filho. Editora Ática. São Paulo, 1983.
- SOARES, Gláucio Ary Dillon. *Não Matarás: desenvolvimento, desigualdade e homicídios*. Editora FGV. Rio de Janeiro, 2008.
- SOARES, Gláucio Ary Dillon; BATITUCCI, Eduardo Cerqueira; RIBEIRO, Ludmila Mendonça Lopes. *As mortes desiguais em Minas Gerais: gênero, idade, estado civil e raça nos homicídios registrados pelo Sistema de Informações de Mortalidade*. In CRUZ, Marcus Vinícius Gonçalves; BATITUCCI, Eduardo Cerqueira. *Homicídios no Brasil*. Editora FGV. Rio de Janeiro, 2007.
- SOARES, Luiz Eduardo. *Meu Casaco de General: quinhentos dias no front da segurança pública do Rio de Janeiro*. Editora Companhia das Letras. Rio de Janeiro, 2000.
- SOARES, Luiz Eduardo; BILL, MV; ATHAYDE, Celso. *Cabeça de Porco*. Editora Objetiva. Rio de Janeiro, 2005.
- SOUZA, Jailson (org.). *Caminhada de crianças, adolescentes e jovens na rede do tráfico de drogas no varejo do Rio de Janeiro, 2004-2006*. Observatório de Favelas. Rio de Janeiro, 2007.
- SPERGEL, Irving A.. *Youth Gangs: an essay review*. Social Service Review, vol. 37, March, 1992.
- SPOSITO, Marília Pontes. *A sociabilidade juvenil e a rua: novos conflitos e ação coletiva na cidade*. Tempo Social Revista de Sociologia da USP, vol. 5, n. 1 e 2. São Paulo, 1993.
- STRAUSS, Anselm L.. *Qualitative Analysis for Social Scientists*. Cambridge University Press. University of California, San Francisco, 1987.
- STROCKA, Cordula. *Youth Gangs in Latin America*. SAIS Review, vol. 26, n. 2, Summer-Fall, 2006.
- SZWARCWALD, Célia Landman; CASTILHO, Euclides Ayres. *Mortalidade por armas de fogo no estado do Rio de Janeiro, Brasil: uma análise espacial*. Revista Panamericana de Saúde Pública, vol. 4, n. 3, Setembro, 1998.
- SZWARCWALD, Célia Landman; BASTOS, Francisco Inácio; ESTEVES, Maria Ângela Pires; ANDRADE, Carla Lourenço Tavaes; PAEZ, Marina Silva; MEDICI, Érika

- Vianna; DERRICO, Mônica. *Desigualdade de Renda e Situação de Saúde: o caso do Rio de Janeiro*. Cadernos de Saúde Pública, vol. 15, n. 1. Rio de Janeiro, jan/mar, 1999.
- TELLES, Vera da Silva; HIRATA, Daniel Veloso. *Ilegalismos e Jogos de Poder em São Paulo*. Tempo Social – Revista de Sociologia da USP, vol. 22, n. 2. São Paulo, novembro de 2010.
- THRASHER, Frederic M. *The Gang: A Study of 1.313 Gangs in Chicago*. The University of Chicago Press, January, 1927.
- TONRY, Michael; MOORE, Mark H. (Orgs.). *Youth Violence*. University of Chicago Press. Chicago, 1998.
- UNODC - United Nations Office on Drugs and Crime. *Crime and Development in Central America: Caught in the Crossfire*. New York: United Nations, 2007.
- UNODC - United Nations Office on Drugs and Crime. *World Drug Report – 2010*. New York: United Nations, 2010.
- USDJ (United States Department of Justice). *Bloods and Crips Gang Survey Report*. National Drug Intelligence Center. Washington, May, 1994.
- VALDEZ, A.. *The 18th Street Gang*. National Alliance of Gang Investigator Associations. Yaphank, NY, 2000.
- VARGAS, Joana Domingues; ZILLI, Luís Felipe. *Uma abordagem empírica do Inquérito Policial: o caso de Belo Horizonte*. In: MISSE, Michel (Org.). *O Inquérito Policial no Brasil: uma pesquisa empírica*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Booklink, 2010.
- VIGIL, J.D.. *Barrio Gangs: Street Life and Identity in Southern California*. University of Texas Press, Austin, Texas, 1988.
- VILLARREAL, Andrés. *Political Competition and Violence in Mexico: Hierarchical Social Control in Local Patronage Structures*. American Sociological Review, vol. 67, n. 4, August, 2002.
- VILLAREAL, Andrés; SILVA, Bráulio F.A.. *Social Cohesion, Criminal Victimization and Perceived Risk of Crime in Brazilian Neighborhoods*. Social Forces, vol. 84, n. 3, March, 2006.
- WASELFISZ, Júlio Jacobo. *Mapa da Violência: os Jovens da América Latina, 2008*. Rede de Informação Tecnológica Latino-americana (RITLA) e Ministério da Justiça. Brasília, 2008.
- WASELFISZ, Júlio Jacobo (Coordenador). *Juventude, Violência e Cidadania: os jovens de Brasília*. Editora da UNESCO. Brasília, 1998.
- WARR, Mark. *Companions in Crime: the social aspects of criminal conduct*. Cambridge University Press, 2002.

- WARR, Mark; STAFFORD, Mark. *The influence of delinquent peers: what they think or what they do?*. Criminology, vol. 29, n. 4, 1991.
- WINFREE, L. Thomas; BLACKSTROM, Teresa Vigil; MAYES, G. Larry. *Social Learning Theory, self-reported delinquency, and youth gangs: a new twist on a general theory of crime and delinquency*. Youth and Society, vol. 26, 1994.
- WOLA (Washington Office for Latin America). *Youth Gangs in Central America: issues in Human Rights, Effective Policing, and Prevention*. Wola Special Report. November, 2006.
- WOLFGANG, Marvin E., FERRACUTI, Franco. *The Subculture of Violence: An Interpretative Analysis of Homicide*. Annales Internationales de Criminologie. 1º Semestre, 1962.
- ZACKSESKI, Cristina. *Segurança como qualidade de vida: o caso de Brasília*. Revista Jurídica, v. 8, n. 83. Brasília, fev/mar, 2007.
- ZALUAR, Alba. *Integração Perversa: pobreza e tráfico de drogas*. Editora FGV. Rio de Janeiro, 2004.
- ZALUAR, Alba. *Gangues, galeras e quadrilhas*. In VIANNA, H. (Org.). *Galeras Cariocas: territórios de conflitos e encontros culturais*. Editora da UFRJ. Rio de Janeiro, 1997.
- ZALUAR, Alba Maria. *Condomínio do Diabo*. Editora da UFRJ e Editora Revan. Rio de Janeiro, 1996.
- ZILLI, Luís Felipe. *Violência e Criminalidade em Vilas e Favelas dos Grandes Centros Urbanos: um estudo de caso da Pedreira Prado Lopes* – Dissertação de Mestrado defendida junto ao Departamento de Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais, 2004.
- Yi, José Luís Rodriguez; FELGUEIRAS, Marcelo; MONTEIRO, Antônio Miguel; CÂMARA, Gilberto. *Análise espacial da distribuição e dinâmica da violência na cidade de São Paulo entre os anos 1996 e 1999*. Relatório de Pesquisa. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), 2000.